

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

DANIELLE SILVA MOREIRA DOS SANTOS

**CONSTRUINDO O LAR E CONQUISTANDO A RUA: DISCURSOS E PRÁTICAS
“FEMININAS” NO JORNAL “O LAR” (1926-1932) ESCRITO POR MULHERES EM
GOIÁS**

GOIÂNIA
2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

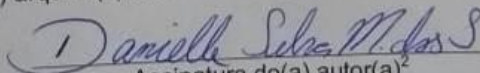
Nome completo do autor: Danielle Silva Moreira dos Santos

Título do trabalho: Construindo o lar e conquistando a rua: Discursos e práticas "femininas" no jornal "O lar" (1926-1932) escrito por mulheres em Goiás.

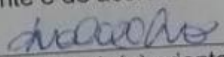
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ **SIM** ☐ **NÃO**¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 16 / 08 / 2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

DANIELLE SILVA MOREIRA DOS SANTOS

**CONSTRUINDO O LAR E CONQUISTANDO A RUA: DISCURSOS E PRÁTICAS
“FEMININAS” NO JORNAL “O LAR” (1926-1932) ESCRITO POR MULHERES EM
GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Carolina Eiras Coelho Soares.

GOIÂNIA

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Santos, Danielle Silva Moreira dos
Construindo o lar e conquistando a rua: Discursos e práticas
"femininas" no jornal "O Lar" (1926-1932) escrito por mulheres em Goiás
[manuscrito] / Danielle Silva Moreira dos Santos. - 2018.
165 f.: il.

Orientador: Prof. Ana Carolina Eiras Coelho Soares.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,
Goiânia, 2018.
Bibliografia. Anexos.

1. Discursos. 2. Mulheres. 3. Imprensa periódica. 4. História de
Goiás. 5. História do Brasil. I. Soares, Ana Carolina Eiras Coelho ,
orient. II. Título.

CDU 94

Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Danielle Silva Moreira dos Santos**. Aos 17 (dezesete) dias do mês de maio de dois mil e dezoito (2018), com início às 14h, nas dependências da Faculdade de História, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Danielle Silva Moreira dos Santos**, cujo título foi "**Construindo o lar e conquistando a rua: Discursos e práticas "femininas" no jornal "O lar" (1926-1932) escrito por mulheres em Goiás**". A Banca Examinadora foi composta, conforme portaria nº026/18-PPGH, de 15 de maio de 2018, pelos seguintes Professores Doutores: **Ana Carolina Eiras Coelho Soares (Presidente)**, **Diva do Couto Gontijo Muniz (UnB)**, **Heloísa Selma Fernandes Capel (UFG)** e, como suplente, **Thiago Fernando Sant'Anna e Silva (FAV/UFG)** e **Sônia Maria de Magalhães (UFG)**. Os Examinadores arguíram na ordem acima citada. Às 16 horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido a candidata APROVADA.

Profa. Dra. **Diva do Couto Gontijo Muniz (UnB)** Ass.: *[Assinatura]*

Decisão (aprovada)

Profa. Dra. **Heloísa Selma Fernandes Capel (UFG)** Ass.: *[Assinatura]*

Decisão (aprovada)

Presidente da Banca Profa. Dra. **Ana Carolina Eiras Coelho Soares (UFG)**, Ass.: *[Assinatura]*

Decisão (APROVADA)

Reaberta a Sessão Pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, **Marco Aurélio Fernandes Neves**, secretário do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Coordenadora: *[Assinatura]*
Prof.ª. **Fabiana de Souza Fredrigo**

Secretário: *[Assinatura]*
Marco Aurélio Fernandes Neves

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação não se constrói por si só. Muito menos nasce pelos olhos e mãos de uma pessoa apenas. Todo esse trabalho é fruto da minha trajetória acadêmica que se iniciou em 2012 quando ingressei no curso de história na UFG. A sensação é de que foi ontem, e apesar de ainda breve, esse caminho foi, e tem sido recheado de momentos sublimes e pessoas iluminadas.

O momento de agradecer é um momento recompensador, a essa altura, mesmo exausta, reúno minhas últimas forças e com o coração aliviado e saudoso me recordo com carinho de todas aquelas e aqueles que estiveram ao meu lado. Seria errôneo e prepotente afirmar que apenas de solidão é feita uma pós-graduação, não é intenção minha desconsiderar e excluir a participação de todas e todos que me ajudaram, direta ou indiretamente, me incentivando e motivando.

Primeiramente sou grata a duas mulheres me que fizeram crescer como ser humanos e pesquisadora. Muito obrigada à minha querida orientadora Ana Carolina Eiras Coelho Soares, por quem passei a nutrir uma admiração profunda ao longo desses anos de convivência desde o projeto PROLICEN; obrigada ter me orientado de maneira tão dedicada, por ter me inspirado com muitas ideias e sorrisos, me apoiado e me guiado com excelência, sempre acreditando em mim, às vezes mais até do que eu mesma. Sou grata também à querida professora Armênia, que logo no início da graduação me iniciou nos primeiros métodos de pesquisa, grata pela consideração e pelo respeito, por ter me incentivado a seguir o caminho pelo qual optei. Gratidão também a todos os funcionários e técnicos administrativos que mantêm viva a Faculdade de História e a Universidade Federal de Goiás.

Grata ao meu pai e minha mãe, que nem sempre entenderam minhas escolhas, mas que ainda assim, a maneira deles, se compadeceram comigo, sempre me dando apoio incondicional, confiando em mim e não me deixando desistir perante as dificuldades. “Se você chegou até aqui, é porque você pode ir mais além”, disseram eles inúmeras vezes.

Sou grata à todas minhas amigas e amigos que muitas vezes me arrancaram dos solitários momentos da escrita e leitura, para um pouco de descontração e que tentaram das mais variadas e inusitadas maneiras, me motivar quando o ânimo já estava escasso: obrigada pela compreensão que vocês tiveram comigo nas ocasiões em que eu não pude comparecer. Grata, imensamente, aos meus colegas da graduação e da pós-graduação com quem partilhei

sonhos, risadas e frustrações em meio a tantos episódios de angústia e tensão, mas também momentos de realização e felicidade plena.

Sou profundamente grata aos queridos Tomaz Castrillon, Ariel David e Sabrina Costa pela leitura atenta e pelas preciosas sugestões e ao doutorando Paulo Brito que teve a paciência de me indicar livros e locais para pesquisa.

Muitíssimo obrigada também as minhas companheiras e companheiros do grupo de estudo e pesquisa em Gênero (GEPEG-UFG) com os quais partilhei deliciosas reuniões regadas com muito café e entusiasmo. Aos funcionários, estagiários e colaboradores do Arquivo Histórico Estadual, do Laboratório de Pesquisa em História e Centro de Documentação Dalisia Dolles (LaPHIS-CDDD), Instituto Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) e da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG).

Agradeço imensamente às professoras Heloísa Selma Fernandes Capel e Diva do Couto Gontijo Muniz, que com muita boa vontade aceitaram compor a banca de defesa, e ao professor Thiago Fernando Sant'anna que, juntamente com a professora Heloísa Capel, compôs a banca de qualificação. Agradeço também a CAPES pelo fomento que tornou esse trabalho possível.

E por último devo dizer que sou grata a todas as mulheres que no passado batalharam e pelas que hoje ainda lutam para que todas nós mulheres, tenhamos acesso livre e irrestrito a Universidade, para que sejamos sempre donas de nossas ideias, dos nossos corpos e dos nossos sonhos e para que assim possamos competir em igualdade e equivalência com homens, em um mundo que sempre foi tão hostil conosco.

Tenho muito a agradecer, pois sou uma pessoa privilegiada em vários sentidos, pelas oportunidades que a vida me concedeu, pelos pais que eu tenho, pelos laços de amizade que cultivei. Sou muito grata. Pois ainda que eu não possa retribuir diretamente a todas essas pessoas que citei, - e as tantas que não citei-, as maravilhas que elas fizeram por mim, minha gratidão será eterna, minha vida, minha casa e meu coração estarão sempre abertos para todos aqueles que me estenderam a mão nos bons e maus momentos, sem vocês nada disso seria possível.

Olhando fixamente para a revista, enquanto ele a levantava e balançava diante mim como uma isca para peixe, eu a quis. Quis a revista com uma força que fez doerem as pontas dos meus dedos. Ao mesmo tempo vi meu desejo intenso como algo trivial e absurdo, porque outrora havia menosprezado e considerado essas revistas muito levianamente. Eu as havia lido em consultórios de dentistas e às vezes no avião [...]. Depois de folheá-las eu as jogava fora, pois eram infinitamente descartáveis, e um ou dois dias não seria capaz de me lembrar do que tinha nelas. Mas eu lembrava agora. O que havia nelas era promessa. Elas lidavam com transformações, sugeriam uma série infindáveis de possibilidades, estendendo-se como os reflexos em dois espelhos postos de frente um para o outro, prolongando-se ao infinito, réplica após réplica até o ponto de fuga. Sugeriam uma aventura após a outra, um guarda roupa após o outro, uma apropriação após a outra, um homem após o outro. Elas sugeriam rejuvenescimento, dor vencida e transcendida, amor eterno. A verdadeira promessa nelas era a imortalidade.

*Margaret Atwood.
O conto da Aia, 2017.*

RESUMO

O Lar foi um periódico que circulou entre 1926 e 1932 na Cidade de Goiás, pela iniciativa de escritoras goianas interessadas em estimular a produção literária entre as mulheres. Este periódico produziu e reproduziu discursos sustentados por instituições religiosas, políticas e médicas em uma época caracterizada pela modernização política e econômica da sociedade brasileira. Esta dissertação tem por objetivo desembaraçar esse “novelo” de discursos, analisando essa rede discursiva que se impôs sobre os homens e mulheres, investigando as representações e principalmente, analisando as práticas políticas que essas falas tornaram possíveis. Nesse contexto, o periódico defendeu a educação feminina com a intenção incentivar o bom desempenho das mulheres dentro e fora do lar, preparando-as para o cumprimento de funções maternais e matrimoniais, mas também fortalecendo os argumentos feministas em favor do exercício de direitos políticos. Nossa hipótese consiste em considerar que, muito além de uma ferramenta pedagógica de conscientização das mulheres para a vida doméstica, este periódico também foi um instrumento político, um terreno de atuação intelectual das mulheres na vida pública. Nesse sentido o jornal *O Lar*, sob a prerrogativa de desenvolvimento da nação, incentivou a participação dessas mulheres na vida pública do país, por meio da família e até certo ponto, também para além da instituição familiar.

Palavras chaves: Discurso, imprensa feminina, Goiás.

ABSTRACT

O Lar was a periodical produced between 1926 and 1932 in Cidade de Goiás by women writers interested in stimulating literary production among women. This journal produced and reproduced speeches supported by religious, political and medical institutions in an era characterized by the progress and politics and economics modernization of Brazilian society. This dissertation aims to untangle this complex network of discourses that has been imposed on men and women, investigating the representations and, mainly, analyzing the political practices that these speeches made possible. In this context, the journal defended women's education with the intention of encouraging the good performance of women inside and outside the home, preparing them for the fulfillment of maternal and matrimonial functions, but also strengthening feminist arguments in favor of the exercise of political rights. Our hypothesis is to consider that, far beyond a pedagogical tool to raise women's awareness for domestic life, this journal was also a political instrument, an arena for women intellectual activity in public life. In this sense, the newspaper *O Lar*, under the prerogative of the nation's development, encouraged the participation of these women in the public life of the country, not only within the family, but also to a certain extent, beyond the family institution.

Key Words: Speech, women's press, Goiás.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Fotografia de Genezy Castro

Jornal *O Lar*, página 3, edição 74 ----- 19

FIGURA 2 – Fotografia de Maria Fleury de Godoy

Jornal *O Lar*, página 2, edição 74 ----- 21

FIGURA 3 – Fotografia de Oscarlina Alves Pinto

Jornal *O Lar*, capa, edição 25 ----- 25

FIGURA 4 – Cabeçalho

Jornal *O lar*, capa, edição 25 ----- 42

FIGURA 5 – Retratos das colaboradoras Violeta, Darcy, Georgina e Elvira

Jornal *O lar*, página 3, edição 74 ----- 49

FIGURA 6 – Jornal *O Lar*, página 4, edição 74 ----- 51

FIGURA 7 – Detalhe com anúncio da tipografia e papelaria Caetano.

Jornal *O Lar* ----- 53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1. <i>O LAR</i> E OS LARES: CONTEXTO POLÍTICO, IMPRENSA E LITERATURA EM GOIÁS NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	15
1.1. GENEZY, MARIA PAULA E OSCARLINA: MULHERES DAS LETRAS MULHERES DA ELITE.	15
1.2. LITERATURA FEMININA E IMPRENSA: ESCRITA, DISCURSOS E PRÁTICAS POLÍTICAS.	32
1.3. NAS PÁGINAS DO LAR: TRAJETÓRIA DO “EXPOENTE MÁXIMO DA INTELECTUALIDADE FEMININA GOIANA”.....	42
CAPÍTULO 2. POR DENTRO DO LAR: CONTEXTO SOCIAL E OS DISCURSOS SOBRE A MULHER.	59
2.1. DE PECADORAS A REDENTORAS: “AS PATRÍCIAS CRISTÃS”.	59
2.2. É ATRAVÉS DO CASAMENTO QUE SE CONSTRÓI O LAR, DOCE LAR.	71
2.3. A MODA, “RAINHA SOBERANA QUE ESCRAVIZA O CORPO FEMININO”. ...	86
CAPÍTULO 3: POR FORA DO LAR: FEMINISMO, NOVOS DISCURSOS E PRÁTICAS POSSÍVEIS.	103
3.1. MULHERES MODERNAS E O FEMINISMO “BEM COMPORTADO” E PATRIÓTICO.....	103
3.2. A QUESTÃO SUFRAGISTA NO JORNAL <i>O LAR</i>	116
3.3. MOÇAS EDUCADAS, DEFENSORAS DE UMA EDUCAÇÃO ALÉM DO.....	131
BORDADO E DO PIANO.	131
ANEXO I.....	154
REFERÊNCIAS	157

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por objetivo analisar as falas e as práticas relacionadas às mulheres, expressas no periódico goiano *O Lar* que circulou entre 1926 e 1932, na Cidade de Goiás. Por meio da perspectiva dos estudos de gênero, refletimos sobre o contexto e as condições de existência e possibilidade desses discursos, e, conjuntamente, analisamos as representações e as práticas provenientes dessas falas. Nossa pretensão é compreender as mulheres enquanto enunciados, mas também como enunciadoras, que se constituíram através da experiência literária e intelectual. Mulheres da elite goiana que, imersas em tramas de saber e poder reproduziram e resignificaram os discursos a respeito do “feminino”, ao mesmo tempo em que foram afetadas por essas narrativas.

Escrever sobre essas mulheres goianas significa revivê-las, ressuscitá-las, invocá-las a luz da perspectiva de gênero, irrompendo silêncios e restituindo o lugar delas na escrita histórica, deslocando-as de posições subalternas para o centro, restaurando a relevância delas no passado e no presente, proporcionando profundidade histórica a vida das mulheres.

Um esforço que se faz necessário, quando nos damos conta de que as mulheres estiveram, por muitos séculos, silenciadas, como esclarece Michele Perrot (2015). Esse processo de invisibilidade, estudado pela autora francesa, foi o processo pelo qual a história política e econômica, com seus métodos e objetivos, inviabilizou a presença feminina. Podemos afirmar que, por muito tempo, o “direito à História” foi negado às mulheres, apesar disso, foi com a expansão do conceito de fonte histórica e o surgimento de novos temas e perspectivas teóricas, que as mulheres começaram a marcar presença, inicialmente, através de estudos sobre o cotidiano e a vida privada.

Contemporaneamente, os estudos de gênero e de história das mulheres, em diálogo com o movimento feminista dentro das universidades e por meio de inesgotáveis problematizações e das novas questões que nos são colocadas dia após dia, têm nos ajudado a pensar e repensar as diversas categorias que organizam a vida das mulheres.

As mulheres reivindicam a construção de uma nova linguagem, que revele a marca específica do olhar e da experiência cultural e historicamente constituída de si mesmas. Mais do que a inclusão das mulheres no discurso histórico, trata-se, então, de encontrar as categorias adequadas para conhecer os mundos femininos, para falar das práticas das mulheres no passado e no presente e para propor novas possíveis interpretações inimagináveis na ótica masculina (RAGO, 1998, p. 92).

Na historiografia, por muito tempo, foi por meio dos estigmas de mãe, esposa, dona de casa e educadora que as mulheres se viram representadas. Elas se construíam enquanto mulheres, através de modelos que orbitavam ao redor da família, do cuidado com o marido e com os filhos¹.

Qualquer atitude que as desviasse desses propósitos familiares, maternais e matrimoniais era considerada escandalosamente perigosa. No entanto, o receio de serem taxadas de bruxas, transgressoras, rebeldes e vadias, acusadas de estarem questionando seu destino ou negando a sua “natureza”, não impediu que as mulheres batalhassem pelo acesso a novos espaços e novas histórias. A escrita, nesse sentido, foi por elas utilizada como uma forma de romper silêncios e traçar novos caminhos. “A escrita e o saber estiveram [...] relacionados ao poder e foram usados como formas de dominação e de exclusão de determinadas vozes que tentaram ecoar algum som em meio ao silêncio que era imposto para que se mantivesse a ordem social em uma sociedade de base falocêntrica, patriarcal, machista e sexista” (LOSANDRO, 2016, p. 154).

A habilidade da escrita, que ajudava a superar o tédio doméstico, também auxiliou essas mulheres a lidarem consigo mesmas, proporcionando momentos de autorreflexão. A manutenção de diários íntimos era uma prática comum entre as mulheres que tinham o privilégio de saber ler e escrever. Através dessas narrativas íntimas, muitas mulheres tinham a oportunidade de avaliar suas condições, suas condutas e estabelecer sentido² para sua existência. A escrita das mulheres iluminou os caminhos pelos quais elas seguiram, conscientemente ou não, em busca de autonomia e ampliação de seus espaços de poder. Espaços que se ampliaram consideravelmente a partir do momento em que elas se lançaram no universo da literatura inicialmente, eclipsadas por pseudônimos e, posteriormente, enfim, assistindo suas assinaturas inseridas nas colunas de jornais e revista. Tendo seus nomes estampados em livros de própria autoria.

¹ Segundo a filósofa Simone de Beauvoir o que justifica a existência humana é um movimento de transcendência em relação a si mesmo, mas em meio às relações desiguais entre os sexos, os homens teriam impedido a mulher de alcançar essa transcendência, de se definir a partir de si mesmas. Dessa forma, elas se viram diminuídas a condição de “o outro”. A mulher é “o outro” à medida que constrói sua subjetividade em oposição ao homem. Ao longo da história, apenas os sujeitos masculinos teriam sido capazes de se autodefinir, organizar suas vidas em relação a eles mesmos, traçar projetos pessoais, enquanto sobre o feminino recaíam a biologia e a imanência, restando-lhe apenas a alteridade para se constituir enquanto fêmea, organizando sua vida em função de terceiros, que não ela, como o marido e os filhos. Sobre o assunto consultar: BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v.1.

² “O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta” (SPINK; MEDRADO, 2004, p. 41). Para saber mais consultar: SPINK, Mary Jane. *Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

Paulatinamente, essas escritoras, que nem sempre foram reconhecidas socialmente como tal, ou que tiveram seus talentos menosprezados, se dedicavam aos mais diversos assuntos e algumas, optaram, por deliberar publicamente sobre assuntos popularmente conhecidos como “assuntos de mulher”, por intermédio dos meios de comunicação impressos. Assim foram surgindo periódicos especializados que passaram a compor o que consideramos como imprensa feminina.

Por imprensa feminina, portanto, compreendemos aqueles jornais e revistas que tinham como público alvo as mulheres. Em termos práticos a distinção entre uma imprensa feminina e outra masculina é delicada e precária, se considerarmos que os conteúdos não eram rigidamente separados e que os jornais circulavam de mão em mão e dessa forma os periódicos oficiais, e aqueles outros compostos majoritariamente por assunto como política e economia, também poderiam ser manuseados e lidos por mulheres, ainda que elas não fossem o público principal desses jornais. Por outro lado, classificar a imprensa feminina apenas como imprensa, sem pensar em uma distinção de gênero, seria desconsiderar as peculiaridades desses jornais classificados como “femininos”. Apesar de possuírem objetivos básicos semelhantes ao de qualquer modalidade de imprensa - como informar, difundir ideias e formar opiniões - os assuntos, as estratégias discursivas e os recursos linguísticos utilizados nos jornais e revistas femininas se diferenciaram das estratégias, recursos e temas comumente abordados nos jornais de caráter político e partidário voltados para o público masculino³. Contudo, para fins metodológicos, consideramos imprensa feminina não só aquela direcionada às mulheres, mas, principalmente, aquela produzida exclusivamente ou majoritariamente por mulheres, como é o caso da nossa fonte.

A história das mulheres, como explica Tânia de Luca (2008), deve muito aos estudos sobre a imprensa, que ao transformar jornais, revistas, campanhas publicitárias e programas de televisão em ricas fontes de pesquisa, permitiu aos historiadores e historiadoras analisar as representações sociais, as práticas de consumo, costumes e os ideais de felicidade, sensibilidade e sociabilidade. Isso explica nosso interesse nesse tipo de fonte que se afirmou como instrumento de construção e validação de modelos de comportamento. De maneira semelhante aos periódicos direcionados às mulheres, os jornais oficiais de caráter político ou partidário, direcionado aos homens, também trouxeram em suas páginas discursos e representações sobre as mulheres, como demonstrou Sália Barros Diniz em sua dissertação

³ Segundo Dulcília Buitoni (1981), as escritoras e escritores de jornais femininos utilizavam recursos como uma linguagem mais coloquial, palavras meigas ou frases imperativas, na tentativa de criar um vínculo, uma aproximação mais íntima com as leitoras, o que facilitaria o diálogo e a persuasão do público feminino a respeito das ideias contidas na imprensa.

Mulheres na imprensa: Representações femininas no Correio Oficial, Cidade de Goiás (1930-1936).

A imprensa feminina em grande parte validou estereótipos, reforçou papéis sociais de gênero, abraçou e defendeu as diferenças entre homens e mulheres através de discursos que apelam para uma natureza distinta entre os sexos, uma distinção que hoje é explicada historicamente e socialmente. Grande parte das escritoras do início do século XX, afirmaram e defenderam essas diferenças entre sujeitos masculinos e femininos em seus livros e jornais. Para Dulcilia Buitoni (1981), em seu trabalho *Mulher de papel: representações de mulheres pela imprensa feminina*, as representações da mulher na imprensa feminina brasileira durante o século XX podem ser separadas em dois eixos principais: o primeiro, e mais predominante, considerado tradicional por ser orientado pela doutrina cristã, enaltecia as mulheres como mães e esposas; o segundo eixo, com uma atitude ousada e uma postura inovadora, engendrava representações que tinham como foco a reivindicar a presença das mulheres no mundo público.

Não é intenção assumir e defender, em nosso trabalho, essa diferenciação que por muito tempo tem norteado a História das mulheres, e que se desdobrou em uma série de outras clivagens, que vem sendo contestadas, tais quais, corpo e alma, público e privado, emoção e razão, vítimas ou culpadas. Buscamos analisar a natureza dessas diferenças além de perceber como as mulheres se apropriaram dessas diferenças simbólicas para legitimar novas práticas. “Desta forma, não se contentar com um diagnóstico prematuro caracterizando uma especificidade à partir de uma diferença, mas definir a natureza e o assento desta diferença que, mesmo marcando a prática feminina, pode encontrar sua razão num código de comportamento partilhado pelos dois sexos” (CHARTIER, 1995, p. 39).

Apesar de não serem reconstituições precisas de um tempo pretérito, que jamais poderá ser restituído em sua integralidade, essas representações nos ajudam a enxergar como cada época definiu padrões de feminilidade e masculinidade e a compreender como uma realidade social é construída, pensada e dada a ler (CHARTIER, 1987). Contudo, mais do que um espelho da realidade através das quais podemos enxergar claramente as “feições” dessas mulheres, as representações podem ser compreendidas como instâncias instituidoras de práticas que constituíram aquela realidade social. Mais do que “revelarem”, estas representações “constituem” as mulheres. Assim, ao nos depararmos com as representações “femininas” devemos partir de uma perspectiva na qual “não cabe perguntar se uma representação “corresponde” ou não ao “real”, mas, ao invés disso, como as representações

produzem sentidos, quais seus efeitos sobre os sujeitos, como elas constroem o “real” (POLLOCK, 1990, p. 203 apud LOURO, 2011, p. 103).

O uso da imprensa pelo sexo “belo e frágil” pode ser percebido desde a Revolução Francesa⁴. No Brasil, as primeiras folhas surgem partir do século XIX, sendo que o primeiro jornal escrito por elas e para elas no Brasil, foi o *Jornal das senhoras* em 1852, que tinha o objetivo de “propagar a ilustração, e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher”⁵.

Seguindo a mesma proposta dos jornais direcionados as mulheres dos grandes centros, em 1926⁶ na cidade de Goiás⁷, surgiu um “órgão literário e noticioso” chamado *O Lar*. Sua editora chefe foi Oscarlina Alves Pinto⁸ e o restante do corpo editorial era composto majoritariamente por mulheres, das quais podemos citar Genezy de Castro, Graciema Machado, Maria Paula Fleury de Godoy, Floracy Artiaga, Altair de Camargo, Ophelia do Nascimento, Yeda do Nascimento, Maria Ferreira Azevedo e tantas outras colaboradoras que ingressaram ou abandonaram o jornal ao longo dos seus quatro anos de sua existência. *O Lar* também contava com a participação masculina, o aval de homens influentes da sociedade goiana era importante para que o jornal tivesse aceitação, mas foram as mulheres quem mais colaboraram com o jornal.

O Lar era o espelho da alma das mulheres goianas burguesas, pois eram elas que frequentavam as escolas e aprendiam a ler e a escrever. O Lar representa unicamente essas mulheres, as quais reportavam ao feminismo trazendo referências nacionais de Bertha Lutz e o consideravam um movimento

⁴ Excluídas da *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, mulheres como Olympe de Gouges (1748-1793), passaram a distribuir panfletos reivindicando o direito feminino de participação política. Para saber mais consultar: SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: As feministas francesas e os direitos dos homens*. Florianópolis: Mulheres, 2002.

⁵ NORONHA, Joanna Paula Manso. As nossas assinantes. *Jornal das senhoras*, Rio de Janeiro, p.1, 1 de Jan. de 1852, n.1.

⁶ Época em que, segundo Gilberto Mendonça Teles, o estado ainda estaria sofrendo com certo “marasmo cultural” em decorrência das disputas políticas e das perseguições aos opositores: “Foi a transição entre o “bulhonismo” que dominou com o advento da república, e o “caiadismo” que iria dominar por vinte anos, até a Revolução de 30, e que parece haver sufocado qualquer movimento intelectual, principalmente na Cidade de Goiás, onde, de 1913 a 1924, não se verificou a publicação de nenhum livro de literatura” (1995, p. 51). Citamos essa interpretação de Gilberto Mendonça Teles pois, em nossa fonte, por alguns momentos, em textos sobre a literatura e a produção intelectual goiana há menção a um momento de estagnação cultural, mas essa estagnação não é explicitamente atribuídas a questões políticas como propôs Gilberto Mendonça Teles. Tal afirmativa denota um interesse das colaboradoras e colaboradores jornal em enaltecer aquela iniciativa jornalística e literária que estaria surgindo de maneira heróica e triunfante para superar o suposto atraso cultural.

⁷ A Cidade de Goiás surgiu no contexto minerador. Em 1727 os bandeirantes que desbravavam o interior da colônia, fundaram o arraial de Santana, as margens do rio vermelho. Em 1739 essa aglomeração foi elevada a categoria de vila, passando a se chamar Vila boa. Em 1749 recebe o título de capital da Província de Goiás. E em 1818 recebe o nome de Cidade de Goiás, permanecendo como sede do governo goiano até a década de 1930, quando Goiânia se torna a nova capital.

⁸ No capítulo 1 será apresentado um pouco sobre a vida de Oscarlina.

importante, que estava acontecendo em diferentes regiões do país e também em Goiás (DE PAULA, 2014, p. 51).

A proposta do jornal, segundo suas idealizadoras, era promover o que elas chamavam de progresso moral das mulheres, resguardando direitos domésticos, como a maternidade, garantindo a harmonia e o bom funcionamento da família, mas também reivindicando novos direitos políticos, sendo o direito ao voto uma importante bandeira levantada pelo jornal. A historiografia nos aponta que o protagonismo e a atuação política dessas mulheres da elite, repercutiam desde o século anterior a nossa fonte, um exemplo disso foi a presença das mulheres no movimento abolicionista em Goiás⁹.

Isabela Barbosa Freire elaborou um estudo etnográfico sobre o mesmo jornal; em *O Jornal O lar e a escrita de mulheres em Goiás: o entre-lugar das negociações e reiteraões com o poder patriarcal*. Nesse trabalho a pesquisadora compreende o periódico como um “entre-lugar”, local de possibilidades de acordos, reiteraões com os discursos hegemônicos, mas também um local de rompimento e contraposição a esses discursos, essa classificação reitera a condição do jornal como um instrumento político.

O Lar não poderia intitular-se político, no entanto, o era na maior parte do tempo, se considerarmos política para além de configurações partidárias/oligárquicas; considero como político o contexto dos saberes e das estratégias manejadas pelo poder hegemônico, os efeitos do poder na demarcação do Outro e também as estratégias de negociação empreendidas no contexto. O jornal também possuía essa vertente e de várias maneiras inseriu a escrita das mulheres em campos velados pelos discursos masculinistas, pela estrutura machista, autoritária e patriarcal (FREIRE, 2016, p. 108).

As moças que compunham *O Lar* eram intelectuais que se atreveram a escrever e pensar a realidade e a condição de vida das mulheres. Várias delas já haviam publicado livros e outras atuavam também como colaboradoras em diferentes jornais, até mesmo fora do estado de Goiás¹⁰. Isso nos leva a questionar o interesse delas em compilar seus escritos e semear suas ideias em território goiano. Afinal, quem eram essas mulheres e por que elas defendiam com tanto esmero esse projeto, dedicando seu tempo e colocando seus nomes nesse jornal? Como os discursos hegemônicos foram reproduzidos no jornal? Quais os limites

⁹ Para saber mais consultar: SANT’ANNA, Thiago. Mulheres que não eram “sombras no silêncio da noite” práticas abolicionistas femininas na Cidade de Goiás, Séc. XIX. In: CAVALCANTE, Maria Espírito Santo (org.). *Vidas faladas: Mulheres em perspectiva*. Goiânia, 2012.

¹⁰ Maria Paula Fleury Godoy, umas das colaboradoras do jornal sobre a qual falaremos um pouco mais adiante. Ela escreveu também na revista *Fon Fon* (1907) e do *Jornal das Moças* (1914-1965), no Rio de Janeiro e também, na *Revista Feminina* (1914-1936) de São Paulo.

desses discursos? Quais foram as condições de emergência de novos discursos sobre as mulheres? De que maneira esses discursos estiveram relacionados com as práticas intelectuais e políticas dessas mulheres?

Nossa metodologia partiu da leitura minuciosa, do fichamento e da análise da fonte. Percebesse que independente da forma ou do tipo de textos, as temáticas sempre insistem em questões tais como religiosidade, família, beleza, educação, patriotismo, literatura e feminismo; temas comuns às revistas e jornais femininos do mesmo período. Nosso trabalho se centrou sobre esses conteúdos, tomando uma perspectiva qualitativa e não necessariamente uma análise quantitativa. Separamos os textos considerados mais pertinentes de cada temática, pensando na estrutura dos capítulos de acordo com esses temas. Nessa seleção deixamos de lado os textos em verso e nos concentramos nos textos em prosa, notícias, artigos de opinião, contos, crônicas do cotidiano, entre outros, considerando que seria necessária outra metodologia e um esforço diferenciado se optássemos em incluir os textos em versos em nosso estudo.

Optei por fazer uma transcrição da fonte adaptando a linguagem do período para a norma culta atual, sem alterar o sentido, apenas com o intuito de facilitar a compreensão. A preparação de cada capítulo perpassou a leitura de uma bibliografia selecionada e um retorno constante a fonte, transcrevendo, analisando-a, e combinando-a as reflexões concernentes aos conceitos de gênero, discurso, representação e práticas cotidianas, dialogando assim com a historiografia atual. Para otimizar a análise, organizei a leitura do jornal em cinco anos.

- Primeiro ano: 15 de Agosto de 1926 até 15 de Agosto de 1927
- Segundo ano: 1 de setembro de 1927 até 15 de Agosto de 1928
- Terceiro ano: 31 de Agosto de 1928 até 30 de Agosto de 1929
- Quarto ano: 15 de Setembro de 1929 até 31 de Julho de 1930.
- Quinto ano: 31 de junho de 1931 até 15 de Março de 1932.

O Lar pretendia atingir o maior número de pessoas possível, pois acreditamos que esse jornal também dirigia-se, ainda que indiretamente, aos homens. Apesar dos anúncios publicitários reduzidos e do pouco apelo propagandístico, a finalidade do jornal era ser “consumido”¹¹, não no sentido simplesmente de comprado, adquirido, mas também

¹¹ Por consumo concebemos uma prática cultural definida por Michel de Certeau, na qual os usuários de uma determinada cultura absorvem e internalizam discursos e representações dominantes ao mesmo tempo em que, cotidianamente, os resignificam. Nesse sentido os indivíduos denominados de consumidores, silenciosamente e astutamente, fabricam suas próprias *maneiras de fazer* a partir das prerrogativas que lhe foram socialmente impostas. Sendo assim, como consumidores podemos considerar não apenas as leitoras e leitores, mas também, e

assimilado, para que em seguida, as ideias incorporadas promovessem mudanças de comportamento da sociedade em relação às mulheres. Dessa forma, podemos afirmar que os discursos presentes no jornal foram incorporados por leitoras e leitores, e até mesmo pelas próprias escritoras.

Apesar da insistência em falar sobre mulheres e imprensa, reforçamos que nosso objeto insere-se na perspectiva dos estudos das relações de gênero. Sendo assim, gênero é um conceito central em nossa pesquisa. Pensamos gênero como um produto, mas também como um processo de formação, através do qual operam tecnologias sociais, como por exemplo, a imprensa que alimenta e naturaliza as representações de gênero, na medida em que essas representações são disseminadas pelos próprios indivíduos representados (SANT'ANNA, T., 2012).

Gênero é uma categoria relacional, para pensar mulheres é preciso que se pense também sobre os homens, principalmente se consideramos que grande parte dos discursos, através dos quais nos foi possível analisar as relações de gênero e as representações femininas, foram discursos sistematizados pelo poder masculino.

O conceito de gênero, desde que foi criado na atual concepção do termo, conforme Joan Scott, por volta de 1980, vem sendo debatido e repensando, tem sofrido “usos e abusos”¹², por várias autoras e autores, instituições e segmentos sociais, que o defendem ou que o criticam. Desde as primeiras minuciosas leituras da fonte, optamos em nosso trabalho, por tomar gênero como um instrumento que nos ajuda a pensar as desigualdades entre os sujeitos, um mecanismo que questiona hierarquias e convenções socialmente estabelecidas, evidenciando o caráter histórico do ser mulher e do ser homem.

Enquanto para Scott o gênero seria um primeiro modo de dar significado às relações de poder, dentro de uma disputa que é política, para Butler ele seria um meio discursivo, um conjunto de atos reiterados no sentido de regular a sexualidade, seguindo padrões heterossexuais construídos para simularem uma aparência de natureza. De Lauretis (1994) situa gênero no centro da crítica da representação, sendo sua construção produto e processo da representação [...]. Como consenso entre autoras e autores, gênero e poder estariam no centro da hierarquização social, determinando papéis por eles questionados (VEIGA; PEDRO, 2015, p. 305).

principalmente, as próprias escritoras, que também podem ser consideradas público leitor e levando em consideração que o consumo em si é um tipo de produção. Dessa forma, defendemos que as escritoras do jornal analisado, enquanto consumidoras e produtoras, desenvolveram operações “quase microbianas que proliferaram no seio das estruturas tecnocráticas e alteraram seu funcionamento por uma multiplicidade de táticas articuladas sobre os detalhes do cotidiano” (1994, p. 41).

¹² Referência ao texto: SCOTT, Joan. *Os usos e abusos do gênero*. Trad. Ana Carolina Eiras Coelho Soares, Revista Projeto História, São Paulo, n. 45, p.327-351, 2012.

Com um discurso essencialista, a nossa fonte aborda questões como maternidade, casamento, amor e família. Acreditava-se que as características atribuídas às mulheres eram na verdade características inatas e comuns a todas as mulheres, um tipo de “alma feminina” que naturalmente as tornavam propensas ao cuidado dos filhos e da casa. Por outro lado, coexistia a defesa de que essa possível “essência feminina” não as impediria de desenvolver ou adquirir habilidades compatíveis com o “mundo dos homens”. Esses novos discursos, considerados modernos, elaboraram discursivamente os sujeitos femininos e masculinos, validaram as novas representações sobre a mulher e engendraram novas práticas, políticas e intelectuais, que abriram caminho para as mulheres que se colocavam socialmente, como candidatas, eleitoras, professoras, estudantes, advogadas, médicas etc.

Tratar a emergência de uma nova identidade como um evento discursivo não significa uma nova forma de determinismo linguístico, ou destituir sujeitos de sua capacidade de agenciamento. Significa recusar a separação entre “experiência” e linguagem e insistir na qualidade produtiva do discurso (SCOTT, 1999, p. 42).

Tomando como base as reflexões de Michel Foucault (2009, 2015) e suas preocupações a respeito das relações de poder e saber na constituição dos indivíduos, constatamos que o enunciado proferido por essas mulheres implica na inscrição delas não apenas como objeto, mas também como sujeito da e na história. O sujeito pode ser definido como aquele que produz os enunciados, mas que ao mesmo tempo, é produzido, constituído e atravessado por eles, ou seja, esses discursos emanaram das mulheres por meio do jornal, ao mesmo tempo em que as construíram discursivamente.

Discurso pode ser definido, conforme explica Foucault, como conjuntos de enunciados de um determinado saber articulados entre si, regidos por práticas discursivas¹³ que se apoiam em um mesmo sistema de formação, sendo assim, podemos falar em discurso médico, jurídico e religioso. O processo de transformação dos sujeitos em homens ou em mulheres na contemporaneidade dependeu da instituição de discursos que produzem efeitos de verdade. Por “verdade”, Foucault (2015) considera um conjunto de procedimentos ligados a um sistema de poder e que são reguladores, que atuam para o funcionamento e a circulação dos enunciados que são as bases dos discursos. Discursos para os quais nos atentamos no jornal *O Lar*, mas que também estiveram presentes em tantos textos da imprensa.

¹³ A respeito do conceito de práticas discursivas, Spink (2004) as define como linguagem em ação, formas pelas quais as pessoas produzem sentido no cotidiano e estabelecem relações sociais.

Foucault (apud SARGENTINI, 2004) explica que discursos são regulados por meio de tramas de poder e saber que norteiam e regulamentam as relações entre os indivíduos. Ao falar sobre si, as mulheres levaram em consideração seu conhecimento de mundo, suas experiências dentro e fora de casa. Nesse sentido, abordar as construções discursivas sobre as mulheres não implica necessariamente recorrer a análises psicológicas, mas sim, adentrá-las, através de suas ideias e dos seus escritos.

Precisamos dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Não são os indivíduos que tem experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência. Experiência, de acordo, com essa definição, torna-se não a origem da nossa explicação [...], mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento (SCOTT, 1999, p. 27).

Ao traçarmos a história dessas mulheres, não almejamos reduzir essas mulheres de “carne e osso” a uma identidade, principalmente se considerarmos que identidades são categorias históricas, maleáveis, transitórias e perenes. É primordial que pensemos essas mulheres “em sua multiplicidade, já situadas historicamente, imersas nas suas condições de possibilidades específicas, constituídas em experiências diferenciadas. A experiência dessas mulheres é a própria história deles, enquanto sujeito” (SANT’ANNA, T., 2008, p. 172).

No primeiro capítulo “O Lar e os lares: contexto político, imprensa e literatura em Goiás no início do século XX” apresentaremos, rapidamente, três importantes personagens que estiveram envolvidas diretamente nesse projeto. As consideramos importantes em razão de suas posições de autoridade dentro do jornal, Oscarlina Alves Pinto foi a diretora e Genezy Castro foi vice diretora; e em função da constante publicação de textos, nesse caso destacamos também, Maria Paula Fleury de Godoy, uma das colaboradora mais assídua e participantes. Localizamos essas mulheres dentro de um contexto político marcado pela hegemonia da oligarquia Caiado em Goiás, e ressaltamos como a condição social delas, enquanto mulheres de elite, foi relevante para tornar possível a elaboração do jornal. Destacamos também a intencionalidade política dessas mulheres que se projetaram na cena pública e intelectual de Goiás, através de outras iniciativas, como, por exemplo, a organização do Gabinete Literário. Ainda nesse capítulo, no tópico seguinte, tecemos algumas considerações sobre a atividade intelectual das mulheres articulando imprensa e literatura, evidenciando a importância que a atividade literária desempenhou na vida dessas mulheres que buscavam uma maior atuação e reconhecimento público e político e, por fim,

apresentamos nossa fonte, a trajetória do periódico ao longo dos seus cincos de existência, suas colunas mais relevantes e os temas mais frequentes.

No capítulo seguinte, “Por dentro do lar: contexto social e os discursos tradicionais sobre a mulher”, analisamos os discursos dominantes que naturalizaram representações como a mãe-esposa. Tais representações foram estruturadas a partir de noções essencialistas sobre as mulheres e nos revelam uma mulher destinada a casar-se e gerar filhos. As funções de esposa e mãe não são pensadas separadamente, pois o dever materno era uma finalidade última, que só seria alcançada de maneira adequada e saudável através do casamento, regulado por regras civis e católicas. Nesse sentido para ser mãe, era necessário primeiro ser esposa e sendo esposa, era indispensável que fosse também, mãe.

Afirmamos que esses discursos expressaram a dominação e a sujeição a qual as mulheres tiveram que se submeter, sem nos esquecermos de que essa dominação é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída e que se pretende e se afirma como algo natural, absoluto e universal (CHARTIER, 1995). Avaliamos simultaneamente, as brechas e limitações desses discursos de diferenciação de gênero que, historicamente, objetivavam empurrar as mulheres para o mundo doméstico e colocar os homens no ambiente público, tentando tornar ambos os gêneros aptos apenas para pensar e agir dentro dos limites desses respectivos domínios.

Consideramos a Igreja como uma instituição determinante na produção desses discursos, que ecoaram pelo jornal. Dessa forma, partimos da religiosidade e dedicamos a esse assunto o primeiro tópico do segundo capítulo: “De pecadoras a redentoras: as patrícias cristãs”. Para pensarmos os discursos específicos sobre a família e o corpo das mulheres, que são impregnados por ponderações do clero católico, que colaborou diretamente para desenhar a mulher-esposa-mãe, figura sob a qual estruturamos os dois tópicos seguintes, denominados respectivamente: “É através do casamento que se constrói o Lar, doce Lar” e “A moda, rainha soberana que escraviza o corpo feminino”. Nesses últimos dois tópicos do segundo capítulo, analisamos as construções simbólicas e discursivas sobre a mãe de família e a mulher bela, entrevedo também os limites do controle das instituições sociais, considerando que as mulheres foram conquistando poder e uma relativa autonomia mesmo desempenhando funções ligadas ao ambiente doméstico, mas que, por outro lado, na medida em que adquiria maior liberdade para manipular sua aparência, e lidar com seu corpo, as mulheres foram se tornando cada vez mais vigiadas e censuradas.

Poderíamos parar por aí, e concluir o quanto *O Lar* fez parte de uma imprensa que corroborou exclusivamente com a perpetuação e naturalização das desigualdades de gênero, como já concluíram alguns estudos sobre a imprensa feminina¹⁴, mas atentos às fissuras, as tensões e as descontinuidades dessas práticas discursivas que se entrelaçam nas páginas da nossa fonte, partimos para o terceiro e último capítulo, onde apresentamos as vicissitudes da atuação dessas mulheres, voltadas para a conquista e consolidação do direito de instrução e de voto.

Na medida em que as mulheres foram sendo inseridas nas universidades e no mercado de trabalho, surgem novos discursos que vão, ora legitimar, ora desestimar a presença delas fora do lar. No início do século XX a sociedade goiana já não esperava que as mulheres se comportassem exatamente como suas antepassadas do século XIX. Apesar de periférico, os novos discursos de tendência feminista, que defendiam o direito das mulheres, não deixaram de dialogar com os discursos dominantes explicitados no capítulo anterior. E esse diálogo, influenciou e favoreceu determinadas práticas políticas para as quais nos atentamos no terceiro capítulo.

No terceiro capítulo, “Por fora do lar: contexto político e o discurso feminista em Goiás”, refletimos a respeito das práticas feministas dessas mulheres da elite. Nesse último capítulo, avaliamos as conquistas da vida pública, pensando o avanço das mulheres em direção a uma “emancipação condicionada”, que apesar de continuar atrelada ao lar, veio a inserir rupturas no cotidiano dessas mulheres. Nesse sentido, apontamos possíveis práticas que nascem dos usos do consentimento e as táticas empreendidas pela astúcia e criatividade de mulheres que se apropriam dos discursos e reinventam seu local na sociedade.

Tomamos a atuação dessas escritoras na perspectiva política através do tópico “Mulheres modernas e o feminismo bem comportado e patriótico” pensando sobre como o discurso de modernidade técnica e política em Goiás favoreceu ao interesse de algumas mulheres em fortalecer o movimento feminista em Goiás, mediante a justificativa de estarem colaborando com o progresso da nação. No tópico seguinte, “A questão sufragista no jornal *O Lar*”, avaliamos especificamente as opiniões que emergem em no jornal a respeito do movimento sufragista, tratado por nós como um desdobramento, uma vertente do movimento feminista. Evidenciamos a forma com que essas opiniões mobilizam determinadas representações e argumentos. Por último, no tópico *mulheres educadas, defensoras de uma educação para além do piano e do bordado* discutimos a educação, como outro importante

¹⁴ Sobre o assunto consultar: BUITONI, Dulcília. *Mulher de papel: representações de mulheres pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo, Loyola, 1981.

direito que o movimento feminista defendeu, tendo em vista que mesmo servindo em parte para reforçar os papéis tradicionais e adestrar os corpos, a educação também foi um mecanismo de resistência, como uma prática política e intelectual que juntamente com a conquista do voto, ajudou a questionar a condição das mulheres e significou novas possibilidades de atuação na vida pública.

O título dessa dissertação explicita a relação de aproximação, interdependência e coexistência das esferas públicas e privadas que identifiquei ao longo do desenvolvimento da pesquisa e também ressalta a hipótese de que o jornal tenha servido como instrumento de atuação política no meio público. O termo “feminino”, entre aspas, expressa a nossa perspectiva sobre os sujeitos femininos calcada na construção social e não no sexo. Ainda que, em nossa fonte “a mulher” seja tomada como universal, definida essencialmente a partir de suas características sexuais e físicas, nossa análise nos permite vislumbrar padrões de feminilidade e masculinidade que se constroem socialmente através de práticas e discursos. Tal suposição, como propõe Linda Nicholson, não refuta a ideia que o corpo binário, não teve importante função na organização das distinções masculino/feminino, bem como também não esvazia de sentido a categoria “mulheres”:

Sugiro pensarmos o sentido de “mulheres” como capaz de ilustrar o mapa de semelhanças e diferenças que se cruzam. Nesse mapa o corpo não desaparece; ele se torna uma variável historicamente específica cujo sentido e importância são reconhecidos como potencialmente diferentes em contextos históricos variáveis (NICHOLSON, 2000, p. 28).

Essa dissertação não visa apontar origens, nem fortalecer ou legitimar possíveis identidades, já que a história na perspectiva *foucaultiana* “não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas, ao contrário se obstina em dissipá-las; ela não pretende demarcar o território único de onde viemos, [...] ela [a história] pretende fazer aparecer as descontinuidades que nos atravessam” (FOUCAULT, 2015, p. 83). Dessa maneira, analiso as relações estabelecidas entre os discursos e as práticas sociais, acumulando esforços ao redor dos estudos de gênero e história das mulheres em Goiás, sem desconsiderar a eficácia dos dispositivos de dominação, e de uma violência simbólica, mas também elucidando os limites desses discursos quando revertidos em práticas sociais e políticas, através das representações e da construção de sentido no cotidiano.

As interpretações suscitadas a partir do jornal *O Lar*, podem não assegurar que o que foi publicado em suas páginas a respeito das relações de gênero, represente a experiência de

vida de homens e mulheres em Goiás, mas inegavelmente indica um enredo possível de práticas discursivas. Os discursos conflitantes, “novos ou antigos”, “tradicionalistas ou inovadores”, “hegemônicos ou não hegemônicos” pressupõem interesses, ambições e foram interpretados como instrumentos de ação sobre a realidade social.

Esmiuçar o percurso dessas personagens goianas, tornando a iniciativa literária e intelectual delas visível e notória, faz-se um desafio profissional, uma realização pessoal, e também um ato político, tendo em vista que, como historiara entendo que o conhecimento e as narrativas do passado inserem-se em jogos de poderes e saberes. O que essas mulheres goianas se propuseram a fazer também foi um ato político, se considerarmos política, como define Joan Scott (1992), um ato que reproduz ou desafia sistemas de convicção e prática que determinam identidades coletivas e individuais, que por sua vez regulam as relações entre indivíduos e coletividades.

CAPÍTULO 1. O LAR E OS LARES: CONTEXTO POLÍTICO, IMPRENSA E LITERATURA EM GOIÁS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

1.1. GENEZY, MARIA PAULA E OSCARLINA: MULHERES DAS LETRAS MULHERES DA ELITE.

“A mulher é a jardineira ideal da flor dos sonhos. Dá-lhe o melhor de seus carinhos, de seu amor, de sua bondade. E para que viva é capaz de nutri-la com seu sangue e suas lágrimas”¹⁵

Desde o Império a elite latifundiária compunha os bastidores da política nacional, mas foi durante a primeira república, marcada pela política dos governadores¹⁶, que o poder dessas oligarquias foi fortalecido. A República assistiu a consolidação da figura do Coronel¹⁷, detentor do poder político e econômico, disseminador de valores como valentia e brabeza. O coronel é o homem macho forte e viril, é o poderoso chefe de um sistema social, um homem temido e admirado, mais influente socialmente do que os clérigos, os médicos ou os advogados (VILLAÇA, 1965 apud FERREIRA, 1998), e entorno do qual orbitava parentes, agregados, aliados e inimigos, personagens de uma trama política permeada por práticas autoritárias e truculentas, rixas e ameaças que estamparam os periódicos políticos goianos no início do século XX¹⁸.

Os governos estaduais na primeira república organizaram-se em torno de elites oligárquicas locais aliadas ao governo federal. As oligarquias formavam o grupo dirigente da sociedade brasileira e de maneira geral, todos aqueles que não faziam parte da oligarquia eram dirigidos por ela. Em Goiás, no início do século XX, os dirigidos compunham um imenso grupo de pessoas com a vida ligada ao campo, com acesso restrito a terra, a educação e ao

¹⁵ GODOY, Maria Paula Fleury de. O lar. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.7, 15 de Agosto de 1927, nº 25.

¹⁶ “O modelo adotado na República Velha (1889-1930) foi a política dos governadores, liderada pelo presidente Campos Sales (1898-1902). Esta política foi responsável pela solução dos impasses criados pelas contradições entre os poderes executivo e legislativo. Dela resultaram o predomínio do poder executivo (nas esferas estadual, federal e municipal) e a consolidação do poder das oligarquias” (FERREIRA, 1998, p. 51).

¹⁷ O coronelismo é considerado uma prática política que floresceu na primeira república, mas que encontra suas raízes ainda no império (QUEIROZ, 1976 apud FERREIRA, 1998, p. 56).

¹⁸ Os dois jornais mais importantes do período foram *O Democrata* e *A voz do povo*. O primeiro representava o governo Caiado e o segundo esteve ligado à oposição. Para saber mais consultar: ARRAIS, Cristiano Alencar. *Mobilidade Discursiva: o periodismo político em Goiás*. Goiânia: UFG, 2013.

poder. Por outro lado, a oligarquia, grupo dirigente, caracterizou-se pela concentração fundiária, mas também pela posse de diplomas de bacharelado, geralmente em cursos de direito ou medicina. Dessa forma, além de detentoras do poder econômico - através da produção pecuarista, e da presença no executivo, legislativo e no judiciário - as principais famílias goianas constituíram também uma elite intelectual e cultural interada aos ideais que circulavam nos grandes centros. Segundo Nars Chaul a vida cultural das elites oligarquias, como os Bulhões e os Caiado, esteve inserida em uma dinâmica que ia “do francês a ópera, da fazenda ao diploma de curso superior, do berrante ao apito do trem” (2015, p. 170).

Por elite podemos definir os “indivíduos que ocupam posição-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros” (HEINZ, 2006, apud VIEIRA, 2016, p. 447). Apesar dessa definição geral, cada período histórico possui critérios diferentes para determinar o que significa “ser de elite”, vale ressaltar também que cada grupo local possuía características próprias. Em Goiás, por exemplo, no começo do século XIX o vocábulo elite não era usual, mas havia outras denominações para designar os dirigentes da sociedade. Circulavam na imprensa expressões como “homem bom”, usada desde o período colonial, além de outras denominações como “pessoas gradas”, “homens probos”, “homens ilustres” e outros, geralmente fazendo referência a sujeitos masculinos¹⁹, como constata Martha Victor Viera (2016) ao analisar o perfil da elite goiana no período Imperial.

A autora supracitada organiza a elite do século XIX em política e eclesiástica, esses dois segmentos não necessariamente eram antagônicos, já que na maioria das vezes mantinham relações de apoio mútuo. A elite política era ligada a funções militares, ou a posse de bens, ocupava cargos públicos conforme nomeação do governo central. Esse grupo, normalmente, era o mesmo que detinham o poder econômico, principalmente através da posse de terras.

Alguns sobrenomes são lembrados como sinônimo de elite oligárquica em Goiás, os dois mais famosos foram os já citados Bulhões e Caiado. A partir do início do século XX “os Caiado” organizaram-se de maneira a permanecer até hoje no cenário político, mesmo após a perda de hegemonia política em decorrência da revolução de 30²⁰. Essa importante oligarquia

¹⁹ Na nossa fonte, a palavra elite não é muito usual, em seu lugar e muito utilizado o termo patrício e patrícia para designar pessoas consideradas de relevância social, intelectual e política, tanto mulheres quanto homens.

²⁰ Gracy Tadeu Ferreira explica que os motivos que levaram a família Caiado a perpetuar sua influência e poder no estado não se restringem apenas as práticas violentas, típicas do coronelismo ou pelo poder econômico expresso através da imensa quantidade de bens e propriedades. A capacidade de articulação política para garantiam os interesses da família mesmo nas situações desfavoráveis, a valorização da tradição e da memória construída sobre a família com base no passado de descendência nobre e feitos heroicos, ajudaram os Caiados a

entrou em cena por volta de 1912 e se tornou o centro da vida política goiana, sendo Brasil Ramos Caiado e Antônio Ramos Caiado, conhecido como Totó Caiado, as figuras masculinas principais, privilegiadas pelas narrativas históricas da política em Goiás durante a República Oligárquica²¹.

Na década de 20 a elite goiana era constituída pelo núcleo central Caiado que ampliava e fortalecia sua influência através de casamentos estratégicos com famílias importantes de outras regiões do Brasil ou de outras partes do estado. Parte das colaboradoras do jornal *O Lar* convivia diretamente ou faziam parte desta família.

Durante a década de 20, período de hegemonia *caiadista*²², grande parte das famílias mais abastadas de Goiás, como os Fleury Curado, os Godoy, os Amorin, os Alencastro, os Alves Castro, os Jubé, os Azevedo, os Jayme e outros, estiveram diretamente ligadas ao grupo Caiado, ocupando cargos no governo e participando de uma base aliada ou em alguns casos, integrando os grupos de oposição. Parte dos laços era estabelecido por acordos matrimoniais.

“Casar-bem” era o objetivo da “política de casamento” da família Caiado. Sobre essas estratégias matrimoniais, Miriam Bianca Amaral Ribeiro tece algumas importantes considerações. Segundo esta pesquisadora, a oligarquia Caiado desenvolveu estratégias matrimônias com intuito de agrupar em torno de si os demais sujeitos que dirigiam e influenciavam politicamente a sociedade, sendo essas estratégias um dos motivos responsáveis pela permanência política desse grupo. “A genealogia funcionou, portanto, como capital político acumulado, possibilitando a continuidade e solidez ao poder social, domínio temporal e capacidade de adaptação” (1998, p. 294).

Esse sistema patrilinear²³ fez dos homens, os únicos transmissores do sobrenome aos descendentes. Dessa forma os homens eram orientados a casar-se com mulheres de famílias

construir um patrimônio político, um *habitus* que orienta estratégias e práticas inconscientes ou parcialmente conscientes assegurando a construção do sujeito da família Caiado e da própria família, um capital político que explica a influência dos Caiado Até hoje. Sobre o assunto consultar: CHAUL, Nars Fayad (Coord.). *Coronelismo em Goiás: Estudo de casos e família*. Goiânia: Mestrado em História/UFG, 1998.

²¹ Em seu estudo sobre as representações literárias do coronelismo em Goiás, Gracy Tadeu Ferreira (1998) identificou que tanto a historiografia quanto as representações literárias sobre o coronelismo foram marcadas pelo o predomínio de figuras masculinas. Para saber mais consultar: *O coronelismo no estado de Goiás (1889-1930): as construções feitas do fenômeno pela história e literatura*. In: CHAUL, Nars Fayad (coord.). *Coronelismo em Goiás: Estudo de casos e famílias*. Goiânia, Mestrado em História/UFG, 1998.

²² Nem todos usufruíam igualmente dessa influência garantida pela posse desse sobrenome, pois havia disputas e desentendimentos entre próprios integrantes da família. Um exemplo famoso foi o caso protagonizado por Mário de Alencastro Caiado, juiz goiano pertencente ao ramo dos Caiado-Alencastro, que rivalizou com seu primo, Toto Caiado, ao ponto de se aliar com Pedro Ludovico para fortalecer a oposição que tomaria o poder em 1930. Mário Caiado fundou em 1927 o mais famoso jornal de oposição aos Caiados, *A Voz do Povo*. Esse jornal serviu para unir a oposição e contou com a participação de Americano do Brasil e Colemar Natal e Silva.

²³ “No sistema patrilinear, os homens herdaram do pai os bens e os títulos honoríficos. Só se reconhecem como parentes os que o são pela linha paterna” (PIRES, 2000, p. 626).

locais, para não abandonar Goiás e conseqüentemente não enfraquecer o eixo político central da família - as mulheres também se casavam localmente, mas segundo Miriam Ribeiro, nesse período que antecede 1930, elas se casaram de maneira a constituir alianças externas a cidade de Goiás, expandindo a influência da família por todo estado de Goiás.

Nas entrevistas e fontes recolhidas por Miriam Ribeiro, as mulheres da família Caiado²⁴ eram consideradas, principalmente dentro do círculo familiar, como mulheres fortes, duronas e atuantes, sendo tarefa delas, tanto das casadas quanto das solteiras, garantir que os homens da família fossem capazes de perpetuar a hegemonia política de seus sobrenomes. Essas mulheres mesmo não transmitindo o sobrenome, estiveram envolvidas em relações de poder que lhes conferiam atuação política e um posicionamento distinto das demais mulheres da sociedade, intervindo diretamente na consolidação do poder político da família, fenômeno que aconteceu não apenas em Goiás, mas em outras regiões do Brasil²⁵. Elas precisavam saber “ser mulher” e “ser Caiado”, sendo que “o cargo que o marido assumia era decorrente do casamento e não o contrário. Ela era o vínculo que também compunha a direção central, não o marido, apesar de ser dele a aparência pública do controle” (RIBEIRO, 1998, p. 308).

Os casamentos fundados em alianças políticas, no entanto, tiveram que se adaptar ao novo cenário de valorização do amor romântico, característico do início do século XX. Aumentavam-se as críticas dirigidas aos casamentos por conveniência e valorizava-se cada vez mais a escolha pessoal dos cônjuges²⁶. Sendo assim, as mulheres desta família possuíam uma “liberdade restrita” para escolher seus pretendentes, desde que o rapaz não estivesse fora de seu círculo social. Essas moças eram educadas para se casar com homens de uma mesma posição social que a delas, por isso dificilmente alguma delas se interessaria por rapazes que

²⁴ Sobre as mulheres que marcaram a história da família Caiado “merece destaque especial o nome de Julieta Caiado Fleury (1908-2002), primeira mulher no Estado de Goiás a ser vereadora [...]. Natural da Cidade de Goiás, era filha de Vicente Miguel da Silva Abreu e de Eugênia Caiado Fleury, casou-se em Goiânia com o advogado Dr. Leopoldo de Souza, este natural de Caldas Novas. No campo da cultura e da educação teve destaque [...], Consuelo Caiado (1899-1981), farmacêutica e uma das diretoras do Gabinete Literário Goiano em sua fase mais produtiva, além de guardiã de precioso arquivo referente à história de Goiás. Outro grande destaque coube a Illydia Maria Perillo Caiado (1894-1971) uma das pioneiras da literatura feminina em Goiás, colaboradora do jornal *A Rosa* em 1907, eleita ainda a “Mais elegante senhorita goiana” no primeiro concurso de Miss Goiás em 1909; Comary Caiado de Castro (1902-1981) que foi aluna do Colégio Sion em Petrópolis e como primeira-dama da antiga capital de Goiás (de 1919-1923) na gestão de seu esposo Lincoln Caiado de Castro, foi idealizadora da construção do jardim fechado da praça do jardim (hoje Dr. Tasso Camargo) [...]; Anita Fleury Perillo (1898-1973) farmacêutica na velha capital, Tereza de Alencastro Caiado de Godoy (1875-1958) poeta de rara sensibilidade [...] Brásilete Caiado, mulher de tempera e acentuada cultura, esteio firme da intelectualidade vilaboense a quem muito devemos a Goiás o título de Patrimônio da Humanidade; Iracema Caiado de Castro Zilli, competente professora e energética advogada”. CURADO, Bento. Colégio Estadual Senador Antonio Ramos Caiado. In: Portal SEDUC/GO. Disponível em: <<https://goo.gl/6XngfH>> Acesso em: nov.2017.

²⁵ Joana Maria Pedro em seu livro, *Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe* (1994), analisa, também através da imprensa e de outras fontes, o papel feminino na consolidação das elites em Santa Catarina.

²⁶ Essa valorização do amor romântico será abordada adequadamente no capítulo seguinte.

não partilhassem da mesma situação econômica ou que viessem de famílias com atuação política inexpressiva. Os casamentos deveriam aumentar o patrimônio político e econômico da família, um tipo de exigência comum às elites (RIBEIRO, 1998).

Vale lembrar que a educação delas também garantia uma escolha “consciente”. Arrumar um casamento que fosse interessante para a família era uma responsabilidade moral, que elas desempenhavam com orgulho e que não necessariamente representava um drama pessoal. A tensão entre liberdade para amar e a necessidade de suprir os interesses da família se mantinha de maneira equilibrada. “Os casamentos do início do século XX já teriam que considerar os novos elementos colocados pela ampliação das referências estratégicas ao mesmo tempo em que deveria estabelecer a fusão entre amor e casamento” (RIBEIRO, 1998 p. 315).

Uma das mais importantes alianças políticas estabelecidas nas primeiras décadas do século XX foi resultado da união entre os Caiado e os Alves Castro²⁷. Essa união, no auge da política *caiadista*, foi um evento tão relevante que de uma só vez três irmãs da família Caiado se casaram com três irmãos da família Alves Castro²⁸. Assim assegurando uma aliança material e política (RIBEIRO, 1998). Dessa união entre famílias, nasceu em 1908, na cidade de Goiás, uma das colaboradoras mais relevantes do jornal: Genezy de Castro.



Figura 1. Detalhe da foto da página 3 da edição nº 74 onde é possível ver o retrato de Genezy de Castro seguido de um pequeno texto em elogio a ela. Arquivo pessoal. Foto tirada no Arquivo Histórico Estadual, Goiânia. Dez.2017.

²⁷ “O casamento dos Alves Castro com os Caiado foi um arranjo, conveniência. As famílias em Goiás naquele tempo casavam sempre em consequência de um arranjo. Um ou outro mais romântico casava por romantismo. A pobreza era muito grande. Um pouquinho de riqueza que havia era muito escassa e os grupos não queriam abrir mão disso” (BERNADO, ÉLIS apud RIBEIRO, 1998, p.298).

²⁸ Colombina casou-se com o médico e político Dr. Agenor Alves de Castro, Terezina desposou o também político João Alves de Castro e Tarsila se uniu a Joviano Alves de Castro.

Genezy foi figura importante dentro do jornal *O Lar*, ocupando o cargo de vice diretora entre 31 de Março de 1929 e 15 de Julho de 1931. Ela também fez parte da diretoria do Gabinete Literário Goiano, foi redatora em *A folha Goyana*, jornal do Gabinete, além de participar da *Revista Oeste*, *Revista de Educação do Estado de Goiás* e do jornal *O Popular*. Foi aluna do Colégio Sant'anna, onde se formou normalista. Começou a dar aula ainda na Cidade de Goiás e fez especialização em Língua Francesa, foi professora da Escola Normal e posteriormente do Instituto de Educação de Goiás, já em Goiânia²⁹. Essa importante cronista que pertencia ao grupo Caiado por parte de mãe (era filha de Tarsila Caiado de Castro e Joviano Alves de Castro) se casou com Colemar Natal e Silva³⁰.

Celebrada pelo jornal na edição de 31 de Julho de 1931, a união entre Genezy e Colemar foi considerada pela historiografia como um casamento atípico, um “Romeu e Julieta possível” (RIBEIRO, 1998). Ainda que ambos fizessem parte da elite política e intelectual de Goiás, o enlace aconteceu sem interesses políticos aparentes, e vale ressaltar que Colemar aparentemente se opôs ao poder Caiado ao se posicionar a favor da mudança da capital para Goiânia, fato que acarretaria no enfraquecimento político *caiadista*.

Outra importante colaboradora do jornal, ligada à família Caiado, foi Maria Paula Fleury de Godoy. Professora de português na Escola Normal de Goiás, Maria Paula também foi uma escritora reconhecida nacionalmente e considerada pioneira do modernismo em Goiás. Maria Paula nasceu no Rio de Janeiro em 1894. Sua atuação extrapolou o campo da literatura: ela trabalhou no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e participou do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de Goiânia. Seus pais, Sebastião Fleury Curado e Augusta Faro Fleury Curado, eram importantes figuras da sociedade

²⁹ Genezy também foi professora de francês da Universidade Federal de Goiás e membro efetivo e fundador da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG - Cadeira nº 13) e da Academia Trindadense de Letras. CURADO, Fleury. Colégio estadual Dr. Colemar Natal e Silva. CURADO, Fleury. In: Portal SEDUC/GO. Disponível em: <<https://goo.gl/RdwmYC>> Acesso em: ago.2017.

³⁰ “Colemar Natal e Silva foi um grande ícone da cultura e do Direito em Goiás. Nasceu em Niquelândia, antiga São José do Tocantins dos áureos tempos do ouro do norte de Goiás, no dia 24 de agosto de 1907, filho de Marcelo Francisco Silva, jurista goiano e Eurídice Natal e Silva, pianista e escritora que, em 1904, na Cidade de Goiás, fundou a Academia de Letras de Goyaz, sendo sua primeira presidente. [...] Ingressou no tradicional Lyceu de Goyaz onde fez o curso secundário, passando depois para a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro fundou o *Centro Goyano*, mais tarde, *Associação Goyana*, na antiga Capital Federal. [...] Em 1930, com a mudança política gerada pela Revolução, Colemar Natal e Silva, já formado, retornou à Cidade de Goiás onde passou a lecionar História do Brasil e da Civilização, na antiga Escola Normal Oficial de Goyaz; Sociologia, no Lyceu de Goyaz e Introdução à Ciência do Direito, na Faculdade de Direito de Goiás. [...] Em 1932, foi nomeado secretário da Comissão encarregada da escolha do local da nova capital de Goiás e, também, nesse mesmo ano, fundou o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, até hoje com função enobrecedora em Goiânia. [...] Em Goiânia, Colemar Natal e Silva deu vazão à sua grande inteligência. Fundou a Academia Goiana de Letras e em 1939, o Instituto dos Advogados de Goiás; transferiu para aqui o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, publicou o volumoso trabalho *História de Goiás*, em 1935; lecionou em diversas instituições e, em 1960, fundou a Universidade Federal de Goiás, seu primeiro reitor”. CURADO, Fleury. Op. Cit.

Goiana³¹. Seu pai era escritor e abolicionista, fundou o jornal *O Goyano*, foi professor e diretor da Faculdade de Direito de Goiás (1932).

Sua mãe, Augusta, foi uma importante escritora, poetisa e pianista, havia residido em Paris, o que lhe permitiu estudar francês e em detrimento dessa formação letrada ela estimulou suas filhas a estudarem e escreverem. Augusta trouxe o primeiro piano para Goiás, presente do marido, que veio de São Paulo trazido de carro de boi e foi motivo de muita surpresa e admiração por parte da população, pouco acostumada com aquele instrumento musical.



Figura 2. Recorte da página 2 da edição nº74 onde é possível ver uma foto de Maria Paula Fleury de Godoy ao lado de um pequeno texto, sem autoria, sobre ela. . Arquivo pessoal. Foto tirada no Arquivo Histórico Estadual, Goiânia. Dez.2017.

³¹ Eles eram primos e se casaram no Rio de Janeiro em 1893. Eles permaneceram no Rio até Sebastião Fleury ser convidado a representar Goiás no Congresso Federal, o que levou a família a se mudar para Goiás. A viagem entre a capital federal e a capital Goiana durou 58 dias. Toda essa trajetória foi minuciosamente descrita por Augusta de Faro Fleury e foi considerada a primeira crônica de viagem feminina de Goiás.

Maria Paula colocou os pés em terras goianas, junto com sua família em 23 de agosto de 1896. A família Fleury de Godoy passou a residir na fazenda Bauman³², um ambiente propício para o desenvolvimento do gosto pelas letras, já que a fazenda contava com uma imensa biblioteca, uma das maiores e mais completas bibliotecas do estado naquele período. Em 1902 Maria Paula Fleury iniciou os estudos no Colégio Santa'anna na Cidade de Goiás. Desde a mocidade ela já participava de eventos importantes na Cidade de Goiás e auxiliava o pai em pequenas tarefas, como datilografar documentos. Aos 11 anos de idade redigiu e dirigiu o jornal manuscrito *O Bauman*³³.

Maria Paula viveu em Goiás, mas, devido aos hábitos singulares da família e aos princípios de uma educação diferenciada, sempre conservou um olhar forasteiro sobre o sertão. Encastelada em uma chácara, a Bauman, construída sobre um outeiro de pedra de onde se podia mirar a cidade do alto, a escritora, que representou Goiás como um "cemitério vivo", era uma mulher da elite que utilizava a literatura como um refúgio. [...] A correlação entre a vida na cidade do interior e a vida na cidade grande sempre esteve presente na realidade de Maria Paula (CAPEL, 2005, p. 162-163).

Quando seu pai foi eleito deputado federal no Rio de Janeiro, Maria Paula teve que retornar junto com a família para o Rio de Janeiro, onde frequentou os melhores colégios e logo se habituou aos costumes de uma cidade moderna e cosmopolita. Colaborou em jornais no Rio de Janeiro, como o *Jornal das Moças* e em São Paulo na *Revista Feminina*, *Nova Era*, *Fon Fon*, *Revista Oeste*, *Tico-Tico*, essa última voltada para o público infantil. Mesmo após retornar a Goiás em 1915, ela continuou colaborando nesses jornais, à distância. Em 1927 Maria Paula passa a integrar o quadro de colaboradoras do jornal *O Lar*.

A fulgurante literata contemporânea, dona Maria Paula Godoy, que mal se encobre sob o pseudônimo de Marilda Palínea, reinicia hoje a sua colaboração nesta folha. Esse fato é sumamente grato ao "O Lar", porque a [?] ilustre colaboradora é, pelo brilho de sua pena, assas, admirada não somente em Goiás, senão também fora desta terra [...] Virtuosíssima consorte do nosso prezado confrade, doutor Albatênio de Godoy, dona Maria Paula, que faz de seu lar um lar encantador, não tem esquecido o culto das

³² "A chácara Bauman, espaço edificado especialmente como residência da sua família, possuía aspectos incomuns para a sociedade da época. Embora construída conforme a estética arquitetônica colonial, a casa apresentava características neoclássicas no seu programa de necessidades. O interior misturava a arte goiana à arte francesa e o mobiliário havia sido planejado de maneira moderna, à moda parisiense. Neoclássico, o terraço adjacente à construção principal substituiu a varanda colonial como elemento filtrante, mostrando-se como um ponto de vigília, um local de onde Augusta e Maria Paula contemplavam a cidade e escreviam. Os ambientes do setor social, as salas de visitas e de jantar, a sala de música e a biblioteca, também eram incomuns" (CAPEL, 2005, p. 167).

³³ A duração do periódico foi de quatro anos (1905-1908), contava com colaboradores como Luís do Couto e Leodegária de Jesus e chegou a circular no Rio de Janeiro (SOUZA, 2016, p. 83).

letras; e, ainda agora, está no *Lavoura e Commercio*, de Uberaba, publicado em folhetim a interessantíssima novela - *Sombras*, [...]. Justa é, pois, a satisfação com que, apresentando sinceros cumprimentos a Marilda Palínia, pelos trunfos que tem alcançado no campo das letras [...].³⁴

Apresentada como “fulgente literata” e “Dona”, Maria Paula tem sua proximidade com as letras valorizada e sua participação em outros jornais reconhecida, mas por outro lado sua identidade intelectual permanece indissociável de sua condição de senhora “virtuosa”, casada com um membro da família Caiado, Albatênio Caiado de Godoy³⁵. Em decorrência dessa ampla experiência de vida, marcada por intensa produção literária, pela influência cultural dos pais, colaboração em vários jornais dentro e fora do estado em função da mudança para o Rio de Janeiro e retorno a Goiás, Maria Paula desenvolveu um olhar específico sobre a cidade de Goiás e a população goiana:

Goiás, no começo do século, era uma cidadezinha triste, sem iluminação, sem água encanada, sem o menor conforto, afinal, e que ficava no “fim do mundo”. O correio, conduzidas às malas em lombos de bestas, levava às vezes, quase um mês para transpor a distância imensa que separava a velha capital da mais próxima linha férrea. As estradas eram péssimas e se tornavam quase intransitáveis durante os seis longos meses de inverno goiano (GODOY, 2005, p. 16 apud SOUZA, 2016, p. 85).

O olhar dela e de outras colaboradoras do jornal, principalmente, aquelas que estiveram em contato com o eufórico estilo de vida do Rio de Janeiro, foi um olhar “forasteiro”³⁶. Algumas mais privilegiadas tiveram também a oportunidade de visitar e conhecer a Europa. Sendo assim, certamente era difícil para essas moças, ao desembarcarem em Goiás, esconderem o desapontamento com uma cidade cuja dinâmica destoava dos grandes centros, cuja rotina e a vida dos moradores ainda estava bastante atrelada ao universo rural.

De maneira semelhante esse olhar de estranhamento, condicionado pelas experiências em outras cidades e contextos, esteve presente também nos relatos dos viajantes que passaram pela província de Goiás entre os séculos XVIII e XIX. Esses viajantes tinham suas concepções impregnadas pelo ideal de progresso originários da pujança capitalista da

³⁴ Maria Palínia. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.3, 15 de Março de 1927, n.15.

³⁵ Intelectual e jornalista, filho de Tereza de Alencastro Caiado Godoy e João Francisco de Oliveira Godoy. Fundador da Associação Goiana de Imprensa e membro da Academia Goiana de Letras, diretor do jornal *A Voz do Povo*. O casal teve sete filhos e viveu em várias cidades entre as quais Jaraguá, São Francisco, Pirenópolis, retornando a Goiás pouco antes da revolução de 30. Em 1947, Albatênio é eleito para Deputado Federal, em decorrência disso ele, a esposa Maria Paula e a família se mudam para o Rio de Janeiro.

³⁶ Para saber mais consultar: CAPEL, Heloisa Selma Fernandes. *Literatura Memorialista e Vida Privada no Interior do Brasil*. Textos de História, Brasília, v. 13, 2005.

sociedade europeia, e por isso raramente conseguiam enxergar no cenário goiano, algo além de miséria, pobreza e abandono (CHAUL, 2015). Esses visitantes expuseram suas opiniões sobre para a sociedade goiana, sem deixar de observar especificamente a situação das mulheres goianas:

Os olhos negros e brilhantes das mulheres em Goiás trazem as paixões que as dominam, mas seus traços não têm nenhuma delicadeza, seus gestos são desgraciosos e sua voz não tem doçura. Como não receberam educação, sua conversa é inteiramente desprovida de encanto. São inibidas e estúpidas, e se acham praticamente reduzidas ao papel de fêmeas para os homens (SAINT-HILAIRE, 1975 apud SOUZA, 2016, p. 50).

O olhar das mulheres da elite lançado sobre as mulheres pobres da cidade de Goiás, se assemelha - resguardando a distância temporal- ao olhar inquisidor dos estrangeiros que passaram pela província goiana e relataram suas impressões sobre o povo e especificamente sobre as mulheres, construindo representações negativas dessas mulheres o que serviu aos interesses dessas mulheres ansiosas por colaborar com “o progresso feminino em Goiás”. Ainda que esse estranhamento não tenha sido expressamente declarado em *O Lar*, ele aparece ao longo da produção literárias dessas escritoras. O desejo de levar adiante o jornal também nos indica que as mulheres da elite constatarem uma necessidade de aprimoramento dessa parcela feminina desprivilegiada economicamente e politicamente, consideradas rústicas, xucas e incultas, mas que mesmo sem posse, sobrenome ou participação política, poderiam, deveriam adquirir algum conhecimento e colaborar de alguma forma com a sociedade.

Genezy e Maria Paula atuaram no jornal com a supervisão e direção de Oscarlina Alves Pinto. Outra mulher privilegiada da sociedade Goiana que merece destaque em nosso trabalho, pois foi diretora do jornal. Oscarlina era filha de Amália Amélia com Luiz Alves Pinto, ela viveu com seus pais e sete irmãos. Além de dirigir o jornal, ela também trabalhou nos correios, nos telégrafos e na tipografia e papelaria de seu irmão Caetano, inclusive tomando conta praticamente sozinha dos negócios da família, após a morte do pai e do irmão. Na tipografia da família eram impressos os números do jornal.



Figura 3. Detalhe de uma foto da capa da edição nº25 do jornal onde é possível ver uma foto de Oscarlina Alves Pinto e embaixo da foto um pequeno texto sobre ela. Foto do arquivo pessoal do pesquisador Paulo Brito.

Seu pai Luiz Alves Pinto, era major reformado, havia lutado na guerra do Paraguai e posteriormente mudou-se para Goiás, onde constituiu família e atuou como comandante da polícia de Goiás durante do governo de Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim. Célia Coutinho Seixo de Britto, em seu trabalho biográfico sobre personalidades femininas goianas ilustres, descreve carinhosamente Oscarlina Alves Pinto:

Calita era mansa de coração, piedosa e fraterna. Constante na sua colaboração com parentes e amigos que dela necessitassem. Fazia parte das Obras do Tabernáculo, onde eram feitos os paramentos de todas as igrejas de Goiás. Foi catequista e preparava centenas de crianças para a primeira comunhão. Professora primária de alunos pobres, além de nada lhes cobrar, forneci-lhes material escolar, roupas, calçados, etc.

Ensinava-lhes também boas maneiras, um pouco de costura e culinária. Muito prezada, seus apreciados trabalhos de agulha ficaram conhecidos pela sua perfeição, o que lhes resultava, de vez em quando, algumas encomendas de São Paulo.

Calita desenhava a crayon, pintava a óleo e aquarela. Diversos dos seus trabalhos ornavam as salas do antigo Colégio Sant'anna, onde ela aprimorou seus conhecimentos de português e francês. Grande amiga das Irmãs

Dominicanas daquele educandário, tinha, na finíssima Mére Tomás, a amiga predileta.

Espírito artístico, lia e escrevia. Tornara-se culta, apesar de ter apenas o curso primário. Apreciava música e teatro. Não perdia oportunidade de levar a cena peças de sua criação em sua hospitaleira residência, ensaiadas por ela mesma (BRITTO, 1982, p. 356).

Oscarlina esteve encarregada de cuidar da educação dos sobrinhos. Considerada por suas colegas como a “pioneira do bom feminismo em Goiás”³⁷ ela foi professora, escritora, jornalista e pintora. A função de Oscarlina no jornal é fundamental. A responsabilidade sobre os textos publicados era dela, a escolha de quem poderia ou não se tornar uma colaboradora e a seleção dos textos que seriam publicados também era dela. Ela se comprometeu a manter e organizar o jornal e foi ela quem teve que sustentar o jornal mediante o não pagamento das assinaturas e evasão das colaboradoras.

Esta mulher responsável pela idealização do jornal e que em prol disso convocou outras intelectuais para dar início a esse empreendimento jornalístico, também fez parte da elite goiana e residia no Largo do Chafariz, um endereço privilegiado da então capital goiana. Ainda que não tenhamos encontrados relatos ou documentos que aproximem politicamente a família de Alves Pinto com a família Caiado, a condição social e econômica de Oscarlina lhe rendeu acesso à educação, da mesma forma que as mulheres da família Caiado.

Todas essas colaboradoras, brevemente citadas, que integravam assim a elite econômica e cultural de Goiás, encontraram no jornal um ambiente de vizibilidade e incentivo a suas atividades fora do ambiente doméstico, anunciando e comemorando em suas páginas, as conquistas públicas das colaboradoras mais importantes. Aquelas que ingressavam em algum curso superior, concluíam os estudos ou tinham reconhecimento de suas produções em eventos literários fora do estado, eram citadas e parabenizadas. Nossa intenção em apresentar brevemente a vida dessas personagens é garantir que nossa pesquisa fique melhor contextualizada, tornando mais compreensível as condições de possibilidade que permitiram que essas mulheres redigissem seus textos.

Em um momento em que o estado goiano estava interessado em divulgar ao restante do país suas potencialidades econômicas, políticas, econômicas e culturais, através da imprensa³⁸, as mulheres também trataram de investir na arte e na intelectualidade com a

³⁷ GUEDES, Carlota Guedes, Susceptibilidade. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.3, 24 de Março de 1930, n. 86.

³⁸ Sobre o assunto consultar: LISBOA, Andreia Silva. *O "Brazil - Central" e suas potencialidades na revista a informação goyana (1917-1935)*. 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

esperança de se tornarem representantes dignas de um estado que se modernizava e que trilhava os caminhos do aclamado progresso.

O domínio da leitura, a prática da escrita se tornou pré-requisito, tanto para homens quanto para mulheres interessadas em compor uma elite cultural. Escrever era uma atividade que proporcionava prestígio e reconhecimento entre as elites, um exercício associado ao requinte e uma prerrogativa de distinção intelectual até mesmo dentro da própria elite, esse tipo de noção e de valor atribuído ao ato de escrever é expresso em trechos do jornal:

[...] Quantas pessoas vemos, mesmo algumas que se tem na conta de *chic* e, que no entanto são incapazes de traçar, já não digo de alguma linhas em forma de carta, mas simples palavras que mostrem que não são de tudo ineptas ou que desconheçam essa bela arte de transmitir no papel o que circunstancias diversas impedem de fazer verbalmente [...].³⁹

Ser *chic* era algo considerado de interesse principalmente das mulheres, pois era um comportamento ligado à moda, à modernidade e à elegância. Por isso escrever era para as mulheres um atributo valioso. Ainda no trecho acima descrito, a autora anônima segue reclamando que aquelas pessoas que sabem escrever são alvo de inveja e despeito por parte do que não possuem tal habilidade. Essa afirmação possivelmente indica que o trabalho dessas mulheres não era bem recebido por todos, era preciso que elas lutassem constantemente por respeito e valorização.

A admiração mútua e o reconhecimento favoreceram a aproximação de intelectuais agraciados com o “dom” da escrita, e resultou, por todo país, e em diferentes momentos, essas figuras se uniram e organizaram instituições culturais. No caso das mulheres, a participação em núcleos e associações culturais significou uma importante conquista que ampliou a atuação delas no mundo público.

Em Goiás, além da imprensa, a mulher se fez presente em várias esferas da vida pública e atuou politicamente, através do gabinete e de outros espaços culturais como o teatro (SANT’ANNA, T., 2012). Em 1929, momento no qual gabinete enfrentava uma crise, como a evasão dos sócios e diminuição das atividades, a responsabilidade de salvar aquela instituição, foi transferida para elas, que passaram a administrar o Gabinete.

Acaba de ser eleita a nova diretoria desta bem organizada instituição, já tendo se dado início a uma remodelação geral, e a um saneamento básico.

³⁹ Traço e Troça. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.3, 1º de Março de 1928, n. 38.

Da nova diretoria, composta de moças inteligentes, bem dispostas, amantes das letras e do progresso, tudo se pode esperar, diante da dedicação que mostraram assumindo a responsabilidade da reorganização material-primeiramente- da dita instituição.

E a seguinte nova e bem sucedida diretoria a que felicitamos fazendo votos de completo êxito na empresa de que vão ser felizes obreiras essas nossa gentis patrícias:

Presidente: Srta. Consuelo Ramos Caiado.

Vice: Srta. Anitta Perilo

1º secretária: Srta. Noeme Lisboa Castro

2º secretária: Srta. M. Carlota Guedes.

Oradora: Srta. Genezy de Castro.

Tesoureira: D. Argentina Monteiro.

Fiscal: Srta. Carlota M. Jubé.⁴⁰

As mulheres, principalmente as solteiras, historicamente responsáveis pela transmissão do patrimônio cultural⁴¹ e dos valores morais, foram convocadas para compor o gabinete, e a escolha da nova diretoria foi anunciada nas páginas d'O *Lar*, em Maio de 1929. As atividades do Gabinete durante esse período em que ele esteve sob a responsabilidade dessas jovens eram anunciadas no jornal *O Lar*, o que configura uma estratégia para atrair atenção da sociedade para aquela instituição, convidando a todos para participar das reuniões e valorizar o trabalho que as moças desempenhavam no Gabinete. Em uma dessas reuniões do Gabinete, em Novembro de 1929, houve uma fala sobre o papel da mulher na sociedade, proferida por Benjamin Vieira, considerado um “defensor sincero dos direitos femininos” e que foi saudado posteriormente pelas colaboradoras em uma nota no jornal: “Como excelente obra feminista cabe nos apresentar ao distinto conferencista os nossos louvores, pois mostrou compreender nossos ideias através do prisma do bom feminismo, o feminismo saneador da sociedade”⁴².

Delegar às mulheres a direção do gabinete foi uma postura encorajada pela família Caiado (BRETAS, 1991). Sendo que a diretora eleita, Consuelo Caiado, era filha do Senador Antônio Ramos Caiado e sobrinha de Brasil Ramos Caiado, o então chefe do poder executivo do estado⁴³.

⁴⁰ Gabinete Literário de Goyaz. *O Lar*. Cidade de Goiás, p. 1, 15 de Maio de 1929, n. 67.

⁴¹ Sobre o assunto consultar: TAMASO, Izabela Maria. *Em nome de patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás*. 2007. 787 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

⁴² A mulher no atual momento da sociedade. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.3, 1 °de Dezembro de 1929, n. 79. Aprofundaremos na questão do feminismo no terceiro capítulo.

⁴³ Consuelo teve 32 votos contra a outra candidata, que teve apenas um voto. Entre os votantes estava seu próprio pai. O Jornal *A voz do Povo*, que fazia oposição a oligarquia Caiado, levantou a acusação de que Antônio Ramos Caiado teria agido com interesses políticos, manipulando as eleições do Gabinete Literário em favor de sua filha. A legalidade da eleição foi afirmada, mas isso também não descartou a possibilidade de que Antônio Ramos Caiado estivesse investindo politicamente no Gabinete. Assim, o Gabinete foi ambiente cultural e de sociabilidade que não esteve alheio as questões da política local (KOFES, 2001).

As moças, nessa época, demonstravam muita sensibilidade aos movimentos culturais. Liam mais que os homens. E isto foi possível porque, a partir do advento do regime republicano, elas se foram libertando do casulo em que vegetavam o ambiente estreito e apertado do lar. Até então elas, só saíam de casa para ir à escola, à igreja, às procissões, a uma ou outra festa cívica, sempre acompanhadas dos pais. Nos novos tempos saíam mais, participavam mais da vida social, iam às ruas acompanhadas de amigos, as lojas para comprar enfeites, ao Gabinete para tomar livros emprestados (romances principalmente), os quais liam avidamente. As poucas que frequentavam o Liceu foram abrindo esse caminho. Com isto ilustravam-se, desinibiam-se. Não faltavam as reuniões literárias que ali se realizavam, incentivando conferencistas ávidos de aplausos e elogios à sua cultura e competência. E com essa desinibição e ilustração, começaram a ensaiar seus próprios passos na literatura, escrevendo e publicando seus poemas, suas crônicas, seus discursos. [...] Para essa plêiade de moças representantes da inteligência feminina goiana, o Gabinete era a instituição mais importante de Goiás (BRETAS, 1991, p.537).

Ao contrário do que propõe Bretas, a clausura não era imposta da mesma forma a todas as mulheres, mas não podemos deixar de considerar que a participação das mulheres em ambientes culturais, como o Gabinete, foi importante para que as mulheres cruzassem as fronteiras domésticas. De acordo com Bretas (1991) a eleição de uma junta feminina a frente do gabinete, se justificava em razão do fato dessas jovens, filhas das elites terem mais tempo disponível e entusiasmo para prestar esse serviço que não era remunerado, mas essa alegação é confrontada na medida em que consideramos que essa administração também expressou o interesse das mulheres em atuar culturalmente, através da organização das reuniões, palestras, debates, leitura etc⁴⁴. Independente dessa prerrogativa, de que o trabalho voluntário de administrar o Gabinete Literário fosse visto como menor ou secundário e justamente em razão disso tenha sido relegado às mulheres, o período em que elas estiveram a frente do Gabinete foi um dos períodos mais intensos produtivos, com aumento no número de sócios e de palestras ministradas⁴⁵.

As mulheres a frente do gabinete controlavam a circulação dos livros, a admissão de novos sócios e escolhiam os palestrantes e conferencistas. Dessa forma o projeto de projeção cultural empreendido por essas mulheres não se deu apenas através da imprensa, esteve relacionado também a outras atividades. Nas palestras do gabinete eram discutidos assuntos políticos, sociais e por meio dessas reuniões os escritores e escritora goianas promoviam suas

⁴⁴ É interessante também considerar que os espaços culturais, tais como o Gabinete Literário não estiveram desligado das questões políticas locais, como propõe Kofes (2001).

⁴⁵ Uma das primeiras iniciativas dessas moças a frente desta instituição foi criar um jornal exclusivo, vinculado ao gabinete, a *Folha Goyana*, conforme foi anunciado na edição de 15 de Março de 1930 do Jornal *O Lar*.

produções literárias. Dessa forma o gabinete foi importante para o reconhecimento intelectual dessas mulheres.

O reconhecimento e a inclusão de algum indivíduo como membro de uma elite cultural é um processo que não depende exclusivamente da participação em instituições culturais (NETO; QUINTINELLE apud VIEIRA, 1997). A formação e a consolidação de qualquer grupo letrado depende muito mais de “relações pessoais e informais do que em critérios formais para a admissão em instituições representativas dos grupos, sejam entidades culturais em um sentido mais abrangente, ou, [...] entidades literárias” (VIEIRA, 1997, p. 38)⁴⁶. Sendo assim, o reconhecimento, o prestígio que essas escritoras almejavam era alcançado através de uma rede de apoio e incentivo estabelecida entre as colegas por meio de laços de amizade, elogios, atitudes cordiais, respeito e outros comportamentos expressos em nossa fonte que definiam e legitimavam o grupo.

Para que nossas colaboradoras fossem aceitas socialmente como escritoras e integrassem uma elite intelectual, era preciso um reconhecimento interno desse grupo que se autodesignou como elite letrada, principalmente reconhecimento por parte dos homens dessa elite. O reconhecimento e o apoio se desdobravam em elogios, que são publicados nas páginas de nossa fonte.

Soubemos que a talentosa patrícia, Fiorancy Artiaga, redatora do Novo Horizonte de Catalão, tendo concorrido, com três trabalhos seus, ao concurso de contos e fantasias, realizado no Rio de Janeiro pelos acadêmicos goianos, foram dois deles premiados e classificados em primeiro lugar. Oxalá, seja imitado pelas nossas patrícias, o exemplo dessa esforçada goiana. Um fraternal e sincero abraço à gentil companheira.⁴⁷

Os elogios que enchiam de ânimo as redadoras e colaboradoras, também partiam de leitoras e leitores, que enviavam cumprimentos e parabéns a iniciativa, desejando vida longa ao jornal. No trecho de um texto escrito por Oscarlina em agosto de 1928, a diretora agradece todo reconhecimento conquistado até aquele momento:

Já vencemos de luta, 24 meses, que, contados dia a dia, lembram muitos trabalhos, muitos esforços despendidos por esse valoroso pugilo de corações femininos, sempre esperançosos e crentes a pulsarem pelo mesmo ideal.

⁴⁶ Míriam Steffen Vieira (1997) segue explicando que o fato da literatura naquele momento ainda não ter se consolidado como uma atividade profissional ocorre, dentre outros motivos, em função de um mercado editorial tímido. Em contrapartida, isso favoreceu o estabelecimento de organização de sociedades e academias de letras, além das práticas de apoio e reconhecimento mútuo que foram cruciais para o desenvolvimento da atividade literária no Brasil.

⁴⁷ Honra ao mérito. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.3, 15 de Dezembro de 1926, n.9.

De fato, o empreendimento é nobre e o trabalho árduo para ser executado por frágeis batalhadoras como nós.

Alenta-nos, porém, os elevados espíritos que nos cercam sempre prontos a nos estenderam suas mãos firmes e ágeis, acostumada ao manejo da pena na senda do jornalismo em que labutam.

Também, vemos na nossa frente, os pioneiros do bem, a acenarem-nos com verdadeiro patriotismo, empenhados em nos auxiliar; ora encorajando-nos, ora convidando-nos a prosseguir o caminho já iniciado.

Vamos, marchemos sem medo, que a estrada será nossa, a coroa alcançada, tributo dos goianos que, auxiliando-nos, concorrem para a glória literária da nossa terra!

Aqui deixamos, de envolto com nossos agradecimentos, as nossas palmas entusiastas e vibrantes de encantamento, pois que o nosso brado foi ouvido e o nosso apelo aceito com carinho e sofreguidão de ânimo. Vitória, pois!⁴⁸

A retórica de que organização de um jornal é uma tarefa muito “árdua” para mulheres tão “frágeis”, torna a existência do jornal um fato surpreendente, mas a autora destaca que a força que elas possuem para prosseguir com tamanho esforço, advém daqueles que “já iniciaram o caminho”, são outros intelectuais, principalmente homens, considerados pioneiros do bem e patriotas, que servem de exemplo fazendo com que as escritoras sintam-se encorajadas a continuar.

Para as escritoras solteiras ou casadas, a produção escrita não as isentava das prerrogativas do seu gênero, na verdade a legitimidade e o reconhecimento dessa literatura também dependiam do desempenho das funções ditas femininas. Por isso, o reconhecimento vinha sempre acompanhado de elogios como doce, delicada, que também eram usados para qualificar e descrever mães, esposas e filhas. Portanto, essa identidade intelectual feminina, permaneceu relacionada às representações de mãe, esposa, educadora e colaborou para que a vida pessoal delas como mulheres, acabasse se confundindo com as suas obras, de tal forma que os adjetivos e elogios dirigidos aos seus textos se assemelhavam e muito aos elogios usados para descrever suas qualidades pessoais, como “texto formoso”, “palavras delicadas”.

Já que para ler e escrever não era preciso necessariamente que as mulheres se ausentassem por muito tempo de suas atividades domésticas, a escrita e a leitura de cunho literário se tornaram atividades interessantes para as mulheres. A prática literária era uma atividade comum a grande parte das colaboradoras do jornal analisado. Dessa forma *O Lar* foi um produto literário e noticioso da imprensa goiana, portanto, não poderíamos deixar de tecer algumas breves considerações sobre essa relação entre literatura, imprensa e questões de gênero.

⁴⁸ PINTO; Oscarlina Alves. O grito triunfal. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.1, 31 de Agosto de 1928, n.50. Grifo nosso.

1.2. LITERATURA FEMININA E IMPRENSA: ESCRITA, DISCURSOS E PRÁTICAS POLÍTICAS

“O meio é quase hostil. Vence-os ou faz por vencê-los o nosso amor ao trabalho, a nossa vontade de triunfar, o amor à beleza de nossa causa”⁴⁹

A literatura configura como fonte histórica capaz de nos revelar a maneira como cada sociedade organizou seus costumes e seus valores. Apesar do caráter ficcional da literatura, ela é fundamentada nas experiências sociais de suas autoras e autores, que orientam suas tramas e seus personagens. A literatura é um tipo de conhecimento que tem como sustentáculo e objetivo a própria cultura, as manifestações cotidianas e históricas, enquanto prática ou representação. Mas a cultura não é um aspecto da vida humana que interessa e alimenta apenas a literatura, as ciências humanas de maneira geral, e no nosso caso especialmente a História, também tem como objeto de estudo a cultura⁵⁰ (FERREIRA, 1998).

A questão cultural é uma das questões que aproxima a história da literatura. Mas ao mesmo tempo esses dois eixos narrativos mantém cautela em relação ao outro. É possível notar que a maioria dos enredos construídos pelas nossas autoras remetem a fatos históricos e cotidianos da cultura goiana, deixando entrever suas experiências particulares que envolviam desde relações afetivas até relações com a natureza. “A literatura como arte e conhecimento possibilita ao leitor a capacidade de averiguação da linguagem, dos usos, dos costumes, das representações e do cotidiano das pessoas inseridas em determinado tempo e espaço” (FERREIRA, 1998, p. 91).

Partindo disso, a imprensa, de maneira similar a literatura, funciona como veículo de difusão de representações e discursos que expressam os valores morais, sociais, político e sexuais de uma época. Cada linha é embrenhada por discursos, religiosos, jurídicos e científicos, que explicitam práticas sociais, produzindo efeitos de verdade, alimentando saberes e poderes.

⁴⁹ Página lilás. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.3, 15 de julho de 1931, n. 94.

⁵⁰ Cultura pode ser definida conforme Sandra Pesavento como “um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (2003, p.15). Para saber mais consultar: PESAVENTO, Sandra Jathay. *História e História cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Os discursos estão localizados entre relações de poder que definem o que eles dizem e como dizem, quem fala pelo outro, quem o representa e controla as formas de falar do outro. E nessa perspectiva que os discursos (no sentido Foucaultiano) e as representações (no sentido de Chartier) situam-se num campo estratégico de poder no fazer histórico. Os discursos estão localizados entre relações de poder que definem o que eles dizem e como dizem e, de outro [lado], efeitos de poder que eles colocam em movimento. A representação produz sujeitos. Mas para ser eficiente precisa apagar as marcas de sua construção. Deve parecer natural, histórico, imutável e permanente (LOSANDRO, 2016, p. 159).

Nesse sentido, nosso trabalho contempla um jornal de pretensões literárias. Em Goiás, nesse período, existiram poucos jornais literários, a maioria dos periódicos era de cunho partido e partidário, sendo os mais famosos *O Democrata*, representante do poder Caiado e *A Voz do povo* criado pela oposição. Segundo Buitoni (1981) o apelo literário e a grande quantidade de crônicas, contos e poemas foi uma característica comum a todos os periódicos femininos da época.

Na falta de um mercado editorial dedicado à produção literária nacional, bem como de uma remuneração específica para a atividade literária, a imprensa periódica assumiu um papel significativo como veículo de divulgação da produção literária e como uma possibilidade de remuneração e reconhecimento para os (as) escritores (as) (VIEIRA, 1997, p. 28).

Contudo, quando nos dispomos a pensar a prática de escrita feminina, temos que considerar que essa teve uma trajetória diferenciada da escrita empreendida pelos homens. Esta se deu por condições sociais específicas, já por séculos, a elas foi vetado o direito ao conhecimento, por meio da escrita e da leitura. A educação das mulheres era desencorajada e desvalorizada por filósofos importantes da história ocidental, como Rousseau (apud ISMÉRIO, 1995).

Em resposta, ainda no século XVIII e nos séculos seguintes, as mulheres levaram a diante uma série de movimentos em favor do “esclarecimento feminino”. Mary Wollstonecraft (1759-1797), por exemplo, em sua obra *Uma reivindicação pelos direitos da mulher* (1792), defendeu que a origem das desigualdades entre homens e mulheres estava no fato das meninas não terem acesso à educação, ou quando tinham, era uma instrução inferior à educação reservado aos meninos. Inspirada em Wollstonecraft, a professora brasileira Nísia Floresta⁵¹ defensora dos direitos educacionais das mulheres, publica em 1832 a obra *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. O direito de estudar restrito aos homens fez com que a

⁵¹ Pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885).

escrita fosse vista como uma atividade masculina, ligadas ao exercício da razão e da política, até então concebidas no imaginário social como atividades essencialmente masculinas. Às mulheres era resguardada a posição de musa inspiradora, criatura, nunca criadora (TELLES, 1992). As atividades literárias acabaram permanecendo, por muito tempo, como um campo reservado aos homens considerados mais cultos e inteligentes.

Na História da Humanidade, a Literatura foi e perdura como uma das aventuras próprias do espírito, como ela é também uma experiência intelectual e uma atividade transcendental. No entanto, a Literatura também foi uma ocupação, especialidade e profissão destinada exclusivamente aos homens. Essa Literatura fez-se masculina e hegemônica (TAYASSU, 2015, p. 207).

A alfabetização foi a primeira barreira transposta pelas escritoras. Por muitos séculos acreditou-se que ensinar uma mulher a ler e escrever fosse irrelevante, desnecessário e até perigoso, já que na lógica patriarcal, qualquer mulher que tivesse intimidade com os livros poderia ser corrompida por romances escandalosos e outras leituras inapropriadas. Outra questão que preocupava os homens era o fato de que a habilidade da escrita possibilitaria às mulheres o domínio de um canal de comunicação que poderia ser usado para manter contato com qualquer pessoa, até mesmo com amantes, através de cartas e bilhetes secretos.

Levando em consideração a crença na inferioridade intelectual das mulheres, perpetuada pela história, a sociedade silenciou as mulheres, descreditou que elas teriam algo interessante a dizer⁵². O mesmo silêncio identificado por Michelle Perrot, que fez da história uma narrativa masculina, também é perceptível nas artes e na literatura. “Os silêncios cercavam e cercam o patrimônio cultural das mulheres” (TELLES, 1992, p. 50).

Inúmeras outras barreiras tiveram que ser rompidas pelo “sexo frágil”, para que o direito de estudar, dedicar-se a arte e expressar-se através da leitura fosse alcançado⁵³. Percebe-se que ainda hoje algumas dessas dificuldades nem sequer foram totalmente

⁵² “O discurso sobre a “a natureza feminina”, que se formula no século XVIII e se impõe na sociedade burguesa em ascensão, definiu a mulher, quando maternal e delicada, como força do bem- o anjo do lar. Mas ela é também potência do mal, quando sai da esfera provada ou “usurpa” atividades que não lhe são culturalmente atribuídas. [...] Esse discurso, que naturalizou o feminino, colocou-o além e aquém da cultura. Seguindo esse rastro, a tradição estética definiu o dom da criação artística como essencialmente masculino. Tal qual o Deus-Pai, que criou o mundo e o nomeou, o artista é progenitor e procriador de seu texto – um patriarca estético. Nessas formulações modernas foi negada a mulher a autonomia, a subjetividade implícita na criação. O que lhe cabe é a encarnação mítica dos extremos da alteridade, do misterioso e intransigente Outro [...] Demônio ou fantasma, anjo ou fada, é considerada como mediadora entre o artista e o desconhecido” (TELLES, 1992, p. 50).

⁵³ “Assim no término do século XVIII promoveu-se uma mudança que, se eu estivesse reescrevendo a história, descreveria mais integralmente e consideraria de maior importância do que as Cruzadas ou as Guerras das Rosas: a mulher da classe média começou a escrever” (WOOLF, 1990, p. 82).

superadas, isso nos permite considerar que as práticas escritas e literárias entre as mulheres foram, ainda são, por si só, práticas de resistência.

A historiografia sobre literatura e o cânone literário se mantiveram mais atentos às produções de autoria masculina (LOSANDRO, 2016), advém daí o fato de que muitas escritoras, com imenso valor literário, competência e criatividade, só tiveram seu valor reconhecido muitos anos mais tarde, ou permaneceram excluídas das aclamadas premiações, como o Nobel de literatura⁵⁴ ou de respeitadas instituições como as Academias de Letras⁵⁵.

As instituições e os discursos hegemônicos desconsideravam as produções femininas e desencorajam as mulheres a escrever. Aquelas que ousavam escrever tinham que enfrentar preconceitos e insultos, como relatou a escritora Cora Coralina:

Meninas, não aceitavam delas senão a linguagem corriqueira e vulgar da casa. Palavrinha diferente, apanhada no almanaque ou trazida de fora, logo a pecha de sabichona, dona gramática, pernóstica, exibida. Um dia fui massacrada por ter falado lilás em vez de roxo claro. [...] A gente era vigiada, tinha uns preconceitos arrogantes de ridicularizar e limitar jovens personalidades (CORALINA, 1983, p. 44 apud CURADO, 2003, p.23).

Outros obstáculos levantavam-se diante daquelas que ousavam escrever. Vários foram os casos em que as mulheres foram enganadas e tiveram suas obras roubas pelos próprios companheiros e parentes⁵⁶. Além disso, a produção feminina era tratada com condescendência ou até mesmo hostilidade. A crítica literária se tornou mais incisiva com textos de autoria feminina. “As críticas realizadas em torno da escrita produzida por mulheres eram extremamente cruéis, no qual era afirmado categoricamente que o universo da escrita não era o lugar apropriado para elas” (SOUZA, 2016, p. 57). O que acabou fazendo que muitas autoras, por medo, recorressem aos pseudônimos. Tal postura dificultou com que as autoras alcançassem um prestígio intelectual e artístico considerável, mas por outro lado significou uma forma encontrada por elas para manter a integridade diante as críticas sem precisar abandonar a caneta. Maria Paula Fleury de Godoy, por exemplo, usava como pseudônimo

⁵⁴ “O prêmio é destinado a qualquer escritor de nacionalidades diversas. Quem escolhe os candidatos ao prêmio é a Academia Sueca, e os nomes dos escritores são anunciados no *começo* do mês de outubro de cada ano. Ao total 112 escritoras/escritores já receberam o prêmio, sendo apenas 14 mulheres.” (SOUZA, 2016, p. 47).

⁵⁵ A Academia Brasileira de Letras, criada em 1897, só foi aceitar mulheres em 1976. Antes disso, em 1930, Amélia de Freitas Beviláqua (1860- 1946), escritora, jornalista, ativista nos direitos das mulheres no Brasil, entrou com o pedido formal para participar, mas teve seu pedido negado pela Academia.

⁵⁶ Cito um caso de roubo intelectual apontado por Talita Michelle Souza (2017), sofrido pela escritora francesa Sidonie Gabrielle Colette (1873- 1954), casado com o escritor Henry Gauthier-Villars, catorze anos mais velho. Henry era chamado por Sidonie de “escritor financeiro”, pois ele contratava pessoas para escrever os livros e os publicava com seu nome. Ela chegou a escrever para ele e, em 1904, juntos eles publicaram a obra *Dialogues de Betes*, mas após a publicação do livro, ela descobriu que não possuía nenhum direito autoral sobre a obra.

Maria Palinea ou Danilo. Oscarlina Alves Pinto manteve, em alguns momentos, suas produções no anonimato utilizando três asteriscos (* * *) como pseudônimo.

O uso de pseudônimo pela autora parece-me constituir uma de suas táticas de resistência, pois ao ocultar o nome oficial encharcado de todos os estereótipos que sua condição de mulher, dona de casa e do interior goiano carrega, torna visível o de sua criação, livre de amarras e de rótulos, libertária o bastante para despojar-se de preconceitos e criar o novo (CARVALHO, 2003, p. 2 apud SOUZA, 2016, p. 54).

Todas essas dificuldades induziram muitas escritoras a adotar uma postura mais resignada, beirando uma crença na inferioridade de suas habilidades em relação à produção de autoria masculina, em razão disto é possível perceber uma postura mais humilde por parte das escritoras, que se manifestou, por exemplo, em expressões como “primoroso textinho”, “magnífico jornalzinho”, “talentosas mãozinhas”, mas esse ponto também pode ser interpretado como um artifício das escritoras que não almejavam competir com os homens no interesse de garantir a anuência, que naquele momento era de extrema importância para a continuidade do jornal.

Gilberto Mendonça Teles em seus estudos sobre poesia, linguagem, linguística e crítica literária, especialmente em seu livro *A Crítica e o princípio do Prazer* (1995), tece um denso estudo sobre o desenvolvimento da literatura no estado de Goiás e reserva um espaço de poucas páginas para falar sobre o que ele denomina *A mulher nas letras em Goiás*. Segundo o autor as mulheres se fizeram presentes desde os primeiros grandes movimentos literários e intelectuais do início do século XX, se dedicando a gêneros “da moda”, como a poesia, o conto, o jornalismo. O autor cita jornais como *A Rosa*, do qual falaremos a diante, e o próprio *O Lar*. Teles considera a atuação literária das mulheres como constante, simpática e relevante, e reduz todo esse esforço a uma tentativa de chamar atenção de bons pretendentes.

Esse idealismo tinha que possuir, no fundo, alguma razão pragmática, pois corre a socapa que havia um problema: o casamento. Os rapazes que iam a São Paulo e Rio de Janeiro fazer curso superior geralmente não retornavam a Goiás e, quando isto se dava, ou vinham casados ou então ficavam muito exigentes na escolha. (TELES, 1995, p. 64).

O olhar das pesquisadoras e pesquisadores que selecionaram como objeto de estudo a produção literária das mulheres em jornais e revistas, nem sempre privilegiou a prática

literária dessas autoras. A preocupação demasiada com as “mulheres”, apesar de importante, por outro, serviu para negligenciar as “escritoras”⁵⁷.

Ainda que nosso objetivo não seja necessariamente fazer um estudo da produção literária das colaboradoras do jornal⁵⁸, não podemos pecar ao tratar a presença de poesias, crônicas e contos nas páginas d’*O Lar* como simplesmente distração ou entretenimento saudável para as moças goianas, nem mesmo considerar esses textos apenas com recipientes repletos de representações. Nosso interesse é pensar o jornal de maneira ampla, reconhecendo sua importância como artigo da imprensa, analisando os principais discursos que o constituem, buscando verificar nossa hipótese de que o jornal funcionou como um instrumento de práticas políticas e intelectuais dessas mulheres.

Partimos da perspectiva da produção literária enquanto uma prática que as mulheres conquistaram com resistência e coragem, uma prática que deu sentido para a existência dos sujeitos femininos e que possibilitou a constituição desses sujeitos, por meio da experiência intelectual. Dessa forma, é importante enxergar o jornal, não apenas como um oceano contextual de imagens, mas percebê-lo como espaço de atuação artística, política e pedagógica dessas escritoras, agentes produtoras e reprodutoras de discursos, interessada em formar opiniões e dialogar com o público leitor.

Michelle Perrot ressalta que a imprensa e o incremento dos meios de comunicação subverteram as fronteiras entre o público e o privado. “Uma mulher, na intimidade de seu quarto, pode escrever um livro ou um artigo de jornal que a introduzirão no espaço público. É por isso que a escrita suscetível de uma prática domiciliar (assim como a pintura), é uma das primeiras conquistas femininas, e também uma das que provocaram mais forte resistência” (PERROT, 1998, p. 10).

Antes de se manifestarem em jornais, periódicos, almanaques e folhetins, as produções de mulheres fizeram presentes em textos de contabilidade doméstica, receitas de culinária, cartas e diários, era uma escrita pessoal e doméstica (PERROT, 1998). O que contribuiu para

⁵⁷ Segundo Mirian Steffen Viera, o estudo da literatura feminina em periódicos privilegiavam, em sua maioria, as representações e a condição feminina, expressas através da literatura na imprensa, analisando exaustivamente as representações construídas a partir dessas produções, resgatando a presença do sujeito feminino, mas por outro lado não dando devida atenção às obras e a produção literária em si, colocando o esforço de produção literária das mulheres como objeto de análise secundário “Ao priorizarem os periódicos editados por mulheres ou dedicados a um público leitor feminino como fonte de informações sobre a situação das mulheres (“representações”, “imagens”, “condição feminina”, e “identidade feminina”), tendem a destacar a presença da literatura, nestes periódicos, mais como um “entretenimento”, “distração” e “escape”, do que como um indício da atividade literária desenvolvida por escritoras.” (VIEIRA, 1997, p.20).

⁵⁸ Acreditamos que tal estudo possa ser melhor discutido por pesquisadores das áreas de letras e linguística. Sobre a produção literária das autoras goianas sugerimos consultar: CURADO, Bento Fleury. *Sopro em brasas dormentes: inventário das precursoras da literatura em Goiás* (2003) e AIRES, Eliana Gabriel. *O conto feminino em Goiás* (1996).

que até final do século XIX nomes de escritoras conhecidas e respeitadas fossem praticamente inexistentes. No Brasil, o incremento da imprensa, entre os séculos XIX e XX, com a inserção de maquinário, aprimoramento dos materiais utilizados na confecção e aumento no número de jornais, foi crucial para estimular a produção literária no sentido profissional e constante, fazendo surgir por todo país grupos de mulheres que dedicavam parte do seu tempo à produção de contos, novelas, poesia, crônicas etc.

A imprensa feminina⁵⁹ em Goiás no início do século XX contou com dois importantes periódicos literários. A *Rosa* de 1907, que circulou por um breve período e *O Lar* que começou a ser impresso em 1926 e encerrou suas atividades em 1932, depois de uma pausa durante o ano 1930. A *Rosa*, impresso em papel cor de rosa, era organizado e dirigido por Josias Santana e contava com várias colaboradoras e colaboradores como Luiz do Couto, Leodegária de Jesus, Illyadia Maria Perillo Caiado, Rosa Santarém, Augusta de Sant'anna Coutinho e Cora Coralina. Esse periódico estava diretamente relacionado à elite intelectual da cidade de Goiás promovendo festas, saraus e eventos inspirados nos bailes da *belle époque* carioca (CURADO, 2003).

Em 1904 foi fundada a Academia De Letras e Artes de Goiás, fato que veio a colaborar ainda mais com as produções literárias em nosso estado. Apesar de inspirada na Academia Brasileira de Letras, a academia Goiana se diferenciou da Academia Brasileira ao permitir o ingresso de mulheres, sendo, inclusive, presidida pela primeira vez pela contista Eurídice Natal (1883-1970). Como indica Bento Alves Fleury Curado, foi especificamente entre 1903 e 1930 que a literatura goiana tomou notoriedade:

Dentro do sincretismo desse período, marcado por todos os tipos de manifestações literárias, a mulher passou a ocupar o seu espaço, seguindo também a polimorfia que imperava. Foram surgindo cronistas, com relatos de viagens e comentários sociais em periódicos da Cidade de Goiás ou em jornais específicos como *A Rosa* e *O Lar*, revelando o gosto da mulher pela produção escrita e pelo jornalismo (CURADO, 2003, p.29).

Apesar da notoriedade até os anos 30, no Brasil, o mercado editorial no início do século XX ainda não estava consolidado (SODRÉ, 1983), o que também se pode aplicar ao contexto goiano. Na ausência de um mercado editorial significativo e especializado, nossas

⁵⁹ A definição de imprensa feminina não é uniforme e pode abranger tanto periódicos escritos por mulheres quanto periódicos dedicados ao público feminino, que poderiam ser escrito por homens ou por mulheres. Nossa fonte se enquadra nessa definição por se tratar de um jornal dirigido por mulheres; organizado e pensado majoritariamente por elas, que se dedicaram a produzir textos considerados importantes e interessantes ao público feminino goiano.

escritoras, precisavam recorrer à imprensa, dessa forma, a maioria delas se dedicavam a poesia, a crônica e ao conto, gêneros de destaque entre as produções literárias goianas, justamente por se tratarem de estilos que se adéquam melhor a publicação periódica. Os jornais eram materiais impressos mais populares que circulavam mais facilmente do que livros, geralmente mais caros e, portanto, inacessíveis a grande parte da população. Dessa forma, *O Lar* funcionou como uma vitrine literária, com objetivo de divulgar e valorizar a produção literária goiana⁶⁰ em especial a aquela produzida por mulheres, como denota o texto a seguir, no qual é possível perceber que a literatura goiana foi propagada com intuito de valorizar o estado frente ao restante do país.

Periódicos surgem aqui, ali e acolá, todos revelando o desejo que tem os goianos de que a nossa terra caminhe sempre rumo as paragens luminosas do progresso [...]. Mas nota-se, em relação à imprensa, esse sinal de radioso magnífico renascimento, no que concerne a literatura propriamente dita, não é menos auspicioso o movimento que se vai operando na terra goiana. Inteligências robustas, almas voltadas para a grandeza do nosso rincão, procurando levar até longe a prova irrefragável de que em Goiás também se estuda, vão publicar, dentro em breve, obras que muito nos enaltece lá fora, nos meios onde somos quase inteiramente desconhecidos [...]. Marilda Palínia, a nossa fulgurante colaboradora, cujo nome figura, há tempos, e merecidamente, entre as melhores prosadoras nacionais; Leodegária de Jesus, a ilustre poetiza, que, mesmo ausente desta terra, não se esquece de lhe entoar hinos às belezas; e Grace Machado, outra esperançosa intelectual conterrânea tem acabados livros em prosa e verso.⁶¹

Em sua dissertação *Sopro em brasas dormentes: Inventário das precursoras da literatura em Goiás*, Bento Alves Curado faz um levantamento e análise da produção literária de escritoras goianas que se destacaram na poesia, na crônica e no conto. Para o autor no período de transição do século XIX para o XX, a poesia de autoria feminina em Goiás, foi pequena e marcada por um romantismo tardio, sentimentalismo exagerado, nacionalismo e temáticas limitadas realmente relacionadas com o amor, família, desilusão, vida familiar, e descrição das paisagens naturais de Goiás. Dentre os nomes de destaque da poesia consta uma das colaboradoras do jornal, Leodegária de Jesus⁶². Suas poesias tinham um tom melancólico e nacionalista, um nacionalismo romântico e tardio, que idealizava e glorificava o passado e a história do país, além da valorização de temas sentimentais e familiares. Além de Leodagária

⁶⁰ A literatura goiana nesse período experimentou um momento sincrético marcado por uma dualidade parnasiano-simbolista com o alicerce romântico (GOYANO; CATELAN, 1970 apud FREIRE, 2016).

⁶¹ MONTEIRO, Gercino, Literatura Goyana. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.1, 15 de Outubro de 1926, n.5.

⁶² Publicou Coroa de Lírios em 1906 e Orquídeas em 1928.

o autor destaca também os trabalhos de Honorata Minelvina Carneiro de Mendonça, Josefina Pinheiro e Emília Perillo e Cora Coralina.

Mas foi com Maria Paula Fleury Godoy que a poesia em Goiás passou por uma reviravolta estética, temática e linguística, com uma “preocupação maior com os recursos linguísticos do poema, distanciando-se daquela forma contemplativa e sentimental do Romantismo nas produções poéticas das produções poéticas anteriores” (CURADO, 2003, p. 57).

A crônica, segundo Bento Curado (2003), se consagrou como um gênero de transição entre a poesia e o conto, e em Goiás elas surgem através dos relatos de viagem como os de Augusta de Faro Fleury Curado, mãe da colaboradora Maria Paula Fleury de Godoy, e seguiu pelas mãos de outras cronistas como Illydia Maria Perillo Caiado (Zizi Caiado) e Jacinta Luiza do Couto Brandão Peixoto. Um gênero citado pelo autor, mas que teve pouca aparição em nossa fonte, foi o conto. A sogra de Genezy de Castro, Eurícide Natal e Silva figura entre o grande nome feminino do conto goiano.

A faceta literária do jornal contava com todos esses gêneros literários, mas o destaque ficava com as crônicas. Dentre as colaboradoras d’*O Lar*, a maioria eram cronistas, com destaque para Maria Ferreira de Azevedo Perillo e Oscarlina Alves Pinto, Floracy Artiaga e Altair Camargo. As crônicas dessas autoras misturavam estilos arcaicos e modernos, se distanciavam das concepções estéticas inauguradas a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, e a maioria não apresentava inovações com relação à temática, que geralmente evidenciava a mulher maternal e devota, santificada pela renúncia e abnegação (CURADO, 2003).

A evolução da crônica feminina goiana se deu pela iniciativa de outras duas cronistas colaboradoras do jornal: Graciema Machado e Genezy de Castro.

Percebemos que as cronistas, notadamente, Genezy de Castro, estavam utilizando a palavra e a imprensa como veículo para análise de assuntos polêmicos e manifestações sobre ideias conflitantes, ajudando a formar o pensamento goiano, não apenas usando esse espaço para elucubrações, devaneios e sonhos que caracterizavam o gênero [literário] ainda na cidade de Goiás. Percebemos em crônicas de Genezy de Castro que o gênero não era apenas registro sentimental, mas sobretudo o comentário abalizado e coerente dos acontecimentos de um meio e de um tempo, registro de uma sociedade e seus *modus vivendi*. A cronista era a comunicadora do cotidiano, integrando o leitor em suas inferências críticas (CURADO, 2003, p. 86).

Graciema e Genezy tinham uma postura considerada mais ousada, e se distanciaram do romantismo exacerbado de outras autoras, e das temáticas consideradas “femininas”, como família, amor, beleza, arte para falar sobre questões políticas e sociais, temas em consonância com as mudanças que aconteciam em todo o Brasil nas décadas de 20 e 30.

Essa tendência a relacionar a escrita feminina com determinadas questões e temáticas, foi um tipo de reducionismo que caracterizou o processo de inserção das mulheres no contexto literário como um grupo “a parte”, a crítica literária tendeu a reduzir a uma condição feminina os textos produzidos por elas, percebendo-os como “coisa de mulher” ou “literatura de mulher” (VIEIRA, 1997).

A condição de mulher aparece em vários momentos como um traço predominante na avaliação literária das escritoras: são apresentadas a partir de qualificativos amparados nas diferenças biológicas entre os sexos, especialmente de qualificativos femininos (como “voluminho delicioso”, “livrinho mimoso”); a produção literária de autoria feminina é vista com condescendência, por serem mulheres; a atividade literária das escritoras é justificada por motivos “extraliterários”: [...] como extensão das atividades no lar ou “porta de evasão” dos sentimentos femininos ou da situação social das mulheres (VIEIRA, 1997, p. 65).

Em nosso trabalho evitamos esse tipo de redução, analisando as produções femininas e masculinas inseridas em um mesmo contexto, mas sem negligenciar os padrões, discursos e representações que compõem o contexto de vida desses sujeitos, e que inegavelmente tiveram sua importância no processo de formação intelectual dos mesmos.

Norma Telles, em seu artigo *Autor + A*, defende que o sexo de quem escreve ou de quem lê deve ser objeto de atenção. De acordo com Telles, homens e mulheres inseridos em um mesmo contexto escrevem sobre os mesmos assuntos, dessa forma não faria sentido uma distinção entre literatura e “literatura feminina”, contudo, as mulheres, em razão de estarem em uma posição diferenciada, possuem o que Norma Telles chama de uma “autoridade da experiência” que não diz respeito necessariamente às emoções, mas, sobretudo, “a um conhecimento derivado da exposição à pressão dos padrões e das próprias respostas, tendências, medos, desejos, prazeres e modos de viver ou morrer” (1992, p. 54). Para Norma Telles a escrita desenvolvida por mulheres é um palimpsesto, uma escrita intrigante, uma arte que em função das condições de produção, ora oculta, ora revela, uma atividade que esconde sentidos mais profundos ou menos aceitos socialmente.

1.3. NAS PÁGINAS DO LAR: TRAJETÓRIA DO “EXPOENTE MÁXIMO DA INTELLECTUALIDADE FEMININA GOIANA”

*“Pelo jornal, as ideias penetram mesmo no mais íntimo recesso do lar, vedado aos profanos, e onde o pensamento escrito é talvez a única voz amiga que, pode levar uma centelha da vida exterior”*⁶³

Ao ligar a leitora de microfilme, pela primeira vez, ávida por iniciar a leitura da fonte, me deparei com pequenas letras azuis, religiosamente organizadas na capa do exemplar número um do jornal cuja estrutura não se assemelhava a outros periódicos femininos contemporâneos famosos, como a revista feminina, cuja estrutura gráfica conta com diversas fontes, repleta de imagens e outros recursos visuais modernos que já faziam sucesso na imprensa dos grandes centros (SOARES, 2014).

Frente a frente com o primeiro exemplar da nossa fonte, nossos olhos são atraídos imediatamente pelo elemento de maior destaque, o título. Bem grande, a palavra *O Lar*, inclinada levemente a diagonal no centro superior, escrito com uma fonte que imita a grafia humana e sugere tradição, elegância e seriedade, se impõe aos leitores e leitoras, destoa de todas as demais letrinhas miúdas que abrangem as seções e elementos ao seu redor. O cabeçalho do jornal ainda conta com o nome da diretora, das principais redatoras, o valor das assinaturas, o ano, a data e o número do jornal.

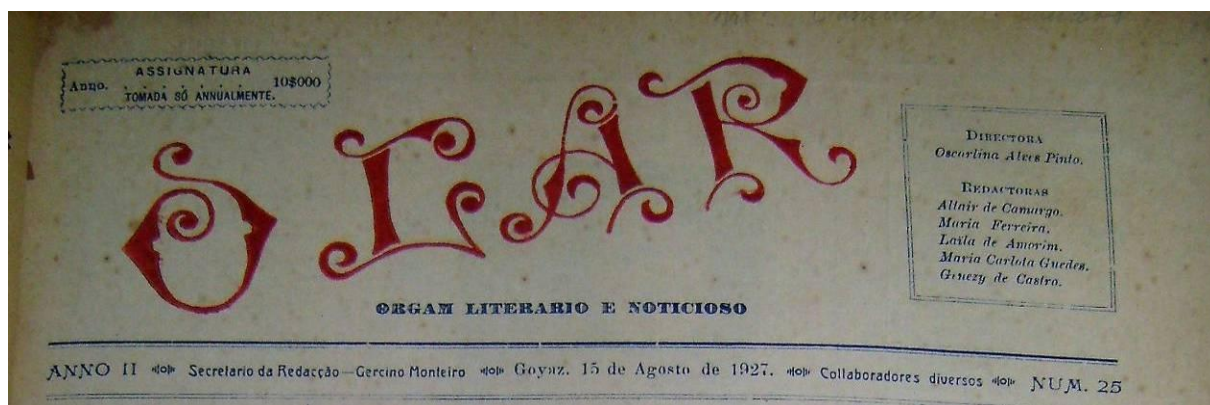


Figura 4. Detalhe do cabeçalho do número 25 do jornal. Edição de comemoração de um ano do jornal. Arquivo do pesquisador Paulo Brito. É possível notar que o artigo “O” parece estar representando a cabeça de um bebê, é possível notar o formato do rosto da criança, as pequenas orelhas e dois traços que seriam duas mechas de cabelo.

⁶³ GUEDES, Carlota. Atuação d’um jornal. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.6, 15 de Agosto de 1928, n.49.

O significado do título não é surpreendente, a escolha seguiu uma tendência comum aos periódicos femininos: palavras que sugerissem feminidade, qualquer “sinônimo” de mulher, capaz de esclarecesse ao leitor que folhear aquelas páginas o transportaria para um possível “universo feminino”⁶⁴.

*Duas Palavras*⁶⁵ é o título do primeiro texto, que ocupa grande parte da capa de estreia do jornal. Tratava-se de um texto introdutório onde o autor goiano, Luiz Do Couto⁶⁶, se mostra muito satisfeito anunciando o nascimento do periódico: “As moças mandaram que eu apresentasse o seu jornal ao público, como se eu tivesse a ventura de ser o expositor de flores”⁶⁷. Ele segue se mostrando honrado em testemunhar tal iniciativa e segue com a apresentação, “Aqui está O Lar, órgão exclusivo da mulher goiana que resume em si, ao lado da beleza psíquica, todos os encantos morais. Vai ser um escrínio de aprimorado valor, onde as nossas patrícias guardarão as joias mais caras de sua inteligência. A mulher goiana, fundando um jornal contribui poderosamente para a grandeza de nossa Terra”.

As metáforas e relações feitas pelo autor demonstram a postura do mesmo diante a inteligência feminina. Ele não a nega nem tão pouco considera a mulher um ser intelectualmente incapaz, contudo reduz a “inteligência feminina” a um acessório, um ornamento a mais para as mulheres já, supostamente, tão acostumadas a lidar vestidos, colares, brincos, anéis, leques, chapéus etc. Dessa forma a inteligência na mulher se torna um adereço, e não algo inerente ou constitutivo do sujeito feminino, apenas um adereço muito importante, evidentemente, contudo, ainda assim um adereço.

Em seguida o autor pondera que a postura do jornal não consente, ou se aproxima de outras iniciativas contemporâneas, “Não será um jornal feminino revolucionário, cheio de fogo, se batendo por certas reivindicações que as sufragistas pretendem, atirando bombas de dinamite, destruindo obras de arte e vidas. Nada disso”. O movimento “cheio de fogo” ao qual o autor se refere é o movimento sufragista em favor do voto feminino que estava em plena ebulição na Europa, principalmente na Inglaterra. Notícias de atentados organizados por

⁶⁴ Pesquisadoras da imprensa feminina, como Tania de Luca (2013), apontam para o fato de grande parte dos títulos dos jornais femininos brasileiros entre os séculos XIX e XX fizerem referências a temas florais e naturais, – *Primavera* (1880), *O Lírio* (1902) *O Colibri* (1904), *A Borboleta* (1904), ou temas ligados a beleza e a família, como, por exemplo, *O Bello sexo* (1862), *O Espelho* (1859), *A Família* (1889). “A trajetória dos títulos [...] é por si mesma instrutiva: das referências florais [...], passando por objetos que carregam a marca do feminino [...] ou a ele fazem alusão [...], chegou-se aos nomes próprios, que parecem aludir a uma personalidade específica.” (2013, p. 448).

⁶⁵ COUTO, Luiz do. *Duas palavras*. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.1, 15 de Agosto de 1926. n.1.

⁶⁶ Luiz Ramos de Oliveira Couto (1884-1984) foi juiz, escritor e procurador do estado, participou das principais instituições culturais de Goiás do início do século XX e escreveu a favor do sufrágio feminino (KOFES, 2001).

⁶⁷ Suely Kofes (2001) identifica que a metáfora estabelecida entre flor, mulheres e o jornal é constante em todos os textos do jornal *O Lar*. Segundo a autora, essa metáfora constrói poeticamente o sujeito feminino, torna mulher e a flor, simbolicamente intercambiáveis.

militantes sufragistas corriam o mundo e engrossava os argumentos de opositores que condenavam as sufragistas pela violência considerada atípica e inapropriada para “a natureza feminina”. Por último, o autor reitera o compromisso da mulher goiana, deixando evidente também o compromisso do jornal, com a nação, com a família e com a preservação da ordem social vigente, e assim o autor conclui:

Sua missão é a de fazer o lar feliz, formar o espírito da moça dentro de princípios sadios, desenvolver a sua cultura encaminhando-a para a beleza e para o amor: beleza a alma e amor aos grandes e nobres sentimentos humanos. A maior ventura da terra é a felicidade do lar. E é por essa felicidade que se bate a mulher goiana. É por ela e para ela que se fundou esse jornal. Benditas sejam essas moças que tornaram sobre os ombros tão sagrada missão.⁶⁸

O desejo de que as mulheres sejam abençoadas nessa missão sagrada é indício de que entre os ditos valores sadios, no qual a mulher deveria ser educada, certamente a religião era um deles. A beleza e o amor, também são colocados como valores importantes, mas não uma beleza física ou amor sexual, e sim uma “beleza de alma”, traço de uma personalidade recatada, comprometida com as tradições católicas. Nesse sentido, o jornal tinha o caráter pedagógico, constituindo parte da educação informal dessas mulheres, colaborando com a formação dessas moças dentro dos chamados bons costumes, contudo isso não tornou o jornal imune a críticas.

É possível perceber que esse jornal teve desde sua fundação a proposta de contar majoritariamente com a presença das mulheres, contudo a participação de homens serviu para legitimar e validar a atividades delas perante a sociedade, dessa forma é compreensível, que a apresentação do jornal ao público tenha sido delegada a um homem. Nesse contexto patriarcal a opinião masculina é sempre manejada em favor do jornal. Além da presença e supervisão masculina, associar esse projeto jornalístico ao desenvolvimento tanto do estado de Goiás, quanto o próprio país, era outra forma de atribuir importância ao jornal.

As distintas fundadoras e redatoras d’ O Lar congregam os mais fulgurantes espíritos da juventude goiana em torno do seu simpático jornal, que é um atestado irrecusável de capacidade e de amor às coisas da inteligência, cumpre a todo goiano auxiliar essa destemida plêiade de moças que, [...] vem correndo para a emancipação da mulher e para a vitória do feminismo [...].⁶⁹

⁶⁸ COUTO, Luiz do. Op.Cit.

⁶⁹ Carta enviada ao jornal O Lar por José Xavier de Almeida Júnior e publicada em 15 de Outubro de 1927.

Para manter-se circulando o jornal deveria impreterivelmente estar em sintonia com o interesse do público leitor. E apesar de todo esforço para congregar apoio ao jornal, através de um posicionamento “moderado” sobre questões polêmicas como o feminismo, divórcio, voto, o periódico, algumas vezes, chegou a ser acusado de imoral. Na edição nº 27 foi publicado um direito de resposta da redação a uma leitora, que devolveu o jornal por considerá-lo impróprio. “Não podemos em absoluto, aceitar a pecha que nos atirou a assinante que nos devolveu o periódico. E não a aceitamos, porque *O Lar* é redigido e colaborado por senhoritas pertencentes a distintas famílias e educadas sob os mais severos preceitos morais”.

Além de lidar com os homens, pais, irmãos maridos, essas mulheres da elite também precisaram lidar com outras mulheres. As prerrogativas do jornal não contemplavam nem agradavam a todas as mulheres. O domínio da escrita e da leitura, característico dos membros da elite, distanciou as colaboradoras d’*O Lar* das demais mulheres presentes na sociedade goiana privadas desse conhecimento. Nesse sentido a alfabetização tal qual o sobrenome era um importante marcador social. Esse olhar segregacionista que partiu de nossas escritoras serviu para silenciar e apagar do jornal as mulheres pobres e socialmente desfavorecidas⁷⁰.

Ao defender um discurso que define a mulher a partir de uma suposta essência de origem natural e divina comum a todas, as escritoras desconsideram as experiências de demandas de mulheres que não fossem suas companheiras de escrita. É praticamente inexistente no jornal textos que evoquem mulheres trabalhadoras, negras, mães solteiras, prostitutas, indígenas, quando elas são mencionadas é de maneira limitada e pejorativa, servindo apenas para reforçar e validar o modelo dominante de mulher ideal, do qual nossas escritoras se aproximavam mais. É notável que as escritoras demonstrem certa dificuldade em englobar essas outras mulheres subalternizadas. Isso esvazia essa categoria homogenia defendida, em alguns momentos, no jornal, por isso para nossas análises prezamos sempre por pensar essas mulheres de maneira plural. Paradoxalmente, essa mulher universal endossado no jornal não é vivenciado cotidianamente por essas escritoras que não hesitaram em demarcar a diferença entre elas e as demais mulheres da sociedade. A alteridade era percebida em relação não ao gênero masculino, mas também em relação a outras mulheres, o que contribuiu para a abertura de um abismo social e intelectual entre *Nós e elas*⁷¹.

⁷⁰ A questão de classe é algo presente no jornal, contudo não é nosso objetivo aprofundar nessa análise.

⁷¹ No jornal textos sobre mulheres pobres ou de outras condições sociais não são comuns, mas tendo acesso a outros textos produzidos pelas escritoras citadas, notamos a maneira com que essas mulheres lidavam com, por exemplo, as empregadas domésticas. *Nós e elas* (1969) foi o título de um romance escrito pela colaboradora Maria Paula Fleury De Godoy, que aborda a relação entre patroas e empregadas domésticas. Para saber mais consultar: SOUZA, Talita Micheli de. *História de mulheres escritoras em Goiás: atravessando trajetórias e*

A defesa da noção de que as mulheres portavam uma identidade única, através de práticas discursivas pedagógicas pleiteadas pelo jornal, foi uma estratégia arrendada nas relações de poder entre mulheres de grupos sociais distintos. Dessa forma, a paciência benevolência, caridade, amor e empenho das mães pobres deveriam ser investidos exclusivamente na manutenção da família e educação dos filhos no ambiente privado - sendo assim mulheres que não pertenciam à elite também estiveram inseridas nessa proposta de elevação moral da mulher, empreendida pelo jornal- todavia, por outro lado, apenas as mulheres da elite dotadas dos mesmos atributos “essenciais” do gênero, estariam aptas para o exercício da vida pública fora do lar. Um exemplo dessa postura é encontrado em alguns textos da diretora sobre o voto, onde Oscarlina e outras colaboradoras defendem que o direito de escolher governantes deve ser reservado às mulheres da elite. A diferença social, negligenciada por nossas colaboradoras é um *modus operandi* comum a todos os jornais escritos e voltados para as mulheres de elite.

O Lar foi um espaço em que uma rede de poderes e saberes se fez presente, através de reiteraões e confrontos, semelhantemente a outros lugares estabelecidos socialmente, como a escola e a Igreja - onde a demarcação física e simbólica que orienta a vida das mulheres era mais evidente, instituída por meio de currículos, regulamentos, dogmas e normas. A análise da imprensa feminina, no caso desse jornal goiano, nos aproxima dos conceitos de *espaço* e *tática*, desenvolvidos por Michel de Certeau (1994).

Este periódico pode ser entendido também como um *espaço*, um “não-lugar”. Na definição de Certeau (1994) o *espaço* - representado em nossa pesquisa pelo periódico - é um local de subversão, de atuação criativa do oprimido, a cada página do periódico é possível entrever diversas identidades, menos engessadas, mais fluidas. A mulher em *O Lar* não é apenas a mãe e a esposa, ela é também a escritora, a intelectual, a eleitora. *O Lar* propiciou novas experiências e possibilidades cotidianas para as mulheres.

Ainda de acordo com Certeau, o *espaço*, em razão dessa condição instável, provisória, aberta as possibilidades, é o ambiente ideal para colocar, elaborar e acionar táticas de resistência, como fizeram nossas escritoras - que se empenharam em garantir a valorização intelectual e literária feminina, publicando seus textos, tecendo redes de apoio mútuo e angariando apoio masculino. Essas *táticas*, presente no cotidiano discursivo dessas mulheres é capaz de nos dizer muito mais sobre essas mulheres do que a própria “identidade feminina”

estabelecida pelos valores científicos, jurídicos ou morais aos quais elas estiverem submetidas.

A edição número 1 do jornal *O Lar*, foi lançada em 15 de Agosto de 1926, dirigido por Oscarlina juntamente com Gercino Monteiro, o vice-diretor, que se retirou em 31 de Janeiro de 1928, ainda no segundo ano de circulação do jornal. A vice-diretoria foi ocupada então por Genezy de Castro, em 31 de Março de 1929, durante o terceiro ano de publicação. Em Novembro de 1929 a sede onde o jornal era impresso é transferida da Tipografia e Papelaria Caetano, de propriedade do irmão da diretora, na Rua 13 de Maio, para a Oficina Progredidor, localizada na Rua Moretti Foggia, nº 7⁷².

Mesmo após a mudança do prédio da tipografia as publicações continuaram até serem interrompidas em 31 de Julho de 1930, durante o quarto ano de existência do jornal. As atividades só foram retomadas, exatamente um ano depois, em 31 de Julho de 1931. Um mês após o retorno, em Julho de 1931, Genezy também se retira do posto de vice-diretora, que aparentemente não foi ocupado por mais ninguém, permanecendo assim o jornal, totalmente, sob responsabilidade de Oscarlina. Daquela data em diante *O Lar* seguiria normalmente suas emissões quinzenais, sempre nos dias 1º, 15 ou 30 de cada mês, até encerrar definitivamente suas atividades em primeiro de Março de 1932, antes mesmo de concluir um ano de seu reaparecimento.

A assinatura do jornal em seu quarto ano de circulação custava 10\$000 (réis) anualmente, para quem quisesse adquirir o jornal por apenas seis meses o valor a ser pago era de 6\$000 (réis), e quem optasse por comprar exemplares avulsos desembolsaria \$500 (réis). Ao início do quarto ano o jornal alcançou a marca de 900 exemplares⁷³. As dimensões desta folha eram de 38 centímetros de altura por 27 centímetros de largura, semelhante às dimensões da maioria dos periódicos escritos por mulheres do final do século XIX e início do XX⁷⁴.

Os textos que compõem o jornal podem ser separados em três grupos, primeiro textos informativos, em menor quantidade; segundo textos opinativos, que em alguns momentos também acompanham os textos noticiosos; e os textos literários, que compõe a maior parte do jornal. Por textos informativos consideramos as notícias e as notas sobre acontecimentos políticos, econômicos e sociais em âmbito local, nacional e internacional. No grupo dos textos

⁷² O motivo da transferência da tipografia não foi totalmente esclarecido, mas suspeitamos que tenha relação com o falecimento do irmão de Oscarlina, Caetano Alves Pinto, que era dono da tipografia.

⁷³ *O Lar*. Cidade de Goiás, p.1, 15 de Setembro de 1929, n.75.

⁷⁴ Sobre o assunto consultar: JINZENJI, Mônica. *Leitura e escrita femininas no século XIX*. Cadernos pagu, Campinas, n.38, jan-jun.2012.

opinativos estão aqueles que identificamos como artigos de opinião, que representam a opinião de algum escritor ou escritora especificamente, ou editoriais que representariam a opinião do jornal sobre determinado assunto. Por último, a grande maioria de textos é composta por crônicas, contos e poemas. Em nossas análises contemplamos praticamente todos esses três tipos, mas em nossa pesquisa optamos por não nos limitarmos aos tipos ou formatos dos textos, dedicando mais atenção aos conteúdos e as temáticas.

Nos primeiros anos as temáticas mais abordadas foram justamente as explicitadas por Luiz do Couto no texto introdutório: assuntos religiosos, familiares, educacionais, textos sobre a produção literária e intelectual da mulher goiana, temas que vão, pouco a pouco, dividindo cada vez mais espaço com escritos sobre um “feminismo bem comportado”⁷⁵.

Existem em suas páginas colunas fixas que permaneceram por mais tempo, ao longo dos anos, algumas colunas foram suprimidas e outras inseridas, mas a estrutura do jornal se manteve uniforme, principalmente nos primeiros anos, apresentando algumas pequenas alterações nos anos finais. Os primeiros exemplares tinham até seis páginas, mas ainda no primeiro ano essa quantidade foi reduzida para uma média de quatro páginas, com exceção das edições de aniversário que chegavam a conter dez páginas, ricamente preenchidas com poemas e fotografias.

A presença de fotografias é praticamente inexistente, exceto nessas edições comemorativas do jornal, quando eram incorporadas em suas páginas algumas fotografias das principais colaboradoras e colaboradores. As fotografias em formato de retrato, recortados por uma moldura oval (figura 4), possivelmente eram selecionadas pelas próprias mulheres em seus arquivos pessoais, para serem inseridas nas edições comemorativas ao lado de textos de sua própria autoria. Tais retratos evidenciavam a parte superior de seus corpos, busto e rosto, revelando o público à aparência pública da maneira como elas gostariam de serem vistas e representadas. Posses simples, poucas joias, busto coberto, olhares geralmente distraídos. Muito além de colocar as leitoras e leitores “cara a cara” com as mulheres que mantinham o jornal, tais fotografias tinham o intuito de assegurar o mínimo de credibilidade e respeitabilidade⁷⁶. Essas fotografias, quando acompanhadas de textos de apresentação elogiosos, apresentavam publicamente jovens que não eram apenas o “corpo” editorial do

⁷⁵ Sobre o que seria esse feminismo bem comportado discutiremos no capítulo 3.

⁷⁶ “[...] tais retratos prestavam-se para registrar poses que tendiam a expressar dignidade, respeitabilidade, status social. Representações através das quais o retratado mostrava-se não conforme ele “realmente” era, mas tentando satisfazer expectativas não apenas suas, mas dos possíveis destinatários de cópias” (STANCIK, 2011, p. 9). Para saber mais consultar: STANCIK, Marco Antonio. *De corpo quase inteiro: retratos fotográficos e representação feminina no Brasil (1890-1910)*. Madrid, Iberoamericana, v.11, n. 44, p. 7-24, 2011.

Gazeta, 30 de Agosto de 1929

O LAR

3

Senha. Violeta Pitaluga

Entre as numerosas colaboradoras que têm impregnado ao "O Lar" o brilho nítido de sua pena aprimoreira, conta-se também Violeta, talentosa normalista e cultora das letras, que o estrecho com arde e quer vê-lo triumphar victoriosamente.

É um elemento de valor que se insere no seu estylo simples e bello, e que, á sua freguesia e ampla homenagem que lhe tributa "O Lar".

"Genealogia Luziana"

A esta redacção foi gentilmente offerecida pelo seu autor Sr. Carmo Reis, digno Intendente Municipal de S. Luzia, um exemplar do seu interessante e magnifico trabalho "Genealogia Luziana", o heu de valor, immarcescível, elegantemente impresso, contendo 150 paginas e preloada por João de Minas, notavel e conhecido escriptor.

"O Lar" sente-se gratoheoso ante tão gentil offerta e, offecendo o sr. Carmo Reis, muito lhe agradece.

Senha. Gergrina Felix de Souza

Escriptor de raro talento, Gêa de Souza sabe nas suas produções literarias, renhar num mesmo limbo, e que se manifesta da sua generosa cultura intellectual e o primor artistico da sua robusta intelligencia.

Estampando the o claché, "O Lar" recebe uma homenagem justa e sincera a esta conterranea distincta e collabo-adora entusiastica que anna o nosso jornalzinho, ante deizes impressos o fulgor da sua pena adamantina.

Immensa era a desejo, que me assaltava a alma, de conhecer a Alda de S. José de Massamelles. Lendo a historia da grande heroína goyana. D. Damiãna da Cunha, que alli passou quasi todo o periodo da sua vida afanosa e atenuada, soffrendo privações em plô de seus selvagens irmãos Cayajós e levada pelo impulso de seu nobre e generoso coração, quiz conhecer a terra que lhe serviu de berço e deveria estar assignada a com tão sublimes exemplos da caridade e amor. E Como tudo o que é passado nos desperta encanto, sonhava encontrar naquellas remotas paragens, onde a natureza pouco sente a acção do progresso, vestigios indeliveis do governo, bastante longinquo, de P. Luiz da Cunha Menezes. E Revia, na minha fantástica imaginação, as se nas de grandeza daquella época, os feitos dos governadores e, nomeo ponce-moniz, a litorosa mulher, que se S. ggestionada por uma bella tarde, e a le a natureza é real a-sei-me ante suas gens, e fiz por content. Serra Dourada, que um gigante protector, com a capitante vo e gostei de sua

sebreto, postrava a figura daquella vachamou Damiãna. E suas idéas penetrei, Alda de S. José, mente admirável! Exmarvilhosas paisagens, também ali, a vive pela Alda e como Estive em contacto bondade de seu pomodesta igrejainha. Situada no meio de uma praça é a Igreja muito simples, de construção antiga, e ha pouco soffreu algumas modificações. Ella nos atraiu por sua singeleza e pelos sentimentos de lo que nos despertu a vista de um templo sagrado. Mas, da tradição que ali esperava encontrar, nem um vestigio sequer! O silencio, que reina no receso da grande nave da humilde igrejainha, foi a unica causa que me fez evocar o passado daquella terra historica. A imagem de S. José, da alto da seu nicho, lauzca sempre, seia os visitantes seia ali de la, seia o de nonalaba.

Pôra, a majestosa Serra Dourada estende-se da lado por toda a Alda e guarda, no seu amago, como um avarento o seu thesouro, a tradição da terra de Damiãna. E

Senha Darcy de Bessa

De estylo simple e capitante, que se destaca uma intelligencia cultivada, Darcy tem e encorpou a dicção ereta com a sua sublimidade de letta, por e captada e unificada da redacção lauda que fulgura nas columnas do ta-filha.

E aqui exaltando o nosso jornal, ta bula the cada singela homenagem.

"O LAR"

Com esta edição especial, entra o no-so por natubulo no seu 40.º an de publicidade. Aquelles que, recebendo-o não o devolveram á Redacção no prazo de 7 dias, e não consideram assignantes.

Renovamos o nosso pedido aos assenta dos amatores, de nos larem mais breve prazo, e de nos larem a que se de devessem e devessem. E de nos larem a que se de devessem e devessem.

A todos os que nos favoreceram, quer com as suas collaborações, quer angariando assignaturas, todos o nosso agradecimento.

Era no baile... A sala illuminada
Restringia de risos e gorgeios
Revoluçtiam sob a luz dançada
Braços e collos, seducções e esboios...

Nos requiebras da ralsa, delicada,
Esrella e esquia, em languidos volteios...
Passaste, Flor lirica, deusa em finta...
E os meus olhos prenderam-se aos teus seios.

Segui-te os passos, seductora e linda
Apparição de contos e de lendas
Branca virão que me arrebatou a vida

E o teu vulto perdeu-se entre os draxais,
Nim turbilhão de joas e de rendas,
Loiro, embalado em rythmos musicas.

ERICO CURADO

Senha. Gleisa F. Castello Branco

Ere um talento que promette muito, por se ver na sua escripta, a illu- nificadora de nobre bna e de escripto, eschillente.

Esta mimsa collaboradora, que a residendo em Africa, reparte o amor co a calor do seu coração, tem formado e da sua sympathia que nos renuncia.

"O Lar" sente-se feliz em estampar the o claché.

Figura 5. Foto da página 3 da edição de nº 74 onde é possível ver o retrato das colaboradoras Violeta Pitaluga, Darcy de Bessa, Georgina Felix e Elvira F. Castelo Branco. A foto seguida de um breve texto sobre cada autora era uma forma de prestigiar e valorizar atuação literária de cada uma delas. Arquivo pessoal. Foto tirada no Arquivo Histórico Estadual, Goiânia. Dez.2017.

Textos de autoria da diretora tinham preferências nas primeiras páginas. Havia uma coluna que era escrita por Oscarlina e publicada sempre na capa do jornal, que trazia a cada edição uma definição de algum sentimento ou atitude afetiva, como amor, medo, ódio, tristeza, felicidade, abraços, desprezo, sorrisos, seguindo com uma reflexão sobre o mesmo. Ainda na capa ou na página seguinte havia sempre um poema, na maioria das vezes de autoria de Leodegária de Jesus, mas também houve espaço para participação de outros poetas e poetisas.

Nas páginas adiante, *Alinhavos* era o nome de uma coluna que contemplava as crônicas cotidianas. Dentre outras colunas fixas que podemos destacar estão *Cartas aberta*, um espaço textual que desempenhava a função de “consultório sentimental”⁷⁷, dedicada a orientação emocional de suas leitoras, e que poderia vir direcionada especificamente a alguma colaboradora. *Páginas do meu diário*, organizada por Maria Paula Fleury de Godoy, retratavam divagações cotidianas sobre existência humana de cunho filosófico e moral a partir de temas como amor, felicidade, vida e morte, futuro. Todas essas colunas dependiam da assiduidade da colaboradora responsável por redigí-la.

Na página final do jornal (figura 6), além de pequenos avisos e propagandas, identificamos *Esboços*, uma coluna que trazia a descrição de uma mulher e um homem, ambos solteiros. Provavelmente a função dessa coluna tenha sido estimular a aproximação entre jovens solteiros e aumentar as chances de casamento. Havia também *Fora do Lar*, uma coluna de tom satírico que apontava e julgava comportamentos sociais, era assinada pelo pseudônimo *A indiscreta* (não foi possível identificar a quem esse pseudônimo pertencia). Semelhante a uma crônica, os textos publicados na coluna *Fora do Lar* traziam reflexões sobre a vida e o cotidiano em um tom ácido e irônico. A coluna em questão circulou até o número 92. *Fora do lar* é uma síntese de assuntos abordados no jornal, assuntos que interferiam diretamente no lar⁷⁸.

⁷⁷ Publicar texto ou cartas com temáticas sentimentais com intuito de orientar sentimentalmente suas leitoras, esclarecendo questões sentimentais como amor, amizade e relacionamento familiar era algo bem comum nos jornais femininos, desde 1693 com o *Lady's Mercury*, jornal inglês considerado o precursor da imprensa feminina (BUITONI, 1981).

⁷⁸ Consultar anexo I.

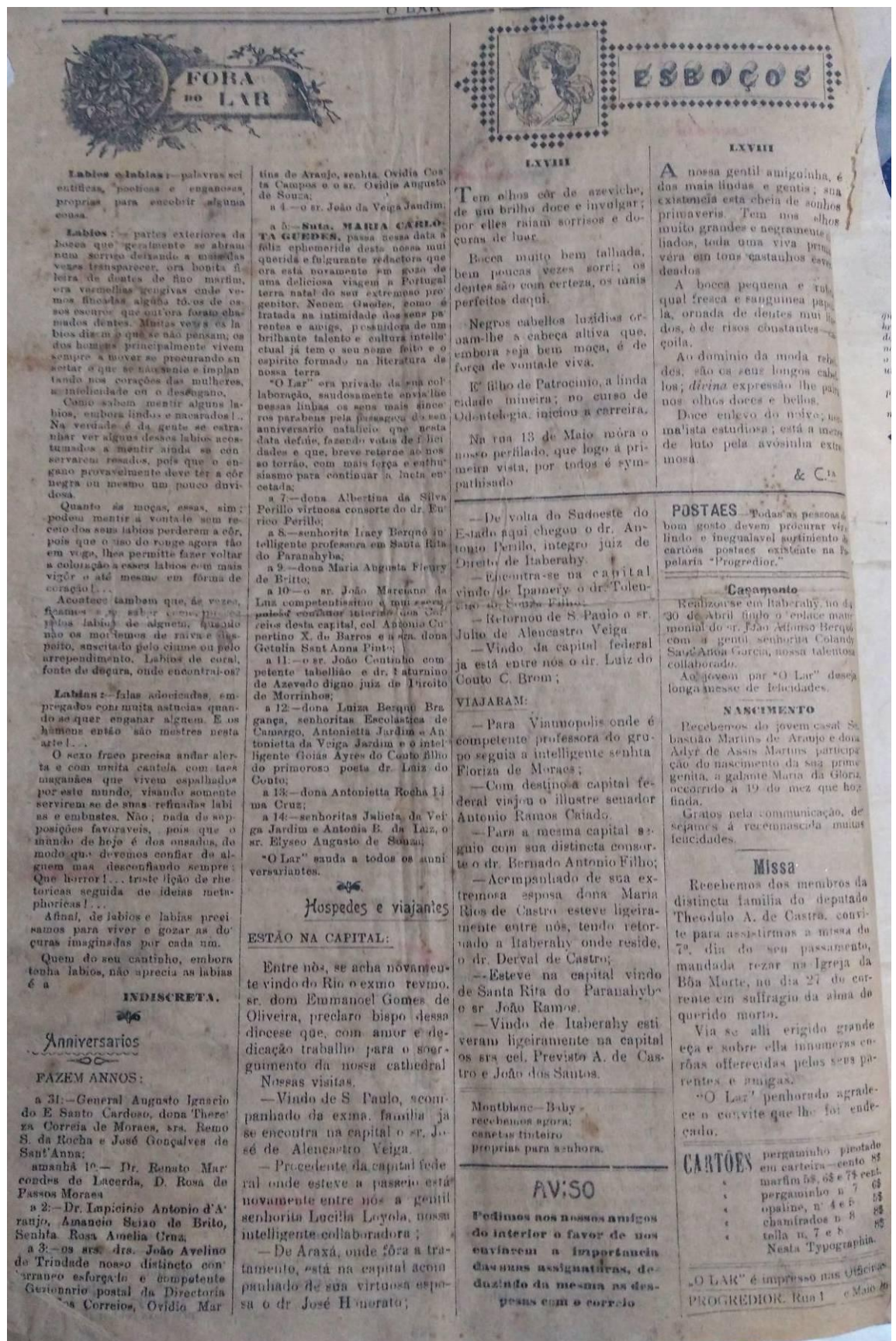


Figura 6. Página 4 da edição nº74 onde é possível identificar as colunas *Fora do lar*, *esboços*, *anniversários*, *hospedes e viajantes*, *Nascimentos*, *Casamentos* e outras. Arquivo Pessoal. Foto retirada no Arquivo Histórico Estadual, Goiânia. Dez.2017.

O título do texto dessa coluna era sempre formado por duas palavras, e em alguns casos três palavras, através das quais o leitor já podia ter uma noção do que era discutido em seguida. Cada uma dessas palavras não era escolhida aleatoriamente, mantendo sempre uma referência, uma relação ora de oposição ora de complementação. O corpo do texto era composto por duas ou três partes que remetiam diretamente as palavras citadas no título. Cada parte do texto definia e refletia sobre as palavras evocadas no título. O nome *Fora do lar* sugere que todos os temas abordados, todas as categorias levantadas estariam circunscritas fora do ambiente doméstico, mas que inegavelmente interferiam nas relações familiares:

O que marca os comentários das crônicas são termos como modernismo, progresso, evolução futurismo, novidade, atualmente, agora, hoje; [...] “Fora do lar” retrata um novo conjunto de valores na família entre maridos e esposas e pais e filhos, no comportamento das crianças, dos jovens e da relação entre homens e mulheres (KOFES, 2001, p. 109).

As últimas páginas também costumavam conter anúncio de venda de automóveis, instrumentos musicais, e produtos da Casa Sampaio, estabelecimento comercial onde era possível encontrar licores, champagen, whiskys *White label*, vinhos e outras bebidas importadas, uma variedade de gênero alimentícios como presunto, salame, bacalhau, sardinha, azeitona, marmelada, extrato de tomate, salsicha, patês, doces diversos, biscoitos *Aimoré*, chocolate em pó, leite condensado, além de perfumes, sabonetes, charutos, cigarros, cigarrilhas, tintas, gasolina *texaco*, ferramentas, produtos diversos, consumidos, ao que tudo indica, pela parcela mais privilegiada da população, da qual participavam a maior parte das leitoras e dos leitores do jornal, tais anúncios suscitavam que as esposas desempenhavam importante papel na economia doméstica.

A tipografia e papelaria Caetano, - onde o jornal foi impresso por muito tempo-, e a Sorveteria da Lapa, ambos estabelecimentos da família da diretora, também tinham espaço reservados para anúncios publicitários. Algumas sessões de cinema, com sinopses dos filmes exibidos, e as peças de teatro que aconteciam em Goiás também tinham espaço nas páginas finais. Esparsamente encontramos também oferecimento de alguns serviços como consultas médicas⁷⁹ oferecidas pelo Dr. Lincoln Caiado.

⁷⁹ O anúncio de consultas médicas através do periódico analisado só reforça o caráter elitista do jornal. No início do século XX em Goiás, o acesso ao serviço de saúde era restrito e as consultas médicas eram privilégio de poucos, segundo Cristiano Arrais (2016), até a década de 20 o estado contava com apenas 21 médicos, para lidar com os problemas de saúde a maior parte da população precisava recorrer a benzedores, raizeiros, parteiras etc.

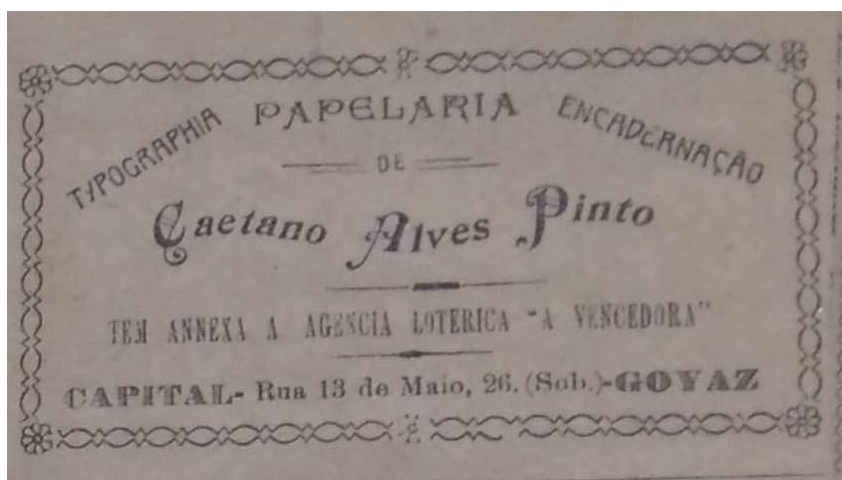


Figura 7. Detalhe com anúncio da Tipografia e papelaria onde o jornal era impresso. Arquivo pessoal. Foto retirada no Arquivo Histórico Estadual, Goiânia, dez.2017.

Goianas lá fora, foi uma parte do jornal reservada a divulgar as proezas e conquistas das goianas fora do estado. Nos últimos anos foram adicionadas duas colunas interessantes. A primeira foi *Canhenho de uma solteirona* que era uma coluna humorística que dava voz a uma personagem solteira que se lamentava de sua condição. A segunda foi *banalidades úteis* que trazia para as leitoras alguns truques úteis no dia a dia doméstico, textos com dicas sobre economia doméstica e receitas culinárias eram bem comuns na imprensa feminina, como forma de instruir as mulheres, responsáveis pela manutenção da casa, mas em nossa fonte esse tipo de texto só apareceu timidamente após o retorno do jornal em sua segunda fase, essa coluna chamada *banalidades úteis*, teve uma duração bem curta, haja vista, que apesar das habilidades domésticas serem imprescindíveis para qualquer mulher na época, as mulheres abastadas não precisavam se preocupar diretamente com o preparo da comida, o cuidado com a louça, engomar roupas ou tirar manchas, esses serviços seriam executados por outras mulheres, caberia a patroa escolher uma empregada considerada eficiente, o que lhe garantiria tempo e tranquilidade para se dedicar a leitura e a produção literária.

Nos anos finais foi proposta uma coluna de moda, *Croniqueta da Moda* era assinada pelo pseudônimo *Tia Nina*, e trazia algumas dicas de moda, tomando sempre como referência a moda francesa, mas procurando adaptá-la ao clima de Goiás. Mas a moda não se restringia a vestimenta e os conselhos também abrangiam a maneira de comportar-se a mesa, em eventos ou em locais públicos.

Apesar de ser noticioso, o jornal não privilegiava as notícias, não havia seções específicas destinadas ao noticiário local, os acontecimentos locais considerados relevantes apareciam esporadicamente através de pequenas notas. Entre uma nota jornalística e outra era

possível acompanhar a construção de obras públicas como estradas e redes de comunicação, principalmente o telégrafo, a posse de algum cargo político etc. Outras iniciativas do governo são pontuadas⁸⁰. Prestação de contas governamentais, a atuação dos políticos em nível nacional, a posse de novos governantes também ganham espaço, foi possível identificar também algumas notícias internacionais sobre países como a Itália, Estados Unidos, França e o México.

As páginas finais são uma janela da vida social da elite Goiana, com o anúncio de falecimentos, aniversários, nascimentos, noivados, casamentos, chegada ou partida de pessoas consideradas importantes socialmente. Essas sessões sociais eram recorrentes em outros jornais do período. Também apareceram, nos primeiros números, palavras cruzadas e charadas. Através do jornal foram publicados também os eventos sociais para os quais as representantes do jornal eram convidadas, eventos políticos como a reunião para a fundação de sociedade Nacional de Agricultura, convocada por Antônio Ramos Caiado em outubro de 1928, ou eventos particulares como formaturas, bailes e inauguração de estabelecimentos comerciais.

Datas comemorativas e fatos históricos considerados relevantes como independência do Brasil (7 de Setembro), a descoberta da América (12 de Outubro), fundação da Cidade de Goiás (25 de Julho), abolição da escravidão (13 de Maio), proclamação da República (15 de Novembro) e até mesmo a queda da Bastilha (14 de Julho) também eram lembradas anualmente.

Jornais, não necessariamente especializados no público feminino, como *A Voz do povo*, *O Democrata*, *O Estudante*, *O Rebate*, *O Destemido*, *O Triângulo*, *Gazeta de Uberaba*, *Informação Goyana*, *O Paiz*, *A Notícia*, *O cidadão de patrocínio* e outros, enviavam seus exemplares e seus cumprimentos às redatoras goianas. Nos últimos anos a sessão *No Guichê* ou *Sobre a mesa* eram as partes dedicadas agradecer o recolhimento desses jornais, dentro e fora do estado: “Como vem, são gentilezas excessivas que essas almas verdadeiramente de escólios cumulam, e que O Lar muito sensibilizado agradece”⁸¹.

Apesar do entusiasmo com o qual o jornal se banha nas primeiras edições, logo no segundo ano de circulação a certeza de que o jornal teria vida longa é abalada.

⁸⁰ Durante a circulação do jornal o governo estadual foi chefiado por Brasil Ramos Caiado, seguido de Alfredo Lopes de Moraes e por último Humberto Martins Ribeiro. Sobre o assunto consultar: FERREIRA, Joaquim Carvalho. *Presidentes e governadores de Goiás* (Coleção documentos goianos). Goiânia: UFG, 1980.

⁸¹ *O Lar*. Cidade de Goiás, p.1, 15 de Março de 1929, n.63.

Mas e se até aqui fomos felizes, doravante não sabemos se continuaremos a trilhar a mesma estrada alcatifada de flores, ou talvez tenhamos a desventura de ver nosso caminho pontilhado de espinhos, que, [...] nos obrigarão a interromper a publicação desta folha, fechando assim a única porta aberta as nossas patrícias para ingressar na carreira literária.⁸²

Aos poucos os textos de elogios, euforia e o reconhecimento ao trabalho desempenhado pelas escritoras passam a competir com uma frequência considerável de texto de lamento e decepção devido a pouca aceitação e o não pagamento das assinaturas. Na edição nº 92, *A indiscreta* se dedica a censurar a postura dos inadimplentes, chamando-os de “caloteiros”. E na luta pela conquista por um espaço intelectual, as colaboradoras precisaram investir muito esforço para superar “a indiferença de muitos e a apatia do meio, asfixiador das mais fortes energias”.

[...] É um jornal amigo que, silencioso, nos fala do progresso das ciências e das artes e nos põem em contato com a sociedade atual de todas as nações cultas ou semicivilizadas. [...] devemos protegê-lo, pois, ele auxilia o intercambio das ideias e indica o expoente da mentalidade de um povo. É pela pena, mais do que pela palavra que nosso espírito convive com os nossos semelhantes, num círculo mais amplo.

[...] Em Goiás, falta a emulação e o apoio encorajador do público que alimentam o fogo criador da pira do entusiasmo. Toda iniciativa perece, abafada pela inconstância e desalento inatos aos goianos.

[...] Dos jornais, só ficam inabaláveis os políticos.

De vez em quando surge uma ou outra folhazinha, rompendo com a tradição que condena todo empreendimento desse gênero. Mas nasce para morrer, asfixiada pelo ar monolítico da indiferença pública.

[...] O nosso jornalzinho está, talvez destinado a uma vida efêmera como a dos nossos malogrados antecessores. Paciência! Lutaremos até ser vencidas.

[...] Pelejando pelo aproveitamento das forças intelectuais da feminilidade goiana, teremos lançado o nosso grão de areia. E que venham muitas, muitas outras jovens se alistar sob o nosso estandarte. Usemos da pena como um meio de educação e reerguimento moral.⁸³

A autora Graciema Machado segue exemplificando outros jornais desenvolvidos por mulheres que tiveram uma vida curta, como *A Rosa*, que “não passou da primeira infância” e termina reforçando que o jornal destinasse exclusivamente o aprimoramento e progresso do povo goiano, especialmente das mulheres. A autora transparece um sentimento de surpresa, ela diz não compreender como um jornal com uma proposta séria, comprometido com a moral, com a família e totalmente condizente com os princípios de modernização e progresso daquele período, não estava despertando o interesse da população. O termo *indiferença* se

⁸² PINTO, Oscarlina Alves. Gloria Victis. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.2, 15 de Agosto de 1928, n.49.

⁸³ GUEDES, Carlota. Atuação d’um jornal. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.2, 15 de Agosto de 1928, n.49.

torna recorrente e os textos se tornaram mais “inflamados” e incisivos, um indicativo do inconformismo diante a quebra de expectativa em relação à aceitação do jornal. Na edição número 22 em 31 de Maio de 1927, Oscarlina define a *indiferença* como uma flor venenosa que esfria e deprime o coração daqueles que são atingidos por ela. A pessoa indiferente tripudia e zomba da iniciativa de quem se propõe a fazer o bem. Oscarlina vê a indiferença como sentimento generalizado em sua época, um sentimento amargo, que poderia vir de pessoas próximas e queridas e que nesses casos gera ainda mais dor e cria uma atmosfera de desespero que destrói a perspectiva de dias felizes. Essa indiferença e as injustiças relatadas pela diretora foram experimentadas de maneira particular por Oscarlina, se consideramos que sendo ela a diretora, ela era a mais atingida pelas críticas dirigidas ao jornal.

Em Março de 1929, meses antes de jornal ter suas publicações interrompidas⁸⁴ pela primeira vez, Oscarlina publica uma *Crônica sombria* onde pede mais entusiasmos por parte das suas colaboradoras.

[...] Realmente doloroso o sentimento que ora nos acabrunha, diante da expectativa pouco animadora, da frieza com que têm demonstrado as nossas prezadas conterrâneas da capital, na totalidade talentosas e inteligentes normalistas, correspondido ao equivalente anseio das nossas almas, de ver elevada ao ser verdadeiro nível, a elaboração intelectual da mulher goiana; fim exclusivo para qual, foi fundado O Lar.

Sendo, todas efetivamente possuidoras de alta cultura intelectual e de reconhecida competência para dirigir, com fecundo talento, não uma folha de pequeno formato como seja esta, mas, outro qualquer tentame de elevado e brilhante realização, nada mais fácil do que sublevar tal ideias.

No entanto, muito sem sido de admirar o fato de somente um diminuto numero de companheiras destemidas, corresponderam ao nosso veemente anseio, vindo colaborar na altura do nosso desejo e infundir em nosso espírito um certo ardor para continuarmos animosas na luta titânica que empreendemos.

Pensamos O Lar, provido como se acha, de um tão brilhante corpo redatorial e da seleta plêiade de colaboradoras que, estas, no entanto, deveriam revestindo se da couraça da perseverança procurar auxiliar-se mutuamente com mais entusiasmo e firmeza, ora, enviando com presteza os seus trabalhos, ora batalhando com amor em prol do nosso jornal, [...]

Mas, infelizmente o que vemos?

Com muita dificuldade lutamos para conseguir de nossas patrícias que uma centelha de luz emanada de sua vibrante pena venha dar vida a estas colunas. Má vontade? Não; disso temos plena convicção.

Indiferença para os bons empreendimentos? Não acreditamos. Contudo sem podermos compreender nem atinar com o motivo desse quase inexplicável retraimento, vemos com tristeza, dia a dia, arrefecer o entusiasmo ardente de que deram provas no começo da publicação desta pequena folha.

⁸⁴ A interrupção do jornal coincide com um momento de grande agitação na política nacional, com a tomada do poder por Getúlio Vargas em 1930. Em Goiás, esse acontecimento resultou no enfraquecimento da hegemonia da elite Caiado.

Escrevo essa crônica não querendo vaticinar a morte do nosso jornal, nem tão pouco patentear que nos achamos cansadas de lutas; somente lastimamos o modo estranho e alheio que algumas das nossas companheiras têm mostrado, correspondido ao nosso pedido. [...]

Nada de esmorecimento nesse trabalho insano, porem grandioso e patriótico, que marcará uma era de luz para nossa terra e um padrão de glória para nossas letras. [...] ⁸⁵.

O jornal reaparece após dez meses, com esperanças, mas sem a animação e a euforia anterior. Os textos de decepção, escritos geralmente pela diretora e que denotam uma possível dificuldade de aceitação pela o qual o jornal estava passando, se tornam cada vez mais frequentes até o jornal ser extinto em 1932. Na última edição, já em tom de lástima e despedida, a diretora desabafa e esclarece aos leitores o motivo da suspensão das atividades:

[...] Pessoas que recebem o nosso jornalzinho, leem com ardor, e... quando o cobrador bate-lhes a porta, mudam completamente de pensar, Adeus gentilezas e entusiasmos pelas letras!

Quando não saem com um rosário de recriminações, pagam com má vontade, alegam que já devolveram a nossa folha, [...]. Assim, como continuar a publicação do nosso jornalzinho? Não será possível, pois que este vive exclusivamente do produto de suas assinaturas.

É pena decepar assim uma florzinha que tem sido a vida e a esperança de tanto corações femininos, do esforço de uma plêiade de goianas, ardorosas e amantes do progresso. [...]

E dizer que O Lar, após seis anos de vida dará com este, o seu último suspiro! É inconcebível e monstruoso não resta dúvida!⁸⁶

A indiferença dos leitores se manifesta na hora do pagamento, já que os assinantes até “leem com ardor” o jornal, mas não se manifestam com mesmo ardor no momento do pagamento das assinaturas e ainda lançam críticas ao periódico na tentativa de desqualificar a iniciativa feminina, que era até interessante, mas aparentemente dispensável. Dessa forma a autora pressupõe que a falta de apoio ao jornal tenha se dado exclusivamente por uma dificuldade de pagamento dos assinantes e não pelo falta de interesse nas matérias e nas publicações, e que o ataque ao jornal seria apenas uma forma dos assinantes de justificarem o débito.

Foi possível notar uma mudança sensível no tom e nos temas das publicações. Ao longo dos cinco anos de existência o debate sobre o sufrágio intensifica-se⁸⁷. Por outro lado, número de colaboradoras, assim como o tempo que elas permaneciam publicando oscilou

⁸⁵ PINTO, Oscarlina Alves. Crônica Sombria. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.2, 15 de Março de 1929, n.63.

⁸⁶ PINTO, Oscarlina Alves. Explicando. *O Lar*. Cidade de Goiás, p. 2, 15 de Março de 1932, n. 109/110,

⁸⁷ Simultaneamente, em 1931, é fundada a Federação Goiana pelo Progresso Feminino inspirada na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

bastante nos últimos anos e a quantidade de colaboradoras também diminui. Assim como os colaboradores, os patrocinadores também foram abandonando o jornal, um indicativo da perda de apoio. Esse esvaziamento do apoio externo por parte dos leitores que não pagavam as assinaturas, juntamente com o esvaziamento interno, por parte dos patrocinadores e das colaboradoras que foram debandando, além do contexto político delicado no qual o jornal se inseria, principalmente considerando a transferência da capital para Goiânia, podem explicar o seu fim.

No capítulo seguinte partiremos das representações endossadas pelos discursos essencialistas defendidos por instituições religiosas, educacionais, médicas e políticas. Para entender de que forma a mulher foi construída pelas páginas do jornal, uma mulher dócil, bondosa, paciente e casta que deveria ser o alicerce da família, rainha do lar e edificadora da moral, dando ênfase à normatividade construída por esses discursos, sem deixar de destacar que em nenhum momento essa imagem foi efetivamente hegemônica, nem mesmo dentro dos círculos da elite, principalmente se considerarmos a premissa *foucaultinana* de onde há poder há resistência e que, portanto, nem sempre essas mulheres se assujeitaram, mas que também foram sujeitos. Ao longo do jornal podemos perceber que não apenas com reforço de valores tradicionais foi assentado o jornal, existem fissuras, brechas, pequenos espaços de negociação e contrapoderes.

No terceiro e último capítulo enfatizaremos as rupturas e os novos discursos engendrados através da educação e da prática feminista, inseridas no contexto de modernidade e emancipação feminina. Ainda que fosse uma emancipação tutelada, uma liberdade vigiada e restrita - duramente criticada posteriormente pelas estudiosas do feminismo - esses novos discursos causaram incômodo significativo, o que provavelmente colaborou diretamente para o esvaziamento do apoio público a essa iniciativa jornalística e literária dessas mulheres. O discurso de elevação intelectual de nossas colaboradoras - objetivo central em torno do qual as colaboradoras alegam ter fundado o jornal - foi recebido com rejeição e dificuldade por parte dos mais conservadores que foram pouco a pouco diminuindo o apoio ao periódico. Entretanto, ainda enfrentando uma resistência, uma recusa por parte daqueles que não concordavam com a proposta de emancipação feminina, esta iniciativa, significou uma ruptura importante em direção à obtenção de direitos políticos por parte das feministas do início do século XX.

CAPÍTULO 2. POR DENTRO DO LAR: CONTEXTO SOCIAL E OS DISCURSOS SOBRE A MULHER

2.1. DE PECADORAS A REDENTORAS: “AS PATRÍCIAS CRISTÃS”

“Para que seja útil e boa a sua atuação, é necessário que o jornal tenha como escopo o bem estar da coletividade e se baseie nas normas verdadeiras e sãs do cristianismo”⁸⁸

Recebidas cordialmente por sorridentes e joviais senhoritas, somos convidadas a entrar no lar, fazer uma visita, tomar um café e prosear. Cada página, cada texto, cada palavra são como as paredes de adobe que sustentam uma sólida casa de arquitetura colonial, habitada por essas mulheres que acreditam ser aquele o seu ambiente natural, seu reino de amor designado por Deus, seu recôndito de afeto e proteção.

Pelos vários cantos desse lar, inúmeras referências religiosas se fazem presentes. O amor a Deus, a Virgem Maria e a Jesus Cristo é um sentimento que preencheu de significado a vida das mulheres goianas, leitoras e colaboradoras do jornal *O Lar*. Toda a existência, desde o nascimento, passando pelo casamento até a morte, grande parte das experiências dessas mulheres foram orientadas pelos discursos religiosos oriundos da doutrina Cristã Católica. A própria data de fundação do jornal, dia 15 de Agosto, remete a um importante acontecimento do calendário Católico: Dia da Assunção de Nossa Senhora. A escolha da data não teria sido ocasional⁸⁹. Houve também a preocupação em eleger uma santa padroeira para o jornal: Santa Terezinha, a santa das rosas.

Ao longo do jornal diversos textos informavam aos leitores e leitoras a respeito dos últimos acontecimentos relacionados à Igreja Católica no âmbito nacional e internacional⁹⁰, além de homenagens aos santos católicos, anúncios de romarias e festas e outros textos de caráter reflexivos que reiteravam a posição central da religião na vida não só das mulheres, mas de toda a população goiana.

Não nos parece possível iniciar nossa digressão pelo jornal, sem começarmos uma reflexão sobre essas experiências religiosas. Grande parte das representações femininas

⁸⁸ PINTO, Oscarlina Alves. Gloria Victis. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.2, 15 de Agosto de 1928, n. 49.

⁸⁹ *O Lar*. Cidade de Goiás, p.2, 15 de Agosto de 1926, n.1.

⁹⁰ Um confronto entre Igreja católica e governo mexicano entre 1926 e 1929 foi noticiado no nº 2 e a criação do estado do vaticano via Tratado de Latrão, na Itália foi noticiado na edição nº 62.

propagadas nas páginas desse periódico esteve intimamente ligada à religiosidade cristã, que consequentemente articulou-se a outros temas como maternidade, casamento e sexualidade; assuntos de interesse da Igreja. Essas representações fizeram parte de discursos religiosos que moldaram e direcionaram as ações das mulheres.

Ter fé aparece como uma maneira de buscar conforto diante dos problemas, e expressar essa fé era uma maneira encontrada pelas fiéis de afirmar as suas virtudes morais publicamente. Grande parte da produção literária publicada no jornal é de textos com temática religiosa, que exprimem um sentimentalismo melancólico, contornado com auxílio da fé.

A fé é o precioso relicário que guarda os mistérios do mundo espiritual, a concha luzidia na qual as valiosas pérolas do divino amor estão ocultas, como a meiga violeta entre as folhas, aromatizando o ar, se crestar á ardência do sol. É a luz do mundo, o fanal radioso que ilumina o agitado mar da vida, mostrando aos amedrontados nautas o porto da Verdade e do Amor. É o vendaval que derruba as negras muralhas da impiedade nos traz, nas asas das tradições um som melífluo, suave como uma harpa musical, lembrando-nos a existência de um Deus onipotente, sem princípio e sem fim!⁹¹

No texto acima, a autora define a fé como elemento indispensável à humanidade. Base da Igreja Católica, a fé é também a luz orientadora do mundo, uma luminosidade vívida, que cresce, anima os corações e alegra a vida daqueles que se permitem banhar por ela. A fé deveria ser concebida como a força divina que move as mulheres em seus propósitos, auxiliando-as em suas jornadas marcadas, muitas vezes, pela obediência e abnegação.

[...]Ele pegou-lhe com violência nos ombros frágeis e, sacudindo-a energeticamente, repetiu com acento imperioso:
- Onde vens? Anda! Responde! Ela teve um estremecimento e a dor, produzida pela pressão dos dedos nervosos na sua carne tenra, imprimiu-lhe no rosto uma contração dolorosa. Reprimindo heroicamente o sofrimento, respondeu calma e firme: - Fui a Igreja visitar Jesus! Mal proferia estas palavras, uma nuvem toou-lhe o límpido olhar, uma vaga expressão de terror perpassou-lhe pelo descolorido rosto. Ele, com a mão alçada, ia esbofetear a face da insensata mulher que ousara afrontar-lhe a cólera. [...] A pobrezinha tremia como folha arrastando pelo vento e esperava inerte o ultraje. Acalmou-o aquela passividade. - Perdoo-te esta vez, mas não reincidas, senão... [...] Maria, a esposa sempre submissa, levantara o olhar até então obstinadamente fixo no pavimento e, alcançando a fronte, altiva, calma, forte, dissera-lhe:
- Carlos, eu não te posso enganar! Se te promettesse não ir mais a Igreja, faltaria aos meus mais sagrados deveres de cristã. Prometi perante o altar

⁹¹ ARTIAGA, Floracy. Fé. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.3, 15 de Novembro de 1926, n.7.

ser-te obediente. E verdade. Sou-o em tudo, menos no que respeita a minha religião. A obediência tem limites; é relativa. Deus está em primeiro lugar.⁹²

No conto transcrito acima, a personagem chamada de Maria, em referência a Virgem, sai misteriosamente pela manhã, sem avisar ao marido, Carlos, que passa a suspeitar de traição e espera a chegada dela para interrogá-la. A esposa se justifica, esclarecendo que estava na Igreja e completa argumentando que sua religião vem em primeiro lugar - antes mesmo de seu casamento e que sob-hipótese nenhuma abandonaria sua fé. A personagem apesar de “pobrezinha” não deixa que a sua condição submissa interfira em suas práticas religiosas. Após essa discussão ela se retira novamente, deixando o marido furioso, crente de que a atitude da esposa fora uma afronta ao seu poder:

[...] A noite passou aquele frio quarto de hotel, sem conforto, vazo de recordações. E ali ficara... Como ele a odiava, aquela caprichosa e pirrônica mulher! [...] Ah! Seu olhar volve-se para o calendário suspenso à parede: 25 de dezembro! Natal! [...] Não mais raciocina. Pega no chapéu, e apressado, dirige-se à Igreja. [...] Como vê claro agora a razão do procedimento de Maria! Como fora digna não se submetendo à sua arbitrária proibição! Defendera seu único bem! Como compreende nesse momento toda a vida dela! Era na religião, junto ao Tabernáculo, que ela hauriu a força necessária, a paciência, a brandura, a inalterável calma como que, resignadamente, lhe sofria as injustiças, e algumas vezes até, grosserias, imposições do forte que quer dominar sempre. Nunca ela se revoltara contra suas injustiças. Jamais se queixava das suas continuas hostilidades. Somente, quando vira ferido o que no seu coração conservava intangível às paixões humanas – tivera a altiva firmeza de se manter irredutível. Mais um motivo para depositar plena confiança nela. Quem, com tanto valor, defenderia seu ideal a seu Deus, numa situação daquelas, jamais se esquivaria ao seu dever! Como a amava agora![...] ⁹³

A raiva do marido se desfaz quando ele percebe que era Natal, o que explicava o “capricho” da esposa de ir a Igreja. Arrependido, Carlos vai atrás de Maria, agora encantado com tanta devoção, admirado com a coragem da esposa submissa, capaz de afrontá-lo, apenas para defender sua fé. Diante dessa provação o marido valoriza a atitude corajosa da esposa que mesmo correndo risco de ser punida por ele, defende aquilo que considera mais importante. Carlos encontra um motivo para amá-la ainda mais. O conto sugere que praticar e professar a fé cristã seriam pré-requisitos vitais para que as mulheres se tornassem mães de família amadas e respeitadas, entrevedo que a fé da esposa era algo que os homens prezam,

⁹² GUEDES, Carlota. Conto de Natal. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.2, 01 de Janeiro de 1927, n.10. Grifo nosso.

⁹³ Op. Cit.

ou deveriam prezar dentro do casamento; as mulheres cristãs saberiam exatamente cumprir suas obrigações, devotas a Deus tanto quanto aos maridos.

Em outro texto, uma releitura bem humorada da passagem da Criação do livro de Gênese, denota-se que o projeto de criação da mulher surge em função da necessidade masculina: “Vendo o criador que não convinha ao homem viver só, deu-lhe então uma injeção de morfina e, aproveitando desta insensibilidade, tirou-lhe uma costela”⁹⁴. Deus conclui que Adão não pode ficar sozinho e resolve criar uma companhia para ele. Deus tal qual um oleiro, esculpe a mulher usando a costela de Adão como âmagô e o barro como matéria prima.

Ao comparar a primeira criação divina, o homem, com a segunda criação, a narradora constata algumas diferenças: a mulher tem feições mais bonitas, em razão de ter sido fabricada posteriormente. “Vemos que as mulheres têm os traços mais delicados do que os homens e não nos admiramos, porque são obras mais perfeitas. O escultor, quando as formou, já estava mais apto, por ter feito primeiramente muitos borrões”. Nesse caso a ordem da criação revela que o feminino é dotado de maior perfectibilidade física, atestando assim a íntima relação entre mulher e beleza. O momento da criação também afirma outras características associadas às mulheres, como a emotividade e a irracionalidade:

É claro que o escultor deu princípio a sua obra pela cabeça, tendo, como é natural, esta parte, secado primeiro.

O resultado disso é que muitas mulheres são de cabeça dura, não aprendem facilmente nem mesmo cortar abóbora.

Afinal, quando já estava pronto um bom pedaço, a massa endureceu, sendo preciso o Criador amolecer com suor de seu rosto e também suas lágrimas. De sorte que é por esta razão que as mulheres são tão susceptíveis e de corações moles, por qualquer coisa choram e suam de raiva [...].⁹⁵

A criação, portanto, segundo o jornal é o ponto de partida para entender a “personalidade feminina”. É com base na defesa dessa essência calcada no companheirismo, na beleza, no amor e no afeto que vai se sustentar o discurso religioso. “Está visto que da costela do homem é que foi tirada a mulher, terror dos celibatários, e não da cabeça, nem dos pés”⁹⁶. O fato das mulheres serem “o terror dos celibatários”, reflete outra característica atribuída às mulheres; a sexualidade acentuada, por outro lado, um ponto interessante desse trecho é a defesa de um princípio de igualdade entre homens e mulheres: a matéria prima é a mesma para ambos o sexo, o barro, e o fato da mulher ter saído da costela do homem,

⁹⁴ Fora do lar: Homens, mulheres e crianças. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.4, 30 de Setembro de 1926, n.4.

⁹⁵ Op. Cit.

⁹⁶ Op. Cit.

estabelece a ligação entre os sexos, representa a vontade de Deus que a mulher seja fiel companheira e não uma serva subserviente do homem. “Ela saiu de perto do coração afim de que seja sua companheira fiel e não soberana ou escrava”⁹⁷.

Outra importante passagem bíblica que também sugere muito a respeito do “comportamento feminino” é o momento da queda, quando Eva provoca a ruína da humanidade⁹⁸. Apesar dessa passagem não ser citada no jornal em nenhum momento, provavelmente povoava o imaginário religioso dos fiéis. Seguindo a lógica cristã, independente da classe social, todas as mulheres descendiam da primeira mulher, portanto, herdavam suas características.

Se por um lado Eva é aquilo que toda mulher é, Maria, mãe de Cristo, é aquilo que toda mulher *deve ser* (RIBEIRO, 2000). Maria é o mais importante modelo feminino dentro do catolicismo. Símbolo da maternidade, da virgindade e de tantas outras virtudes, ela contém em si todas as características que as mulheres não tinham, mas que deviam tentar, incansavelmente, alcançar (RIBEIRO, 2000). O catolicismo defende a maternidade como obrigação divina e moral das mulheres, justificando a permanência das mulheres dentro do lar e a desassociando-as de qualquer outro trabalho que não aconteça dentro de casa⁹⁹.

Outra característica de Maria, que deveria servir de exemplo, é a virgindade. Maria é um ser assexuado, teria concebido Jesus através da ação do espírito santo e não de uma relação sexual, sendo que mesmo após o nascimento do filho, ela ainda permanecera virgem, imaculada (MEDEIROS; ZIMERMANN, 2015). Por isso se manter virgem deveria ser uma das prioridades das filhas de Eva aspirantes a Maria. Mesmo após a perda da virgindade, dentro do casamento de maneira adequada, o ideal era que as mulheres mantivessem sua pureza e controlassem a libido, através da abstinência, longe de pensamentos pecaminosos. A finalidade da relação sexual era estritamente a reprodução, nunca o prazer (MEDEIROS; ZIMERMANN, 2015).

⁹⁷ Op. Cit.

⁹⁸ Através da narrativa bíblica da queda, a essência feminina permanece intrinsecamente ligada ao pecado original. Deus já havia advertido que o fruto não deveria ser consumido, mas ainda assim, motivada pela curiosidade e persuadida pela serpente, Eva comeu e ainda fez com que seu companheiro comesse do fruto que os expulsaria do paraíso (Gen. 3: 1-24). A dor do parto e a submissão ao marido foram os castigos divinos lançados sobre Eva, o preço pago pela sua desobediência (Gen. 3: 16). Sendo assim, pela doutrina cristã, conclui-se que a tolice, a ingenuidade e a insolência eram partes constitutivas da chamada “natureza feminina”.

⁹⁹ “A maternidade constitui, ao mesmo tempo, uma especificidade valorizada – o poder de dar a vida-, uma função social em nome da qual reivindicar direitos políticos ou direitos sociais, e uma fonte de opressão” (COLLIN; LABORIE, 2009, p.133). Sobre o assunto consultar: HIRATA, Helena. et al. *Dicionário Crítico de feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009.

O culto mariano é muito presente no jornal, Maria é o exemplo de obediência e santidade¹⁰⁰. A existência dos sujeitos femininos era regulada por esses dois grandes modelos, a pecadora e a redentora. O modelo mariano é praticamente inalcançável e inimitável, já que “o corpo de Maria não seguia as regras do corpo humano” (MEDEIROS; ZIMERMANN, 2015, p. 657), mas isso não impedia as mulheres de travarem uma constante batalha contra a intrínseca “condição de pecadora”. Os textos em nossa fonte têm por objetivo fazer com que as mulheres se conscientizassem dessa condição e buscassem redimir-se dos pecados adotando uma postura obediente, humilde, casta e bondosa.

“As características construídas pela moral cristã e atribuídas aos sujeitos femininos são aquelas necessárias ao cuidado do lar, da família e do bom desempenho da maternidade, negando à mulher outras possibilidades e reforçando seu enclausuramento no espaço doméstico” (TEDESCHI, 2008, p. 81). Nesse contexto, marcado pela religiosidade, a honra de uma família dependia diretamente do comportamento das mulheres que a compunham. Cabia às mulheres zelar e defender o sobrenome a elas atribuído (HAHNER, 2013). O confinamento no ambiente privado, a constante vigilância e a tutela masculina foram algumas soluções encontradas pela sociedade para coibir os supostos problemas da moral e do temperamento das mulheres, apontado pela Igreja católica nas narrativas da origem e da queda. Essas representações construídas em torno do feminino afetaram a vida das mulheres, cristãs e não cristãs, marcaram seus corpos e almas, limitaram seus espaços de atuação, sua educação e seu futuro.

Nesse sentido, a instrução - fosse ela formal, através das instituições educacionais religiosas, mas também informal, por meio das homilias nas missas e da imprensa - foi um dos artifícios utilizados pelo clero e pela sociedade, para disciplinar as moças e tentar garantir a absorção dos preceitos católicos que as afastariam de Eva. A educação cristã deveria começar dentro do lar, era responsabilidade da boa mãe iniciar, não apenas seus filhos e filhas dentro da moral cristã, mas também garantir instrução religiosa para todos aqueles que residissem na casa (HANER, 2013). A continuidade da educação, para as crianças, se dava na escola onde a professora desempenhava função análoga à maternidade, educando dentro dos princípios cristãos, com amor e paciência, como uma segunda mãe para seus alunos.

¹⁰⁰ Todo mês de Maio é consagrado a Virgem. “É um dos meses privilegiados, porque, sendo o mês das flores, é também consagrado a mais bela entre todas, ao lírio de pureza que é a Virgem Maria, A virgem das graças.” AMORIM, Laila de. Maio. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.1, 30 de Abril de 1927, n.18.

Ivan A. Manoel (1996), em seu trabalho *Igreja e educação Feminina 1859-1919* indica que até o século XIX a educação das jovens¹⁰¹ não despertava a preocupação da sociedade brasileira, mas após o aparecimento das primeiras iniciativas feministas e a partir do contato do Brasil com outras ideias modernas vindas da Europa, educar as filhas se tornou uma necessidade das elites, na tentativa de evitar que elas “caíssem em desgraça”. A educação deveria estimular as supostas “virtudes femininas”, como a bondade, a complacência e a obediência, apesar de que, paradoxalmente, no discurso religioso e médico estas características eram consideradas inatas ao “belo sexo”.

Com a República e a separação entre Igreja e Estado, a educação pública passou a ser laica e despertou a atenção do governo preocupado em forjar a identidade da nova nação republicana. Todavia, a Igreja católica reivindicou o direito de continuar responsável pela educação (MANUEL, 1996). Cada colégio, público ou católico, inaugurado no estado, era motivo de comemoração nas páginas do jornal. Entretanto havia entre as colaboradoras um apreço maior pela educação cristã. A fonte nos apresenta algumas escritoras indignadas com o avanço da educação laica, que seria responsável por propagar uma crise moral, tendo em vista que apenas a educação religiosa seria capaz de garantir o aperfeiçoamento moral dos cidadãos e cidadãs:

A ciência humana trata apenas dos problemas da vida material, mas a raiz de todo progresso está na formação moral, e esta é inseparável da religião. A crise de caráter que avassala a sociedade moderna não é outra coisa senão uma consequência lógica e natural da ausência da moral religiosa que a impiedade dos governos pretendeu substituir por uma moral leiga.¹⁰²

O catolicismo brasileiro, no final do século XIX e início do século XX seguiu as premissas do movimento ultramontano¹⁰³, que representou um momento de renovação conservadora do clero com objetivo de garantir “a soberania do clero sob os leigos” (SILVA, 2009, p. 14). Ivan A. Manoel (1996) defende que o Ultramontanismo, foi uma reação contra todos os ideais que surgiram durante a Idade moderna no século XV e que se consolidaram

¹⁰¹ A expansão das escolas católicas no Brasil aconteceu mediante uma aliança entre o clero conservador e as oligarquias que pretendiam, através das escolas católicas, manter seus poderes e conservar a ordem social, perante a nova organização político instaurada com proclamação da república (MANOEL, 1996).

¹⁰² PITALUGA, Violeta. Alinhavos. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.2, 15 de Fevereiro de 1927, n.13.

¹⁰³ A doutrina Ultramontana surgiu no Concílio do Vaticano I (1869-1870) durante o papado do pontífice Pio IX (1846-1878) e orientou o clero brasileiro ao longo da segunda metade do século XIX. Em Goiás, o conservadorismo ultramontanismo fomentou atritos entre clérigos e as oligarquias locais, principalmente durante o Bispado de D. Eduardo (1891-1908). Segundo Leila Borges Dias Santos (2008) em seu livro, *Ética da Súplica, catolicismo em Goiás no final do século XIX*, a fundação de colégios católicos, a valorização da hierarquia eclesiástica, a devoção à figura do papa, combate as práticas católicas leigas e populares e o controle e fiscalização sobre o comportamento do clero foram algumas diretrizes dessa vertente católica.

com a Revolução Francesa passando então a estruturar o mundo burguês moderno ocidental. Grande parte do clero católico percebeu que a proliferação dessas concepções, como o liberalismo, o racionalismo, o iluminismo, o cientificismo e o positivismo, minava o controle e a atuação política e religiosa da Igreja e por isso passou declarar que tais concepções estavam afastando os fiéis da salvação eterna.

Nesse contexto, a educação recebeu atenção especial do clero ultramontano interessado em alcançar os objetivos do ultramontanismo de disciplinar as práticas religiosas e combater as ideias no mundo moderno que estariam comprometendo a moral cristã. Durante o bispado de D. Cláudio, no auge do ultramontanismo em Goiás, foi fundado o Colégio Santana. O colégio surge em setembro de 1889, como uma solução para questão da educação das moças, tendo em vista que muitas famílias se recusavam a matricular suas filhas no Liceu, pois consideravam os alunos daquela instituição, muito indisciplinados e desrespeitadores (BRETAS, 1991). As famílias abastadas se sentiam mais confiantes para enviar suas filhas para instituições de ensino sérias e seguras, como os colégios religiosos percebidos como “verdadeiras oficinas onde se forma o caráter da mulher”¹⁰⁴. O debate sobre a educação era constante em *O Lar*¹⁰⁵.

Além da preocupação com a educação, o ultramontanismo voltou sua atenção para o controle e regulamentação das festas religiosas, o que significou o combate às práticas do catolicismo popular. Esses festejos tinham relevância socioeconômica desde o Brasil colonial,¹⁰⁶ e além disso eram momentos importantes para os fiéis, pois constituíam espaços para a prática da fé, um palco de sociabilidades e contato entre homens e mulheres.

As novas opções de lazer que surgiram a partir do século XX no meio urbano, como o cinema, os cafés, o teatro, competiam com as tradicionais festas cristãs. O autor de pseudônimo G. escreve uma *croniqueta* onde lamenta o que ele considera como abandono das tradições juninas: “E, assim, lá se vai S. João pelos ares de uma civilização requintada e artificial”¹⁰⁷. Ainda assim, apesar das críticas às opções modernas de lazer, as festas religiosas compunham o calendário festivo em Goiás. O jornal noticiou um número considerável de festas em suas páginas, missas, rezas e procissões, praticamente todos os meses havia algo a

¹⁰⁴ Colégios religiosos. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.1, 15 de Agosto de 1926, n.1.

¹⁰⁵ Este debate será aprofundado no capítulo seguinte.

¹⁰⁶ As festas religiosas no Brasil colonial desempenhavam funções além do entretenimento, aproximavam os colonos da Igreja, promoviam a integração entre os diversos grupos sociais, serviam como válvula de escape diante a precária vida na colônia e ainda proporcionavam oportunidades comerciais. Sobre o assunto consultar FERLINI; Vera Lúcia Amaral. *Folgedos, feiras e feriados aspectos socioeconômicos das festas no mundo do engenho*. In: JANCSÓ, István; KANTOR Iris.(org.). *Festa cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. Edusp- USP; coleção estante USP – Brasil 500 anos, São Paulo, 2001. v.2.

¹⁰⁷ Croniqueta. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.1. 30 de Junho de 1930, n.91.

ser comemorado com banquetes, músicas, fogos de artifício, leilões, tudo convidativamente narrado e anunciado nas páginas do jornal¹⁰⁸.

Outra celebração cristã importante, talvez a mais solene de todas, por se tratar do nascimento de Cristo, era o dia 25 de Dezembro. “Natal memorável nos anais da história da humanidade, é um dia de alegria, de perdão e de intenso júbilo para a igreja católica e para a família Cristã”¹⁰⁹. Durante a data, vários contos e crônicas tentavam traduzir o espírito natalino, de amor, caridade e perdão.

Em um conto natalino que selecionamos, a personagem Célia e sua filha, que haviam sido abandonadas pelo marido Paulo há dois anos são surpreendidas com o retorno de Paulo na noite de natal. O marido arrependido pede perdão à esposa, que reluta e inicialmente não o aceita de volta, mas Paulo não desiste e tenta persuadir a esposa: “Célia, há dois mil anos nasceu nessa hora um Deus. Um Deus que sofreu e foi ultrajado, mas que do alto da cruz perdoou seus inimigos. Por esse Deus cujo nascimento o mundo celebra nesse momento, por este Deus, que o teu coração de cristã adora, eu te peço: Me perdoa”¹¹⁰. Confrontada com a premissa católica do perdão, Célia reconsidera, se deixa tocar pelas palavras do marido e o recebe novamente em casa.

Alguns papas se manifestaram contra a emancipação filosófica, econômica e social das mulheres¹¹¹. Entretanto, se por um lado a Igreja através de seus discursos tentava dificultar ou inviabilizar a presença de mulheres em alguns espaços, foi também através da Igreja que as mulheres vislumbraram algumas brechas, “espaços de atuação para além das paredes da casa” (HAHNER, 2013, p. 48). As opções de atividades desenvolvidas pelas mulheres nesses espaços, que elas conquistavam pouco a pouco, deveriam, obrigatoriamente, estar em consonância com os desígnios femininos de “anjo tutelar” (ISMÉRIO, 1995).

¹⁰⁸ As principais festas na Cidade de Goiás eram a de Sant’anna, padroeira da cidade que ocorria em Julho. Havia também as festas em homenagem a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Abadia, Nossa senhora da Conceição e Nossa senhora do Rosário. Outra ocasião festiva muito comemorada e descrita no jornal são as festas juninas, com suas fogueiras, balões, música e comidas típicas que aconteciam nas fazendas e mobilizavam toda a comunidade nas redondezas. Essas festas juninas inspiravam vários contos e crônicas cujos personagens envolvidos no clima de festejo, aproveitavam o momento para tímidos gracejos e flertes amorosos proibidos, que geralmente acabavam com desilusão e rivalidade entre as famílias.

¹⁰⁹ Natal. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.4, 30 de Dezembro de 1927, n.34.

¹¹⁰ AZEVEDO, Maria Ferreira. Natal. *O Lar*. Cidade de Goiás, p. 2, 01 de Janeiro de 1927, n.10.

¹¹¹ “Esta emancipação não é verdadeira, nem é razoável e digna de liberdade que convém a cristã e nobre missão da mulher e esposa; é antes a corrupção da índole feminina e da dignidade materna e a perversão da família, enquanto o marido fica privado de sua mulher e esposa, os filhos da sua mãe, a casa e toda sua família de sua sempre vigilante guarda. Pelo contrário, essa falsa liberdade e essa inatural igualdade com o homem redundam em prejuízo da própria mulher; porque, se a mulher desce daquele trono real a que dentro do lar foi elevada pelo evangelho, depressa cairá na antiga escravidão (se não aparente certamente de fato) como no paganismo, simples instrumento do homem.” (Papa PIO XI, 1951 apud ISMÉRIO, 1995, p. 46).

Por meio da caridade as mulheres eram encorajadas a praticar o cuidado com outro fora do lar. “A expansão no número de sociedades beneficentes criadas por mulheres de classe alta nas últimas décadas do século XIX fez crescer sua habilidade organizacional e sua capacidade de lidar com o mundo exterior” (HAHNER, 2013, p. 56). Em um texto, Oscarlina define e explica as possíveis benesses da caridade: “A caridade é a maior e a mais bela das virtudes angelicais. [...] Não consiste a caridade em amar só a Deus e a quem temos simpatia, mas estende se também aqueles que nos ofendem. A caridade vem de Deus e espalha seu delicioso perfume por toda humanidade sofredora”¹¹².

Em Goiás o principal centro de caridade foi o Asilo de São Vicente de Paulo¹¹³. Administrado pela Sociedade São Vicente de Paulo e organizado internamente pelas irmãs Dominicanas vindas da França para cuidar não só do asilo, mas também administrar o Colégio Santana.

Construído o Asilo, lá se interna os indigentes que enxameavam a cidade. Posto, disponha ele de muitas acomodações, não conta, no entanto, com recursos necessários para a manutenção dos pobres, que procedentes de outros lugares, procuram abrigar-se sob o seu teto confortador. Daí, ainda existiria mendigos a esmolar de casa em casa. Daí, a necessidade de se levar a efeito, a 9 do mês vindouro, uma tombola, para a qual não tem faltado auxílio bondoso de algumas de nossas casas comerciais, cujo proprietários conhecem a grande necessidade que temos da existência de um estabelecimento de caridade. [...]

Oras, convenhamos em que os recursos de que dispõe nossa casa de caridade são insuficientes para a sua manutenção, porque ali se abriga, nesta época em que o custo da vida é excessivamente caro, mais de uma centena de mendigos.

O asilo de São Vicente de Paulo é, pois, um estabelecimento pio que honra nossa cidade, e não pode desaparecer. Ao contrario: é preciso que lhe demos mais recursos, porque quanto mais avultados forem eles, mais benefícios poderão ser feitos á mendicidade que o procura.

Conservemos essa herança, ao menos essa. Conservem-na, porque ela é a joia mais preciosa que nos legaram os vicentinos de ontem, que viam no amor ao próximo, pela pratica ininterrupta da caridade, o caminho mais curto para chegar ao trono de Deus, aos domínios da Gloria!¹¹⁴

O “estabelecimento digno de figurar vantajosamente ao lado de seus cogerers dos grandes centros civilizados” sobrevivia com verbas municipais e estaduais, além de contar com doações e eventos beneficentes que eram organizados e divulgados através do jornal,

¹¹² PINTO, Oscarlina Alves. A Caridade. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.1, 15 de Abril de 1927, n.17.

¹¹³ O asilo foi inaugurado em julho de 1909 com a função de abrigar e cuidar dos indigentes e pobres que circulavam na cidade de Goiás, oferecendo-lhes não apenas conforto material, mas também espiritual. Para saber mais consultar: SOUZA, Rildo Bento de. *Pobreza, doenças e caridade em Goiás: uma análise do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1935)*. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

¹¹⁴ MONTEIRO, Gercino. A Casa dos pobres. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.1, 15 de Dezembro de 1926, n.9.

nesses “festivals de caridade” aconteciam bingos para arrecadar fundos para o asilo e outras instituições. Políticos, dentre outras figuras famosas na cidade de Goiás, faziam doações para o asilo, doações que eram registradas nas páginas da imprensa como forma de incentivar outras doações, nesse caso a caridade recebia muito mais uma conotação de filantropia, pois era algo publicizado através da imprensa, não era um ato anônimo (SOUZA, 2014).

A caridade, principalmente direcionada às instituições especializadas, era uma atividade que rendia “frutos” não apenas para as mulheres e homens que a praticavam, proporcionando a elevação moral e religiosa dos doadores, mas também beneficiava a sociedade ao estabelecer controle social, através do recolhimento e reclusão de indivíduos considerados socialmente indesejáveis. Nota-se através da fonte, o apoio dos comerciantes e de toda sociedade que se sentia ameaçada com o número de mendicantes perambulando pela cidade.

Além do prestígio social em se praticar a caridade algumas autoras vão além, demonstrando que a caridade era sinônimo de amor ao próximo. Para as mulheres a caridade ajudaria no combate ao ócio nocivo. A colaboradora Graciema Machado alega que a diversão das mulheres goianas se restringia apenas aos bordados, costura, dias de festa e leitura, sendo assim, para evitar o tédio, passeios inúteis e leituras perniciosas, Graciema sugere que moças do interior, sem acesso aos “centros recreativos das grandes cidades”, praticassem a caridade como distração saudável¹¹⁵. A prática da caridade viria não apenas com apoio material, mas com apoio moral e espiritual através de conselhos, para que os desvalidos abandonassem os vícios, sendo assim, seria mais apropriado que a mulher, enquanto guardiã da moral desempenhasse a função de ajudar os pobres e desvalidos no aperfeiçoamento moral.

Quando o assunto era o “comportamento feminino”, havia na sociedade uma unanimidade capaz de aproximar até mesmo pontos de vistas distintos como o positivismo e o cristianismo¹¹⁶. Apesar de doutrinas diferentes, ambos em circulação no contexto em questão, concordavam que as obrigações morais femininas estavam restritas a família¹¹⁷. O cristianismo disponibilizou para as mulheres - assim como também para os homens - modelos de conduta que deveriam ser devidamente seguidos, ao mesmo tempo em que apontou os comportamentos que deveriam ser evitados, demarcando assim, ao mesmo tempo, os locais de

¹¹⁵ MACHADO, Graciema. Às jovens de Goianas. *O Lar*, Cidade de Goiás, p.2, 16 de Julho de 1927, n.23.

¹¹⁶ Para saber mais sobre essa relação entre catolicismo e positivismo consultar: ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher: moral e imaginário: 1889-1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

¹¹⁷ “Tantos positivistas ortodoxos ou heterodoxos, católicos, maçons e anarquistas, ou ainda espíritas e socialistas, apesar de suas divergências políticas e ideológicas, concordavam com o mesmo tipo de moral, pois no que se refere à educação feminina todos eram conservadores” (ISMÉRIO, 1995, p.55).

atuação de feminino e do masculino, sendo o primeiro restrito ao ambiente privado e o segundo ao ambiente público. Ao longo da história do Cristianismo, as mulheres foram analisadas e interpretadas de diversas maneiras.

A Igreja católica foi mudando seu pensamento e preferiu ter na mulher uma aliada e não uma inimiga [...] Transformou-a na guardiã da fé, desde que cumprisse as suas determinações quanto à conduta moral, baseada no modelo da Virgem Maria, simbolizando a pureza e devoção. Em oposição a Eva, representação da mulher leviana (ISMÉRIO, 1995, p. 45).

Não é possível afirmar que as desigualdades entre os gêneros são resultados exclusivos da doutrina cristã, ainda que esta tenha pregado durante séculos a submissão das mulheres, a concepção de superioridade dos homens em relação às mulheres é anterior ao próprio cristianismo. Ainda na antiguidade vários filósofos se dedicaram a atestar a inferioridade das mulheres¹¹⁸. Contudo, ao mesmo tempo, é preciso considerarmos o peso da tradição cristã sobre a sociedade Ocidental, e a maneira como essa tradição colaborou para legitimar historicamente uma hierarquia sexual. Segundo Losandro Tedeschi (2008) no livro *História das Mulheres e as Representações do Feminino*, a moral cristã é um mecanismo determinante para o papel social da mulher, ao mesmo tempo em que perpetua um discurso que é socialmente e culturalmente estabelecido. Ou seja, pensar o cristianismo como discurso justificador de uma realidade desigual já existente entre os gêneros, não implica em desconsiderar a influência dessa religião para a manutenção e perpetuação desses discursos e representações.

Se por um lado a Igreja Católica foi uma instituição responsável pelo controle e sujeição das mulheres, ela também serviu como espaço de atuação e local de fuga. A igreja acolhia as mulheres em momentos de desalento e dificuldade, pregando, entretanto, a sua submissão, e as mulheres, por outro lado, tomavam a religião também como “base de um contrapoder e de uma sociabilidade” (PERROT, 2015, p. 84), fossem enclausuradas em conventos e outras instituições, próximas a outras mulheres e longe do abuso masculino ou atuando através das festas religiosas e eventos de caridade. Ao refletir sobre as práticas cristãs femininas em Goiás, Thiago Fernando San’tanna (2008) considera que o tipo específico de

¹¹⁸ Losandro Tedeshi (2008), ao analisar o discurso filosófico na antiguidade sobre as mulheres esclarece que, para Platão as mulheres seriam a encarnação de homens que em vidas anteriores foram fracos e covardes. Aristóteles, outro famoso filósofo da antiguidade, através dos estudos de Hipócrates defendia que a mulher devia permanecer confinada em decorrência de sua inferioridade física, já que o corpo feminino era inferior, frio e úmido, diferente do homem que era seco e quente. Esse discurso será incorporado posteriormente pelo cristianismo na Idade média.

mulher cristã homogênea e universal, indispensável e primordial nos sermões da Igreja, não existiu. De fato, se considerarmos o próprio conceito de mulher como algo plural (substituindo *a mulher*, por *as mulheres*), a maneira como cada escritora e cada leitora viveu suas experiências religiosas foi permeada de particularidades. Essas mulheres cristãs também atuaram como sujeitos históricos, que munidos com certa autonomia, resignificaram suas experiências religiosas. Um exemplo dessas resignificações foi a aproximação feita entre o feminismo e a Igreja, que identificamos no jornal e que será mais bem explorada no capítulo seguinte.

2.2. É ATRAVÉS DO CASAMENTO QUE SE CONSTRÓI O LAR, DOCE LAR

*“Lar! Ninho amado feito de carinho e ternuras
donde sairão as glórias vindouras que ornarão o
nosso país”¹¹⁹*

No dia 31 de Julho de 1931 foi anunciado o casamento da vice-diretora, Genezy de Castro¹²⁰. Praticamente todas as escritoras que colaboravam com *O Lar* eram moças solteiras, que em função do seu estado civil assumiam um importante papel na transmissão dos valores culturais¹²¹, mas ao se casarem, muitas delas se afastavam do jornal, como foi, provavelmente, o caso de Genezy que encerrou suas atividades como colaboradora para se casar com o jovem Colemar Natal e Silva¹²², fundando assim seu próprio lar, afinal casar-se e ser mãe era o principal objetivo na vida de qualquer mulher e qualquer outra atividade era tida como secundária. A ausência de um marido “colocaria em cheque o próprio sentido de existência desta mulher e de sua função social” (SOARES, 2014, p. 29). As uniões e noivados

¹¹⁹ PINTO, Oscarlina Alves. O ninho. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.3, 15 de Novembro de 1927, n.31.

¹²⁰ “A nossa inteligente e denodada companheira, sra. Genezy de Castro, que incansavelmente trabalhou sob a mesma égide de ideal e de entusiasmo a que nos filiamos, acaba de ver realizado o seu mais belo sonho, construindo, sob o baluarte do amor, o seu novo lar. É que no dia 21 do corrente [...] teve lograr o seu enlace matrimonial com o distinto moço Dr. Colemar Natal e Silva, competente promotor público da Capital e também colaborador desta folha [...]”. Novo lar. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.2, 31 de julho de 1931, n.95.

¹²¹ Sobre o assunto consultar: TAMASO, Izabela. *Em nome do Patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás*. 2007. 768 f. (Tese de Doutorado em Antropologia Social) - UNB, Brasília, 2007.

¹²² Colemar Natal e Silva nasceu em 24 de Agosto de 1907, cursou “[...] Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, local onde se destacou por sua inteligência e fundou o Centro Goyano, mais tarde, Associação Goyana, na antiga Capital Federal. [...] Em 1932 [...] fundou o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás [...] Fundou a Academia Goiana de Letras e 1939, o Instituto dos Advogados de Goiás; transferiu para aqui o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, publicou o volumoso trabalho História de Goiás, em 1935; lecionou em diversas instituições e, em 1960, fundou a Universidade Federal de Goiás, seu primeiro Reitor e entusiasta” (CURADO, apud FREIRE, 2016, p. 165).

que aconteciam entre famílias importantes do Estado, bem como o anúncio do nascimento dos filhos dessas famílias, preenchiam as colunas sociais do jornal seguidas de felicitações, o que reforça o caráter público e político do casamento e da família.

Michelle Perrot (1998) esclarece que desde o século XIX a família era o que preenchia o espaço entre o Estado e os indivíduos e garantia o diálogo entre ambos. Sem a existência da família restaria ao Estado a árdua tarefa de lidar, de maneira caótica e ineficiente com uma multidão dispersa e ignorante. A família, portanto, era tida como “fundamento da sociedade civil, situando-se nas fronteiras entre o público e o privado, e o casamento, como princípio de civilização e racionalização” (RABELO, 2010, p. 161).

Tomando como base o Código Civil de 1916, a família só existe mediante o dispositivo legal do casamento, portanto, a instituição familiar é definida como a união de um casal formado por “marido e mulher”, estabelecida a partir do casamento civil e que torna legítimo a prole concebida por eles¹²³. A partir do matrimônio caberia ao casal, conviver mutuamente sobre o mesmo domicílio, cuidando da casa e dos filhos, até que esses alcançassem a idade de se casar e construir outra família¹²⁴.

Essa família a qual nos comprometemos a estudar, - estabelecida através de bases jurídicas e religiosas, legitimada nas páginas do jornal *O Lar* - é uma família nuclear, patriarcal, heterossexual e cristã, onde o homem é chefe detentor do *pátrio poder* e a mulher é a colaboradora, companheira, consorte dos interesses mútuos do casal¹²⁵.

O Lar – sacrário puríssimo de amor sincero, escrínio das afeições nobres, núcleos de cérebros em um só coração – é o centro da atividade da esposa, o firmamento azulado da mãe de família, onde qual estrela polar norteia as almas para as cintilações do bem, para o crisol da virtude. É neste microcosmo de afetos que a mulher patenteia a força de sua fraqueza, o poder de sua fragilidade e a pujança dos seus predicados.¹²⁶

Os discursos de fragilidade física e moral das mulheres ajustaram-se perfeitamente com a alegação de que o casamento garantiria a proteção física, moral e material delas. O lar ideal deveria ser o local sagrado e no seu interior as mulheres conseguiriam revestir de importância suas supostas imperfeições, transformando-as em qualidades; a fraqueza se torna uma força, a fragilidade se transforma um poder. Nesse recinto de conservação da moral, as esposas deveriam ser os maiores exemplos, as guias que orientam os demais pelo caminho da

¹²³ Art. 229 do Código Civil de 1916 – Lei 3071/16.

¹²⁴ Art. 231. Op. Cit.

¹²⁵ Art. 240. Op. Cit.

¹²⁶ GUEDES, Carlota. Noivos. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.1, 31 de Maio de 1927, n.20.

bondade e da virtude. Dentro dessa definição, mulher e família são categorias que se afirmam se reinteram retroativamente, o lar só existe com a presença feminina transformada em presença materna.

[...] Mãe de família é a mulher cristã que se esquece de suas dores para ensejar as torturas alheias; é a heroína obscura da epopeia, médica do lar; a levita valorosa do apostolado do amor; a esposa e mãe que, esboçando risos ou sufocando lágrimas, toma a si, com resignação própria das almas generosas, o dever de tornar venturoso o santuário confiado à sua guarda. No recesso inviolável do lar, respira-se a carícia da sua presença, o conforto do seu olhar vigilante. Da sala de visitas alegre e garrida, à cozinha estonteante e quente; da disposição artística de um ramallete, à dor dos talheres brunidos [...] Alimenta, qual sacerdotisa de Vestal, a lâmpada da afeição, vertendo ao coração do esposo e do filho o óleo benéfico da crença e do amor. [...].¹²⁷

O título de mãe é sacrificante, uma vez que exigia das mulheres o desempenho de várias funções simultâneas dentro do lar; garantir a limpeza, a preparação dos alimentos, ficar atenta aos gastos e consumo domésticos, cuidar da saúde e bem estar dos filhos, servir ao marido, cuidar da apresentação pública da família. Por outro lado, todo esse esforço em manter a harmonia e a felicidade dentro do lar, estava supostamente em total sintonia com as ditas “capacidades femininas”, além de garantir respeitabilidade e relevância social às mulheres. Os discursos de valorização da maternidade garantem que esta só seria exercida de maneira ideal dentro do casamento legítimo: “A mulher é o princípio fundamental da sociedade, ela principalmente a jovem, deve ser um lírio de pureza para tornar-se digna da missão que lhe foi confiada”¹²⁸. Amparada por discursos médicos e religiosos a maternidade é o destino natural das mulheres (BANDINTER, 1985)¹²⁹. Em razão disso as mulheres são socialmente indispensáveis, afinal uma nação não existe sem população, mas de maneira contraditória, nem todas as mulheres são consideradas dignas desse “destino biológico”, era preciso “tornar-se digna” desde a juventude, mantendo seus valores morais, preservando uma castidade higiênica e santa, resguardando-se sexualmente até o casamento.

¹²⁷ Op. Cit.

¹²⁸ NETTO, Dorzinha. A mulher na sociedade. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.1, 30 de Setembro de 1926, n.4.

¹²⁹ Elisabeth Bandinter (1985) em seu livro *O mito do amor materno*, defende que a maternidade assume diferentes configurações ao longo da história, sendo que o amor materno só ganhar contorno de valor fundamental e supremo na vida da mulher, a partir do século XVIII. Foi nesse contexto de fortalecimento do estado burguês que a figura da mãe tem sua importância considerada, ela seria capaz de garantir a sobrevivência e educação das crianças, que deixam de ser um estorvo para os pais e passam a ser percebidas como cidadãos em potencial. Uma série de discursos passam a ser mobilizados para conscientizar as mães de seu novo papel. A “Nova mãe”, que surge a partir do XVIII tem por obrigações ser amável, benevolente e devotada aos filhos, garantir a higiene, felicidade, boa alimentação e devida educação a sua prole.

O propósito maternal não se resume a parir, a maternidade conduz ao encargo de educar os filhos, o que reforça o valor social das mulheres: “Os sentimentos puros e os costumes nobres que se enraízam profundamente no coração da criança, implantados pela mulher cristã são os principais fatores do ideal e do progresso que enaltece uma sociedade, um povo, enfim uma nação!”¹³⁰. Nesse contexto, em que constituir família é um ato digno dos cidadãos e cidadãs interessados em contribuir com o desenvolvimento da nação, a “mãe educadora” adquire uma importância social e um caráter político. “Ao relacionarem a maternidade com o progresso e o patriotismo, atribuíram às mulheres um papel mais significativo na vida da nação” (HAHNER, 2013, p. 57)¹³¹.

Nas narrativas encontradas ao longo do periódico analisado, encontramos a maternidade cheia de sofrimento e dor, seja pela morte do filho ou pela sua partida de casa. O grande exemplo de amor materno é Maria que também padeceu diante o filho crucificado. Apesar de todo sofrimento com o qual a maternidade é encarada, em nossa fonte maternidade é sinônimo de amor, felicidade plena e realização. Educar os filhos e mantê-los por perto saudáveis e alegres era a satisfação de toda mãe, o que conferia ainda alguma importância para as mulheres¹³².

Tal como um remédio para o corpo social, o matrimônio representava uma etapa superior e primordial das relações amorosas, que garantia a estabilidade social, promovia a uma sociedade sadia (MALUF; MOTT, 1998). Sendo assim, socialmente, homens e mulheres que não se casavam eram vistos como uma enfermidade. Pessoas adultas, ou idosas que permaneciam solteiras eram ridicularizadas¹³³. “Os solteiros eram vistos com desconfiança, e as máximas dos artigos de variedades dos jornais vilaboenses encorajavam-nos a se casarem”

¹³⁰ NETTO, Dorzinha. Op. Cit.

¹³¹ June Hahner (2013) considera que essa importância política feminina se restringe ao lar, mas a valorização da maternidade teve uma projeção pública, na medida em que o discurso de valorização da maternidade foi utilizado para a conquista de direitos. O movimento feminista passa a cobrar do Estado o reconhecimento da maternidade como uma atividade que merecia proteção e atenção do poder público.

¹³² Jacques Donzetol (1980) em sua obra *Polícia das famílias* defende que as práticas higienistas vão dar mais autonomia para as mães e para os filhos em relação à autoridade paterna. O discurso higiênico faz um “acordo” com as mães para garantir a sobrevivência das crianças, “o médico prescrevia, a mãe executava”, dotando, portanto, as mães de mais responsabilidade consequentemente de mais poder dentro da família.

¹³³ Em alguns raros momentos o celibato feminino poderia ser uma opção mais viável do que o casamento. Na ausência de um bom casamento era preferível que a mulher permanecesse solteira. Essas mulheres também tinham uma importância cultural; fosse garantindo na transmissão dos valores e das tradições familiares ou cuidando da educação das crianças da família. Segundo Elizabeth Abrantes (2010), essa visão mais tolerante com as mulheres solteiras não significava uma apologia ao celibato e sim uma crítica à educação feminina que transformava as mulheres em seres submissos ao desejo exclusivo de possuir um bom marido que lhe garantiria sua proteção e existência. Em uma edição da coluna *Fora do Lar* a Indiscreta comenta que muitas mulheres casadas sentiam inveja das mulheres solteiras, que estando livres da autoridade marital, desfrutavam de maior liberdade para transitar, gerir seus bens, estudar e trabalhar.

(RABELO, 2010, p. 163). Esse empenho dos jornais em promover o casamento dos solteiros demonstra o quanto o casamento era considerado uma prática importante para a vida social.

Durante um período esteve presente no jornal *O Lar* uma coluna anônima intitulada *Canhenho de uma solteirona*, onde a personagem principal narra as suas angústias de sua vida solteira, em primeira pessoa como se estivesse escrevendo em um diário pessoal. Seguindo o propósito de incentivar o casamento e ao mesmo tempo criticar os jovens solteiros a coluna *Fora do lar* citou as iniciais dos nomes dos moços e das moças da cidade de Goiás que estavam solteiros, cobrando deles uma solução frente à solteirice¹³⁴. Existiu também, durante todo período de vivência do jornal, outra coluna chamada *Esboços*, assinada pelo pseudônimo *Cia*. A cada número, eram apresentados para os leitores e leitoras, um perfil feminino e um perfil masculino, ambos anônimos. Essas pessoas tinham seus predicados físicos e morais elogiadas, algumas dicas como a profissão ou local de residência do perfilado e da perfilada eram publicados para facilitar a identificação, caso alguém se interessas em dar início a paquera.

[...] Ocupa alto cargo, este nosso perfilado; é goiano da gema, muito querido e amado. Risonho, sempre gentil, inteligente e feliz; em amores é o antônimo do que o seu nome diz. Estrutura mediana, olhos cor de esperança; maneja as armas de Cupido, com bastante segurança. Tem a boca regular, e bem assim o seu nariz, apesar de muito querido, casar ainda não quis. Sua cabeça pequena, nunca do saber foi vazia; a escassez de cabelos, aumenta lhe a simpatia. [...] Qual moça terá o poder deste príncipe desencantar, ouvindo de seus lábios o doce sim ao pé do altar? [...]

É uma boneca mimosa a que apresentamos aqui; muito alva e rosada, parece ser de biscoito. [...] Tem todo o minúsculo e o conjunto gentil; parece um céu sem nuvens na bela manhã de Abril. [...] Voz clara e harmoniosa, de soprano ideal, muito doce e suave, quando canta na Catedral. Como hábil costureira, maneja a agulha e a tesoura, sabe mesmo ensinar, pois é boa professora.¹³⁵

No momento de se exporem no mercado matrimonial, homens e mulheres eram avaliados seguindo parâmetros distintos. O fato de o perfilado ocupar “alto cargo” reafirma a hipótese de que o jornal era escrito e destinado à elite goiana, além disso, as características do perfil masculino colocadas em primeiro lugar são a profissão, a inteligência, só em seguida são descritas as características físicas. Já a aparência física da perfilada é descrita imediatamente, parecida com uma boneca ela tem pele alva e rosada, ao invés da inteligência,

¹³⁴ Fora do lar: Ano novo, ano velho. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.4, 01 de Janeiro de 1927, n.10.

¹³⁵ Esboços. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.5, 15 de Agosto de 1926, n.1.

sua personalidade “mimosa” é evidenciada, o texto se encerra ressaltando as habilidades da moça: cantar, costurar, bordar e educar¹³⁶.

Todos perfilados representavam bons pretendentes à espera de encontrar um par. Essa coluna no jornal servia para instigar a paquera e incentivar o namoro. Esse espaço reservado nos jornais que incentivavam a aproximação dos casais, por meio de descrições ou trocas de correspondência, compunham um “correio amoroso” e foi comum até mesmo nos jornais e revistas femininos mais conservadoras como o *Jornal das moças* (ABRANTES, 2010).

O namoro, fase antecedente ao casamento passa a adquirir importância na medida em que serviria para desenvolver afeição entre os noivos, mas era uma etapa cheia de regras e não deveria ser muito longa. “O namoro era uma fase muito vigiada pela família e pela sociedade e associada ao objetivo último do casamento, não devendo ser um fim em si mesmo” (ABRANTES, 2010, p. 159).

Segundo Danilo Rabelo em seu trabalho *A normalização dos comportamentos na cidade de Goiás “(1822-1889)*, o aumento no número de casamentos ao longo do século XIX ocorreu por causa da urbanização nas regiões cafeeiras, da aristocratização e enobrecimento das famílias latifundiárias, das alianças financeiras e políticas propiciadas pelo matrimônio” (2010, p.155). Contudo, ainda assim, segundo Maria da Conceição Silva, em seu trabalho *Catolicismo e casamento civil em Goiás, 1860-1920*, entre os séculos XIX para o XX, o número de pessoas solteiras superava o de pessoas casadas e a prática do concubinato era corriqueira desde os tempos coloniais, já que poucas pessoas tinham condição financeira de arcar com as despesas matrimoniais¹³⁷. Geralmente, em Goiás, no início do século XX, as mulheres se casavam entre 15 e 20 anos de idade, os homens contraíam núpcias mais tardiamente, entre 21 e 30 (SILVA, 2009).

No mercado matrimonial a virgindade feminina, era um pré-requisito indispensável para o casamento, podendo o marido pedir anulação do casamento civil caso constatasse que a

¹³⁶ A única carreira que as mulheres deveriam almejar era a de esposa e mãe, mas em alguns casos quando a mulher permanecia solteira, como aconteceu com própria diretora do jornal, a função social feminina era redirecionada para o cuidado com a educação das crianças da família. O trabalho como professora era uma das poucas oportunidades aceitas para uma mulher, isso porque se acreditava que a tarefa de educar não exigia das mulheres nada além de suas características consideradas essenciais, como a paciência, calma, a bondade e o amor. A profissão de professora era muito associada a mulheres solteiras, sobre esse assunto discutiremos mais no capítulo seguinte.

¹³⁷ Saint Hilaire (apud Bittar, 1997), em suas visitas a província de Goiás, fica surpreso com a quantidade de bordeis e a prática do concubinato, comum até mesmo entre os membros da igreja e do governo. Como demonstra a historiografia atual (SILVA, 2009), a “aversão ao casamento” e o “relaxamento dos costumes” apontados pelos viajantes que transitaram pela província de Goiás desde o século XIX, não acontecia em função de uma sexualidade desregrada da população, mas sim por motivos como falta de padres para conduzir o casamento ou dificuldade financeira dos noivos para arcar com o dote ou com os altos custos do casamento e a burocracia da Igreja.

esposa não se casou virgem, conforme consta no Código Civil de 1916¹³⁸. “A virgindade das moças é cantada, cobiçada, vigiada até a obsessão. A Igreja, que a consagra como virtude suprema, celebra o modelo de Maria, virgem e mãe” (PERROT, 2015, p. 45). Além de preservar a virgindade, era ideal que as mulheres fossem habilitadas nas tarefas domésticas e outras prendas com saber cantar e tocar algum instrumento musical, como o piano¹³⁹ para proporcionar agradáveis momentos de lazer aos maridos.

No período colonial, a Igreja não defendeu o amor romântico e chegou até mesmo a combatê-lo, por considerá-lo pecaminoso e dispensável dentro do casamento, mas o posicionamento da Igreja muda, passando a considerar o consentimento dos noivos (RABELO, 2010).

Ocorre uma longa e lenta expansão do casamento por amor, processo no qual as mulheres do século XIX tem um papel determinante, e cuja apologia é feita por romancistas como Jane Austen e George Sand. Sinal claro da individualização das mulheres, e também dos homens, o casamento por amor anuncia a modernidade do casal, que triunfa no século XX (PERROT, 2015, p. 47).

No século XIX o amor passa a ser solicitado pelo discurso higiênico e se torna indispensável para o sucesso da união. Esse sentimento higiênico, romântico e burguês seria, em tese, uma forma eficiente de combater os adultérios e consequentemente, até mesmo as doenças venéreas. O casamento legítimo nascido da vontade espontânea dos noivos seria capaz de higienizar, moralizar e civilizar o sentimento amoroso. O casamento arranjado não era interessante, pois retirava da mulher sua noção de responsabilidade enquanto esposa, haja vista que o casamento só funcionaria perfeitamente se a mulher se comprometesse inteiramente com o matrimônio, ciente de seu papel (SOARES, 2009).

Nesse contexto, a nova estratégia matrimonial valorizava cada vez mais o sentimento amoroso em detrimento do casamento arranjado, proporcionando maior autonomia às mulheres na hora de escolher seu pretendente, tornando possível que as moças negociassem o consentimento dos pais, evitando o casamento por conveniência que as deixariam muito frustradas (ARAÚJO apud ABRANTES, 2010). Apesar de que o casamento ainda dependia da aprovação da família - em nossa fonte, inúmeras crônicas relatam o amor doloroso e impossível entre jovens separados pelo abismo da condição financeira e social- as mulheres passam a reivindicar o direito individual de escolher quem amar e com quem se casar.

¹³⁸ Art. 219 do Código Civil de 1916 Op. Cit.

¹³⁹ Anúncios de aulas de piano e da venda de piano aparecem esporadicamente nas páginas do jornal.

Em *Moça educada, mulher civilizada, esposa feliz: Relações de gênero e História em José de Alencar* Ana Carolina Coelho Soares explora a literatura alencariana demonstrando como a literatura romântica século XIX, favoreceu a construção e idealização desse amor, ao tornar esse sentimento a essência da felicidade conjugal. Esses textos refletiam as práticas e comportamentos afetivos nessa sociedade moderna. Grande parte das produções literárias das colaboradoras do jornal era voltada para a temática amorosa idealizada, os textos, crônicas e poemas que exaltavam o amor romântico. “Os romances tomam ares de escritos exemplares. E novamente é o amor romântico o agente primordial que guiará o homem e a mulher no caminho do progresso, do casamento e da felicidade plena” (SOARES, 2012, p. 101).

Dissolvidas as brumas românticas do amor e da aparente felicidade conjugal descritas no jornal, o que restava eram atritos e descontentamentos entre as caras metades, o que por vezes acarretava em violências¹⁴⁰ e separações. A subordinação jurídica e religiosa da esposa ao marido propiciava o uso da “violência legítima” pelo marido contra a esposa e os filhos, para garantir a ordem e a moral da família. Apesar do Código Civil não permitir tais agressões físicas, essas eram legitimadas pelos costumes (MALUF; MOTTT, 1998) e justificadas através de discursos que colocavam a culpa da violência nas esposas. A violência é vista como o último recurso dos maridos contra as, supostamente, insubordinadas esposas que não sabem cumprir seu papel. Reféns das agressões, as mulheres eram como “bolas de borracha que os homens apertam nas mãos, ou então, dando-lhes um chute, fazem-nas ver estrelinhas ao meio dia”¹⁴¹.

[...] Os homens [...] julgam que ter uma mulherzinha, a quem possam mandar com soberania, seja a coisa melhor do mundo. [...] Mas, passados alguns tempos na monotonia continua de um mesmo viver, chegam os aborrecimentos, os muitos trabalhos, e, então, lastimam a sua sorte e desejam com ardor readquirir a sua liberdade toda inteira, como antes. Imaginam que acharam uma escrava, mas, em compensação, perderam tudo mais [...].¹⁴²

Casamento para os homens significa perda da liberdade, autora adverte que os homens que se casam achando que exercerão facilmente o domínio sobre suas esposas encontram

¹⁴⁰ Diferente de outros periódicos, que noticiavam e discutiam profundamente os casos de violência, chamados de “crimes passionais”, em nossa fonte o problema da violência doméstica é abordado de maneira sutil. Não tivemos acesso ao registro de assassinato ou outros tipo de violência contra as mulheres na cidade de Goiás nesse período, mas o periódico *O Lar* manteve silêncio sobre esses crimes.

¹⁴¹ Fora do lar: Homens, mulheres e crianças. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.4, 30 de Setembro de 1926, n.4.

¹⁴² Op. Cit.

muitos obstáculos. “Os maridos não devem tirar as peias de liberdade as suas esposas; senão, senão, ai deles!... A casa ficará como a do Gonçalo onde canta a galinha e não o Galo.”¹⁴³.

Na estrutura clássica, burguesa e católica de família, a mulher era a guardiã da moral e do conforto do lar e o homem deveria ser o provedor financeiro, nessa divisão de tarefas a função masculina, que incluía o trabalho fora de casa como garantia de sustento da família, acabava sendo mais valorizada em detrimento das atividades desenvolvidas pelas mulheres. Essa “arquitetura do lar feliz” (MALUF; MOTTT, 1998) aprisionava ambos em papéis em funções rígidas que, quando não alcançados, causavam imenso sofrimento a família, mas era sobre a mulher que recaíam a maior responsabilidade pela felicidade ou infelicidade conjugal, era seu comportamento que poderia gerar dias de harmonia ou de agonia para o casal.

As moças antes de se casarem veem em cada pretendente um bom partido. Mas, depois do passo dado sempre estão prontas a gritar que o marido é um tirano; [...] Esquecem que, antes de tudo era róseo e que agora ao contrário é negro, tudo deve ao seu gênio irascível e sua descomunal ambição e vaidade.¹⁴⁴

As esposas são duplamente culpadas, primeiro por não saberem escolher um bom marido e segundo, por não conseguirem manter a estabilidade conjugal, sendo então responsabilizadas pela relação tumultuada. Irascíveis, grosseiras, vaidosas e venenosas, o tipo de esposa descrita não faz a vontade do marido e aspira ter mais autoridade do que o homem.

Algumas não querem fazer as vontades dos maridos, por pequenas que sejam, vivem elas sempre de mau humor, respondem grosseiramente às perguntas, inventam cenas de ciúmes etc e tal. De modo que os maridos não acham conforto em seu ninho, vão deixando passar as horas fora de casa, prendendo se pro qualquer enleio, ao passo que as suas legítimas e terríveis mulheres ficam sozinhas, sem ter a quem infiltrar seu veneno.¹⁴⁵

A autora desencoraja as mulheres que procuram os pais para se queixar das supostas tiranias do marido, para ela isso agravava a situação do casal. “Se têm Paes, ai, ai !.. Correm logo a encher os ouvidos de suas mães e então o caso engrossa e torna o caldo da boa harmonia que deveria reinar no lar”¹⁴⁶. A culpabilização sobre as mulheres continua, elas são responsabilizadas até mesmo pelo mau comportamento dos maridos, “principalmente neste

¹⁴³ Fora do lar: Maridos, mulheres e sogras. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.4, 30 de Novembro de 1926, n.8. Casa do Gonçalo é um adágio português que faz referência à famílias onde a mulher “manda” no marido.

¹⁴⁴ Op. Cit.

¹⁴⁵ Op. Cit.

¹⁴⁶ Op. Cit.

tempo de evolução, se as mulheres afrouxam um pouco as rédeas do governo de seus maridos, ou deixam esfriar os cuidados e rabichos amorosos, esses criam asas, quando não levantam altos voos, vão afastando devagarinho do ninho conjugal”¹⁴⁷. Todas essas prescrições e apontamentos atenuam a responsabilidade masculina nos casos de violência, adultério e abandono do lar, atribuindo-os ao comportamento da esposa. O que causaria a desarmonia no lar não era necessariamente o esposo violento e adúltero, já que a uso da força e a virilidade acentuadas seriam características comumente associadas ao sexo masculino, o que causava a desarmonia era a mulher que não estaria fazendo seu papel de submissa, compreensiva, subserviente, o que instigava os sentimentos negativos do marido.

Os discursos sobre a família sustentam que a felicidade das mulheres dependia do impecável desempenho dentro do lar como esposas obedientes e mães carinhosas, mas cotidianamente, essa felicidade nem sempre era fácil de conquistar, já que para muitas mulheres a vida doméstica e conjugal, geralmente, era comparada ao calvário de cristo.

E se, por ventura, o marido, olvidando os deveres de esposo e pai, ameaça trazer a miséria e a ruína ao lar, ela, nas longas noites de caldas vigílias, chora e procura, na contemplação fervida do crucifixo, aderir à força, o alento e a energia para galgar, sozinha, o triste calvário do seu martírio. Na satisfação do dever cumprido, na paz tépida do lar, nos sorrisos joviais dos filhos, encontrará a felicidade que nem a glória, nem o burburinho da festança lhe poderiam proporcionar [...]. Ante essas mulheres fortes – mártires da afeição e do dever, heroínas do bem – que são todas as mães goianas, curvemo-nos, reverentes, na gratidão do nosso afeto, pois elas são as santas que, enroladas pelos espinhos do sofrimento, do trabalho e da dor [...], felizes no altar do sacrifício e da abnegação cristã.¹⁴⁸

Esgotadas todas as possibilidades da boa esposa empenhada em fazer seu lar feliz, ainda lhe restava a Deus. No texto acima a mãe de família é novamente comparada a uma heroína cristã, que não esmorece diante um mau marido, sua fé é seu refúgio, é o que nutre sua força. A mãe de família “verdadeira” só se satisfaz diante seu dever cumprido: manter a paz do lar.

No início do século XX, as críticas ao casamento e aos problemas conjugais não representavam o colapso dessa instituição e sim a necessidade de repensar e remodelar essas uniões (MALUF; MOTTT, 1998). Elizabeth Sousa Abrantes (2010) em seu trabalho *O dote é a moça educada: mulher dote e instrução em São Luiz na primeira república*, esclarece que

¹⁴⁷ Fora do lar: Meninas, moços e velho. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.4, 15 de Novembro de 1926, n.7.

¹⁴⁸ AZEVEDO, Maria Ferreira. A mãe de família. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.2, 30 de Agosto de 1926, n.2. Grifo nosso.

esses discursos de reformas na instituição do matrimônio podem ser interpretados como sinal do esgotamento do modelo de casamento arranjado, baseado nos interesses políticos e econômicos das famílias¹⁴⁹. A promoção do amor romântico se deu mediante uma maior individualização e liberdade de escolha entre os cônjuges, que se submetiam cada vez menos aos casamentos arranjados. Isso tudo se somou ao declínio da prática do dote¹⁵⁰ que antes mesmo de desaparecer legalmente, já era pouco praticado pelas famílias, que perante a lógica capitalista, de consumo e produção, não enxergavam vantagens em dotar suas filhas (ABRANTES, 2010).

Em nossa fonte, as raras menções ao dote alertam para as consequências negativas: “seus olhos estavam fitos somente no dote, isto é, nos tantos contos que levariam suas mulheres; nem sequer tiveram tempo de reparar se suas noivas possuíam beleza física ou moral”¹⁵¹. O dote servia de atrativo para homens interessados apenas no dinheiro, conhecidos como “caçadores de dotes”. Homens que casavam apenas por interesse podiam acabar tendo que conviver com uma péssima esposa, tornando o suplício muito maior do que o benefício material, em outros casos o marido gastava o dinheiro do dote e abandonava a esposa.

Homens que se “vendiam” para suas esposas, esposas que confiando no tamanho do seu dote, esbanjavam todo o dinheiro, contra as ordens do marido; o dote, nessas circunstâncias, acabou sendo um impedimento para o amor no casamento. Na literatura e no teatro¹⁵² vários escritores narraram histórias onde o dote, o dinheiro, desencadeava atritos entre os casais.

Se os interesses pelos dotes materiais iam diminuindo, em contrapartida, os interesses pelos “dotes pessoais” da moça aumentavam. Nesse momento a educação entra em cena como um importante mecanismo para instruir as mulheres a um nível suficiente para que elas deixassem de ser esposas ignorantes e frívolas para se transformarem em esposas inteligentes, que soubessem lidar com as tarefas domésticas, mães dotadas de conhecimento suficiente para

¹⁴⁹ “O declínio da prática do dote, deixando de ser entendido como uma obrigação social das famílias ricas para promoverem o casamento de suas filhas, implicou em mudanças de comportamentos na constituição da família, uma vez que o que o marido não dependia mais dos bens da esposa para começar a ampliar o patrimônio do novo casal, conquistando maior liberdade para usar sua própria iniciativa. As mulheres também puderam ter uma participação maior na escolha do cônjuge, uma vez que diminuía os poderes do pai sobre sua prole adulta e crescia a demanda social pelos “dotes pessoais”” (ABRANTES, 2010, p. 14).

¹⁵⁰ A prática do dote não desapareceu completamente, ela teria sido remodelada segundo o contexto e se converteu em outras práticas como, por exemplo, educar as filhas para que fossem felizes e conscientes de suas funções no casamento, mas também para que elas pudessem se sustentar na ausência ou morte do marido. Para moças das camadas médias e baixas, cujas famílias eram incapazes de oferecer um dote em dinheiro, a educação era único dote, às vezes até mais valioso do que dinheiro (ABRANTES, 2010).

¹⁵¹ Fora do lar: Meninas, moços e velhos. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.4, 15 de Novembro de 1926, n.7.

¹⁵² O Romance *Senhora*, de José de Alencar e também *O Dote* de Arthur de Azevedo, conforme cita Elizabeth Souza Abrantes (2010).

garantir saúde e o bem estar dos filhos e ao mesmo tempo, companheiras interessantes, capazes de manter uma conversa agradável com seus maridos.

Para conseguir um bom casamento era necessário mais do que um farto dote, na ausência do atrativo financeiro proporcionado pelo regime dotal, os homens passaram a buscar moças com habilidades domésticas e prendas morais para se casarem. O que levou as famílias a investirem mais na educação feminina, afinal uma mulher educada, ainda que pobre, valeria o equivalente a uma fortuna e daria mais orgulho e menos preocupação ao marido¹⁵³.

A instituição do casamento civil que ocorreu em 1890 através do decreto 181, já foi recebida pela Igreja católica como um transtorno. Nesse mesmo período, outro impasse relacionado ao casamento, foi o divórcio, que já havia sido aprovado em países como os Estados Unidos¹⁵⁴. No contexto de laicização do Estado o que estava em jogo com a instituição do casamento civil era o controle e a influência sobre a família. Receosos de que a Igreja Católica viesse a perder a influência sobre os lares, os clérigos superiores orientavam os padres a incitar os fies a desobedecerem à lei do casamento civil, durante a missa (CORTÊS, 2013).

Como para a Igreja Católica o casamento é um sacramento indissolúvel, houve uma mobilização imediata do clero contra a lei do divórcio, sob a alegação de que, caso aprovado o divórcio implantaria a “anarquia para os lares brasileiros”. Através do jornal, o Padre Joaquim Confúcio de Amorim convocou em Novembro de 1926, a população a participar de uma reunião com a comunidade vilaboense na Igreja da boa morte para protestar contra o divórcio e por meio do jornal. No mês anterior, o jornal publicou o telegrama enviado por bispos de várias dioceses brasileiras, ao congresso nacional. No texto os clérigos explicam que são radicalmente contra o divórcio: “Em nosso nome e do nosso povo católico das nossas

¹⁵³ Em *O desaparecimento do Dote*, Muriel Nazzari relaciona a prática do dote com a dinâmica familiar ao longo da história do Brasil, desde o período colonial. Ela explica que a prática do dote entra em desuso em função de mudanças que ocorreram no interior e nas estruturas das famílias. As questões econômicas e familiares estavam se distanciando, a família estava deixando de ser uma unidade produtiva para se tornarem núcleo de consumo. Além dessas mudanças econômicas, a relação entre pais e filhos estava mudando, o crescente individualismo e a liberdade dos filhos colaboraram para o enfraquecimento do poder patriarcal. A terra deixava de ser o único meio de produção, surgiam profissões liberais, o comércio se intensificava e os homens não dependiam mais do sogro e do casamento para dar início a um empreendimento produtivo. Nesse contexto o dote “era um obstáculo ao livre uso dos bens, dificultando a rápida circulação de capital, necessária nas economias de mercado” (2001, p.267). Os irmãos passaram a questionar as enormes quantias doadas pelos pais para suas irmãs, o que por vezes os deixava prejudicados no momento de receber a herança. Esses, e outros aspectos acarretaram em lentas mudanças no tamanho e na composição dos dotes, levando ao enfraquecimento dessa prática, fazendo surgir um novo pacto matrimonial, condizente com um novo arranjo familiar.

¹⁵⁴ No Brasil o divórcio só foi permitido em 1977, mas ainda assim com uma série de condições, o divórcio sem restrições só foi possível a partir de 2010. Antes de 1977 era permitido somente o desquite, condição na qual o casal para de conviver juntos, mas ainda assim são considerados casados (CORTÊZ, 2013).

dioceses, protestamos energicamente contra o atentado do projeto do divórcio, como antissocial, antipatriótico, antirreligiosos”¹⁵⁵. Na fala do bispo, o divórcio é uma afronta a sociedade, ao país e a Deus.

Os argumentos contrários ao divórcio eram variados. Primeiramente, como já foi explicitado, eram sobre as mulheres que pesava a responsabilidade de manter a felicidade através do amor conjugal; nesse sentido, o divórcio escancarava publicamente o fracasso, o que induzia muitas senhoras a continuarem casadas apenas por aparência, evitando o vexame público com a separação. Esses argumentos conservadores e moralistas estimulavam a continuidade do casamento mesmo sem amor, apenas para evitar a divisão dos bens ou o escândalo social, já que o casamento era um símbolo de moralidade indispensável para as famílias que queriam se afirmar socialmente (ABRANTES, 2010). Além da estratégia de culpar a mulher, havia também a tentativa de convencer as esposas de que ao se divorciarem, elas perderiam a segurança e a proteção legal oferecida pelo casamento civil.

Portanto, seguindo a perspectiva familiar defendida pelas escritoras; se o casamento era o mecanismo instituidor da família, o divórcio era o instrumento destruidor dos lares, e suas consequências negativas extrapolavam o interesse individual e afetavam toda a sociedade. Nesse sentido, a separação do casal só poderia resultar na devastação da família, considerada a base da nação. O jornal foi um dispositivo de combate ao divórcio, as opiniões eram unânimes, mantendo-se sempre contrárias ao divórcio.

Médicos [...], professores de direito, e vários membros do poder legislativo nacional têm estudado a questão do divórcio e este são francamente adversos. O clero numa atitude que muito enobrece, movimenta-se como um só corpo, e pede ao congresso que não inclua na nossa legislação qualquer lei tendente à implantação do divórcio.

Não é muito que transcrevemos aqui opiniões de individualidades de relevo no seio da sociedade brasileira.

Eis o que diz o senador Paulo de Fontin: “Presumo seja calamitosa para nós a instituição do divórcio, que só poderá enfraquecer, sem nenhuma compensação, a invejável moralidade da família brasileira.”

O Dr. Francisco Morato, professor da faculdade de direito de São Paulo, assim se externou: “Da sua natureza íntima, da perpetuidade da sua nobre função, da intangibilidade dos direitos e obrigações que gera, das relações e só fenecem com a morte, resulta que a indissolubilidade do vínculo conjugal é um preceito da lei natural. O divórcio implicando o rompimento de vínculo é, pois, antes de mais nada, contrário à lei natural e à própria razão de ser do casamento”. Disse mais: - “O divórcio não remedia coisa alguma; pelo contrário; excita e propaga o desbarato dos lares”.

O Dr. Renato Kehl assim expendeu suas ideias: “Do ponto de vista eugênico vale mais, certamente, como medida de profilaxia social e racial, casar bem

¹⁵⁵ A questão do divórcio. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.2, 30 de Outubro de 1926, n.6.

do que desquitar melhor. Para a ciência do aperfeiçoamento psíquico somático e moral da espécie, o divórcio representa um papel secundário.” E mais adiante: - “Não me admirei, entretanto, se dentro de alguns anos a opinião vencedora for as dos que pensam ser a porta da rua a parte mais importante da casa, como nos Estado Unidos [...]”.

Temos fé, mas fé ardente, em que a opinião publica nacional, toda vez que aparecer em discussão a ideia do divórcio em nossa Pátria, saberá reagir contra ela, saberá combater lá com denoto, saberá guardar com carinho a herança que lhe veio dos antepassados, isto é, os rígidos costumes morais, que apesar de tudo, ainda são o apanágio da sociedade brasileira.¹⁵⁶

Como podemos notar os discursos médico, jurídicos e religiosos, consagrados como verdadeiros, foram aplicados amplamente não só em nossa fonte, mas em toda imprensa, na intenção de formar uma opinião pública contrária ao divórcio e a favor do casamento indissolúvel. As falas de um político, um médico e um professor de direito, munidos de autoridade em suas respectivas áreas de atuação; dotados de relevância, enquanto intelectuais e profissionais da capital federal, são solicitadas no trecho acima. Presumimos que essas falas exerceram grande influência entre os leitores e leitoras, pois se trataram discursos proferidos por homens integrantes de instituições políticas, médicas e educacionais, o que por si só já lhes conferiam reconhecimento público. A menção a fala desses intelectuais, portanto, tinha a função de conferir embasamento, veracidade e legitimidade à opinião do articulista anônimo, contrária ao divórcio, interessado não apenas expor sua opinião, mas, sobretudo influenciar a opinião da população goiana¹⁵⁷.

Apesar da valorização do amor romântico, o casamento, mesmo construído com bases no amor, era uma etapa da vida adulta que extrapolava os anseios individuais, em favor de uma coletividade, representando tanto os interesses das famílias dos noivos quando os interesses do Estado, por isso, já no Império, os intelectuais começam a discutir e interferir mais abertamente no casamento. Desde o século anterior, o casamento adquiriu uma função de higienizar as famílias (RABELO, 2010). O médico Renato Kehl, por exemplo, se comprometeu com o bom funcionamento da instituição familiar a ponto de escrever manuais

¹⁵⁶ A questão do divórcio. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.1, 15 de Novembro de 1926, n.6.

¹⁵⁷ “O intelectual não é [...] “o portador de valores universais”; ele é alguém que ocupa uma posição específica, mas cuja especificidade está ligada as funções gerais do dispositivo de verdade em nossa sociedade. Em outras palavras o intelectual tem uma tripla especificidade: a especificidade de sua posição de classe (pequeno burguês a serviço do capitalismo, intelectual “orgânico” do proletariado); a especificidade de suas condições de vida e trabalho, ligadas à sua condição de intelectual (seu domínio de pesquisa, seu lugar no laboratório, as exigências políticas a que se submete, ou contra as quais se revolta, na universidade, no hospital etc.); finalmente, a especificidade da política de verdade nas sociedades contemporâneas. [...] Ele funciona ou luta no nível geral desse regime de verdade, que é tão essencial para as estruturas e para o funcionamento da sociedade” (FOUCAULT, 2015, p. 53).

sobre como deveria ser o casamento ideal¹⁵⁸. Nesse contexto “a família se torna o cerne do investimento ideológico das políticas públicas do estado” (DINIZ, 2013, p. 60).

O divórcio, assim como o voto, foram questões jurídicas que ganharam as páginas d’*O Lar* durante todo período de sua existência. “O patriarcalismo presente nas leis civis era reforçado pelos discursos do início do século XX” (SOARES, 2009, p. 52). Nesse período o dispositivo legal que organizava as vidas dos brasileiros e das brasileiras era o código civil instituído em 1916.

Este documento suscitava opiniões divergentes sobre a hierarquia e os poderes entre marido e mulher. Havia intelectuais e políticos que defendiam que as funções masculinas e femininas dentro do casamento eram complementares, diferentes, mais igualmente importantes. Já outros não titubeavam em defender a supremacia e hegemonia dos homens. A imagem de “rainha do lar” tão difundida na imprensa para enobrecer as práticas domésticas das mulheres, na prática era bastante frágil, pois até mesmo dentro do lar, recinto considerado essencialmente “feminino”, as mulheres exerciam autonomia limitada, sendo do marido a palavra final em decisões que envolviam as finanças e o destino dos filhos (MALUF; MOTTT, 1998).

O código Civil de 1916 legitimava a inferioridade da mulher casada em relação ao marido. Através dele ao homem era garantido o direito de exercer seu poder sobre os filhos, sobre a esposa e sobre os bens da família. Já a mulher, na sua condição de “incapaz”¹⁵⁹, não tinha direito de trabalhar fora sem autorização do marido, a ela era vetada também administrar qualquer bem ou herança ou abrir um processo judicial sem anuência do cônjuge. Apesar de inovador¹⁶⁰ esse código também garantiu permanências que colocavam as mulheres em desvantagem jurídica em relação ao marido.

O periódico *O Lar*, assim como várias outras revistas e jornais femininos da época, colaborava com suas leitoras ao prescrever para elas verdadeiras “receitas” de felicidade, que vinham acompanhadas, também, de receitas de infelicidade, que as mulheres, obviamente,

¹⁵⁸ “A partir do final do século XIX cresce gradativamente a importância da opinião médica no dia-a-dia da população, que passa a buscar nos médicos e na ciência respostas e soluções para seu bem estar” (SOARES, 2009, p. 64).

¹⁵⁹ A classificação da mulher como incapaz só foi suprimida em 1962, quando foi aprovado o Estatuto da Mulher Casada (CORTÊS, 2013).

¹⁶⁰ O código civil de 1916 já não permitia que o marido matasse a esposa flagrada em caso de adultério, mas nos casos de crimes considerados passionais o júri, geralmente, deferia a sentença em favor do acusado que acabava absolvido, as justificativas perpassavam a ideia de crimes de honra, casos em que a defesa alega que homem tomado pelas emoções e pela ausência de razão acaba matando a adúltera em defesa de sua honra.

deveriam evitar¹⁶¹. A metáfora da receita representa bem a condição de esposa: “optando” pela felicidade, era aconselhado que a mulheres seguissem passo a passo desta “receita”. Era do casamento que emanava a “felicidade feminina”, sendo que o casamento era como um bolo, caso preparado com carinho e atenção pela cozinheira - que deveria ser habilidosa ao manusear ingredientes como amor, obediência e paciência- seria um bolo perfeito, doce, macio e saboroso, entretanto qualquer descuido poderia levar ao fracasso da receita, resultando em bolo murcho e sem sabor, um casamento fracassado, simbolizando a frustração das mulheres.

2.3. A MODA, “RAINHA SOBERANA QUE ESCRAVIZA O CORPO FEMININO”

“A moda é, indiscutivelmente, em todas as épocas, o assunto momentoso. Complicado, cheio de artifícios e empolgante, que, desde os tempos mais remotos, preocupa a imaginação frívola das mulheres e o espírito conspícuo dos homens”¹⁶²

Na perspectiva de gênero, os corpos femininos e masculinos, são concebidos como culturais¹⁶³. Segundo Linda Nicholson (2000), a partir dos séculos XVII e XVIII as características físicas são tomadas como determinantes para compreender o indivíduo, o corpo era, portanto, percebido como uma fonte de conhecimento acerca do indivíduo. Dessa forma, o corpo, enquanto “porta voz da natureza” se tornou um recurso para atestar as diferenças entre os seres humanos. Na medida em que a ciência médica se desenvolveu, ressaltando as diferenças anatômica, hormonais, fisiológicas, entre homens e mulheres, ocorre o distanciamento epistemológico entre os corpos do “belo sexo” e do “sexo forte”. O corpo biológico, em nossa fonte é uma variável tomada como crucial na definição dos sujeitos e serve também para legitimar os binarismos, as diferenças e as desigualdades entre os gêneros.

¹⁶¹ Referência ao trabalho de SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. *Receitas de felicidade e espectros da infelicidade o código civil de 1916 e as lições de comportamento na revista feminina no início do século XX*, 2009. 151f. (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de filosofia e ciências humanas, 2009.

¹⁶² MACHADO, Graciema. *Feminil*. O Lar. Cidade de Goiás, p.3, 15 de Outubro de 1927, n.29.

¹⁶³ Foucault pensa o corpo como a “superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissolução do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A história genealógica articula corpo e acontecimento, corpo e linguagem, mostrando as marcas e as ruínas que o tempo produz em nossa carne e nas imagens que temos de nós mesmo” (ALBUQUERQUE, 2007, p. 175).

Ao traçar uma *História da beleza no Brasil*, Denize Bernnuzzi Sant’anna identificou que a imprensa, juntamente com o cinema e a televisão, foram as principais mídias responsáveis pela defesa do culto ao corpo e pela difusão de padrões de beleza no século XX. As mudanças na forma de tratar o corpo propiciaram novos comportamentos e atitudes femininas e masculinas, segundo a autora, ao longo do século XX é possível notar um processo “a transformação do corpo em algo tão importante do que outrora já fora a alma” (2014, p. 10).

A valorização da condição física e a redução o sujeito a sua estrutura corporal recairá mais sobre as mulheres, do que sobre os homens, se considerarmos que o corpo é o “lugar do feminino”. Se a mulher é o corpo, o homem é a alma. Ela representa a natureza, a materialidade intermitente e mortal¹⁶⁴. Nessa perspectiva, ele representa a inteligência o espírito transcendente, eterno e conseqüentemente superior ao corpo perecível.

O corpo é o lugar do feminino. As virtudes femininas tradicionalmente não estão ligadas ao espírito ou à inteligência, mas à beleza do corpo. Segundo o filósofo Immanuel Kant, a mulher poderia chegar a ter inteligência; contudo, com isso ela despertaria apenas respeito do homem, mas não mais seu amor e perderia todo o poder que ela pudesse ter sobre o sexo forte. Tal é dito no texto “Observações sobre o sentimento do belo e do sublime”. O esforço na ciência é sublime, pesado; portanto, é masculino; o sexo feminino é belo, leve, ele apraz imediatamente. O enorme esforço para entender Descartes, Leibniz, as equações de Newton, desperta o sentimento do sublime, não do belo; por isso é contrário à natureza feminina. Elas poderiam se deixar levar por essa dura empreitada; contudo, perderiam aquilo que nelas agrada imediatamente, sua beleza e leveza (BORGES, 2014, p. 177).

Juntamente com o pensamento religioso e científico, o pensamento filosófico Ocidental reforça essa dicotomia entre os sexos. A beleza é considerada elementar para as mulheres e a única forma do belo sexo conseguir a admiração masculina. Ao tentar enveredarem-se pelo “mundo masculino da ciência”, as mulheres estariam comprometendo sua graciosidade corporal, o que as impediria de ser objeto de admiração masculina¹⁶⁵.

Esse imaginário vai casar-se perfeitamente com a nova dinâmica matrimonial que surge ao final do século XIX. Segundo Michelle Perrot (2015) essa nova dinâmica é mais

¹⁶⁴ Em *O segundo Sexo*, Simone Beauvoir (1980), ao abordar o corpo feminino, destaca como a mulher foi associada à natureza, ficando “aprisionada” a sua condição natural, através da maternidade.

¹⁶⁵ O discurso médico e filosófico defendia que a mulher que se dedica aos estudos e ao conhecimento deixaria de ser graciososa aos olhos masculinos e poderia ter sua fisiologia comprometida. Segundo Maria Izilda Santos de Matos, em seu livro *Âncora de emoções: corpos, subjetividade e sensibilidades*, “O cérebro e os ovários não poderiam desenvolver-se simultaneamente, de modo que as atividades intelectuais femininas poderiam produzir um ser débil, nervoso, estéril – e talvez, pior ainda, poderiam gerar crianças doentes ou malformadas. Nesse sentido, as jovens não deveriam abusar das atividades intelectuais, canalizando suas energias para o perfeito desenvolvimento de suas faculdades reprodutoras” (2005, p. 53).

complexa, na medida em que considera a beleza feminina e a atração física como um elemento essencial dentro do casamento, os encantos das jovens se tornam um importante capital na troca amorosa e matrimonial. Perante esse novo contexto matrimonial, apesar da igualdade social e econômica entre os cônjuges continuar sendo relevante, houve um estímulo maior as uniões espontâneas, nascidas da afeição mútua, nesse sentido quanto mais atraente fosse uma senhorita, mais chances ela teria de atrair o amor.

A necessidade de levar as jovens ao altar, encaminhando-as para a construção de um lar feliz e honesto, motivava uma grande parte dos conselhos de beleza. Mas as mulheres casadas também foram chamadas a jamais descuidarem de suas aparências. Era preciso manter acessa a vulnerável chama do amor conjugal (SANT'ANNA D., 2013, p. 111).

O amor romântico se torna privilégio das mulheres bonitas, ser bela torna-se uma maneira eficaz de ser alvo da cobiça masculina, dessa forma, arrumar um pretendente e manter a “formosura” para agradá-lo, quando este se tornava seu marido, foi o pretexto encontrado para alimentar nas mulheres o desejo de se manter jovem, bela e saudável.

Esse argumento vai ser endossado pela imprensa brasileira, com suas colunas sobre moda, revistas especializadas e anúncios publicitários dos grandes magazines, principalmente a partir do século XIX, considerado o século da consolidação da moda a partir do aumento significativo do consumo de produtos de beleza e artigos indumentários (RAINHO, 2002)¹⁶⁶.

Considerando que, ao longo do século XX a prática do dote cai em desuso¹⁶⁷, era necessário que a futura noiva, encontrasse outros meios de chamar atenção dos pretendentes e compensasse a ausência do dote; sendo educada, prezada e bela. Nessa busca pela beleza, a moda poderia ser uma aliada das mulheres, as orientando como se vestir e como se portar socialmente, fomentando uma “cultura das aparências” que se tornou muito valorizada entre as classes abastadas, como um dispositivo de distinção social. Em seu trabalho *A cidade e a moda*, Maria do Carmo Rainho insere a moda no “processo civilizador”, descrito por Nobert Elias, caracterizado pelo estreitamento das relações pessoais, mediante o controle das emoções, domínio das paixões, e na superação de costumes e práticas consideradas

¹⁶⁶ Segundo Maria do Carmo Rainho (2002), a moda no sentido moderno do termo se consolida no século XIX, com a introdução da máquina de costura e a produção de roupas em larga escala. No Brasil a moda foi estimulada com a vinda da família real em 1808, que introduziu na colônia os costumes e práticas europeias relacionadas à maneira de se vestir e de se portar em público. A abertura dos portos também facilitou a comercialização de artigos de moda e beleza, importados de países como a França e a Inglaterra.

¹⁶⁷ Sobre esse assunto consultar: ABRANTES, Elizabeth. *O dote é uma moça educada: mulher, dote e instrução em São Luís na primeira república*. 2010. 320 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de História, Niterói, 2010.

incivilizadas. Para a autora essa “cultura das aparências” integra parte de uma sociabilidade moderna que atingiu não apenas as mulheres da elite.

A moça bonita era considerada o “elemento mais apreciado e mais cobiçado da geração humana”¹⁶⁸, mas esse culto à beleza, não representou o culto à sedução ou ao erotismo (MALUF; MOTT, 1998). A igreja ainda insistia em responsabilizar as “filhas de Eva” por despertar os desejos carnis nos homens, em contrapartida determinava o modelo de beleza adequado para uma mulher cristã. Nas primeiras décadas do século XX prevaleceu um discurso, fortemente influenciado pela doutrina católica, que definia a beleza como uma condição natural, portanto previamente concedida por Deus. Analisando por esse viés, a beleza deveria ser conservada, respeitada e nunca manipulada ou corrompida (SANT’ANNA, D., 2005).

Nesse sentido a moda que se estendia sobre os corpos, por vezes foi alvo de críticas, afinal “Nossa Senhora não se pintava, e as jovens de boa família deviam seguir esse santo exemplo” (SANT’ANNA, D., 2013, p. 106). Considerando que a aparência era o reflexo da alma feminina, as mulheres excessivamente ornadas, com roupas curtas ou muito maquiadas, refletiam almas corrompidas pela devassidão moral. O jornal cumpria sua função em reforçar essas prescrições:

Já não basta que essas modas sejam exibidas nas ruas e onde quer que seja, mas que, se estenda até a casa de Deus? Isso não! Essas tais modas tem sido muito censuradas e mesmo condenadas; no entanto, quantas ousam se aproximar da santa mesa para receber a sagrada comunhão, com os braços e colo completamente nus, quando não são com as vestes coladas ao corpo ou com saias tão curtas que mais para despidas.

Convém que cessem esses abusos, e que, mormente, as católicas deem o exemplo, pondo termo a essa modas berrantes e por demais extravagantes.

A modéstia e o recato é o ornato mais belo de uma mulher, e lhe fazem tão bem... Pra que substituí-los por essas modas ridículas que ferem os olhares puros e provocam reprovação e escárnio por parte dos homens?¹⁶⁹

Nesse trecho transcrito, Oscarlina demonstra indignação com as modas que estariam invadindo e desrespeitam o local sagrado que é a Igreja. Para reforçar o discurso católico que defende que a beleza feminina deve ser modesta e recatada, dentro e fora da igreja, esta autora intimida as leitoras; caso elas insistissem nessas “modas ridículas”, elas poderiam, ao invés de atrair o amor e admiração dos homens, acabariam ridicularizadas e desprezadas por eles.

¹⁶⁸ Fora do lar: Moças bonitas, moças feias. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.4, 15 de Fevereiro de 1927, n.13.

¹⁶⁹ PINTO, Oscarlina Alves. A moda. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.3, 30 de Setembro de 1926, n.4.

Essas tais “modas ridículas”, mencionadas pela diretora do jornal, são principalmente o tamanho das roupas que encurtavam no começo do século XX, além do uso de maquiagem, como pó de arroz e batom. “Com a moda, até os próprios pais não reconhecem as cores naturais de suas filhas, tudo é artificial; cores, afeições, amizades, chilikues”¹⁷⁰. Toda essa “artificialidade” mencionada foi propagada com a ajuda do cinema e da fotografia (SANT’ANNA, D., 2014). A exposição das pernas causava um alvoroço, para a *Indiscreta* essa exibição facilitava aos homens na escolha de sua futura esposa.

[...] Será mesmo moda a exposição de canelas?
É o caso, pois vemos por toda parte canelas grossas, finas, moídas, secas, torradas, tortas etc, Afinal será esta uma exposição oportuna aos moços que pensam em se casar, porque assim, poderão fazer sua escolha pela psicologia das tantas expostas.¹⁷¹

Na tentativa de coibir a exposição das pernas, *Indiscreta* explica em um tom satírico o que seria essa “psicologia das pernas”. A escritora anônima tenta aterrorizar as leitoras mediante a possibilidade de que elas fossem avaliadas pelos homens, através de suas pernas. “Sempre ouvi dizer que as moças de piador grosso, são preguiçosas e capazes de limpar as mãos nas barbas ou nas bochechas de seus maridos; as de canela curta, geniosas; de canelas compridas, ciumentas e teimosas”¹⁷².

Dessa forma, partindo de um determinismo entre características físicas e morais, as “canelas” das mulheres revelariam muito sobre o temperamento de cada uma, sendo assim as que não quisessem expor seus defeitos de personalidade, não deveriam expor essas partes do corpo¹⁷³. Essa prática, vantajosa para os homens solteiros, prejudicial para as moças solteiras e inaceitável para as senhoras casadas, denunciava os defeitos de personalidade e também causava, segundo a autora, uma desvalorização dos sujeitos femininos. Supondo que os homens, totalmente acostumados com as “canelas de fora”, já não sentiriam mais atraídos ou interessados, por esta parte do corpo feminina, exposta em excesso¹⁷⁴. A prática de evidenciar as pernas se parecia, na opinião da autora, mais uma armadilha contra as mulheres do que uma aliada, assim as pernas deixariam de ser um trunfo na conquista dos pretendentes.

¹⁷⁰ Fora do lar: Visita, moda, penteados. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.4, 15 de Setembro de 1926, n.3.

¹⁷¹ Op. Cit.

¹⁷² Fora do lar: visita, moda, penteados. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.4, 15 de Setembro de 1926, n.3.

¹⁷³ Historicamente, algumas partes dos corpos das mulheres foram, e ainda são, alvo de fetiche (como mãos, nuca, pés, pernas, cabelos e boca). Esse interesse sexual em partes específicas do corpo de uma mulher foi tema de obras da literatura como *A pata da Gazela*, romance escrito em 1870 por José de Alencar.

¹⁷⁴ Fora do lar: modernismo e costume antigo. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.5, 15 de Novembro de 1927, n.31.

A maneira de se vestir das mulheres casadas era diferente das mulheres solteiras, sendo que essas últimas possuíam algumas licenças para usar joias e outros adornos em função da necessidade de atrair atenção masculina. “O traje das moças solteiras era cuidadosamente dosado, fazia parte de uma tática em que o decote dos vestidos “casto, mas prometededor”, (PERROT, P. apud RAINHO, 2002, p. 152) tinha importância fundamental, e de forma semelhante, as canelas das moças solteiras deveriam ser “sugestivas”, mas sem exagero.

Além das saias curtas, os cabelos curtos *a la garçon*¹⁷⁵, também eram largamente adotados, sinônimo de modernidade e praticidade, eles também foram recebido com certa desconfiança, por vezes associado à masculinização das mulheres.

Sinceramente não sou partidária, apesar de ter os meus curtos. O cabelo curto, na verdade, é muito prático, e está de acordo com o nosso século de vida intensa e movimento febril. Tudo agora trabalha, a mulher culmina em todo: as vemos por toda parte aprendendo, ensinando e vencendo. E para isso elas precisam de uma moda mais leve, que lhe não tome o tempo, e o cabelo comprido não se presta a isso, o que não acontece com o curto. Mas o cabelo comprido é outra coisa, no tocante a elegância. A mulher torna-se mais mulher, não tem o ar masculinizado das cabecinhas *a la garçon*. [...].¹⁷⁶

A autora do texto defende que o cabelo longo seja mais bonito, compatível com o ideal de feminilidade, contudo o considera um obstáculo à dinâmica de vida urbana da “mulher moderna”; uma rotina que não combinava com as roupas em excesso ou os penteados volumosos de suas antepassadas. Contraditoriamente - apesar de defender que os cabelos compridos são mais atraentes- a autora revela manter curto o seu corte de cabelo. Essa contradição revela a tentativa da autora de manter o equilíbrio entre a feminilidade e a rotina intensa de uma vida pública e intelectual na qual a maioria das escritoras do jornal vivenciava¹⁷⁷.

¹⁷⁵ Na edição nº 29 de Outubro de 1927, a escritora Graciema Machado publica um texto onde explica que a origem dos cabelos curtos se deu com uma rivalidade feminina. Segundo ela tudo aconteceu por uma briga de ciúmes entre duas dançarinas de um café londrino, as moças estavam disputando o amor de um mesmo homem. Uma delas decide atacar a rival e cortar-lhes os longos cabelos loiros. Passado o momento de tristeza e desespero, ao perceber que perdera sua preciosa cabeleira, a moça “vitimada pelos ciúmes e pela inveja”, decide se vingar de uma forma inusitada. Ela escreve um texto para um importante jornal defendendo esse novo corte, lançando assim a moda dos cabelos curtos. Esse tipo de texto servia para despertar nas leitoras a curiosidade a cerca das tendências de moda que elas adotavam, sugerindo que a moda deveria ser seguida com cuidado.

¹⁷⁶ SANT’ANNA, Colandy. *A la garçon*. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.3, 30 de Agosto de 1926, n.2.

¹⁷⁷ Esse corte foi logo adotado por praticamente todas as colaboradoras do jornal. As edições comemorativas do jornal traziam fotos das colaboradoras, através das fotos é possível perceber que todas mantinham o cabelo curto.

O cabelo *a la garçone* era mais uma das várias tendências de moda europeias que chegam ao Brasil e se adaptam rapidamente. O padrão de beleza estrangeiro chegava a Goiás intermediado pelos grandes centros, espaços privilegiados para o desenvolvimento da moda¹⁷⁸, mais precisamente através do Rio de Janeiro, que contava com a emblemática Rua do Ouvidor, onde homens e mulheres encontravam as últimas novidades do mundo da moda (RAINHO, 2002). As mulheres goianas, vivenciando o processo de urbanização em Goiás, enxergavam como exemplo, a rotina de beleza e cuidados das vaidosas moças da capital federal, que incluía ginástica e massagem:

Dez horas da manhã. *Madame* no seu pijama de crepe róseo bordado de miçangas cor de leite, muito deliciosa, dá ordens a empregada:

- Maria! Quero o meu banho. E olha o termômetro para ver a temperatura.

O quarto de *Madame* é um sonho de bom gosto e elegância. Medito aos pés a mimosa sandália Cendrillon, *madame* dá as ultimas ordens:

- Maria! A massagista já está aí? Quero-a para logo após o banho... E a manicure? E o pedicuro? O cabeleireiro vem? [...]:

- Maria! O professor de ginástica já chegou?

Madame metida em elegante costume de ginástica pratica sob as vistas cautelosas do professor, os exercícios suecos garantidores da sua esbelteza. [...] Onze e meia. A linda cabeça de *Madame* está entregue ao cabeleireiro. Perfumes esquisitos exalam de sua esplêndida cabeleira acaju. O cabeleireiro, numa espécie de carícia alisa lhe as madeixas podadas pelo imperioso mandato da moda [...]. *Madame* enfrente a penteadeira, os olhos semicerrados, as longas pestanas, separadas com arte pelo Rimel [...] e sua boquinha transformada em coração pelo rouge perfumado do Batom [...]. O cabeleireiro termina. Bom assim a manicure que já transformou as unhas de *Madame* em pérolas orientais. [...] Meio dia e meio. *Madame* numa fresca toilette clara, almoça, almoça levemente, com cuidado. Não pode exceder-se em alimentação. Perderia sua linha.

Uma e meia. Recostada negligentemente num macio dia, *Madame* prepara-se para fazer a sesta, o seu descanso habitual das fadigadas manhã [...]

Madame escolhe na sua biblioteca de autores franceses o seu livro predileto. Acende com displicência a sua cigarette. [...] *Madame* é moderna e sabe apreciar literatura realista.

Admira se, sobretudo que haja alguém nesse Rio, quem leia em português, é tão elegante ler em francês. Ah! Não é que ia se esquecendo, o seu vestido de crepe cetim negro com motivos brancos e strass, que a modista hoje lhe trará? *Madame* irá ficar uma maravilha... E com essa porção de ideias turbilhoando-lhe na cabeça pequenina, *Madame* lentamente adormece.¹⁷⁹

¹⁷⁸ “Seriam as grandes cidade o espaço privilegiado para o desenvolvimento da moda. Primeiro porque, ao acentuarem a individualidade, dão novo status a apresentação e aos cuidados pessoais com a aparência, sendo a moda uma das formas de exteriorizar a personalidade de cada um. Segundo porque nelas se dava mais facilmente [do que o meio rural] o progresso econômico das camadas inferiores, o que facilitava o seu acesso a vários bens de consumo. Tudo isso acabava por alterar o ritmo das mudanças da moda: afinal, se as camadas inferiores conseguiam imitar as mais altas, estas deveriam rapidamente adotar novas modas como forma de se distinguir socialmente” (RAINHO, 2002, p. 25).

¹⁷⁹ SOUZA, Téo. O dia de uma elegante. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.5, 15 de Agosto de 1928, n.49.

A crônica acima sugere que identidade da mulher moderna estava relacionada ao cotidiano de tendências e novidades estéticas. A personagem descrita no texto acima, apesar de ser chamada genericamente de “Madame”, não é qualquer mulher, ela não trabalha, leva uma vida confortável e luxuosa com acesso facilitado a produtos e procedimentos de beleza, reproduzindo uma rotina semelhante às mulheres abastadas da Europa.

A moda envolve um conjunto de práticas corporais, gestuais e intelectuais, uma maneira como o indivíduo se relaciona com o ambiente, com seu corpo e com a cultura material, orientando não só na escolha do figurino como também na decoração da casa e na maneira de se comportar dentro e fora de casa. A moda refere-se às relações humanas, influencia vários setores da vida social e não se restringe ao consumo ou uso roupas, sapatos, joias, penteados (TRADE apud RAINHO, 2002). Através do texto é perceptível que no contexto do início do século XX, a moda não se limitava apenas ao uso de determinado vestuário como “crepe róseo bordado de miçangas cor de leite”, “sandália Cendrillon”, “vestido de crepe cetim negro com motivos brancos e strass” e produtos importados, mas abrangia cuidados com a saúde como a ginástica para fortalecer o corpo, a temperatura ideal do banho para não prejudicar a vitalidade da pele, engloba também o costume de ler literatura, saber francês, fumar *cigarette*, comer moderadamente.

Nesse sentido a moda também se refere ao comportamento e aos gestos, às práticas, que no caso das mulheres, obrigatoriamente deveriam ser delicados e complacentes. Todavia, no mundo das artes e da dança os movimentos pareciam se tornar cada vez mais complexos e extravagantes para a época, escandalizando os mais conservadores. Os bailes se popularizavam, com suas músicas e a danças de estilos estrangeiros como maxixe, tango, *jazz*, *fox-trot*, *charleston* etc, ampliando os espaços de sociabilidade e lazer. A preocupação das escritoras do jornal em denunciar esses eventos, decorreu da mistura entre dança e paquera, propiciada por esses locais:

Diversões mundanas que consistem num rodopiar vertiginoso de pessoas de ambos os sexos e que agora, nessa época de forte evolução é um caso mais do que sério.

Entre os divertimentos perigosos, o baile ocupa um lugar de destaque, não só pelo excitamento das paixões, que produz, como por ser uma festa que geralmente se faz a noite, e, como se sabe, é nessas horas que satanás faz as suas melhores pescas.¹⁸⁰

¹⁸⁰ Fora do lar: bailes e danças. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.4, 15 de Outubro de 1927, n.29.

As danças e as diversões noturnas também são associadas ao pecado e ao demônio. A autora faz uma comparação dos bailes em sua época com os bailes em época anteriores, constatando que aqueles locais haviam se tornado espaços inadequados para as moças honradas.

Antigamente, os bailes eram mais animados, é verdade; mas as danças menos exagerada; assim mesmo nunca uma moça frequentava sozinha, essas reuniões e os seus pares eram sempre apresentados ou aceitos pelos pais. Hoje, não; tudo é moderno, tudo é progresso.

As moças, nas barbas dos seus pais, vão fazendo o que lhes vem à cabeça, sem temerem repreensões, nem castigos; certamente porque sabem que o progresso em que estamos não admite mais essas drogas antiquadas.¹⁸¹

A autora anônima fica mais escandalizada com os pais que permitem que suas filhas dancem, do que propriamente com moças que se prestam a dançar e chega a sugerir que, os pais, em um ato de amor, cuidassem melhor da reputação de suas filhas, as impedindo de frequentar esses locais. “Que papel ridículo o dos dançarinos e muito mais o dos pais que presenciam risinhos, as suas filhas presas nos braços dos moços, nesses giros ou exercícios funambulescos que, pela excessiva liberdade de hoje, causam estranheza a muitos [...]. A moda atual exige de suas filhas a escassez de roupa, ainda essas danças agarradas que não sabemos como defini-las”¹⁸².

Os bailes pareciam dominados pelas modas inadequadas, o que estimulava os *flerts*, as trocas de olhares e os contatos físicos, colocando em perigo a inocência a castidade. A castidade como já citado anteriormente, era uma das maiores virtudes que uma moça poderia ter e servia para preservar o maior tesouro feminino, que era a virgindade. Ainda que abordada indiretamente, consideramos que ao que tange a sexualidade feminina, em nossa fonte perdura o silêncio. O assunto gerava discussões em outros jornais da imprensa, mas raramente em jornais femininos. Para preservar a moral as mulheres abdicavam de falar sobre sexualidade, um assunto tido como íntimo e particular¹⁸³. As mulheres honradas deixavam

¹⁸¹ Op. Cit.

¹⁸² Op. Cit.

¹⁸³ Apesar de ser assunto proibido, a abordagem sobre a sexualidade acontecia sutilmente com uso de metáforas como a da “borboleta branca”, que aparece em vários textos do jornal. Essa metáfora descreve uma borboleta branca que ao voar em direção à luminosidade da lâmpada e acabava queimando suas asas. “A mariposa quando se acha perto duma chama, voa com intenso prazer ao redor do luminoso mistério [...]. Mas, ai! Que de súbito, cai com as asas chamuscadas, tristemente queimadas pela mesma luz que lhe parecia tão linda e inofensiva”. A borboleta branca representa a moça virgem e ingênua, o ato de voar alto significava se envolver com algum rapaz acreditando que aquilo não lhe traria nenhum prejuízo, ignorando os conselhos familiares, principalmente os da mãe, principal responsável por zelar da reputação da filha. A lâmpada que emite uma luz atraente para a borboleta é o envolvimento amoroso/sexual, e por fim, a borboleta de asas queimada simbolizava a moça com a honra manchada pelo contato íntimo antes do casamento.

esses assuntos para especialistas, como os sexólogos, que surgem naquele momento, munidos de argumentos médicos e higiênicos, para discutir a importância da educação sexual que prezasse pela moral e pelos bons costumes¹⁸⁴.

Através dos textos de nossa fonte, o uso excessivo de maquiagem e ornamentos era associado as mulheres consideradas meretrizes e, portanto, também ao pecado da luxúria e da vaidade. A vaidade, por sua vez, era um pecado que combinava tolice, futilidade e extravagância, desviando a mulher de suas funções domésticas. As mulheres vaidosas se esqueciam de que sua beleza deveria ser modesta e discreta. A soberba foi considerada outro pecado comum às moças bonitas, demasiadamente preocupadas com a beleza. Moças muito belas, acabam acusadas de serem esnobes. Menosprezando os cortejos e sem ceder aos galanteios essas moças “soberbas”, poderiam vir a se casar mais tardiamente.

Sempre ouvi dizer que moça, chita e fita não há nem feia nem bonita, mas o certo é que as bonitas, muitas vezes, vão ficando como amostras, sem encontrarem um maridinho na roda dos seus muitos admiradores, não sei se é a sua formosura que afugenta os fregueses ou si o seu orgulho; porque em geral as bonitas quando não são orgulhosas, são excessivamente afetadas. Não se dignam de olhar para qualquer um, não senhores!¹⁸⁵

Convém considerar que em uma época que as mulheres eram julgadas pelos seus comportamentos morais, evitar as investidas masculinas, não conversar ou encarar os homens, talvez tenha sido um meio utilizado pelas moças, tanto as consideradas “feias” quanto pelas “bonitas”, que não queria ficar “mal faladas” ou terem sua dignidade colocada em dúvida. O que poderia ser interpretado pelos rapazes como comportamento soberbo e até arredo, poderia significar prudência e demonstração pública de virtude e pureza¹⁸⁶.

¹⁸⁴ Segundo Sávia Barros Diniz (2013), a partir da década de 30, médicos como o carioca José de Oliveira Pereira de Albuquerque vão defender, como pauta das propostas eugênicas, os benefícios sociais e biológicos da educação sexual. José Albuquerque chegou a fundar dois periódicos especializados: o *Jornal de Andrologia* (1932-38) e o *Boletim de Educação Sexual* (1933-39), tendo seus artigos publicados também no *Correio Oficial* em Goiás, onde ele defendia a educação sexual até mesmo nas escolas. Sobre a sexualidade feminina, José de Albuquerque escreveu principalmente preocupado com a maternidade, citando a importância de exames pré-natais. As ideias de José de Albuquerque encontraram resistência principalmente entre os membros da Igreja, como foi o caso do frei dominicano Gonçalo Carneiro Leão que pregou energicamente contra a educação sexual, escrevendo também para o *Correio Oficial*. Os artigos sobre educação sexual do médico José de Albuquerque preconizavam a intervenção da medicina dentro do âmbito familiar e também reforçavam e ressaltando as diferenças sexuais entre homens e mulheres, reconhecendo a reprodução, ainda como função básica e única da sexualidade.

¹⁸⁵ Fora do lar: moças bonitas, moças feias. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.4, 15 de Fevereiro de 1927, n.13.

¹⁸⁶ Através de seus poemas, Cora Coralina menciona a vergonha que as moças tinham de aparecer em público. “(...) Andar pelas ruas. Atravessar pontes e largos, / as moças daquele tempo eram muito acanhadas. / Tinham vergonha de ser vistas de “todo o mundo”... (...). (CORALINA apud BITTAR, 1993, p. 113).

Feias ou bonitas, todas deveriam arrumar um pretendente e se casar. As mulheres consideradas feias deveriam obrigatoriamente compensar a falta de beleza, com uma educação, um refinamento e um comportamento impecável: “coitadinhas, o criador, negando-lhes esses dotes pessoais, acumulou-as de predicados morais, que fazem sobressair às belezas da alma”¹⁸⁷. Ademais, havia outras vantagens de se relacionar com mulheres classificadas como feias. “A vantagem da moça feia não é só a de deixar o marido sossegado, é que a beleza, como a fortuna e o amor, acaba; ao passo que a feiura aumenta!”¹⁸⁸.

O tempo era responsável por diminuir a formosura e graciosidade dos corpos, a beleza diante o poder do tempo era efêmera e volátil. “Um rosto bonito tem quase a mesma durabilidade de um chormo; rosado, bonito e admirado quando novo; descolorido, triste desprezado quando velho”¹⁸⁹. O envelhecimento torna-se sinônimo de tristeza, solidão e esquecimento, passa a ser encarado como um grande incômodo para ambos os sexos, colocando homens e mulheres diante a face da finitude. Todavia, para as mulheres, além de tornar evidente a mortalidade, a velhice deteriora aquele que é considerado o principal atributo das mulheres: a beleza. “Enquanto o seu rosto está fresco, muito bem, mas quando os primeiros pés de galinha vão apontando, ai!... ai!... ficam desorientadas, é quando se tornam namoradeiras”¹⁹⁰. Beleza e juventude se esvaíam com o passar dos anos, por isso se casar, assim que possível, era o ideal, a espera diminuía a “graça feminina” e consequentemente a chances de encontrar o amor.

As primeiras décadas do século XX trouxeram uma preocupação maior com o refinamento e a elegância dos costumes e da aparência (SANT’ANNA, D., 2014). Havia uma preocupação em ser *chic* como os americanos e civilizado como os europeus, essa preocupação contagiava até mesmo os homens, mas principalmente as mulheres¹⁹¹, em especial aquelas que compunham as classes abastadas, e que, justamente, em função de sua condição financeira podiam adquirir o que estivesse disponível no mercado da moda.

¹⁸⁷ Fora do lar: moças bonitas, moças feias. *O Lar*. Op. Cit.

¹⁸⁸ Op. Cit.

¹⁸⁹ Op. Cit.

¹⁹⁰ Fora do lar: moças bonitas, moças feias. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.4, 15 de Fevereiro de 1927, n.13.

¹⁹¹ Figurino e textos sobre moda masculina eram escassos na imprensa se comparados aos referentes à moda feminina. Mesmo que a preocupação com a beleza fosse comum para ambos os sexos, a moda possuía sentidos distintos para homens e mulheres. “Para a mulher era algo indispensável, o elemento que, além de reforçar seus atributos naturais, distinguiria aquelas que pertenciam a “boa sociedade” por meio da elegância e do bom tom. Os homens, por sua vez, possuíam outras formas de distinguir-se, como a educação e o grau de instrução, não necessitando da moda para se afirmar socialmente” (RAINHO, 2002, p. 82).

Nesse mesmo século, os concursos de beleza se tornaram um fenômeno mundial. Em Goiás, *O Lar*, noticiou alguns desses concursos que movimentavam a alta sociedade, em um deles a vencedora foi uma das colaboradoras do jornal:

Há dias organizou-se a no cinema Ideal, entre seus *habitués*, um elegante concurso para saber qual a mais bela de suas frequentadoras. [...]
Embora nos pareça um problema de difícil solução, esse de eleger a rainha da beleza, não deixamos de apreciar o simpático concurso do Ideal, já por despertar em nosso meio o gosto pelo belo, já por se tratar de um fino torneio de estética, sempre levado a efeito nos centros mais adiantados.[...]
Na penúltima sessão daquele cinema, teve lograr a apuração final, cabendo o primeiro lugar a distinta senhorinha Altair de Camargo, que obteve trezentos e trinta e seis votos. [...]
A senhorita Altair, após receber a coroa simbólica que lhe conferia o título de rainha do Ideal, agradeceu comovida.
Brilhantes focos de luz alvejaram-lhe a fronte bela e cismadora.
Entusiásticas palmas foram ouvidas durante alguns minutos. E assim, naquele salão artisticamente ornamentado, a fina sociedade goiana, com essa encantadora festa, no decorrer de uma sessão cinematográfica, fazia a revelação do seu elevado gosto estético.
Resta-nos agora felicitar calorosamente a nossa brilhante relatora, senhorita Altair, pela merecida distinção que lhe fizeram seus inúmeros admiradores elegendo-a a mais bela frequentadora do ideal.¹⁹²

Nossas redatoras, conscientes de que a moda estava suscetível às mudanças históricas, apontavam que no início do século XX a moda estava subordinada ao fenômeno da “modernidade”¹⁹³. “O gosto acentuado por tudo que é novidade e modernismo, muitas vezes nos traz infelicidades. Sejam moderadas e cautelosas nos nossos costumes e modos de trajar”¹⁹⁴. A moda transformava-se em uma inimiga do “belo sexo”, a dama que rendia a sua tirania, se tornava um ser fútil, inconsequente e sensual. Não por acaso, o termo *melindrosa*, muito comum nessa época, era usado para se referir a essas mulheres que se rendiam aos ditames da moda. Ser designada como tal, era uma enorme ofensa:

[...] Caricata figura, de saias acima do joelho, braços e colos nus, nuca primorosamente escanhoad, cabelos a l’homme apavorados no rigor da última moda, lábios em folíolo de trevo, a encarnação viva da vaidade, [...] produto genuinamente característico dessa sociedade corrupta, hipócrita, cheia de falsidade e sutilezas, dessa sociedade que tem a audácia de se intitular ultra civilizada.¹⁹⁵

¹⁹² A mais bela. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.3, 1º de Março 1927, n.14.

¹⁹³ A modernidade pode ser analisada como uma experiência que envolveu transformações de caráter científico, político e econômico, e também abrangeu os comportamentos e as relações humanas. A questão da modernidade será aprofundada no capítulo seguinte.

¹⁹⁴ Fora do lar: Chic e modernismos. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.4, 31 de Janeiro de 1928, n.36.

¹⁹⁵ Fora do lar: Almofadinhas e melindrosas. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.6, 16 de Julho de 1927, n.23.

O constante esforço da religião Católica em inibir a mulheres de praticarem exageros e “exibicionismos” em nome da aparência, não desestimulava as mulheres, que ocupavam cada vez mais o espaço público, que cada vez mais viam e eram vistas¹⁹⁶. Era necessário se vestir elegantemente e comportadamente, afinal uma mulher desleixada não era encantadora, não enobrecia a reputação da sua família. À medida que as mulheres conquistavam profissões fora do lar, ser bela, além de ser um meio de conseguir marido, passou a ser também um facilitador na hora de buscar emprego, ter boa aparência se torna requisito para as mulheres ingressarem no público do trabalho.

Assim como o discurso religioso, o discurso médico também condenava a moda. Vários tratados médicos e manuais de conduta ressaltavam, desde o século XIX, que o uso de algumas vestimentas e adereços poderia ser um perigo a saúde das mulheres, como os saltos altos que comprometiam o equilíbrio, a musculatura, e os espartilhos que comprimiam órgãos internos e ossos. Os médicos se preocupavam também com o fato da moda afastar as mulheres do cuidado dos filhos e do marido, o que poderia vir a aumentar as doenças e distúrbios infantis, contudo a quantidade crescente de revistas sobre moda, além do surgimento de lojas e novos produtos, revelam que o combate à moda empreendido pelos médicos foi pouco efetivo, a estratégia partiu então para tentar tornar a moda “adequada” (RAINHO, 2002). A medicina pleiteava um tipo de beleza e arrematava a tríade beleza, moral e saúde. “Moda e ciência, apesar das diferenças, tendiam a se encontrar no mesmo afã por silhuetas higienizadas” (SANT’ANNA, D., 2011, p.304). No texto seguinte, a autora torna explícita a relação entre beleza e saúde, ao apontar que as vencedoras dos concursos de beleza, geralmente eram mulheres cujos corpos estavam acostumados com a prática da ginástica:

Para que a mulher constitua um espécime de valor, seja sadia, forte, linda e vigorosa é mister que se não descuide de sua educação física e, por meio da ginástica, praticada com arte e perícia, procura estetizar e robustecer o corpo, desenvolver e revigorar o organismo.

A ginástica tende não somente a aperfeiçoar o delineamento do corpo, mas ainda mantém constante o entusiasmo da formosura e da sanidade corporal, o cultivo da força e da alegria. [...]

Temos observado os concursos de beleza, que se realizam quase sempre, em todo universo.

Nesses certamente são geralmente, mais votadas e aclamadas rainhas, as mulheres que pela ginástica conseguiram os pendores estéticos do corpo

¹⁹⁶ Na primeira metade do século XX, as mulheres começaram a aprender a educar o corpo para a vida social. “A medida que as cidade brasileiras cresciam e as mulheres integravam o mercado de trabalho, os conselhos de beleza incluíam recomendações relacionadas ao comportamento: saber andar, nadar, se sentar, dançar, descer escadas, sair de um automóvel, conversar etc.” (SANT’ANNA, D., 2013, p. 111).

feminino, graça impecável dos gestos e o donaire sobrenatural e harmoniosos dos movimentos.

A ginástica é, no mundo feminino, um dos complementos essenciais a sua saúde e vigor, robustez e alegria.

Mas, para que a mulher cresça convicta dos bens produzidos pela ciência estética, é preciso que este gosto lhe seja desenvolvido desde criancinha nas escolas, quando estudam os princípios rudimentares das ciências [...].¹⁹⁷

O texto sugere que a “felicidade feminina” dependia do bom funcionamento do seu corpo, a mulher feliz era aquela que, cuidava da sua saúde. Nesse contexto, os cuidados com a aparência passam a ser tratados, cada vez mais sobre o prisma medicinal (SANT’ANNA, D., 2005) e o corpo moldado pela educação física não combinava com densas camadas de roupas, nem com saias longas que arrastavam para dentro de casa as sujeiras da rua. Roupas leves, curtas e cada vez mais despojadas, começavam a compor o guarda roupa das mulheres. A medicina começa a sublinhar a importância de exercícios e vida saudável para preservar não somente a saúde, mas também a frescura da tez, a pele saudável, o corpo firme e jovem (PRIORE, 2000, p. 72).

Nesse contexto, o Estado se empenhava em estimular práticas consideradas higiênicas e sadias entre as cidadãs e os cidadãos, tornando-os aptos não só a trabalhar eficientemente, mas também, gerar descendentes igualmente saudáveis, sem vícios ou degenerações físicas, uma prole que seriam a esperança e o futuro de uma nação republicana desenvolvida¹⁹⁸. Essa nova moda higiênica penetrava no cotidiano por meio da escola, desde a infância, contudo, a ginástica deveria ser na medida para não comprometer o corpo das mulheres, tornando-as masculinizadas.

As propostas médicas e eugênicas do período em questão defendiam a concepção de que o progresso moral e político da nação era resultado do cuidado, da preservação, da disciplina e da higiene empreendida tanto sobre os corpos¹⁹⁹. A estrutura corporal de ambos os sexos precisava ser educada, refletindo e representando uma república jovem e bela em

¹⁹⁷ MACHADO, Graciema. A cultura física no mundo feminino. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.2, 15 de Abril de 1927, n.17. Grifo nosso.

¹⁹⁸ Para saber mais consultar: SANDES, Noé Freire. *Nação, Política de saúde e identidade (1920-1960)*. Coleção Quíron, Série Clio, n.º.1. Goiânia: UFG, 2002.

¹⁹⁹ Ao estudar o desenvolvimento da nação moderna, tomando como base as a concepção de Michel de Certeau que trata o corpo físico como metáfora da nação, Maria Bernadete Ramos Flores (2007), em seu livro *Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza*, esclarece que a nação moderna não é apenas um elemento político, mas também um fenômeno cultural que se inscreve sobre os corpos dos indivíduos que juntos, formam o corpo coletivo da nação. Nesse sentido, os intelectuais brasileiros no século XX defendiam que se o país quisesse alcançar o patamar de desenvolvimento econômico, político e cultural de países europeus, deveria se apoiar nos princípios eugênicos para aprimorar a nação, combatendo os comportamentos classificados como degenerados e disciplinando os corpos dos brasileiros e brasileiras, a partir dos conceitos de: saúde, força e beleza, colocando os corpos de homens e mulheres a serviço da nação.

oposição à monarquia decrépita e atrasada. Desde muito jovens as crianças deveriam ser educadas fisicamente para compor “uma geração sadia forte, atlética e bela, da qual sairão futuramente os mais lídimos padrões da raça brasileira”²⁰⁰.

O controle do peso começava a se impor na rotina, uma barriga protuberante era mal vista, mas o apelo à magreza não perseguia as mulheres, pelo contrário, ser muito magra era indicativo de pobreza ou doença. O termo “feiúra” se torna recorrente na imprensa na primeira metade do século XX, e em meio a um contexto de valorização do discurso médico e higiênico, a ausência de beleza é esboçada como uma doença, que poderia ser revertida com produtos chamados de remédios (SANT’ANNA, D., 2005). A feiúra, sempre associada à solidão, sofrimento e a tristeza, acabava funcionando como instrumento pedagógico, pois o medo de parecer feia colaborava para que várias mulheres se policiassem, cuidando e submetendo seus corpos a rotinas e procedimentos rigorosos, o que favoreceu para que uma gama de produtos de beleza invadissem as penteadeiras por meio das páginas da imprensa feminina. A aparência do homem gerava menor debate, afinal ao homem era mais interessante ser forte, viril, inteligente, trabalhador e bom provedor do que necessariamente belo.

Grande parte das publicidades incentivou o consumo de produtos e outras novidades que prometiam curar todas as enfermidades e defeitos, principalmente as complicações relacionadas ao período menstrual, pois se acreditava que a causa da maioria das doenças que acometiam as mulheres eram resultados dos chamados “desequilíbrios uterinos”²⁰¹.

A sociedade brasileira se tornava cada vez mais refém dos produtos de higiene e beleza, mas na contra mão dos periódicos femininos famosos nos grandes centros, *O Lar*, inicialmente não teve a proposta de estimular o consumo desses produtos, a preocupação era, inicialmente, coibir a busca pela perfeição incessante e desenfreada, que fazia as mulheres recorrerem a métodos considerados artificiais e extravagantes, comuns às “melindrosas”.

Apesar de *O Lar* tecer considerações sobre a beleza, ele não primava por informar suas leitoras a respeito de receitas de beleza, os anúncios publicitários de produtos de beleza eram poucos e às vezes inexistentes, o que não significa que as mulheres não tivessem acesso

²⁰⁰ MACHADO, Graciema. Op. Cit.

²⁰¹ Ao analisar as práticas higiênicas entre o império e a república, Denise Bernuzzi de Sant’anna, identifica essas distinções entre corpos femininos e masculinos que vão corroborar com procedimentos médicos e sanitários. De acordo com Denise Sant’anna: “Enquanto às mulheres era prescrito um cuidado obstinado para com o aparelho reprodutor, aos homens, qualquer excesso de inércia, delicadeza ou leveza podia indicar uma perigosa fraqueza viril. Se os remédios para a saúde do útero focavam na necessidade de mantê-lo limpo, livre de acúmulos suspeitos, a propaganda de vários medicamentos promotores do vigor masculino enfatizava o risco do acúmulo de sujeiras no sangue e nos nervos” (2011, p. 310).

ou consumissem esse produtos. A temática da moda enquanto maneira de se vestir e de se portar, esteve presente no jornal relacionada a questões como amor, casamento e saúde.

O hábito de seguir a moda foi bastante criticado pelas colaboradoras do jornal, sendo que os textos sobre moda geralmente tinham um tom satírico e coercitivo, mas a moda parecia implacável e não tardou para que o jornal investisse em uma coluna intitulada *Croniqueta da Moda*, especializada a dar dicas de moda copiando tendências europeias e as adaptando ao clima e a região goiana, sugerindo os tipos de tecido, as cores e o formato ideal das roupas para cada idade de cada ocasião²⁰². Dessa forma, o jornal orientava as mulheres a como se vestir e se comportar diante a avalanche de novidades, conforme o “bom tom”, sugerindo um tipo beleza que combinava preceitos científicos e religiosos.

A moda não precisava ser evitada, nem sequer poderia ser evitada, principalmente considerando que, conforme a fonte, a moda, definida enquanto preocupação com a beleza, não era algo do qual as mulheres poderiam se esquivar, já que a aparência era um elemento determinante e decisivo na definição e caracterização dos sujeitos feminino, mas nem por isso a moda deveria deixar de ser controlada, acompanhada, usufruída com moderação, objetivando apenas a conservação. O corpo das mulheres “honestas” deveria ser belo, mas não artificial, feminino, mas nunca sensual.

Ao refletirmos sobre embelezamento e cuidado com o corpo em nossa fonte, percebemos que o predicado da beleza foi uma das formas que a sociedade encontrou para tolher, limitar e constranger as ações das mulheres, reforçando um determinismo biológico²⁰³, limitando-as e reduzindo-as apenas aos seus corpos, que ainda por cima se quer eram vistos como exclusividades individuais, pois deveriam servir como instrumento de gestão da vida coletiva, pertencentes a uma comunidade, ficando assim dependentes da aprovação desta (SANT’ANNA, D., 2014). Esses corpos que são individuais, mas também coletivos, estão submetidos ao olhar da sociedade, que os coage os reprime e os tornam dóceis, produzindo sujeito através da disciplina sobre seus corpos²⁰⁴.

²⁰² Os jornais e os manuais de civilidade vão insistir na aproximação entre saúde, moral e moda. Uma pessoa elegante era aquela que sabia se vestir conforme o dia, o horário, a ocasião. Os cronistas alegavam que era possível ter um guarda roupa adequado, sem abrir mão de seguir as tendências (RAINHO, 2002).

²⁰³ Podemos definir determinismo biológico, conforme Linda Nicholson (2000) como a tendência a eleger a biologia como a base das diferenças entre mulheres e homens. Nesse sentido, o conceito de sexo colabora com a ideia da imutabilidade dessas diferenças.

²⁰⁴ Na introdução a *Microfísica do poder*, Roberto Machado (2015) explica que em relação aos estudos sobre o poder em Foucault, há uma ênfase aos efeitos negativos do poder, mas existe um lado positivo do poder, o poder enquanto produtor. O poder não pode ser reduzido a sua função repressiva. A partir de vigiar e punir o poder pode ser descrito como produtor dos sujeitos, produtor de “domínios de objetos e rituais de verdade”.

O corpo é o lócus da identidade das mulheres (SANT'ANNA, D., 2011), e ser bela conforme nossa fonte, era estar dentro de um padrão branco e único de beleza, um padrão engendrado pelo por poder, numa perspectiva moralizante e coercitiva, que não permitia roupas curtas nem maquiagem, mas que também não foi suficiente para banir essas práticas. Dentro dessa lógica, a moda foi um mecanismo que permitiu que as mulheres se expressassem socialmente e individualmente, “não somente quando usava o que estava na ordem do dia, mas, também quando conseguia dar as suas vestimentas a marca de sua individualidade” (RAINHO, 2002). Por outro lado, para algumas pesquisadoras e pesquisadores, o desenvolvimento e aprimoramentos dos procedimentos de beleza também trouxeram prejuízos para as mulheres. A maior exposição dos corpos gerou um maior controle e vigilância sobre os mesmos, na medida em que os corpos se tornavam mais expostos eles acabaram também se tornando mais observados e julgados (PERROT, P. apud NOVAES, 2011). Além disso, a aparência era outro encargo para as mulheres; ser boa mãe ou boa dona de casa já não era suficiente. Para ser de fato boa mãe e boa esposa, era primeiramente necessário, e até mais relevante, aparentar ser, uma aparência física impecável era facilmente tomada como indicativo do êxito conjugal e familiar.

Todos os discursos acerca da beleza, maternidade, casamento, formulados pela ciência, as leis e a religião, tinham como objetivo tornar as mulheres e seus corpos, pouco confortáveis ou incompatíveis, com o mundo público, entretanto, isso não bastou para manter as mulheres restritas ao lar. Veremos no capítulo seguinte que nossa fonte, apesar de ser entendida, como instrumento de manutenção e conservação dos estereótipos femininos, também indicou novas oportunidades e estimulou novos comportamentos.

CAPÍTULO 3: POR FORA DO LAR: FEMINISMO, NOVOS DISCURSOS E PRÁTICAS POSSÍVEIS

3.1. MULHERES MODERNAS E O FEMINISMO “BEM COMPORTADO” E PATRIÓTICO

“A mulher nos nossos dias já não é um ser inútil à sociedade e à senda literária; ela quer lutar, quer ser proveitosa ao seu país”²⁰⁵

A modernidade, pensada como uma experiência de si no tempo e no espaço (BERMAN, 1982), aparece em nossa fonte com uma conotação positiva, pressupondo transformação, aperfeiçoamento e inovação. Nas ciências humanas esse conceito é controverso e paradoxal. Constantemente debatido e repensado, este conceito tornou-se objeto de atenção de diversas estudiosas e estudiosos, que o tomaram sob diversas perspectivas (técnica, estética, política, econômica, social) em diferentes contextos históricos. Ao pensar a modernidade brasileira, não concebemos esse “paradigma moderno” como uma categoria fechada, mas sim como conjunto de hábitos, procedimentos e questões que mobilizam as reflexões e a maneira de ver o mundo (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994).

Para Marshall Berman a modernidade que se inicia no século XVI, chega ao século XX em sua terceira fase. É nessa fase que ocorreu a expansão do processo de modernização por todo o mundo. “No século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se “modernização”” (1982, p. 16). No Ocidente, a sensação era de se estar vivendo em uma época vertiginosa, o tempo transcorria tão rápido quanto os automóveis e tão imponente como os arranha-céus, em uma marcha frenética e incessante, que contagiava não só os comportamentos e a vida social, mas também a economia e a política.

A certeza de que as descobertas científicas criariam um mundo novo (KOSELLECK, 2006) foi recorrente no início do século XX. Em Goiás também foi possível perceber a face técnica da modernidade. O estado de Goiás, nas primeiras décadas do século XX, recebia as

²⁰⁵ PINTO, Oscarlina Alves. Nosso aniversário. *O Lar* Cidade de Goiás, p.1, 30 agosto de 1929, n.74.

primeiras linhas férreas²⁰⁶, e o telégrafo, a cidade de Goiás já contava com a presença do automóvel, do cinema, do teatro e da máquina fotográfica, mediante tantas novidades, não é possível desconsiderar o impacto delas sobre as relações humanas, que se viam atravessadas por novas experiências e novas formas de se relacionar socialmente, nesse sentido “a modernidade entendida como novidade técnica no meio urbano, trazia a necessidade de regulamentação dos comportamentos sociais” (SOARES, 2009, p. 40).

A imprensa comprometida com os discursos médicos e jurídicos do início do século XX, pedagogizava as atitudes, especialmente as atitudes das mulheres, através de suas colunas sobre moda, beleza, dicas de como se comportar em público e lidar com todas essas excitantes transformações cotidianas. Nesse contexto, o vocabulário abriu espaço para conceitos e termos que passaram a caracterizar aquele momento. “Moderno, modernidade, modernismo ou mesmo modernização são categorias específicas, que vão ocupando amplo espaço no campo intelectual, constituindo-se em palavras de ordem significativas no começo do século XX, chegando a ganhar um uso quase obrigatório no ambiente intelectual de então” (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994, p. 15).

Em nossa fonte, as intelectuais goianas não economizaram substantivos e adjetivos para caracterizar, descrever e refletir sobre o contexto no qual elas acreditavam estar inseridas, ressaltando o viés social e cultural dessa modernização e seus efeitos, especificamente, sobre a vida das mulheres²⁰⁷. Essa modernização transmitia a sensação de se estar vivendo um tempo de transição, onde as expectativas em relação ao futuro se afastavam das experiências passadas vivenciadas até aquele momento²⁰⁸. As mulheres modernas²⁰⁹, que escreviam n’ *O Lar* suspeitavam que não levavam uma vida semelhante à de suas avós, assim como, cogitavam que as gerações seguintes também experimentariam uma vida diferente em relação à delas. Para elas, as moças de sua época tinham uma noção de vida mais prática e útil, ambicionavam, inclusive, a independência financeira. “A essa falange de mulheres, que podem e devem se dedicar completamente a arte e a ciência, cabem especialmente ocupar os

²⁰⁶ “A estrada de ferro Goiás fundou municípios; alterou a estrutura fundiária; dinamizou a economia regional; influenciou a cultura por meio da modernização; e provocou mudanças no mercado de trabalho” (ARRAIS, 2016).

²⁰⁷ No Brasil, ao longo dos anos de 1920 e 1930, afirmar-se “moderno” era uma estratégia para assumir lugar prestigiado e respeitado no debate científico e artístico, mesmo que isso não significasse o domínio e o conhecimento pleno desse conceito (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994).

²⁰⁸ “Koselleck caracterizou a consciência moderna do tempo, entre outros modos, mediante a diferença crescente entre o “Campo de experiência” e o “Horizonte de expectativa”” (HABERMAS, 2000 p. 19).

²⁰⁹ “Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor, mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos” (BERMAN, 1982, p. 15).

altos cargos administrativos e políticos, que os homens, disputam entre eles, desesperadamente”²¹⁰.

A historiografia goiana ao tratar sobre o conceito de modernidade privilegia os discursos políticos, que se apropriaram deste conceito. No livro *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, Nars Fayad Chaul tece considerações sobre o discurso de modernidade em Goiás, e a maneira como ele foi manejado politicamente, engenhosamente construído pelos grupos políticos do sul do estado que desejavam afirmar sua legitimidade e se colocar como solução frente ao suposto atraso do estado, propositalmente atribuído às oligarquias dominantes da primeira república. A metafórica de oposição entre o “bom e o ruim”, “o novo e o velho”, presentes na composição desse discurso de modernidade, revelam-nos os embates entre a elite *caiadista* e os grupos políticos apoiadores de Getúlio Vargas (Em Goiás, liderados por Pedro Ludovico) que a partir de 1930²¹¹ tomaram o poder do Estado e promoveram a transferência da capital para Goiânia²¹². Transferência, que ficou historicamente consagrada como o ápice dessa modernização Goiana²¹³.

Nessa perspectiva a modernização e o progresso, pensados como desenvolvimento técnico e político, caminhavam de mãos dadas ao encontro do futuro da nação, transformando homens em cidadãos. Em nossa fonte é possível identificar falas características de um tempo histórico²¹⁴ voltado para o futuro – com o uso, não raro, de termos alusivos ao futuro, como a esperança, o amanhã, o horizonte, o porvir, além de expressões imperativas como “avante!”, indicando uma esperança no que está por vir.

Não consiste o patriotismo somente em amar a pátria, porém em fazer por ela tudo que estiver ao nosso alcance [...]. Coube à mulher goiana, dando exemplo de patriotismo, levando avante com este nobre intuito, o

²¹⁰ GODOY, Maria Paula Fleury de. A mulher e o Voto. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.1, 30 dezembro de 1927, n.34.

²¹¹ Micael Herschamann e Carlos Alberto Pereira (1994) defendem que a Revolução de 1930 ampliou a possibilidade de “institucionalização” da modernidade, pela via autoritária, colaborando assim para que o chamado paradigma moderno brasileiro influenciasse todas as esferas da vida social, política e econômica.

²¹² Sobre esse tema não foi identificado nenhum texto em nossa fonte.

²¹³ “Lançando mão dos argumentos de decadência e atraso, os grupos em ascensão procurarão construir a ideia de moderno, o decadente o velho com o novo, o atraso com o moderno, o decadente com o próspero. Para estes, Goiás não teria sido despertado pelo apito do trem e só viria a acordar econômica e politicamente após 1930, quando então viveria a antítese de seu passado: a modernidade, a ideia salvacionista que afloraria para tirar Goiás da decadência e do atraso” (CHAUL, 2015, p. 172).

²¹⁴ Koselleck define o tempo histórico como a maneira como em um determinado período a sociedade se relacionou com seu passado, enquanto experiência, e seu futuro, enquanto expectativa. Sobre o assunto consultar: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

engrandecimento da nossa terra, trabalhando em prol do nosso Goiás tão querido! É natural que para vencer, seja preciso lutar!
Avante, sempre com os olhos fitos no bem que desde feito, surgirá para a geração futura, a esperança da Pátria!²¹⁵

Para a autora do trecho acima o patriotismo é um sentimento, - dentre tantos outros que as mulheres, em detrimento da sua “natureza sentimental”, estariam acostumadas a lidar. Existe uma relação entre feminilidade, afetividade e martírio, que é apropriada pela autora com o intuito de se proclamar patriota, alguém capaz de expressar seu sentimento de amor pelo país, se sacrificando, não de maneira literal com “derramamento sangue”, mas sim, através da sua elevação intelectual e da educação das crianças. Nesse caso, o patriotismo alimenta as lutas e as ações das mulheres. Este sentimento “honroso” de amor pela pátria tem uma finalidade coletiva; a mulher patriota justifica suas ações através dos interesses comuns à nação e não de seus interesses particulares²¹⁶.

Desde a antiguidade, antes da formação dos estados nacionais europeus, o vocábulo pátria remete a “terra dos pais” e possui “uma semântica que engloba, tanto o enraizamento natalício, como a fidelidade a uma terra e a um grupo humano identificado por uma herança comum, real ou fictícia” (CATROGA, 2007 p. 13). Sendo assim, o termo pátria pode ser considerado como parte de uma linguagem afetiva, familiar, historicamente atribuída aos sujeitos femininos.

Nessa perspectiva o amor das patricias goianas pela sua terra, se manteve apegado ao local de nascimento, esse “patriotismo goiano” é a expressão de um regionalismo que se expressou por meio do desejo de participação política enredado nos contos, crônicas e poemas que cantam e engrandecem as qualidades, belezas e potencialidades do estado goiano. “O esforço de parte da intelectualidade goiana em defender as riquezas de seu estado [...] é parte de uma estratégia política na qual se pede a inclusão dessas regiões no espaço econômico e político da nação” (SANDES, 2011, p. 134).

Em seu trabalho *A invenção da nação, entre a monarquia e a república*, Noé Sandes esclarece que a crise republicana brasileira no início do século XX significou um momento de refundação da memória política nacional. Nesse mesmo período, em Goiás, os intelectuais

²¹⁵ PINTO, Oscarlina Alves. Patriotismo. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.1, 15 Setembro de 1926, n.3. Grifo nosso.

²¹⁶ No significado de pátria, a população e, em certa medida, o território tendem a sobrepor-se à faceta institucional. A sua funcionalidade é dita numa linguagem lírica, afetiva e maternal, que antropomorfiza, tanto o território, transformando-o em *paisagem*, como a população, que se metamorfoseia numa comunidade fraternal de (com)patriotas. Por sua vez, o Estado alude, predominantemente, à dimensão institucionalizada do poder que se exerce sobre uma população – que ele divide entre governantes e governados – e sobre um dado território, lugar onde a sua soberania traça e defende “limes” externos, ao mesmo tempo que, procura eliminar os internos (CATROGA, 2007).

juntamente com a elite política, se envolveram em um projeto de reconfiguração e afirmação da identidade regional, com intenção de suplantar a memória local da decadência, “demarcando um espaço externo, em que Goiás buscava reconhecimento e interno, orientando um novo olhar que redefinisse a região para os próprios goianos.” (NEPOMUCENO, 1998 apud SANDES, 2003, p. 32). *O Lar* se insere nesse contexto juntamente com outros artigos da imprensa como *Revista Informação Goyana* que circulou na capital federal, com o intuito de projetar nacionalmente a região goiana, inserindo-a naquele projeto de nação moderna, forjando uma identidade goiana que supostamente se distanciava do espectro do atraso e isolamento²¹⁷.

Nota-se que outra face da modernização em nossa fonte, foi essa estreita relação com o patriotismo. Em vários textos o ideal patriótico é posto como um amálgama que congrega interesses comuns aos goianos e goianas. “Unamos nossos corações num fraternal amplexo de patriotismo, [...] marcando uma era de progresso e de luz para Goiás”²¹⁸.

Sendo representantes da moral religiosa, da moral sexual e agora também de uma “moral patriótica”, caberia às mulheres se colocarem exemplarmente no combate a qualquer problema social ou político que pudesse ser danoso à pátria, buscando maneiras de intervir, ainda que não diretamente nas intrigas, desmandos, rixas e disputas pelo poder do Estado, as quais os dirigentes pareciam familiarizados.

Os homens desta época estão sumamente desvairados para conceber um mundo excessivamente fraternal, conveniente é que a mulher, pela doçura dos seus sentimentos, os chame ao bom caminho, fazendo que eles, ao invés de levarem, como se está verificando, até longe os seus ódios políticos, vejam acima de tudo a imagem sacrossanta da pátria.²¹⁹

Não é explícito, nesse trecho acima, o que a autora entende por bom caminho, mas, analisando outras publicações de cunho político, somos induzidos a considerar que este bom caminho, que leva a devoção pela nação santificada, seja o patriotismo. Não é intenção da autora, incentivar as mulheres a tomarem o lugar dos homens, dessa forma, se não fosse ocupando o lugar deles, seria os educando que as mulheres injetariam o amor pela pátria em seus maridos e filhos.

²¹⁷ Sobre o assunto consultar: LISBOA, Andreia Silva. *O "Brasil - Central" e suas potencialidades na revista a informação goyana (1917-1935)*. 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

²¹⁸ PINTO, Oscarlina. Alves. *O Lar*. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.1, 15 de Agosto de 1927, n.25.

²¹⁹ *O Lar*. Cidade de Goiás, p.2, 30 de Janeiro de 1927, n.12.

A modernidade brasileira nos anos 20 e 30 baseou-se na busca por uma identidade nacional, marcando um período de várias “tonalidades nacionalistas” (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994)²²⁰. Várias foram as estratégias empreendidas pelo governo para semear valores patrióticos, e forjar a identidade da nação, uma delas foi a publicação de biografias dos “heróis brasileiros”. De forma semelhante, a publicação de biografias femininas demonstra não só o uso político da história, como também o empenho em congregar as mulheres entorno desse sentimento patriótico, através de exemplos femininos. Esses compêndios com a história de vida de figuras consideradas célebres foram considerados “portas de entrada para as atividades políticas das mulheres” (PRADO; FRANCO, 2013, p. 195).

As colaboradoras do jornal *O Lar* também não tardaram em eleger suas “respeitáveis patriotas”, “heroínas históricas” escolhidas e homenageadas em função de sua eventual relevância política, como a princesa Isabel, a Imperatriz Maria Leopoldina e a missionária Damiana Cunha²²¹. Dessa forma, o patriotismo, amplamente alimentado com a instalação da República e intimamente ligado ao discurso de progresso, modernização política e reinvenção da identidade nacional, serviu não apenas aos embates entre grupos políticos em suas disputas pelo poder do Estado, mas funcionou também como um recurso na luta das mulheres pelo direito de atuar politicamente, através do labor intelectual traduzido pelo jornal. “E assim trabalhamos animosas e de mãos dadas, deixaremos gravado nas páginas da história, o amor que a mulher goiana tributa as letras e a literatura, sinal imperecível do seu amor ao progresso da terra natal”²²².

Não tardou para que as aspirações patrióticas das mulheres goianas se misturassem e fossem influenciadas pelas propostas do feminismo brasileiro, encontrando força e justificativa nesse movimento político e social que circulava em todo Brasil desde o século anterior. As primeiras manifestações feministas da segunda metade do XIX que aconteciam

²²⁰ “Os anos 20-30 são um momento crucial em termos da redefinição não apenas político-econômico, mas essencialmente cultural. Na busca de respostas para a construção do ideário de um Brasil “moderno”, colocava-se com ênfase poucos vista em outros momentos a questão: “que país é esse?” Médicos, educadores, engenheiros, literatos, enfim, todos os intelectuais discutiam apaixonadamente o tema da identidade “cultural/nacional”” (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994, p. 33).

²²¹ A princesa Isabel (1846-1921) considerada a responsável pela assinatura da lei Áurea em 1888, Maria Leopoldina (1797-1826), vista como a exemplar esposa do Imperador D. Pedro I, que assinou o documento da Independência e que também esteve junto do marido em meios as questões políticas do Primeiro Reinado e Damiana Cunha (?-1831), foi uma missionária indígena que teve papel fundamental no processo de catequização indígena algo considerável indispensável para o desenvolvimento do estado. Essas três figuras, sendo a última uma goiana, serviram de exemplo e tiveram parte de sua trajetória de vida narradas e enaltecidas em textos publicados pelas autoras ao longo do jornal.

²²² PINTO, Oscarlina Alves. Gloria Victis. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.2, 15 de Agosto de 1928, n.49.

de maneira esparsa e localizada tomam proporções maiores no século XX, se tornado um movimento orgânico (PINTO, 2003).

No Brasil o feminismo chega ao século XX com o intuito de lutar pelos direitos das mães, esposas e filhas, dentro e fora do lar, almejando a igualdade sem abolir as diferenças entre os sexos, e garantindo não só a conquista de novos direitos, como também o exercício pleno e seguro de direitos consagrados como “naturais”, como, por exemplo, a maternidade.

Submersas em uma atmosfera de modernidade onde o tempo parecia acelerar-se em direção a um formidável amanhã, essas mulheres encarregaram-se romper silêncios e dialogar com seus contemporâneos sobre assuntos políticos e sociais, principalmente através de um feminismo “civilizado, bem comportado e patriótico”. Os textos com a temática feminista foram publicados imediatamente nos primeiros números. Na primeira edição em Agosto de 1926, Graciema Machado, através do texto *feminismo em Goiás*²²³, parabeniza o que ela caracteriza como “movimento da mulher” no estado de Goiás, que avançava em todo país. A autora aproveita para desejar que o jornal perdure e saúda suas companheiras, as quais ela chama de heroínas, porque cederam espaço no jornal para a disseminação dessas ideias que colaboram com o progresso da mulher goiana, em consonância com o restante do país. A mesma autora redige outros textos semelhantes, elogiando a iniciativa das mulheres goianas:

Confirma-se, portanto, o conceito de que, tal como nos mais adiantados estados da federação brasileira e nos países mais civilizados de todos os continentes, a mulher de nossa terra também em si conduz a capacidade das grandes realizações. Este primeiro aniversário de nosso jornalzinho[...] marca indiscutivelmente o triunfo do feminismo em Goiás.²²⁴

A “modernidade abre um “espaço público”, de uma multidão que lê ou tem quem lhe leia os jornais, que se agrupa em clubes de debate, que adere aos partidos, que se manifesta na rua” (DOMENACH apud KARAWJCZYK, 2009, p. 669). Partindo dessa prerrogativa, de que no contexto moderno o usufruto do espaço urbano e público favoreceu o debate de questões sociais, podemos considerar o movimento feminista como parte importante dessa modernidade, uma vez que o feminismo seria concebido como a associação pública de mulheres que se colocam como sujeitos políticos, justificando suas atitudes através do patriotismo e do progresso da nação.

²²³ MACHADO, Graciema. O feminismo em Goiás. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.2, 15 de Agosto de 1926, n.1.

²²⁴ MACHADO, Graciema. O Lar e o feminismo. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.3, 15 de Agosto de 1927, n.25. Grifo nosso.

O modelo de feminismo das colaboradoras do jornal era ditado pela FBPF - Federação Brasileira pelo Progresso Feminino - criada por Bertha Lutz²²⁵. Essa federação previa “coordenar e orientar os esforços da mulher no sentido de elevar-lhe o nível da cultura e tornar-lhe mais eficiente a atividade social, quer na vida doméstica quer na vida pública, intelectual e política” (SOIHET, 2013, p. 224)²²⁶.

As feministas goianas inspiravam-se no movimento feminista da capital federal, e receberam apoio da FBPF, como é possível sugerir pela nota enviada ao jornal pela secretária da Federação: “Com os cumprimentos a redação do “O Lar” de Goiás, venho em nome da diretora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, agradecer os jornais enviados e transmitir os votos para que “O Lar” continue a colaborar conosco na campanha feminista”²²⁷.

Em Goiás, em Maio de 1931, foi fundada a Federação Goyana pelo Progresso Feminino²²⁸. Essa organização liderada por Consuelo Caiado²²⁹, inspirava-se na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), fundada por Bertha Lutz e tinha como alguns

²²⁵ “A bióloga Bertha Lutz foi uma das pioneiras do movimento feminista no Brasil, responsável direta pela articulação política que resultou nas leis que deram direito de voto às mulheres e igualdade de direitos políticos nos anos 20 e 30. Filha do sanitarista Adolfo Lutz, [e da enfermeira Inglesa Amy Bruce Lee] Bertha nasceu em 1894 e foi educada na Europa. Voltou ao Brasil em 1918, formada em ciências naturais pela Sorbonne francesa para então trabalhar no Museu Nacional. [...] Criou, em 1919, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, o embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922). Representou o Brasil na assembleia geral da Liga das Mulheres Eleitoras, nos Estados Unidos, onde foi eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana. Após a Revolução de 1930, o movimento sufragista conseguiu a grande vitória, por meio do Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, do presidente Getúlio Vargas, que garantiu o direito de voto feminino no País. As mulheres brasileiras conseguiram o direito de voto antes das francesas. Dois anos depois, Bertha participou do comitê elaborador da Constituição (1934) e garantiu às mulheres a igualdade de direitos políticos. Começou então sua carreira política em si. Eleger-se primeira suplente de deputado federal pela Liga Eleitoral Independente. Assumiu a cadeira na Câmara Federal em 1936, após a morte do deputado Cândido Pereira. Defendeu então mudanças na legislação referentes ao trabalho da mulher e do menor, a isenção do serviço militar, a licença de três meses para a gestante e a redução da jornada de trabalho, então de 13 horas. Sua carreira política se encerrou no ano seguinte, 1937, quando Vargas decretou o Estado Novo. Continuou no serviço público até se aposentar, em 1964, como chefe de botânica do Museu Nacional. No Ano Internacional da Mulher, em 1975, ela foi convidada pelo governo brasileiro a integrar a delegação do País no primeiro Congresso Internacional da Mulher, realizado na capital do México. Foi seu último ato público em defesa da causa feminina e da igualdade de gênero. Ela morreu no Rio de Janeiro, em 1976, com 82 anos.” Bertha Lutz. Disponível em < <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/04/bertha-lutz> > Acesso em: mar.2018.

²²⁶ Célia Pinto (2003) considera interessante que apesar das dificuldades de comunicação a proposta da FBPF se erradia por várias regiões do país distante do Rio de Janeiro, cerne no movimento feminista. Houve a notícia de Federações em Minas, Paraíba, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Norte.

²²⁷ *O Lar*. Cidade de Goiás, p.1, 15 de Setembro de 1931, n.98.

²²⁸ Fundada em 1931 por Consuelo Caiado. O estatuto da federação previa entre outras questões, promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina; proteger as mães e a infância; obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-las na escolha de uma profissão; estimular a sociabilidade e a cooperação entre as mulheres e estimulá-las para as questões sociais e de alcance público; assegurar à mulher os direitos políticos e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos; estreitar os laços de amizade com os diversos Estados da União (CARVALHO; SANT’ANNA, 2009).

²²⁹ Consuelo não foi identificada como colaboradora do jornal *O Lar*, mas ela fazia parte da elite goiana tal qual as demais mulheres e também esteve envolvidas em projetos de luta e emancipação das mulheres, por isso achamos pertinente citá-la. De acordo com Suely Kofes, Consuelo Caiado era a interlocutora de Bertha Lutz em Goiás. Para saber mais sobre Consuelo Caiado consultar: KOFES, Maria Suely. *Uma trajetória em narrativa*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

objetivos garantir educação feminina, incentivar a união entre as mulheres, reivindicar direitos, orientar as mulheres sobre a profissão e a maternidade (CARVALHO; SANT'ANNA, T., 2009). Entre 1931 e 1932 essa federação goiana de mulheres, que representou uma experiência de institucionalização do feminismo em Goiás, já contava com oitenta e nova sócias inscritas e dezoito aguardando inscrição (KOFES, 2001)²³⁰.

A inspiração que as goianas buscaram no “feminismo chefe” da capital federal²³¹, indica que já existia em Goiás, uma circulação de ideias oriundas das grandes metrópoles e até da Europa. Essa constatação, juntamente com o desenvolvimento técnico, serve para rejeitar o suposto isolamento cultural ao qual o estado estaria inserido nas primeiras décadas do século XX.

O feminismo de Bertha Lutz, por sua vez, encontrou motivação no movimento feminista europeu, com o qual ela esteve em contato direto quando estudou na França. Ao retornar, Bertha se dedica a campanha sufragista que já estava em curso, pela iniciativa de outras mulheres, como Leolinda Daltro que fundou o Partido Republicano Feminino²³² em 1910. A militância proposta por Bertha Lutz visava angariar apoio até mesmo dos grupos mais conservadores, através de pronunciamentos públicos, produção de artigos, entrevistas a jornais, sempre com um tom moderado, para formar a opinião pública e ao mesmo tempo pressionar os membros do congresso (SOIHET, 2013). A campanha sufragista iniciada na Inglaterra chega ao Brasil, todavia o modo de operação de Bertha divergiu da atuação das sufragistas inglesas.

Bertha propunha a formação de associações, imprescindíveis para funcionarem como elementos de pressão e para fazer frente às reações surgidas, garantindo “o êxito no rompimento dos tabus e preconceitos relativos à libertação da mulher”.

O cuidado em demonstrar sua moderação estava presente ao afirmar que não pretendia uma associação de *suffragettes*, que ameaçassem quebrar as

²³⁰ Segundo Suely Kofes (2001) a Federação Goiana pelo Progresso Feminino enfatizou na ação filantrópica e tentou se aproximar da Igreja Católica, por exemplo, homenageado a freiras do colégio Sant'anna em função de sua colaboração com a educação feminina, ou tentando organizar alguns eventos na Igreja com apoio dos párocos. Mas todas essas iniciativas de conciliação encontraram resistência, a autora narra um episódio em que o Vigário cancela, dias antes de sua realização, a confraternização de dias das Mães que a federação estava organizando na Igreja. Essas questões assinalaram dificuldade políticas para a questão sufragista.

²³¹ De acordo com Mônica Karawejczyk (2008), no Brasil a campanha pelo sufrágio feminino não teve relação com partidos políticos, permanecendo exclusivamente ligada ao movimento liderado por Bertha Lutz.

²³² A proposta de fundação do partido surge diante do inconformismo com não aprovação do voto feminino pela constituinte de 1891. “Devemos ter presente que um partido político é a organização de um grupo de pessoas que propõe a sociedade um programa para chegar ao governo por meio de eleições. Daí ser muito significativo a estratégia das mulheres não detentoras de direitos políticos de criar um partido e, dessa forma, se colocarem em uma arena onde suas manifestações eram consideradas ilegítimas por não serem cidadãs dotadas de direitos” (PINTO, 2003, p. 18).

vidraças da Avenida, demonstrando sua oposição a certas medidas que caracterizaram o feminismo inglês e norte-americano em determinadas fases (SOIHET, 2000, p. 100).

Em 1920 Bertha Lutz se une a Maria Lacerda de Moura para fundar a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, mas as visões dessas duas feministas começaram a destoar: enquanto Bertha se dedicava à prática filantrópica e a fundação de grupos de estudos, Maria Lacerda de Moura desferia críticas ao sistema capitalista e, diferentemente de Bertha, acreditava que o voto não deveria ser a preocupação central na luta feminista, pois este só beneficiaria as mulheres da elite e das camadas médias da sociedade (SOIHET, 2013), além disso, Maria Lacerda de Moura criticou a família burguesa, discutiu sexualidade, antecipando pautas que só seriam amplamente discutidas no movimento feministas das décadas de 60 e 70.

Para não chocar os conservadores, Bertha e suas companheiras seguiram a tendência de não se vincular a essas propostas feministas consideradas por elas muitos radicais e extremistas. O feminismo “comportado”, pleiteado por Bertha Lutz foi muito criticado posteriormente por pesquisadoras como June Hahner, Branca Moreira Alves e Susan K. Besse (SOIHET, 2000), que alegaram que a atuação de Bertha Lutz, e de outras feministas que nela se inspiravam, promoveu no máximo uma modernização nas relações entre homens e mulheres, mas que pouco alterou a condição submissa das mulheres. No sentido contrário, pesquisadoras como Raquel Soihet, fazendo uma aproximação com a proposta teórica de Michel de Certeau, defende a atuação de Berta Lutz, na perspectiva de um feminismo tático.

Conforme já foi abordado, Certeau (1994) conceitua *tática* como sendo “a arte do fraco sobre o forte”. Valorizar a ação *tática* dessas mulheres não significa, por outro lado amenizar o impacto e a opressão do poder masculino em suas vidas, nem mesmo atenua as dificuldades que essas mulheres enfrentaram. Ressaltar a tática não esvazia ou desqualifica a resistência, já que consideramos essas táticas como parte evidente dessa relutância, um caminho que não prezou pelo embate direto com o poder patriarcal, mas que foi trilhado através de negociações e de um diálogo com os discursos masculinos.

Berta Lutz foi responsável por aproximar o feminismo brasileiro de outras entidades feministas internacionais, tendo sido convidada em 1922 a participar da primeira conferência interamericana de mulheres em Baltimore, quando aproveitou a ocasião para estabelecer contato com a presidente da NAWSA (National American Woman Suffrage Association), Carrie Chapman Catt, que ajudou Bertha a elaborar o estatuto da FBPF (SOIHET, 2013).

Após participar dessas reuniões internacionais, Bertha organiza no final de 1922, no Rio de Janeiro, o Primeiro Congresso Internacional Feminino que contou com a presença de

representantes feministas de outros países, como a própria presidente da NAWSA, e de políticos brasileiros que apoiavam a causa feminista. Nessa reunião o voto se manteve como a principal preocupação. Em Junho de 1930 Bertha organiza a Segunda Conferência Internacional Feminista que foi noticiada no jornal. Em uma clara demonstração de apoio, as organizadoras do evento são elogiadas pela iniciativa: “Aplaudida e aceita com entusiasmo, a grandiosa ideia das doutas senhoras Bertha Lutz, Alzira Reis Vieira Ferreira e outras de reais talentos, tem sido tido verdadeiro acolhimento e demonstração de simpatia. As delegadas dos diversos estado, inclusive dos países internacionais já se acham no Rio.”²³³.

O caráter internacional do evento também é ressaltado, com a possível intenção de colocar em evidência e atribuir importância a essa iniciativa do movimento feminista de reunir representantes do Brasil e do mundo. Embora a campanha sufragista no Brasil não tenha se tornado um movimento de massa, esse se organizou de maneira tática e inteligente, - o que teria colaborado para que o Brasil se tornasse um dos primeiros países a assegurar esse direito, à frente inclusive de países considerados desenvolvidos como França e Itália (SOIHET, 2013).

Nesse sentido, enxergamos a aproximação do feminismo da capital com o feminismo goiano, avaliamos que em Goiás, esse movimento também se constrói como um tipo de tática que visava à inserção das mulheres na vida pública, através da participação política, auxiliando na construção da nação moderna, ora através da educação dos futuros cidadãos, ora através do voto. Algumas vertentes²³⁴ feministas apostavam que caminho mais rápido para essas mulheres conquistassem aos seus objetivos políticos seria o enfrentamento direto e abrupto. Entretanto, não foi essa a via adotada pelas feministas “bem comportadas”, pois atitudes demasiadamente diretas e rebeldes poderiam custar o enfraquecimento e a recusa dos ideais feministas (SOIHET, 2000) que já eram recebidos com desconfiança até mesmo pelos grupos de elite dentro dos quais ele surge.

[...] E como a questão mais discutida e ressaltante na hora que passa é o feminismo, não faltam opiniões [...]

Modificaram-se as épocas, transformaram-se os costumes, evoluíram-se as gerações, era mister que a mulher também se metamorfoseasse.

²³³ *O Lar*, p.1, 31 de junho de 1931, n.93.

²³⁴ Célia Pinto, em *Uma breve história do feminismo no Brasil*, defende que, apesar da excepcionalidade do movimento feminista do início do século XX é possível dividi-lo em três frentes, sendo a principal delas o feminismo bem comportado de Bertha Lutz, além de um feminismo que ela classifica como difuso e o feminismo anarquista. Sobre o feminismo bem comportado, que é o que nos interessa nessa pesquisa a autora o define como um feminismo “que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais” (2003, p. 26).

Ela sempre ostentou, modesta, o valor incomparável de seu prestígio, haurido pelo sacrifício, pela abnegação, pela sagacidade, pela inteligência [...]

E se assim é, se ela demonstra clã e altivamente nas suas disposições aproveitáveis, o seu empenho em se nivelar aos homens, por que não lhe concedem os mesmos direitos que a eles são dados?

Encontramos as mulheres em sua atuação fecunda com a sua inquebrável autoridade nos afazeres da imaginação, como na tribuna, na ciência médica, no magistério, no jornalismo, nos empregos públicos[...].

Acostumamos, entretanto, a vê-la atarefada, carregando sobre os ombros a cruz pesada de donas de casa, trilharão o calvário da vida, humilde, resignada, santa. [...]

O feminismo, mas o feminismo libertador, o feminismo que nos fortalece para o trabalho, que nos anima e incita para lutar, entrou em nossos hábitos com toda a sua poesia, todas as suas promessas.

Apesar dos revezes que surgem, dos obstáculos que se erguem arrogantes a sua realização, ele será um dia vitorioso.

A mulher hodierna se modificou.

Lá se foram para o museu do arcaísmo, para o rol do obsoletismo, as saias compridas, os cabelos longos.²³⁵

A autora do texto transcrito faz questão promover o movimento feminista, caracterizando-o como um resultado espontâneo, irrevogável e positivo do passar das épocas. Todavia, mais do que resultado da transformação temporal, o feminismo também representa um elemento que estimula a transformação social. Aquele momento parecia mergulhado em uma atmosfera de renovação, a dicotomia velho/novo é usada para legitimar o feminismo, descrito também como um movimento poético e estético, no qual suas partidárias poderiam ser identificadas pelos cabelos e roupas.

O que a autora chama de feminismo libertador é uma combinação de direito de exercer uma profissão com direito de atuar politicamente, sendo a ignorância, o pouco raciocínio e o atraso, algumas características atribuídas àqueles que se colocavam contra essas conquistas. O reconhecimento das iguais capacidades intelectuais entre homens e mulheres servia para justificar que as mulheres estariam aptas a desfrutar dos mesmos direitos políticos dos homens. O feminismo representava um novo futuro às mulheres, e a conquista de direitos que esse movimento poderia proporcionar, era como uma compensação, uma “reparação de danos” por toda a injustiça cometida pelos homens, no passado, ao privarem as mulheres da atuação na vida pública (PRADO; FRANCO, 2013), tal argumento denota uma consciência da condição histórica desigual entre homens e mulheres, que persistia e precisava ser repensada, uma vez que já era possível notar que as mulheres, quando “devidamente instruídas”, eram totalmente capazes de desempenhar funções até então restritas aos homens.

²³⁵ MACHADO, Graciema. Falta de imaginação. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.3, 15 de Março de 1928, n.39.

Nesse sentido, a conquista de direitos políticos passaria, necessariamente, pelo acesso à educação. O conceito de feminismo aparece em vários momentos no jornal, e sobre ele falaram mulheres, mas também os homens:

Entre as questões sociais, uma das quais tem agitado o espírito moderno, desde a aurora indecisa do armistício de 1918, é a avalanche das novas correntes feministas que, na América como na Ásia e, principalmente, na Europa, empolga a atenção dos homens votados aos estudos dos fenômenos sociopolíticos [...]. Entre nós, no Brasil, tudo indica que o problema feminino será resolvido, paulatinamente sem saltos nem abalos perturbadores da ordem social, dando-se a mulher, com prudentes restrições a princípio, o direito do voto e de eleição; abrindo-lhes caminho para todas as posições compatíveis com seu sexo e condição.²³⁶

Havia uma preocupação com relação a esse feminismo que deveria ser um “bom feminismo” capaz de garantir direitos às mulheres sem causar grandes “abalos” e sem privar a mulher de suas funções matrimoniais e maternas. O feminismo não deveria enfraquecer a supremacia, o poder masculino sobre as mulheres, essas continuariam tuteladas, submetidas a família. O feminismo defendido pelas escritoras do jornal é um feminismo que colabora com a instituição familiar.

A construção da nova mulher passava, [...] não apenas pela definição dos espaços públicos e sociais - as categorias profissionais, os cargos públicos, as universidades - onde a mulher deveria se fazer presente, para além do mundo doméstico. As feministas liberais consideravam-se responsáveis pela orientação das formas de conduta da mulher moderna, pela indicação do vestuário, pela organização dos gestos, do modo de se comportar, inclusive dentro do lar (RAGO, 2012, p. 24).

O modo de operação delas era preservar, coadunar, equilibrar, e não incomodar, questionar, mantendo assim a corroboração masculina, sendo, portanto o feminismo um assunto que despertava o interesse e a opinião dos homens, que concordavam com esse feminismo complacente. Ainda que distante das experiências modernas europeias, o feminismo, se fez presente e se adaptou a Goiás, especialmente através do sufrágio, tentando manter uma relação amigável com a Igreja Católica e integrado as ações da política local (KOFES, 2001).

A presença e intervenção das mulheres no mundo público da política, mediante a educação dos futuros cidadãos, a presença com a participação direta, principalmente após a conquista de direitos políticos, assim como qualquer ação política feminina, não se legitimou

²³⁶ LYNCE, Leo. O lar e os lares. *O Lar*. Cidade de Goiás, p. 30 de Outubro de 1926, n.6.

ou se concretizou mediante a prerrogativa da competição com os homens; muito pelo contrário, a mulher que estivesse competindo com os homens corria o risco de se masculinizar desprezando sua feminilidade e se tornando uma mulher “incompleta”.

3.2. A QUESTÃO SUFRAGISTA NO JORNAL O LAR

*“O direito de voto implica a verdadeira vitória do feminismo”*²³⁷

O exercício do patriotismo e as questões políticas aparecem pontualmente ao longo das publicações desse jornal declaradamente feminista, considerado como “mais uma pedra colocada pelas nobres e dedicadas patricias no alicerce da grande obra do feminismo”²³⁸, mas as visões que cada autora tinha sobre o feminismo eram pessoais, para algumas era preciso colocar limites nessas propostas.

Como todos os ideais, todas as teorias, deve, também, o feminismo ter o seu limite. Que trabalhem as entusiastas, calorosamente, e triunfarão, quero crer; nunca, porém se sentirão verdadeiramente satisfeitas; faltar-lhes-á qualquer coisa; sentirão murchar, dentro d’alma, nas competições diárias, nas lutas brutais pelas posições, a flor da gentileza, força poderosa que consiste o segredo das rainhas soberanas, nos lares bem formados.²³⁹

O que está, supostamente, em jogo, é a preservação das supostas qualidades ditas femininas que as fazem rainhas do lar. Mesmo que o feminismo “progredisse”, sendo vitorioso nas conquista de direitos políticos, de nada adiantaria tamanho esforço das mulheres para levá-lo à diante, uma vez que isso não as faria mulheres “completas”. Aquelas que não quisessem perder seu “segredo”, sua feminilidade, não deveriam acompanhar esse avanço. Dessa forma o feminismo era acusado de destruir a mulher, à medida que suscitava reflexões acerca da divisão entre os espaços público e privado e consolidação da divisão de tarefas entre homens e mulheres. Segundo Raquel Soihet a crença na segregação e isolamento entre as esfera da feminilidade e masculinidade beirava uma obstinação, quase como uma fé, por isso “sempre que essas fronteiras foram ameaçadas, argumentos em defesa das absolutas diferenças entre os sexos foram enfiados na brecha aberta.” (2000, p. 98).

²³⁷ CASTRO, Genezy. O feminismo. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.2, 15 de Dezembro de 1927, n.33.

²³⁸ DÉCIO, J. Mais uma vitória. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.8, 15 de Agosto de 1928, n.49.

²³⁹ CASTRO, Genezy. Op. Cit.

Os possíveis malefícios dessa conquista de direitos políticos eram considerados tão alarmantes e catastróficos que eram comparados ao abandono total do lar.

O feminismo avança... [...]. Daqui a pouco veremos a mulher, muito cheia de si, abandonar o doce ambiente do lar, onde desabrocha a flor do carinho, para se atufar nas detestáveis justas políticas...

A mulher consciente dos seus deveres não pode deixar de ser adversa a esse feminismo mal compreendido, por isso, que a sua missão é bem mais elevada do que a de exercer o direito de voto.²⁴⁰

Mesmo sendo a conquista do direito de voto a principal bandeira do feminismo naquele momento, no trecho acima, a autora, em suas considerações particulares sobre o feminismo, divide o feminismo em “bom” e “mal compreendido”. O bom feminismo, oposto ao mal compreendido, segundo a escritora, não primava pela conquista do sufrágio, e deveria apenas defender a formação intelectual de mulheres, que a partir daí concentrariam seus esforços e inteligência no conforto e segurança da casa. O uso público desses talentos intelectuais, não deveriam ultrapassar as atividades literárias, como no caso das próprias colaboradoras do jornal, permanecendo, portanto, vetado a presença delas nas urnas. “A mulher, ao obter o direito a participar mais ativamente da vida política do seu país, exigindo o direito de exercer o voto, estaria subvertendo a ordem natural e universal dos sexos ao intrometer-se no mundo público masculino, desorganizando a vida doméstica e maculando a imagem do *anjo do lar*.” (KARAWCZYK, 2007, p. 11). A mulher eleitora representava a vitória do feminismo, contudo esse êxito, por outro lado, poderia significar a “derrota feminina”, em decorrência de um feminismo maligno, responsável por masculinizar as mulheres, não só esteticamente, impondo-lhes cabelos curtos, mas, fundamentalmente, através de uma masculinização política, colocando-as para concorrer com os homens.

A premissa de que ao exercerem o direito de votar as mulheres estariam se masculinizando foi um argumento usual e que reforça a concepção de que atribuições e responsabilidade que concernem à política são socialmente consideradas como tarefas exclusivamente masculinas. “As críticas e elogios à mulher moderna eram geralmente seguidos de qualidades que lembravam a necessidade de manter a “essência feminina””. (ABRANTES, 2010, p. 129).

Apesar das divergências sobre os limites desse movimento entre as escritoras goianas, o jornal concordava em disseminar as propostas feministas. O termo feminismo aparece constantemente nos textos, e parece que não havia nenhum receio por parte dessas escritoras

²⁴⁰ *O Lar*. Cidade de Goiás, p.2, 1º de Dezembro de 1927, n.32.

em se proclamarem e identificarem como feministas. Nesse contexto, as escritoras reivindicaram o direito de, ao lado dos homens, planejar e organizar um futuro, a partir de dentro do lar, com a educação dos filhos, mas também de fora do lar, envolvidas na escolha dos dirigentes.

Com a Proclamação da República, assentada na proposta de uma maior participação política da sociedade em relação à monarquia, houve uma aceleração do processo de engajamento político das mulheres (PRADO; FRANCO, 2013). Em Goiás, em meio a uma atmosfera de debates, as mulheres se colocavam em evidência no mundo público através de festas, saraus e organizações políticas e culturais.

Por todo país, a partir da constituição republicana, iniciou-se a discussão a respeito da extensão de direitos políticos básicos, como o voto feminino. Durante a década de 20 do século XX a República foi atingida por uma série de protestos que expressavam o descontentamento frente à exclusão política e social de determinados grupos; o tenentismo, o comunismo, o modernismo e o próprio feminismo, tinham o interesse de abrir caminho para uma participação democrática mais ampla, e em meio a tantos questionamentos, o movimento pela conquista dos direitos das mulheres se fortaleceu (SOIHET, 2013).

No Brasil republicano as cidades passavam por transformações arquitetônicas e sanitárias, os comportamentos eram impactados pelas inovações nos transportes e nas comunicações, e nesse cenário as mulheres galgavam vagarosamente novos espaços, e novas funções. Mas mesmo nesse novo cenário, as mulheres esbarravam em alguns limites, alguns deles já discutido nos capítulos anteriores, como a dependência jurídica das mulheres dentro do casamento. Assim como os homens, as mulheres também estavam submetidas à jurisdição brasileira, contudo alguns direitos eram vetados a elas, o que as tornavam um tipo de “cidadão incompleto” (KARAWEJCZYK, 2007). Uma incompletude política que o movimento feminista vai se empenhar em amenizar. Esse entrave à autonomia política das mulheres se tornou a principal questão do movimento feminista da década de 20 e 30 conhecido como “primeira onda” (ABRANTES, 2010).

Ao definir o verbete *Voto* no Dicionário Crítico de Gênero, Mônica Karawejczyk (2015) esclarece que voto para as mulheres foi um tema relevante na sociedade brasileira no final do século XIX, sendo tema de várias produções literárias e até peças teatrais, e no congresso as discussões foram retomadas com mais ênfase a partir de 1917, quando o deputado Maurício Lacerda retoma os debates. Um segundo momento crucial nesse percurso, agora encabeçado pelas próprias mulheres, foi a organização de entidades como o Partido

Republicano Feminino, a Liga pela Emancipação Intelectual da mulher e a Federação Brasileira pelo progresso feminino.

Nesse sentido o movimento em prol do voto feminino no Brasil teve duas fases distintas: a primeira podendo ser identificada a partir da década de 1850, em matérias encontradas na imprensa brasileira sobre o tema do voto e com debates ocorridos durante as sessões da Constituinte de 1890-1891 englobando o aparecimento do PRF, em 1910, até a fundação da LEIM, em 1920. A representante mais característica dessa primeira fase foi Leolinda Figueiredo Daltro. A segunda fase teve início no momento da transformação da LEIM na FBPF, em agosto de 1922, terminando 10 anos depois, quando da conquista do sufrágio pelas brasileiras e sua representante máxima foi Bertha Lutz (KARAWJCZYK, 2015, p. 669).

A noção de igualdade entre os gêneros é inerente ao movimento sufragista e esse pressuposto de igualdade universal relaciona-se à noção moderna de cidadania (KOFES, 2001). O movimento sufragista, no Brasil e no mundo, esteve mergulhado na lógica moderna, pelo viés da busca pelo reconhecimento pleno da cidadania (KARAWJCZYK, 2007)²⁴¹. A mulher moderna se reconhecendo como sujeito político fora do lar, reivindica sua cidadania, se coloca cada vez mais no mundo público, como esperança para a nação. O feminismo enquanto movimento de mulheres modernas, propõem novas práticas políticas, práticas que não foram imediatamente apoiadas pela maior parcela da sociedade.

Vários discursos serão mobilizados para tentar minimizar os efeitos do sufragismo, considerado antinatural, ou incompatível com a capacidade intelectual das mulheres de escolher um candidato ou de se candidatar.

Na verdade havia, na sociedade brasileira em geral, e entre as autoridades e os políticos em particular, forte oposição as reivindicações das mulheres. [...] a ciência da época, considerava as mulheres, por sua suposta fragilidade e menor inteligência, inadequadas para as atividades políticas, afirmando que o lar era o local apropriado a sua inserção social e o cuidado com a família, sua ocupação prioritária (SOIHET, 2013, p. 219).

Essa inferioridade era rebatida pelas feministas que defendiam que o que faltava às mulheres não era inteligência e sim oportunidade de aprimorar suas capacidades intelectuais, o que reforçava a necessidade urgente ao acesso à educação. A presença cada vez maior das mulheres no funcionalismo público, na literatura e no mercado de trabalho, no ensino superior

²⁴¹ Sobre o assunto consultar: KARAWJCZYK, Mônica. *Mulher, modernidade e sufrágio: uma aproximação possível*. Fênix, Revista de história estudos culturais. v. 4, Ano IV, n. 4, p.1-16, out.nov.dez., 2007.

era usada para ilustrar essa premissa de que bem educadas, as mulheres desempenhavam com igual competência, as funções masculinas.

O posicionamento das colaboradoras do jornal a respeito do voto foi diverso, sendo a princípio, a maior parte contrária ao sufrágio feminino, sem necessariamente serem contra uma emancipação feminina - que para elas aconteceria mediante outras condições, que não necessariamente o título de eleitora.

De maneira irônica e satírica, em uma edição da coluna *Fora do lar* o voto feminino foi relacionado ao divórcio. O voto foi definido como uma “balbúrdia” pela autora anônima, além disso, a participação direta das mulheres nas eleições acarretaria na ruína da família. Com intenção de persuadir ainda mais os leitores sobre os problemas de se dar liberdade políticas as mulheres, a autora convida os leitores e leitoras a imaginar como seria a presença das mulheres no dia da eleição:

Mulheres nas eleições!....
Há de ser uma gaita engraçada e difícil de fazer parar!
E os tais cabos eleitorais?
Que graça meu Deus não há de ser!...
A tal emancipação feminina, o direito do voto a mulher, pode-se dizer, sem de medo de errar, que, sairá de braços com o divórcio, ah! Isso é certo.
Talvez mesmo que os homens, desejando tanto a vinda de tal direito, o queiram para ter um motivo plausível para se separar-se de sua mulher. Porque está claro que, sendo a mulher livre, terá o direito de escolher o seu candidato, embora esse não seja simpático a seu marido. O marido é que não poderá tolher a liberdade de sua cara metade, porque o voto deve ser livre. Isto é, a separação por desarmonia no lar, descombinação de gênios. [...]²⁴²

A ironia e a ridicularização eram utilizadas para desestimular o interesse e as ambições das mulheres fora do lar. No texto acima, a autora, com uma convicção inabalável, defende a ideia de que o sufrágio, objetivo do “mau feminismo”, tem consequências no público e no privado, uma vez que desorganizaria a política e geraria discórdia para as famílias, já que a escolha do candidato pela esposa poderia não coincidir com o candidato escolhido pelo marido e o marido não poderia impor sua vontade como de costume, já que o exercício de tal direito necessitava de liberdade.

Dentre outros malefícios estariam o tumulto das seções eleitorais, em função da suposta natureza frívola e tagarela das mulheres, além do contato das mulheres com outros homens estranhos, durante a disputa de votos pelos cabos eleitorais, o que poderia desagradar

²⁴² Fora do lar: Divórcio e voto. *O Lar*, p.5, 30 de Dezembro de 1927, n.34.

a maioria dos maridos. Dessa forma, diante de tantos problemas e para aterrorizar ainda mais os leitores, a autora coloca o divórcio como consequência do voto feminino.

Os argumentos contrários ao voto são sempre muito semelhantes, partindo quase sempre de uma incompatibilidade do corpo e da mente das mulheres com o universo político, e focando nas possíveis consequências negativas para a mulher individualmente e para toda a sociedade. “A opinião moderada dos defensores da emancipação feminina visava conciliar essas novas mudanças com os valores tradicionais no tocante aos papéis feminino, mostrando que a mulher moderna tinha reivindicações, mas também responsabilidades” (ABRANTES, 2010, p. 133).

O jornal exprime a noção de que o debate sobre o voto, em todo Brasil já era uma questão em expansão que inundava a imprensa, convidava ao debate os apoiadores e opositores e causava agitações literárias e políticas²⁴³. Em uma única edição de 15 de Dezembro de 1927 foram publicados dois textos de autoria distinta, mas que demonstram um ponto de vista semelhante e argumentos muito parecidos. O primeiro de Oscarlina, intitulado *O Voto feminino* e o segundo da Genezy, intitulado *O feminismo*.

Ambas as autoras concordam que as mulheres não deveriam “atirar-se a asperezas d’uma luta política, ao cabalar inferne de votos, violentamente disputados”, uma vez que “a personalidade feminina não foi feita para o continuar incessante das viagens eleitorais, para as emoções surpreendentes que, fatalmente, acarretará uma vida política”²⁴⁴. No mesmo sentido, Oscarlina defende:

À mulher foi confiada uma tarefa mais nobre: criou-a Deus para o amor e o carinho do lar, onde os seus afazeres se multiplicam quotidianamente.
Que título mais belo e mais sublime do que o de MÃE?
Não será, no entanto, concorrendo às urnas que a mulher granjeará a honrosa e dignificante qualificação de boa esposa e de mãe exemplar.
[...]Será justo que uma dona de casa, em cumprimento de seus deveres políticos, abandone o lar, os filhos e o marido, dirigindo-se a uma secção eleitoral? Ou que uma filha, verdadeiramente mulher, vá confundir-se nessa massa informe que litiga numa eleição?²⁴⁵

Prevalece, no trecho, o argumento que a privação do direito de voto não representa prejuízo, desvalorização política ou social da mulher, considerando que o “título” de mãe era mais precioso do que o título de eleitora. O destino da maternidade, preconizado pela autoridade divina, era considerado - pelo menos para as mulheres - uma atividade mais nobre

²⁴³ PINTO, Oscarlina Alves. *O Voto feminino*. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.1, 15 de Dezembro de 1927, n.33.

²⁴⁴ CASTRO, Genezy. *O feminismo*. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.2, 15 de Dezembro de 1927, n.33.

²⁴⁵ PINTO, Oscarlina Alves. *Op. Cit.*

do que o fazer político. Esse raciocínio considera que apenas mulheres “desocupadas” ou solitárias, sem família ou sem marido pra cuidar, estariam reivindicando tal direito; incapazes de exercer seu “sublime papel”, elas disputavam o espaço político, esperneando e enfrentando os homens para tomar o lugar deles. Para evidenciar os prejuízos do voto, as duas escritoras novamente evocam argumentos essencialistas, pautados por discursos, analisados no capítulo anterior, arraigados na convicção de uma “natureza imutável dos sexos”, o que serviu a manutenção da distinção entre mulher e homens, público e privado.

Na visão dessas duas colaboradoras, votar não traria nenhum benefício às mulheres, pelo contrário, as desviavam de suas tarefas, inverteriam papéis e as submetiam aos nefastos ambientes políticos, repletos de injustiças, mentiras e ocupados por homens desconhecidos, o que inclusive, representava um risco para a reputação feminina. Dessa forma, se torna plausível a justificativa de que negar o voto às mulheres é uma maneira de protegê-las desses supostos perigos que sua “natureza frágil” não é capaz de enfrentar. E ambas as autoras seguem insistindo nos prejuízos, que não atingem apenas as mulheres:

Não nos devemos esquecer de que as crianças de hoje serão, futuramente os senhores do mundo.
Como poderão dirigi-lo dignamente se, abandonados na infância, não receberam conselhos carinhosos, não se sentiram objetos d’uma vigilância destinada a lhe arrancar os defeitos, impondo-lhes, assim, o amor do bem, a ideia do que seja um lar e toda a preciosidade d’uma virtude vivificante e rara?²⁴⁶

A mulher que quisesse atuar na política deveria se contentar em fazer isso educando seus filhos em casa, garantindo o aprimoramento moral e intelectual das futuras gerações:

Para que, em nosso país, haja homens conscientes de seus deveres, tornar-se-á necessário que a mulher se embrenha em prélios políticos, onde, quase sempre, reinam a deslealdade, a hipocrisia e a injustiça?
Não! É no lar, no suave aconchego dos corações materno, que se formam características probas e almas altruístas, honra das gerações a que pertence a glória da nação brasileira.²⁴⁷

Através da fonte é perceptível na premissa de que a “doçura feminina” e o “aconchego do lar” não eram elementos que transformariam a política, mas que transformariam os homens que futuramente dominariam o cenário político. Nesse sentido, a solução para que as mulheres atuassem na política estava numa ação indireta sem que fosse necessário se “embrenhar em

²⁴⁶ CASTRO, Genezy. *Op. Cit.*

²⁴⁷ PINTO, Oscarlina Alves. *Op. Cit.*

prélios políticos”, já que seria no lar que se formariam os futuros cidadãos educados por mães conscientes de seu papel de educadora.

Genezy reconhece a validade e a importância das mulheres que trabalhavam para se sustentar em situações de dificuldade, o que também colaborava para desconstruir a ideia de inferioridade intelectual feminina.

Que a mulher trabalhe, ficando apta a contar consigo própria em todas as dificuldades possíveis, nada mais natural; pode e deve se libertar do círculo de convenções sociais mais ou menos bizarras, com que a cercaram os antepassados.

Não somente possui recursos para qualquer ramo que queira empreender, como também é susceptível de triunfar nas carreiras mais árduas, hoje destinadas a glorificar apenas os homens inteligentes e voluntariosos.

Desse modo desfar-se-á a ideia suscitado por muitos, de que a mulher se acha em grau de inferioridade, em relação ao outro sexo, não se lhe tornando desdouro o título de eleitora, que quer juntar a tantas outras maiores responsabilidades que lhe são inerentes.²⁴⁸

Atenta ao grande número de mulheres que trabalhavam em repartições públicas por todo Brasil, além dos escritórios e das salas de aula, Genezy reconhece que as capacidades mentais das mulheres para atuarem em várias áreas do trabalho e da vida pública são idênticas às capacidades dos homens, mas considerava desnecessário que essa emancipação econômica se desdobrasse em responsabilidades políticas. Tanto Genezy quanto Oscarlina não desqualificam o trabalho das mulheres como fizeram outros críticos ferrenhos ao sufrágio, - que colocavam o trabalho das mulheres fora de casa, juntamente com a conquista do sufrágio, na lista de atitudes modernas que ameaçavam a família. Genezy e Oscarlina não desmereciam a presença das mulheres no meio público, afinal essa reprovação se voltaria contra as próprias autoras, enquanto intelectuais e escritoras reconhecidas publicamente, mas ambas argumentam que essa presença deve ter limites.

Para Oscarlina, o voto significava apenas uma responsabilidade a mais sobre as mulheres, em meio a tantas que já pesavam sobre elas. Esse argumento também foi usado no texto de Genezy, para desmotivar as mulheres: “Competir com os homens, candidatar-se as empresas mais arriscadas, assumindo responsabilidades maiores e mais graves, são ideias que traduzem atualmente, o sonho dourado de quase todo elemento feminino”²⁴⁹.

²⁴⁸ CASTRO, Genezy. *Op. Cit.*

²⁴⁹ CASTRO, Genezy. *Op. Cit.*

Mas, para Oscarlina, se o voto fosse uma perturbação da qual a sociedade brasileira não conseguiria esquivar-se, era preciso que ele fosse e concedido apenas às mulheres com discernimento, “penso que o direito do voto não se deverá estender senão aquelas que, possuindo alguma instrução, e possam compreender, conscienciosamente, o papel que irão representar ao lado do homem”²⁵⁰. Dessa forma, Oscarlina defende os interesses das suas colegas, mulheres de elite, favorecidas pelo acesso à educação, que garantia privilégio social e também as colocavam politicamente a frente da grande parcela das mulheres, que uma vez desprovida de instrução adequada, não estariam aptas a votar. Grande parte das mulheres que se dedicaram a luta pelo voto eram mulheres abastadas²⁵¹, que em função da sua posição social, e do seu prestígio conseguiam fazer-se ouvir, “a capacidade e o brilhantismo que muitas apresentavam, subsidiando os parlamentares que defendiam suas demandas, contribuíram igualmente para abrir caminhos” (SOIHET, 2013 p. 224)²⁵². Ambas as autoras aceitam que suas opiniões podem ser julgadas como atrasadas, afinal a pecha de retrógrado era comumente lançada sob aqueles que divergiam dos novos costumes e novos anseios femininos.

Por fim, Oscarlina concorda, como argumento final que essas discussões estariam provocando a cisão e a rivalidade entre as mulheres, sendo que o ideal seria que elas optassem pela paz.

Estou certa de que, percorrendo sobre assunto tão elevado irei adquirir adversárias, que empunharão o vexilo²⁵³ de sufragistas, zelosas dos direitos femininos.

Mas, em contraposição a elas surgirão, certamente, inúmeras adeptas do velho princípio de que cabe à mulher um dever mais nobre que o dever político: o de cuidar, com desvelo, da criação de seus filhos, afim de que mais tarde, se tornem cidadãos úteis a pátria.

Que as mulheres empunhem o estandarte da paz, tecido dos afagos de seus maridos e dos beijos ternos de seus filhos- a mil vezes ais nobres.²⁵⁴

Na edição nº 37 de 15 de Fevereiro de 1928. Foi publicada a tradução de um trecho, favorável ao voto, retirado de um jornal francês. Esse fragmento inicia-se fazendo um balanço

²⁵⁰ PINTO, Oscarlina Alves. *Op. Cit.*

²⁵¹ No interior da oligarquia, a tensão relevante no que diz respeito ao feminismo é a derivada de núcleos familiares de pais cultos: famílias de muitas posses algumas vezes produziam filhos eruditos, detentores de títulos universitários. Praticamente sem exceção, é dentro desses núcleos familiares diferenciados que surgem as primeiras vozes femininas contrárias a opressão da mulher (PINTO, 2003, p. 17).

²⁵² Esse caráter elitista não excluiu outras demandas democráticas, como a preocupação com a redução das jornadas de trabalho e outros direitos das trabalhadoras.

²⁵³ Palavra italiana que significa bandeira, estandarte.

²⁵⁴ PINTO, Oscarlina Alves. *Op. Cit.*

entre os países nos quais as mulheres já eram eleitoras, e os países nos quais elas ainda não tinham esse direito, relacionando essas informações, a situação social e política desses países, na tentativa de demonstrar que a intervenção direta da mulher na política não trouxe nenhuma perturbação para as famílias, ou para a nação, sendo inclusive notável que nos países onde elas votavam e se candidatavam, houve na verdade um aumento positivo da atenção do governo nas questões inerentes à proteção da mulher e da infância²⁵⁵.

Ao publicar essa tradução era interesse do jornal atrelar o discurso feminista ao ideal de progresso, citando o exemplo, dos países da Europa, tomados como os maiores modelos de desenvolvimento político, cultural e intelectual para todo Ocidente. Sendo assim, a recomendação aos países como o Brasil, que almejavam o progresso, era que não inviabilizassem a participação política feminina, a começar pelo direito de votar e ser votada. A concessão de direitos políticos as mulheres poderia funcionar como uma escala, uma régua que mensurava e separava os países conforme o nível de desenvolvimento, o grau de modernidade.

Ao longo dos anos de circulação do jornal os argumentos contrários não se manifestaram com a mesma força e constância, à medida que eram apresentados no congresso vários projetos de lei referentes ao sufrágio feminino. Houve épocas de poucas publicações e outros momentos de intenso debate. As novidades entorno dessa proposta, eram anunciadas no jornal, como por exemplo, a alistamento eleitoral da goiana Benedita Roriz²⁵⁶, antes mesmo do voto ser estendido a todas as mulheres.

Por todo país, as militantes procuravam brechas na lei, cada nova eleitora parecia apontar para uma vitória inevitável das feministas. O texto constitucional não proibia expressamente que mulheres de votar, apenas concedia o direito aos “cidadãos”, categoria que poderia incluir ou não as mulheres. A não inclusão das mulheres na constituição não foi um simples esquecimento; elas não foram citadas porque simplesmente não eram concebidas, pelo legisladores, como indivíduos dotados de direitos (PINTO, 2003, p. 16)²⁵⁷. “A partir dessa ambiguidade, organizações feministas como FBPF incentivaram as mulheres a recorrerem junto ao governo de cada estado, cobrando dos juízes a interpretação da lei que

²⁵⁵ Eleitoras amanhã. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.3, 15 de Fevereiro de 1928, n.º37.

²⁵⁶ O Voto feminino. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.4, 31 de Outubro de 1928, n.54.

²⁵⁷ “Conforme o senso comum da época, quando o legislador usou o substantivo “cidadão” no masculino, não estava se referindo ao termo universal que abrange homens e mulheres, mas exclusivamente aos homens. Essa aparente falta de cuidado em não nominar a exclusão da mulher deriva também do sendo comum da época: a evidência de uma natural exclusão da mulher, que para tanto não necessitava ser nem mesmo mencionada. Mesmo quando a constituição aponta explicitamente quem não está apto a votar, a mulher não é citada. Com base neste esquecimento muitas mulheres requereram alistamento ao longo dos mais de 4º anos em que vigorou a Constituição de 1891” (PINTO, 2003, p. 16).

fosse favorável a elas, alegando que as mulheres também eram cidadãs” (KARAWAJCZYK, 2015, p. 668).

Mediante essas conquistas graduais, as edições seguintes do jornal foram revestidas por uma mudança tímida, mas considerável em relação aos argumentos. Mesmo sendo resistente em relação à concessão do direito de voto, a diretora não impediu as colaboradoras que fossem favoráveis de publicar seus textos no jornal, Oscarlina não usou da sua autoridade como diretora do jornal, para interditar opiniões contrárias à suas. Havia, portanto, uma coexistência de opiniões distintas no mesmo jornal, por vezes, na mesma edição ou na mesma página, como se as mulheres realmente estivessem discutindo através do jornal, respondendo as dúvidas e opiniões umas das outras.

Dentre as colaboradoras declaradamente favoráveis destacamos Maria Paula Fleury de Godoy. Essa autora parte do princípio que a mulher já vota, indiretamente, e que por isso, conceder o voto às mulheres não alteraria em nada a vida social:

Não é de hoje que a mulher vota. Ela sempre votou... indiretamente. Que o digam os candidatos si, muitas vezes, para obterem voto difícil, não tiveram de se valer da influência da mulher- filha, esposa ou noiva – junto ao eleitor inabalável.²⁵⁸

Apesar de soar indiferente ao direito de voto, Maria Paula, diferentemente de Oscarlina e Genezy, segue ressaltando os benefícios morais de aproximar as mulheres dos debates políticos:

É provável que a presença de senhoras traga a uma seção eleitoral um pouco de graça, elegância e compostura. Que a mulher se compenetra dos seus novos deveres e vem mostrando singular aptidão em todos os ramos de atividade humana, é um fato.

Dentre os argumentos favoráveis, empreendidos por algumas escritoras, não apenas em *O Lar* e em outros meio de comunicação como na *Revista feminina*, estava “a ideia de uma política moralizadora e regeneradora que uma mãe de família traria com sua maturidade cultural e social pela experiência de administração do lar” (SOARES, 2009, p. 53). Maria Paula, como uma mulher culta também fez ponderações não só sobre o voto, mas sobre a dinâmica da política goiana.

²⁵⁸ GODOY, Maria Paula Fleury de. A mulher o voto. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.1, 30 de Dezembro de 1927, n.34.

Mas, em que lhe ficará mal, dar a mulher o seu voto, consciente e meditado, a esse ou aquele candidato, merecedor dos seus sufrágios, quando, em nossa terra, as eleições são geralmente feitas a “bico de pena”, e, quando não, a maioria dos eleitores sabe apenas desenhar caprichosamente o seu nome, votando com o coronel? [...]

Não se argumente também com a incompatibilidade provocada pelos absorventes deveres de mãe de família, mesmo porque, diante das dificuldades da vida e do crescente egoísmo do homem, o casamento vai se tornando raro e precário nos grandes centros e já não representa para a moça dos nossos dias o ideal antigo. [...]

Acha muita gente que a mulher moderna está perdendo interesse junto ao homem. É um verdadeiro engano. Mais do que nunca se afirma o prestígio da mulher, que sabe aliar as suas qualidades naturais e imperecíveis, peculiares ao sexo da graça e da beleza, outras, que ela vai adquirindo pelos seus estudos e pelo seu trabalho. [...]²⁵⁹

A relevância dos argumentos fez com que o texto acima, escrito por Maria Paula fosse publicado também no jornal *O Paiz*, no Rio de Janeiro com a ajuda da própria Bertha Lutz²⁶⁰. As palavras de Maria Paula nos revelam um envolvimento político da autora, ainda que como uma espectadora, que deseja passar de mera observadora para uma protagonista. Maria Paula critica as práticas eleitorais fraudulentas da república velha, que não colaboraria com o pleno exercício do direito de voto, caso esse fosse concedido às mulheres, mas nem por isso ela se coloca contrária à aquisição desse direito, e segue refutando outros argumentos de que voto poderia comprometer o casamento. Para a autora o casamento já era “raro e precário” em detrimento de outras questões, que não necessariamente a participação política feminina. E por fim, para concluir suas considerações, ela afirma que o prestígio da mulher e sua maior qualidade estava em sua versatilidade em saber lidar com seus desígnios naturais, e ainda se dedicar aos estudos e ao trabalho.

Fossem as falas contrárias ou a favor do voto feminino, todas parecem assentar-se em um mesmo argumento: a “natureza feminina”. Os que se colocavam contra a concessão do voto feminino, o faziam mediante a justificativa de que a política era um terreno corruptível, e até promíscuo para as mulheres, portanto poderia influenciar negativamente e macular a delicadeza daquelas que ousassem participar desses ambientes. Partindo do mesmo determinismo, mas em outro sentido, os favoráveis ao voto conclamavam que não havia antagonismo algum entre uma eleitora responsável e uma excelente mãe, e que, além disso, eram justamente as características femininas, ligadas à delicadeza, beleza, doçura, paciência e a moral, salvariam o cenário político, ao oferecerem uma nova dinâmica à política. Consequentemente, em função dessa argumentação, “a conquista dos novos direitos de

²⁵⁹ Op.Cit. Grifo da autora.

²⁶⁰ *O Lar*. Cidade de Goiás, p.1, 15 de Março de 1928, n.39.

participação política não implicava uma reformulação no âmbito das obrigações familiares [...]; às mulheres ainda cabia à responsabilidade total pelas atividades domésticas e pela socialização dos filhos na primeira infância” (SOIHET, 2012, p.232). A igualdade política, conquistada através do exercício da cidadania, não interferia na diferença “natural” entre os sexos.

Com uma opinião mais semelhante à de Maria Paula, Graciema Machado²⁶¹ outra colaboradora assídua no jornal, se posiciona energicamente a favor da pauta sufragista. Maria Paula Fleury e Graciema Machado foram consideradas as primeiras mulheres em Goiás, a insistir na necessidade e no benefício do voto feminino (VALDEZ; CURADO, 2017).

O feminismo para as velhas provincianas de então era o desmantelamento das famílias [...]

Hoje, felizmente, tudo se tem transformado: a maioria das velhas sertanejas rejuvenesceu; soube apreciar as boas leituras; compreendeu a extensão da capacidade mulheril e, entusiasta, abandonou os clássicos costumes dos antepassados, para preparar a mocidade com conselhos de experiência na maneira de tratar os homens e esperam, fervorosas, emocionantes justas em que tomarão parte as suas filhas, as suas netas, a fim de elegerem o homem e os homens que deverão os destinos do país e em cujas mãos se coloca, febricitante, a esperança de um povo, de toda uma raça de gente patriótica e idealista.

Só os avessos aos modernismos movimento da remodelação política contemporânea, é que embaciam com má vontade e injurias apopléticas de crianças grandes e mal educadas o objetivo grandioso das verdadeiras feministas que veem no sufrágio não um meio de se elevarem, de aparecerem, mas o campo de ação onde elas pretendem corroborar, em contacto íntimo com os homens, o ideal comum de todos os povos: o engrandecimento, a fortaleza, a glória de sua Pátria.²⁶²

Para Graciema o feminismo representava o futuro e a modernidade na medida em que propiciava às mulheres, uma nova possibilidade de futuro, estimulava uma postura mais ativa e atuante frente a essa nova vida pública e a política. “O feminismo local estava embrenhado nos embates políticos de ordem mais geral, e nas próprias concepções do que seria antigo,

²⁶¹ Ela nasceu em 1906 na Cidade de Jaraguá no estado de Goiás, sétima filha de Manoel Ribeiro de Freitas Machado e Leonor Gomes Machado. Coursou o ensino primário em uma das escolas domésticas de sua cidade e ingressou no colégio Sant’anna na capital do estado, onde adquiriu fluência em francês e concluiu o curso de normalista em 1920 com quatorze anos de idade. Assumiu o cargo de professora em escolas primárias na cidade de Pirenópolis até se tornar a primeira diretora do Grupo Escolar de Jaraguá em 1927, grupo escolar que ela ajudou a fundar, o terreno onde o grupo se instalou foi doado pelo seu pai. Permaneceu no cargo até 1930, quando o governo de Getúlio Vargas passou a exigir concurso para selecionar os diretores dos grupos escolares. Colaborava e escrevia em jornais de Goiás e de São Paulo. Era feminista, participou da campanha sufragista e escrevia sobre política e questões sociais. Casou-se com seu primo e político Clotário de Freitas com quem teve dez filhos, residiu em Jaraguá até o ano 1954, quando mudou-se para Goiânia, quando seu esposo foi eleito Deputado Estadual, faleceu no dia 12 de julho de 1985 (CURADO; VALDEZ, 2017).

²⁶² MACHADO, Graciema. Sursum Corda. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.2, 15 de janeiro de 1928, n.35.

atrasado e o que seria progresso” (KOFES, 2001, p. 88). O que para alguns era visto como uma tentativa de chamar atenção, para Graciema significava a expressão do legítimo desejo de colaborar com o fortalecimento político da pátria. Outra maneira empregada pelo jornal para fortalecer a luta pelos direitos políticos foi aproximar o feminismo da Igreja Católica.

Além de devidamente instruídas, professar o catolicismo era outra prerrogativa das mulheres que almejavam participação política. *O Lar* foi um periódico declaradamente católico e também expressamente feminista. Nessa relação entre feminismo e Igreja Católica em Goiás, Suely Kofes (2001) defende que o feminismo local buscou apoio no discurso religioso, reforçando as ideais de colaboração e companheirismo das mulheres em relação aos homens, com a intenção de conquistar opiniões favoráveis ao voto. No âmbito nacional, a questão do voto era bem recebida por parte do clero, principalmente se considerarmos o interesse da Igreja em ampliar poder político, caso as mulheres adquirissem o direito de votar²⁶³. Na edição nº 110, em 1931, foi publicada uma moção de apoio do bispo de Niterói:

O feminismo que, porém, não desintegra a mulher do lar, esse terá sempre as bênçãos da igreja. [...] A Igreja é imutável na verdade de seus dogmas, mas não é imóvel. Ela é um organismo vivo. Não é indiferente as transformações políticas e sociais que agitam o mundo. Por isso a Igreja abençoa a mulher que trabalha pra viver honradamente [...] nos escritórios, no exercício de profissões liberais, ou desempenhando funções administrativas. Como a que vai purificar as urnas com sua fé intencional, e participar da vida pública do país.

Como vemos, são conceitos de valor assas suficientes para desfazer toda a má impressão ou argumentos pouco honrosos referentes à colaboração e justa aproximação da mulher nas urnas eleitorais.²⁶⁴

É possível notar que o debate sobre o voto mobilizou não apenas as instituições políticas e jurídicas da sociedade, mas também mobilizou parte significativa do clero. O posicionamento do bispo não necessariamente representava a opinião de toda a instituição, mas a escolha de publicar esta nota demonstra o interesse do jornal em conquistar a opinião pública local e os setores mais conservadores, enfraquecendo o argumento que associava a falência da família a conquista dos direitos políticos pelas mulheres. O bispo vê a prática do voto como uma continuidade das atividades que as mulheres já desenvolvem fora do lar, nesse

²⁶³ Mônica Karawejczyk (2008) explica que nas eleições para a constituinte de 1933, quando a mulher já tinha conquistado o direito de voto, a Igreja trabalhou intensamente com o interesse de fazer com que suas fiéis fossem as urnas. Karawejczyk sugere que a Igreja buscava, com essa iniciativa, contar com o apoio das mulheres no combate ao possível avanço do comunismo.

²⁶⁴ Conceito Honroso. *O Lar*, p.4, 31 de Outubro de 1931, n.101. Grifo nosso. O trecho se trata de um trecho do discurso proferido pelo bispo de Niterói D. José Pereira Alves, durante a entrega de diplomas as alunas da escola feminina de Comércio de Natal. Esse trecho chegou ao lar enviado pela FBPF, segundo consta na fonte.

sentido ele tenta desfazer o mal entendidos acerca do que ele chama de movimento de participação das mulheres nas urnas.

As colaboradoras do jornal, declaradamente favoráveis ao voto, especialmente Maria Paula Fleury e Graciema Machado, se esforçaram em reunir o maior número de argumentos e empregar esses argumentos de forma a não confrontar diretamente a autoridade clerical e masculina, tornando os interesses femininos, convenientes também aos homens. A tática discursiva que facilitou o reconhecimento político dessas mulheres pautou-se em aconselhar ou solicitar junto aos homens, evitando uma postura muito exigente e impositiva, mas que não deixou de representar um tipo de resistência.

A conquista de direitos políticos concretizaria a proposta de participação dos sujeitos femininos na política, através da inteligência e da moral. A proposta de aperfeiçoamento intelectual das mulheres que se propunham a sacrificar seu talento, lucidez e inteligência em benefício da nação, facilitou a conquista de direitos políticos. Somando esforços, por intermédio do voto, as mulheres estariam atuando simultaneamente, dentro e fora do lar, pelo progresso da nação.

A questão da conquista das mulheres pela sua plena cidadania se coaduna de maneira admirável com a modernidade e uma de suas tantas vertentes, a da mudança, a da renovação e da emancipação. Se pudermos identificar, e creio que podemos, a conquista do sufrágio universal como uma ruptura com a ordem antiga e uma abertura para os “novos tempos” conclui-se, dessa maneira, que o movimento sufragista feminino, se insere plenamente na modernidade (KARAWEJCZYK, 2007, p. 16).

A conquista do direito de voto significou um passo em direção à cidadania a qual as mulheres foram historicamente privadas. A condição de cidadãs “incompletas”²⁶⁵, submetidas a deveres, mas desprovidas de direitos plenos e essenciais a vida pública, se enfraquece diante da paradoxal dinâmica de inovação, progresso e modernização. Mônica Karawejczyk (2008) considera que a conquista do sufrágio feminino representou uma abertura ao novo, um rompimento com uma ordem social antiga, o que, portanto, nos permite inserir movimento feminista goiano, na sua vertente sufragista, dentro do contexto de modernidade.

Desde o século XIX as mulheres assumiram a defesa da extensão dos direitos políticos, que se afirmou com a conquista do sufrágio, contudo a participação política das mulheres não se restringiu a conquista desses direitos (PRADO; FRANCO, 2013). Podemos

²⁶⁵ Segundo José Murilo de Carvalho (2008), a cidadania só é garantida quando o indivíduo possui direitos políticos, civis e sociais.

enxergar uma dimensão política em várias outras falas e reivindicações feministas, como, por exemplo, o direito a educação, que foi uma outra importante bandeira do feminismo nesse período. O acesso à educação de qualidade, o direito de voto e elegibilidade foram considerados como instrumentos essenciais para o alcance da realização profissional e autossuficiência financeira (SOIHET, 2013). Dessa forma a defesa da instrução feminina foi um elemento capaz de aproximar feministas de diferentes vertentes; “liberais e anarquistas” concordavam entre em si quando o assunto era a educação como caminho para a emancipação (SOIHET, 2012).

Já que a instrução as tornaria capazes de participar politicamente e exercerem as mesmas atividades que os homens, o desenvolvimento intelectual da mulher era reconhecido como condição que favorecia as mulheres interessadas em ingressar na política, nesse sentido os discursos em defesa da participação política no jornal que analiso, quase sempre estiveram diretamente relacionados com a emancipação intelectual da mulher, principalmente levando em consideração a crença de parte dos intelectuais de que o voto era como uma premiação para as mulheres merecedoras, e só deveria ser concedido aquelas que provassem seriedade, responsabilidade e consciência da importância do seu papel dentro e fora do lar. Nessa perspectiva, “a educação feminina, considerada essencial para a emancipação das mulheres, foi outro ponto de destaque da atuação das feministas que pleiteavam, para as mulheres, direitos idênticos aos dos homens, a fim de que estas dispusessem dos mesmos meios para o exercício do trabalho” (SOIHET, 2013, p. 221).

3.3. MOÇAS EDUCADAS, DEFENSORAS DE UMA EDUCAÇÃO ALÉM DO BORDADO E DO PIANO

“A mão feminina não foi feita apenas para o macio casulo da luva perfumada, para o beijo galante e abrasador, não! Essa mão [...] foi também feita para empunhar a pena, ora suave como a carícia do luar, ora flamivoma como a espada do arcanjo, no campo do pensamento e nos embates das questões sociais”²⁶⁶

²⁶⁶ LYNCE, Leo. O Lar e os Lares. *O Lar*, Cidade de Goiás, p.3, 30 de Outubro de 1926, n.6.

Ao longo de todo período Imperial a educação foi concebida como uma estratégia para construir uma consciência nacional. Com a passagem da monarquia para a república esse discurso é endossado; era de suma importância fortalecer, civilizar, modernizar a nação e superar o atraso que era atribuído, pelos republicanos, ao regime monárquico.

O apelo à instrução, que aparentemente deveria se estender a todos os sujeitos independente da condição financeira, é constante em nossa fonte. Havia uma crença de que todos os problemas sociais seriam milagrosamente resolvidos pela educação e os argumentos a favor da escolarização eram os mais diversos: politicamente, a educação seria capaz de desenvolver nos jovens sentimentos patrióticos, torná-los pessoas felizes e saudáveis, reverteria as possíveis deficiências intelectuais e os desvios de conduta moral, além de fortalecer os princípios cristãos - no caso da educação religiosa. E assim, determinados discursos e representações, passavam a orientar práticas cotidianas, instituindo verdades e preparando os sujeitos para o desempenho de funções socialmente estabelecidas, conforme sua condição social ou gênero, a partir da sala de aula.

As escritoras e colaboradoras do periódico *O Lar* clamavam para que os pais se conscientizassem de tal necessidade, pois muitas famílias pareciam ainda não enxergar todos os benefícios em enviar seus filhos e filhas pra escola. Além de convencer os pais, havia outros impasses como a dificuldade do governo em garantir educação de qualidade para todos. Nossas colaboradoras utilizaram a imprensa para denunciar a falta de escolas, a situação precária das instituições, além de tecer considerações sobre a maneira como deveria ser a educação das crianças:

É doloroso ver uma cidade como Pires do Rio, com umas 400 crianças em idade escolar não ter ainda um grupo [escolar]! Da minha janela eu vejo, durante o tempo em funcionam as aulas, a rua cheia de crianças. Por que será que elas não frequentam escolas? Será descuido dos pais? As crianças daqui não amam o estudo? Nada disso... Não há escolas. Os filhos de pais que tem recursos valem-se das diversas escolas particulares, e os outros, os pobres que não conseguem lugar na estadual, crescem analfabetos. Existe aqui uma escola de terceira classe para o sexo masculino e outra para o sexo feminino e só. Estas escolas funcionam em um barracão dividido em duas salas e está situado em um canto da rua, sem água, sem pátio, sem árvores se quer que alegre a frente. Nada!

Eu não posso admitir uma escola onde não haja ao menos um pé de magnólia. As crianças são como passarinho: gostam do ar da luz e das árvores. Eu gosto de vê-las junto das flores.²⁶⁷

²⁶⁷ ACIOLY, Maria. Palestra. *O Lar*, Cidade de Goiás, p.3, 15 de setembro de 1931, n.98.

A família poderia ser responsabilizada pelo fracasso da proposta educacional, quando não levavam seus filhos para a escola, o desempenho, a disciplina e a boa vontade do aluno para com os estudos também eram levados em consideração, mas no caso do trecho acima o culpado por não garantir que a educação alcançasse o êxito em seu propósito, é o governo. Por ser a capital, a cidade de Goiás contava com melhor estrutura escolar, o que nem sempre coincidia com a realidade das cidades do interior, como a cidade supracitada no trecho. Além da denuncia, autora do trecho usa da sua posição e autoridade como professora, para sugerir como deveria ser uma escola apropriada, com espaço para crianças brincarem, um espaço calmo, arejado, florido condizente com o ideal de infância.

Para que a educação alcançasse sua finalidade de aprimoramento das crianças, futuros cidadãos da moderna nação republicana brasileira, nossas redatoras fizeram um apelo que se direcionou ao governo e a todas os grupos sociais, o que denota que a instrução também esbarrava em questões sociais. As camadas abastadas detinham melhor acesso à instrução, podendo recorrer a professores ou escolas particulares. Os rapazes, normalmente, após completar o ensino secundário em Goiás partiam para Rio de Janeiro, Minas Gerais ou São Paulo para ingressar em algum curso superior e nem todos retornavam para a terra natal.

A década de 20 do século XX foi contagiada por uma “euforia pedagógica” (NAGLE, 2001 apud ABRANTES, 2010), a educação se tornou sinônimo de progresso, pois garantiria a extinção do analfabetismo, o aperfeiçoamento moral e intelectual dos indivíduos, preparando-os para as vivências cotidianas dentro e fora de casa, conjuntamente, os currículos diferenciados e a segregação das turmas por sexo, já apontavam para o fato que homens e mulheres, desempenhariam papéis distintos, colaborando de maneira diferenciada para o progresso.

Elas seriam responsáveis pelo progresso da família, e eles pelo progresso da economia e da política. “A escola, tal como a imprensa, participava desse universo representacional encontrando-se nele abrigada, daí seu objetivo educacional de preparar alunos para o mundo e as alunas para serem “boas mães de família”, produzindo corpos femininos e reprodutores adequados á ordem social patriarcal e matrimonial” (SANT’ANNA, T., 2010, p. 131).

Para que as mulheres desempenhassem corretamente suas funções ao lado dos homens, seria imprescindível que elas adquirissem conhecimentos específicos, que as tornariam aptas para cuidar do lar e representar socialmente seu marido e sua família.

Nas instituições públicas de ensino, as jovens alunas aprendiam não apenas a ler, escrever e fazer cálculos de matemática básica, mas também aprendiam noções de piano,

bordado, costura, culinária e outras disciplinas consideradas indispensáveis para as mulheres que almejavam um casamento adequado e bem sucedido. Thiago Sant’anna (2003) define essa transposição dos conhecimentos domésticos para a escola como “escolarização do doméstico”. A finalidade da instrução para as moças, não era a emancipação política e social das mulheres e sim a garantia de formação adequada para futuras mães e esposas, preparando-as, de acordo com a moral, para atuarem no reino doméstico. O modelo da “mãe esclarecida” foi escolhido pela elite para nortear a instrução das mulheres (SANT’ANNA, T., 2003), haja visto que uma mãe sábia, saudável e consciente de suas funções maternas e matrimoniais certamente construiria um lar igualmente saudável, forte e harmonioso e era de dentro desse lar, bem estruturado, que deveriam crescer os futuros cidadãos da bem sucedida nação brasileira.

Diante de todo este processo, podemos afirmar que a experiência educacional feminina, desenvolvida no final do século XIX e início do século XX, favorecia a uma emancipação das mulheres, no sentido de alargamento dos espaços de mobilidade feminina, simultaneamente a uma submissão, alimentando um modelo de “gênero feminino”, construído socialmente e culturalmente para o “fazer” dos afazeres vinculados à maternidade e às tarefas domésticas (SANT’ANNA, T., 2003, p. 11).

Dessa forma, podemos notar que essa emancipação raramente esteve desassociada de funções domésticas e maternas. Contudo, na prática, a educação das mulheres assumiu diferentes finalidades, que variavam de acordo com a posição social da mulher.

Para as moças ricas, que ingressaram primeiro nos cursos superiores, educar-se era imprescindível, não necessariamente para que elas exercessem uma profissão, mas porque isso aumentava o “valor” da mulher no mercado matrimonial. Uma jovem rica, além de oferecer um dote material, em dinheiro - o que por si só já chamava atenção de muitos pretendentes-, também oferecia um dote moral, uma forma dos pais garantirem ao futuro marido a tranquilidade em saber que sua noiva saberia se comportar em público, administrar a casa e fazer do casamento uma instituição feliz e bem sucedida. Para as mulheres com menor poder aquisitivo sem condições de custear um bom dote em dinheiro, a educação era o melhor, e às vezes, o único dote. Essas moças lutavam para superar as dificuldades de acesso à educação - que eram maiores nas camadas mais pobres- e se profissionalizavam com objetivo de alcançar a independência financeira.

Apesar do discurso científico e religioso em defesa das diferenças biológicas entre homens e mulheres, consideradas essenciais e imutáveis, havia paradoxalmente, a alegação de

que a educação adequada produziria mulheres de verdade. As escolas para meninas eram locais onde se formavam essas “verdadeiras mulheres”, dignas, saudáveis e disciplinadas, esse era o discurso usado para persuadir as famílias da importância da escola feminina. Era preciso investir em uma educação moderna, criticava-se aquela educação tradicional que transformava a mulher apenas em um ornamento, era preciso investir em uma educação que preparasse a mulher para agir com decência e responsabilidade na vida pública e privada. Havia o receio de que a educação tradicional, apenas para o casamento, tornasse a mulher uma *coquette* fútil, preocupada apenas em ser bonita para conquistar o marido. Era preciso investir em uma educação que mantivesse o marido, não apenas o conquistasse. Nesse sentido, “a educação moral e intelectual tornava-se um novo dote para adornar a mulher e complementar seus “dotes naturais”, para que ela não se afastasse do principal conhecimento que deveria ser “aprender a ser mulher”” (ABRANTES, 2010, p. 272).

Nas escolas as meninas eram vigiadas, inseridas na lógica de uma “emancipação tutelada”, que adestrava e preparava seus corpos e suas mentes para o bom desempenho de suas funções. Assim como o ambiente doméstico:

[...] as escolas compreendiam um espaço, um campo de visibilidade social por meio do qual as meninas podiam ver e ser vistas, podiam vigiar e ser vigiadas. Espaços significados como próprios do sexo feminino, tais lugares serviam para moldar a pessoa feminina, impedindo que escapasse as determinações representacionais de gênero que circulavam no imaginário social da época (SANT’ANNA, T., 2010, p. 85).

Havia uma preocupação em abrir e manter escolas femininas, mas a quantidade dessas instituições era inferior ao desejado pelas organizadoras do jornal, que aproveitavam a imprensa para denunciar esse déficit. Uma nota na edição de número 14, expressa a tristeza, a indignação com o fechamento de um colégio em Pirenópolis. “Não podemos calar a mágoa com a qual lemos notícias como essa, porque o fechamento de um colégio, qual o de que se trata, instalado em importante cidade do nosso estado e dirigido pelas competentes educadoras da Congregação das filhas de Jesus, é sempre um passo para trás”²⁶⁸. O tom de desapontamento da notícia se encerra com a afirmação de que “Goiás é um dos estados que mais necessita de estabelecimento onde se ministra e instrução as meninas”.

O número reduzido de escolas femininas refletia o preconceito de uma sociedade que consideravam desnecessária a educação das mulheres. A dificuldade de acesso ao ensino primário, se comparado a maior facilidade de acesso dos meninos, além da proibição de

²⁶⁸ Pela instrução. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.2, 14 de Março de 1927, n.14.

participar de aulas noturnas dentre outras questões, foram alguns motivos que colaboraram para que mesmo, após a proclamação da República, o enorme contingente de pessoas que não sabiam ler nem escrever fosse composto majoritariamente pelo sexo feminino (ABRANTES, 2010)²⁶⁹, número ainda mais elevado entre as mulheres menos favorecidas economicamente. A presença das mulheres nas salas de aula brasileiras é considerada por pesquisadores como um fato recente, um processo que ocorreu de maneira gradual em detrimento dos inúmeros obstáculos que as mulheres tiveram que enfrentar, mesmo depois de matriculadas, como, por exemplo, a segregação sexual nas escolas, o ideário de que a educação de meninas e moças deveria ser mais restrita e voltada para o reforço das características maternas, o impedimento à continuidade dos estudos secundário e superior (ROSEMBERGUE, 2013). Muitas famílias temiam que a convivência no ambiente escolar, por se tratar de um local público, trouxesse mais prejuízos do que benefícios às moças, e dessa forma “o ingresso das meninas das escolas foi visto com cautela e reserva pelas famílias, pois ampliava o espaço de circulação do sexo feminino e as possibilidades de convivência social” (SANT’ANNA, T., 2010, p. 83).

Diante esse cenário desfavorável, inúmeras intelectuais que viveram entre os séculos XIX e XX, como Nísia Floresta, carregavam consigo o desejo de garantir uma educação moderna para o maior número de mulheres possível. Defendiam fervorosamente a educação como maneira de garantir a “emancipação da mulher”. As principais colaboradoras do jornal eram professoras, Laila de Amorim foi diretora da Escola primária, Ofélia Sócrates Nascimento diplomou-se na escola Normal de São Paulo e se tornou professora de geografia na escola normal Goiana, além de diretora do grupo escolar²⁷⁰, Maria Carlota Guedes de Amorim lecionou matemática na escola normal, Maria Ferreira Azevedo foi professora na escola complementar.

A perspectiva educacional do periódico *O Lar* era bem semelhante à de outros jornais da época como, por exemplo, a *Revista feminina*. “Apesar de defender o trabalho e o aprendizado de uma profissão para as mulheres, as femininas liberais e católicas, dirigentes e colaboradoras da Revista Feminina, defensoras de um feminismo “moderado” e “sensato”,

²⁶⁹ Na década de 1920, a taxa de analfabetismo entre as brasileiras era de 77,4 % , enquanto 68,5% dos brasileiros não sabiam ler nem escrever (ROSEMBERG, 2013).

²⁷⁰ A criação de grupos escolares por todo estado visava suprir as precariedades do ensino no início do século XX. A partir do regulamento estadual de 1918, as salas de aulas dispersas nas cidades eram reunidas em um único local, recebendo a denominação de grupo escolar. O primeiro grupo escolar foi criado na cidade de Goiás, logo surgiram grupos escolares em outras cidades como Catalão, Bonfim e Rio Verde. Essas e outras iniciativas representaram uma tendência do estado em centralizar a administração da educação na tentativa de se tornar o principal promotor e fiscalizador de educação (ARRAIS, 2016).

consideravam que o ideal da educação era contribuir para o aperfeiçoamento moral da sociedade através do ideal de “mãe-civilizadora” (ABRANTES, 2010, p. 269).

Em Goiás, a lei nº 631, de 2 de agosto de 1918 determinava que a educação primária perpassaria a educação moral e cívica, educação intelectual e educação física (BRETAS, 1991, p. 505), mas, diferentemente da educação dedicada aos meninos, a educação direcionada às meninas possuía algumas peculiaridades e pretendia mais educar, do que instruir (LOURO, 2015). Por isso, no caso feminino, a formação moral era privilegiada em detrimento da formação intelectual - e a educação física viria a ajudar no fortalecimento moral das mulheres, instituindo princípios como a disciplina a moderação. Todas essas considerações são evidenciadas, por exemplo, pelos currículos diferenciados: para os meninos matemática, geometria, para as meninas bordado e costura. Em sua tese *Gênero, história e educação: a experiência de escolarização de meninos e meninas na província de Goiás (1827-1889)*, Thiago Sant’anna demonstra como o processo de escolarização de meninos e meninas foi uma experiência sexualmente diferenciada e desigual, que valorizava o masculino e que fez com a escola atuasse uma tecnologia de gênero²⁷¹.

Esse modelo desigual, não ruiu juntamente com a Monarquia, a escola republicana continuou atuando para produzir e reproduzir diferenças de gênero, que eram naturalizadas segundo uma lógica binária. E nesse contexto educar as jovens era algo considerado benéfico para toda a sociedade, na medida em que transformava a mulher na guardiã da moral familiar, e conseqüentemente, no pilar de sustentação da moral de toda a sociedade. “A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidade, mas em sua função social de educadora dos filhos, ou na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos” (LOURO, 2015, p.446).

Pouco a pouco elas foram timidamente tomando os acentos nos bancos das salas de aula. Genezy de Castro, vice-diretora do jornal, foi admitida na escola de Direito em Goiás, mas a situação de Genezy não representava a realidade da maioria das mulheres, que geralmente se casavam muito cedo e raramente alcançavam o ensino superior²⁷². As que se

²⁷¹ LAURETIS, Teresa de. Tecnologias do Gênero. In: Hollanda, Heloísa Buarque de. (org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. 1. Ed.. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

²⁷² Segundo Elizabeth Abrantes (2010), o diploma superior que as mulheres da elite passaram a conquistar, funcionou como um adorno intelectual, que poderia ser utilizado para aumentar o poder de barganha da moça no mercado matrimonial. Esse dote intelectual servia para atrair pretendente com nível econômico e social mais elevado e não necessariamente substituíu o dote em dinheiro. O dote em dinheiro foi mais difícil de ser substituído pela educação entre as camadas mais altas da sociedade, pois os maridos geralmente resistiam em permitir que suas mulheres trabalhassem.

empenhavam dar continuidade aos estudos acabavam se dedicando a cursos de pedagogia ou na escola normal, apelidados de cursos “espera marido”.

Elizabeth Sousa Abrantes em *O dote é uma moça educada: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira república*, constata como a educação também funcionou, especialmente para as moças pobres e de classe média. Os cursos “espera marido” terminavam por substituir o dote das moças desprovidas de recursos financeiros para oferecer o dote em dinheiro, evitando que essas jovens ficassem sem um noivo. “As mulheres de classe média se situavam entre o discurso que apontavam a educação como seu novo dote, para arranjar marido ou para substituí-lo em caso de necessidade” (ABRANTES, 2010, p. 192).

Se o papel da mulher era colaborar com o progresso através da família, e com o progresso da família, o caso das mulheres que permaneceram solteiras representava, aparentemente, um fracasso no cumprimento do papel de esposa e mãe. Ser professora acabava sendo uma forma de se redimir socialmente, o sucesso como educadora demonstrava que a mulher não havia desperdiçado suas supostas predisposições naturais de educadora, utilizando dos seus “dons” para colaborar com o desenvolvimento da nação²⁷³. A partir desse discurso que imbuía as mulheres de uma responsabilidade educativa, dentro ou fora do lar, paulatinamente, o magistério se torna uma profissão tipicamente feminina.

Havia aqueles que se colocavam prontamente contra essa concepção e que consideravam uma imprudência, entregar a educação de crianças ingênuas nas mãos de mulheres, consideradas intelectualmente limitadas e tão ingênuas quanto uma crianças. “A resistência dos conservadores em admitir a intelectualização da mulher era devido ao temor de que a maior dedicação aos estudos científicos modificasse a imagem feminina associada à representação da beleza e dos sentimentos” (ABRANTES, 2010, p. 242).

Não obstante, imperou o discurso de que a mulher era uma educadora nata, que poderia se aperfeiçoar intelectualmente, através dos cursos de formação de professores, o que é confirmado quando observarmos o número sempre superior de mulheres, em relação aos homens, que se formavam nos cursos normais²⁷⁴, - voltados para a formação de professores

²⁷³ Muitas mulheres da família Caiado, especificamente na década de circulação do jornal, não contraíram matrimônio. Um dos motivos seria a falta de pretendentes a altura, homens com valor político, com quem valesse a pena se casar para fortalecer a família. Mas há a hipótese de que permanecer solteira constituiu uma estratégia da família Caiado, para que essas mulheres solteiras se concentrassem na valiosa função de educadora, capazes de transmitir os valores da família através da educação das sobrinhas e sobrinhos para casamentos estratégico (RIBEIRO, 1998).

²⁷⁴ Em Goiás a Escola Normal foi instalada em 1884, a princípio teve um desenvolvimento pouco expressivo, pois os pais preferiam matricular suas filhas no curso normal que já era oferecido pelo colégio Sant’anna. “A

primários. A responsabilidade das mulheres com a educação, principalmente a educação primária²⁷⁵, se justificava através da afirmativa de que as mulheres com seu instinto maternal e sua facilidade em lidar com as crianças saberia, melhor que o homem, educar os pequenos.

No atual momento de preocupação geral, para a educação da mocidade, o professorado deveria surgir como a única medida de aperfeiçoamento. Todos reunidos, desde a classe superior, a primária, deveriam trabalhar para o mesmo fim: “Levantar a humanidade, formando a juventude, e inculcando-lhe profundamente a noção do dever, pelo dever!”. Mas para que esse anseio de os resultados desejados cumpre primeiro a formação intelectual dos professores e sobre tudo das professoras, porque a mulher representando um papel importante na sociedade educadora, como professora dedicada, estará mais apta a resolver este problema social, tanto pelas suas qualidades como pelas vantagens que encerra o ensino ministrado pela mulher. Ela será capaz de modificar o ensino primário hodierno e de educar cabalmente a mocidade turbulenta de hoje; pois luta com valor, não desanima e tudo pode, a mulher quando quer.

E como desempenhar tão sublime missão? Pelos elevados deveres de mãe e esposa e sobre tudo pelo professorado. Pouco, infelizmente, compreendem bem a significação desta palavra; a dedicação que ela requer, a abnegação de que se é necessário revestir.

O professor zeloso trabalha assiduamente; cultiva e quer colher o fruto o seu labor.

Trabalha em um canteiro onde cresce todas as espécies de plantas: boas e daninhas, cumprindo-lhe portando o dever de destruir estas e cultivar aquelas. Quantos trabalhos, quantos anos de incansável peleja necessita o mestre para obter resultado propício [...].

Educar a criança, forma-lhe o caráter, é o ideal mais sublime que pode surgir de um cérebro e o empenho mais entranhado que deve impulsionar uma vontade.

A proteção que se dispensa a um jovem é louvável porque olha para o dia de hoje; mas educar uma criança é adorável, porque olha para o dia de amanhã. Cultivar com amor estas inteligências robustecê-las para as batalhas da vida, arrancá-las das trevas da ignorância, temperar-lhes a energia, conduzi-las, com explicações, avisos prudentes e exemplos frisantes a adesão de todas as virtudes e a evasão de todos os vícios, é conseguir o lema do aperfeiçoamento da mocidade.

O aluno de hoje é o cidadão de amanhã, o representante do país.²⁷⁶

partir de 1920, com o advento dos grupos escolares em Goiás, a demanda de professores normalistas se tornou mais forte, pois só podia ser nomeado professor de grupo escolar por exigência da lei, o portador de diploma de normalista” (BRETAS, 1991, p.472). Em 1929 a escola Normal foi desanexada do Liceu, passou a contar uma diretoria e um espaço físico próprio, em um prédio conhecido como palácio da instrução. A iniciativa de tornar a escola Normal autônoma partiu da ideia de que para melhorar o ensino primário em Goiás era preciso investir na formação dos professores. Esse projeto de separação entre Escola Normal e Liceu também previa que a escola Normal funcionasse junto com o grupo escolar, com um jardim de infância e a escola complementar.

²⁷⁵ Além das escolas primárias, a educação infantil também contou com a criação de grupos escolares, que funcionavam como “um centro de práticas pedagógicas dos concluintes do curso normal” (BRETAS, 1991, p. 506). Era realizado um concurso para a vaga de diretor do grupo escolar. A introdução dos grupos escolares foi uma iniciativa para melhorar o ensino primário em Goiás e que era comum em outros estados. Ofélia Sócrates nascimento foi diretora do grupo escolar da Cidade de Goiás.

²⁷⁶ MAGALHÃES, Almerinda. O Professorado. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.3, 30 de janeiro de 1929, n.60. Grifo nosso.

As “qualidades” às quais o texto se refere como necessárias para o bom desempenho da função de educar coincidiam com “dotes femininos” - construídos e endossados por discursos seculares- e nisso consistia a “vantagem” da educação ministrada por elas. Esse texto, bem como tantos outros textos sobre educação contidos em nossa fonte, parte do pressuposto de que toda mulher nasce com a vocação para ensinar, um “dom” que precisou ser reafirmado constantemente através da imprensa. A responsabilidade de educadora não era pequena, munida de esforço e boa vontade, a mulher que “quisesse” seria capaz de solucionar o imenso problema da educação que assolava o país.

Santificar o ato de educar foi outra estratégia usada para despertar a atenção e interesse das mulheres para educação. O ensino era um sacerdócio, uma profissão considerada sublime que não dependia apenas da posse de um diploma. Diva do Couto Muniz enxerga algumas vantagens e desvantagens nessa atribuição do magistério a uma predisposição feminina:

Não se pode desconhecer a necessidade e mesmo a conveniência de as mulheres incorporarem, em seu exercício docente, a linguagem da "vocação". Pois esta, se por um lado justificava pagar-lhes salários mais baixos, por outro, conferia-lhes legitimidade social e, sobretudo, constituía uma eficiente estratégia para ingressar em um setor do mundo do trabalho onde ainda predominavam os homens e, assim, romper com a reclusão doméstica (MUNIZ, 2002, p. 11).

Apesar de que a educação ser considerada uma vocação feminina, tal dever requeria dedicação e sacrifício, elementos ditos como habituais na vida das mulheres, se considerarmos que a maternidade também era uma “profissão feminina” que demandava abnegação, sofrimento, mas que também proporcionava recompensas. “[...] a docência não subverteria a “função feminina fundamental”, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação” (LOURO, 1997, p. 450 apud MUNIZ, 2002, p. 7).

Na minha aula, às vezes, depois de duas horas de estudo quando as pequeninas começam a lembrar-se do recreio, eu vejo Gracieme, Ary e outras a olharem distraidamente pela janela aberta... Acompanho-lhes o olhar, seguindo-lhes o pensamento e vejo que elas tem o olhar perdido no azul do céu e o pensamento preso ao bico do passarinho [...] Contemplo-as e também esqueço que as outras alunas e acho que tudo no mundo é luminoso como as minhas meninas [...] Amo a infância! Amo-a e me apraz viver e sorrir com ela.²⁷⁷

²⁷⁷ ACIOLY, Maria. *Palestra*. O Lar. Cidade de Goiás, p.3, 15 de setembro de 1931, n.98.

A educação proposta pelo periódico estudado estava muito ligada à moral cristã, sendo assim apenas uma professora cristã poderia combater os “vícios” e “fortalecer” as virtudes nas crianças, além disso, as professoras deveriam ter uma postura exemplar, dentro e fora de sala, apenas “moças de boa família” e mulheres que conseguiam provar sua honestidade perante a sociedade, poderiam entrar em sala de aula. Envolver a profissão de professora de importância e responsabilidade nacional era uma forma atrair as jovens e valorizar a profissão, o que nem sempre condizia com a valorização efetiva²⁷⁸. De todas as atividades que a mulher poderia desempenhar honestamente, fora do lar, ser professora era considerada a mais adequada e com maior importância social. Mães e professoras trabalhavam em conjunto pelo bem da sociedade: a mãe educa em casa, a professora instrui na escola e corrige aquilo que a mãe não conseguia corrigir.

Continuação do lar – a escola representa um magno e preponderante papel na educação da infância, no desenvolvimento das suas faculdades psicológicas e morais. Desde o berço, a criança recebe simultaneamente com o leite materno, os princípios austeros da sã moral que tem regido a regerão sempre o mundo. [...] A mãe aponta ao filhinho, o dever, a virtude e a honra. [...] É nesse ambiente repassado de suave austeridade, que vai buscar o menino na atmosfera não menos doce, não menos confortante, da escola. [...] A missão da mãe, se bem que nunca atenuada e jamais finalizada, terá ali em diante, a coadjuvação da professora para o desenvolvimento psicológico, mental e intelectual do filho.

A mestra cabe agora continuar a rematar nossas almasinha infantil, a obra encetada, sob feliz auspício, no lar. Não basta apenas encher o cérebro da criança com as exposições enfadonhas e complicadas de botânica, geografia e cálculos: É preciso que, em primeiro lugar, tal qual uma jardineira cuidadosa, a educadora prepare o terreno, explorando-o, adubando-o, para lançar então, com proveito a semente promissora do saber.

Disse um dia um ilustre pensador: - Dá-me professores e dar-te-ei homens. Se assim ele se exprimiu, não podia, entretanto, preceptores que cuidassem apenas da inteligência dos alunos, que desenvolvesse unicamente as suas faculdades intelectuais, tornando-os luminárias das ciências a glória imarcescível do país: ele necessitava de mestres que soubessem aliar a educação do cérebro, a do coração; que infiltrasse no espírito dos futuros cidadãos o amor ao dever, a verdade, ao belo, enfim, que formasse o caráter da criança para torná-la salvaguarda da pátria, a égide da sociedade, o esteio da família [...].

A professora cabe o dever rigoroso de velar pelas inteligências confiadas a sua guarda, estudar as faculdades morais das crianças, sondar-lhe o caráter, conhecer lhe as inclinações boas e más, cerceando essas, amparando aquelas. Se o lar é a base da sociedade futura, a escola é a sua cúpula e uma vez tombada esta o valor daquela é nulo ou quase nulo.

²⁷⁸ A construção do perfil da professora como dócil, o caráter temporário do trabalho feminino dentre outros motivos dificultou a reivindicação de igualdade salarial, já que professoras ganhavam menos que os professores (LOURO, 2015).

Felizmente, com a adaptação de novos e utilitários métodos pedagógicos, a escola tem atingido a média do seu objetivo na educação da infância. Que a Ela se dirige com o sorriso nos lábios e esperança no coração.²⁷⁹

Paulatinamente as escolas normais passaram a formar mais alunas do que alunos, o que colaborou para a “feminilização do magistério” (APPLE, 1995 apud LOURO, 2015, p. 479), processo pelo qual o ato de lecionar no ensino primário se tornou uma profissão socialmente atribuída às mulheres. Dentre os vários motivos para tal relação, podemos observar uma analogia entre maternidade e magistério, assim como no desempenho das funções maternas, a atividade educacional exigia das professoras alguns sacrifícios. “Permiti, graciosas mães que formais o coração da criança vós outras, professoras que lhe cultivais a inteligência, permiti que eu vos concite a mostrar-lhes com vossos bons exemplos, a ensinar lhes em vossas proveitosas lições [...]”²⁸⁰.

A professora cuida dos alunos da mesma forma que uma mãe cuida dos filhos, além disso, ambas, tanto a mãe quanto a professora são destituídas de sexualidade, exemplos da boa índole, detentoras de virtudes morais cristãs como a castidade e a bondade. Várias metáforas são utilizadas para representar o papel da professora, como o da jardineira que cuida das flores. O título de professora é acompanhado por adjetivos como dócil, dedicada paciente e amorosa. Enquanto os ofícios dos homens são chamados de trabalho, tarefa, exercício, os das mulheres são classificados como missão, sacerdócio, dever. O “fazer-se” professora dependia mais do coração do que do cérebro, ao contrário do “fazer-se” professor que requeria mais o uso das capacidades intelectuais do que afetivas.

A vida conjugal e familiar parecia incompatível com a vida profissional da mulher, nesse momento as feministas insistiam que o direito ao trabalhar é imprescindível para a mulher, pois as livrariam de uma dependência humilhante e as proporcionariam meio de sobreviver em condições adversas (SOIHET, 2013), mas a carreira das mulheres no magistério, como em outras áreas, foi concebida como uma profissão ocasional, conveniente apenas enquanto a mulher fosse solteira ou viúva, já que depois que o status civil mudasse para casada, o ideal era que a esposa se dedicasse exclusivamente a educar seus filhos e outras crianças da sua família. Não sendo mais necessário se prover economicamente, ficando apenas a cargo do marido, o sustento da casa. Nenhum homem queria ter uma esposa que trabalhasse para ajudá-lo a manter a casa, pois isso abalava a posição de poder masculino perante a sociedade, colocava em dúvida a capacidade dele em sustentar a família, e

²⁷⁹ AZEVEDO, Maria Ferreira. A Escola. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.2, 15 de Setembro de 1926, n3.

²⁸⁰ JOSEPH, Marie. Pelos passos. *O Lar*. Cidade de Goiás, p.2, 15 e 31 de Agosto de 1931, n.96 e 97..

consequentemente perturbava todo um discurso que consagra o gênero masculino como líder e provedor. Assim como o magistério, qualquer outra profissão escolhida por uma mulher, precisaria ser compatível com as “características femininas”, não podendo assim a mulher competir com os homens em atividades consideradas “de homens” (ABRANTES, 2010).

Nem todas as mulheres se sujeitaram às prerrogativas de gênero que a educação impunha, nem todas internalizaram a ideia de que a educação servia apenas para reforço da moral feminina ou para que elas atingissem o ideal de “mãe profissional”. Inegavelmente, ainda que a defesa da educação se justificasse através de desempenho de funções tradicionais, ligadas ao lar e à família, à educação também representou um benefício e uma grande conquista para elas. Aos poucos o discurso sobre a necessidade e a finalidade da educação foi se transformando. A mulher moderna deveria ver na educação uma maneira de aprimorar seu lado materno, mas também conseguir uma independência financeira.

Diante da maior visibilidade das mudanças no comportamento feminino e da crescente inserção das mulheres das camadas médias no mercado de trabalho. Especialmente através do magistério, os discursos apontavam para uma necessidade de restauração da moral doméstica, a fim de reforçar a ideia de que a educação feminina deveria realçar seus papéis de filha, esposa e mãe (ABRANTES, 2010, p. 256).

Para algumas o trabalho era indispensável para sobrevivência, o magistério e outras profissões como vendedora, datilógrafa e telefonista, eram um das poucas opções “honestas e viáveis”²⁸¹. A primeira guerra mundial gerou uma mudança na concepção sobre o trabalho feminino, levando reconhecimento da possibilidade da mulher estar apta a trabalhar também, fora de casa (KARAWCZYK, 2008), além da necessidade de tornar a mulher capaz de gerir seu sustento, já que o conflito mundial levou muitas delas a situação de miséria, viuvez e orfandade. Sendo que a profissionalização, uma das bandeiras do feminismo nesse momento, assumiu a função de evitar que mulheres acabassem recorrendo a atividades consideradas impróprias e desmoralizantes como a prostituição ou qualquer outra que levantasse suspeita sobre a moral da mulher.

Podemos concluir, conforme Thiago Sant’anna e Maria Meire Carvalho (2009) que essa proposta de “emancipação feminina” teve um efeito múltiplo, plural e dinâmico, pois foi ao mesmo tempo social, político, cultural, econômico e – até mesmo – maternal

²⁸¹ Nas décadas de 20 e 30 do século XX, as mulheres da família Caiado, por exemplo, se casaram entre os 20 e os 30 anos de idade, um pouco mais velhas do que em períodos anteriores,. Para Miriam Bianca Amaral (1998), isso supõe que as mulheres passaram a desenvolver outras atividades antes de se casarem.

(CARVALHO; SANT'ANNA T., 2009). Essas mulheres lutaram dentro dos limites de suas possibilidades, “para serem eleitoras e elegíveis, mas também trabalhadoras qualificadas e “mães esclarecidas”” (CARVALHO; SANT'ANNA T., 2009, p. 110).

A educação por um lado desempenhou a função de recolocá-las no lar, por isso a ênfase na educação moral e cristã, contudo por outro lado as oportunidades e o conhecimento adquirido através da instrução foram primordiais para que as mulheres ingressassem nos ambientes públicos, provocando mudanças práticas no comportamento das mulheres e na relação entre os gêneros. Escrever, ler, lecionar eram como portas de saída para a rua, caminhos trilhados por mulheres interessadas cada vez mais na independência intelectual e financeira, através dessas portas do conhecimento as mulheres passaram a atuar como educadoras, interagindo com vida social, política e cultural de Goiás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um jornal que desde o título, sugestivamente, se propõe a falar sobre o ambiente doméstico não poderia deixar de contemplar diretamente aquelas personagens que historicamente, foram colocadas no espaço da domesticidade, permanecendo, em grande parte até hoje, associadas ao ambiente privado e familiar. As moças que idealizaram e levaram esse jornal adiante, estiveram dispostas a defender o lar e tudo que ele representou em suas vidas: amor, felicidade e êxito.

As colaboradoras do jornal elegeram a religião como a estrutura espiritual que sustenta a família e possibilita o funcionamento harmônico do lar, tal qual o papel era a estrutura material, a superfície, sobre qual o do jornal *O Lar* foi impresso e que possibilitava que este “jornalzinho” circulasse e se fizesse presente nos lares goianos. A relevância reservada à religião está relacionada à influência que a doutrina católica ainda exercia sobre o povo brasileiro, desde o período colonial, mesmo após a separação entre Igreja e Estado, que haviam se consumado legalmente com a proclamação da República, há menos de três décadas.

Em função disso, é compreensível o fato de termos iniciado nosso percurso pelo *O Lar* identificando de que maneira os dogmas e preceitos da Igreja Católica compuseram uma base simbólica e institucional sobre a qual se formaram discursos sobre as mulheres que aparecem no jornal, principalmente a noção de uma natureza pecaminosa e sentimental atribuída às mulheres, a partir das narrativas bíblicas de origem e queda, que engendram um sujeito feminino único e universal. Através do culto mariano, as leitoras eram educadas, orientadas a reconhecer suas fraquezas e combatê-las, dessa forma a Virgem Maria, constantemente homenageada e citada intermináveis vezes nos poemas, crônicas, era o maior exemplo de amor, abnegação, martírio e castidade.

O que as escritoras que colaboraram com o jornal entendem por “lar” é uma estrutura que compreende não só uma casa, mas também, e principalmente, a família que habita aquele recinto. Nesse sentido, assim como um jornal, ou uma revista, não se constitui apenas por um papel em branco, - sendo indispensável a presença das letras tipografadas, das imagens, das colunas, - um lar, enquanto ambiente de afeto e amor, não existe apenas por meio de uma casa vazia. É preciso, especificamente de alguém, para animar e preencher de sentido esse local. A religião, então, em grande parte foi responsável por empurrar a mulher para o lar, depositando nela a responsabilidade de construir afetivamente o ambiente familiar. A mulher em sua

imagem ideal, perfeita e inatingível, esboçada no jornal, e problematizada em nosso trabalho, é, tal qual a luz solar que banha todos cômodos, todas as manhãs, trazendo luz, calor e vida. Ela representa um espírito iluminado que orienta afetivamente e moralmente toda a família.

A família, enquanto suposto destino das mulheres, inicia-se pelo casamento, considerado, portanto, ponto alto da existência das mulheres. Conquistar o título de “mulher do lar” perpassava a negação dos pecados e a redenção em favor da família. Assim, o casamento é o momento em que o Estado e a Igreja, representando a sociedade, autorizam a mulher a construir seu próprio lar, reconhecendo sua função dentro dele; companheira, segundo a bíblia e colaboradora conforme o código civil.

Uma vez no lar, a mulher não deveria voltar à condição de solteira, as informações presentes nos textos indicam que até o fim de seus dias, a mulher deveria seguir um cotidiano marcado pela manutenção da pureza sexual, pelo apressado pela disciplina do corpo, pelo incentivo ao esclarecimento, pela obediência ao marido, pela preservação de comportamentos comedidos e pudicos, pela defesa de um ambiente doméstico limpo e organizado, pela conservação da fé e da família.

O Estado vai insistir na importância cívica do casamento e da família, na sua relação com o desenvolvimento do país, no mesmo sentido a Igreja vai salientar que o matrimônio é uma instituição divina. Se essa união é tão importante, sua dissolução é indefensável e usualmente atribuída ao fracasso ou a incapacidade das mulheres de cumprir sua missão. Padres e político, na disputa pelo controle da normatização sobre a instituição familiar, colocam-se sumariamente contra as propostas de divórcio, que no Brasil só seria aprovado na década de 1970, mas que já era pauta recorrente.

Como um jornal cristão, o posicionamento é unânime. Argumentos são levantados em suas páginas, contra o que seria a destruição da família, assim como nos palanques e nos púlpitos. Mesmo em um país recentemente laicizado, grande parte dos dirigentes vai insistir nos efeitos maléficos do divórcio, insistindo que o casamento era o destino natural e sagrado da mulher. São também as próprias mulheres, mobilizando discursos a favor da família, falando diretamente com suas leitoras, que tentam convencer as mulheres que sua maior ambição deveria se limitar ao sucesso e manutenção da família, porque era dentro dela que as mulheres garantiriam sua segurança financeira, material, moral e física.

No contexto de políticas eugênicas e higienistas, o desenvolvimento da ciência médica chega para engrossar os argumentos do Estado e da Igreja. Um lar saudável era considerado um lar feliz, um corpo disciplinado e educado supostamente refletiam uma moral decente e

íntegra. Padres, políticos e agora médicos, se juntam em torno de discursos reguladores, determinando o que é uma mulher ideal e prescrevendo de que forma ela deveria conduzir o casamento: com lucidez, paciência, carinho, fé e organização.

Solteira, casada, viúva ou desquitada, antes, durante ou depois do casamento, o comportamento das mulheres é acompanhado pela sociedade que espera dela determinadas posturas. Após se casar as prescrições mudam, mas não diminuem. A mulher casada deve saber o que vestir, como se comportar, de que maneira falar, atenta ao fato de que a reputação moral da família, principalmente das famílias abastadas, depende do comportamento dos membros do sexo feminino. Consciente de que as mulheres estavam em casa e também estavam na rua, era preciso educá-las para o convívio social, uma educação que demandava controle sobre o corpo e a mente e apontava para a existência de uma dimensão cultural que envolve corpos humanos e os transformam em estruturas sociais, submetidos à cultura, modificadas historicamente através de discursos e representações diversas que delimitam os papéis e espaços reservados aos sujeitos desses corpos.

Poderíamos concluir, portanto, que os discursos religioso, médico e jurídico, analisados segundo a ótica dos estudos de gênero, colocaram as mulheres dentro do lar, através da família, endossando a relação entre mulher e ambiente privado. Essa receita da mulher ideal que detalhamos em nosso trabalho, aspira à realidade, entretanto se olharmos mais atentamente todos esses discursos que problematizamos, vamos ver que eles apresentam fissuras, falhas e contradições. Se por alguns momentos os discursos do jornal nos parecem paradoxais e contraditórios, é porque “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram e se excluem” (FOUCAULT, 2004, p. 43). Além disso, nossa fonte é constituída por uma polifonia de vozes femininas e masculinas, é a expressão da individualidade dessas mulheres e homens habitantes do interior do país.

Essas aparentes incongruências não são frutos de uma simples dialética, elas representam contrassensos que apesar de complexos, são comuns dentro da história das mulheres, uma vez que as mulheres sempre tiveram que conviver com normas e transgressões, coerções e desobediência durante as mais diferentes épocas e contextos. Além disso, há de se considerar que os “sujeitos são construídos discursivamente, mas existe dentro de cada um deles, múltiplos sentidos possíveis para os conceitos que usam” (SCOTT, 1999, p. 42).

Os discursos dialogam com práticas, e em Goiás os discursos que insistem em coibir práticas consideradas nocivas às mulheres, - como, por exemplo, a moda que trazia modelos

de como se vestir e se comportar, - nos revelam que essas práticas eram costumeiras e que as representações mobilizadas pelos discursos não necessariamente condizem com a realidade social, não reproduziam o que o era sujeito feminino, mas propõe e prescreve aquilo que as mulheres deveriam ser.

Nessa dissertação nos lançamos à procura de procedimento que resultaram em uma astúcia e criatividade que as instituições religiosas, políticas e científicas não conseguiram inibir. Não nos limitando apenas a verificar a eficácia dos dispositivos de dominação, mas vasculhar os desvios e artifícios daquelas que esses dispositivos tentaram submeter. A construção histórica dos sujeitos femininos, por meio dos discursos estudados, revelam contradições. Na medida em que o contexto político, social e econômico se modificava, novos discursos foram sendo mobilizados para legitimar ou deslegitimar as novas práticas.

E nesse sentido, a religião católica, sinônimo de submissão e aprisionamento, também significou espaço de atuação, local onde as mulheres transitavam publicamente, indo às missas, mas também mobilizando a cidade, através da organização de atos de caridade e festejos que promoviam a comunhão social. No cotidiano religioso a fé fazia companhia nos momentos mais delicados, sustentando aquela que era o “pilar da família”. As mulheres resignificavam a religião e a vivenciavam de maneira muito particular, a experiência católica não foi percebida pelas colaboradoras e bem provavelmente, nem pelas leitoras de maneira única e padronizada.

A família foi fonte de dominação masculina, também foi fonte de poder feminino, onde a mãe-esposa influenciava na criação dos filhos e garantia a perpetuação de valores morais e culturais. A valorização da família pelo Estado e a atenção que a política higienista passou a reservar a saúde, a educação e aos costumes morais no interior da família, serviram para valorização da mãe-esposa, que é elevada a condição de agente moralizante, capaz de garantir asseio, disciplina e combate a práticas prejudiciais ao corpo da nação, influenciado positivamente o cotidiano íntimo e social da família, tentando proporcionar um funcionamento pleno e saudável da sociedade brasileira.

A moda e a preocupação com a beleza que sufocava as mulheres, forçando-as a se encaixar em uma imagem inacessível, também foi expressão da personalidade e elemento de subversão, na medida em que as roupas diminuam de tamanho, e ou corte de cabelo se adaptava as novas demandas da vida urbana.

Havia espaço para negociação, espaços que conduziram as mulheres rumo à conquista de reconhecimento intelectual e político. O jornal foi um desses espaços de tensão, de embater

de poderes, uma importante fonte responsável pela manutenção e reforços de imagens e estereótipos, mas que também favoreceu a conquista da rua, a emergência e fortalecimento de novos discursos como o discurso feminista, com suas preocupações a respeito da educação e do reconhecimento de direitos políticos femininos. Assim as mulheres vão encontrar sentido para sua existência não apenas dentro do lar, mas também fora dele.

Essas intelectuais embarcam em um contexto político marcado pela manipulação do discurso de modernização, mudança e progresso. Uma modernização goiana que de maneira semelhante à modernização brasileira, foi marcada pela progressiva intervenção do estado da vida social, principalmente através da saúde e da educação (ARRAIS, 2016). Em meio a esse panorama, no qual o discurso de modernização serviu ao jogo político local, as mulheres, também mobilizaram discursos interessados, através da proposta feminista defendida por Bertha Lutz, reproduzindo esse feminismo “bem comportado”, sem deixar de refletir sobre a viabilidade e os limites desse feminismo em território goiano. Um feminismo que apostava na conquista do voto, e principalmente, no direito a educação e na profissionalização como caminhos para a emancipação das mulheres.

Todas essas experiências, resultantes do encontro da mente com o mundo, do passado com o presente, (GAY, 1988) foram fundamentais para que essas mulheres se constituíssem como sujeitos ativos e plurais. A Cidade de Goiás no início do século XX, até a transferência da capital para Goiânia era o centro da vida cultural de Goiás em função das várias instituições educacionais e culturais que ela sediava, e foi nesse ambiente que o jornal *O Lar*, imbuído de sua complexidade histórica, surgiu como um projeto político e cultural, dialogando a sociedade goiana.

Utilizando metáforas florais, tão comuns ao longo do jornal, podemos dizer que *O Lar* “floresceu” em um momento em que as mulheres se colocaram a frente de importantes instituições políticas e culturais como o Gabinete literário, e a Federação Goiana pelo Progresso Feminino. Esse periódico se centrou, de maneira explícita, no estímulo do desenvolvimento intelectual, pessoal e político dessas mulheres. Dessa forma ele serviu como uma vitrine por meio da qual, inúmeras escritoras goianas se promoviam e se projetavam socialmente, expondo seus textos, contos, crônicas, poemas, considerados por elas como valiosos “ornamentos femininos”. *O Lar* incentivou aquelas mulheres que tinham condição financeira e social de se dedicar a literatura, a valorizarem suas produções escritas e incluí-las nesse projeto de aprimoramento e emancipação feminina. *O Lar* convocou as jovens da elite a engrossar essa “seiva de brilhantismo”, colocando em evidência as mulheres da elite cultural,

através da atuação jornalística e literária. Essas mulheres se projetaram em um mundo considerado moderno, reivindicaram seu local em meio ao novo e ao futuro.

Consideramos que defender e insistir em uma aparência honrada tanto na maneira de trajar quando de se portar, e alegar que as mulheres goianas estariam sacrificando suas faculdades a favor de toda nação, foram algumas maneiras que essas “nobres patrícias” encontraram para justificarem suas práticas intelectuais. Identificamos como a erudição delas seria empregada em benefício dos seus maridos, filhos, pais, dos outros cidadãos e cidadãs, partes constituintes do corpo social da nação. Dessa forma, colaborar com o progresso de Goiás, e consequentemente do Brasil, ainda que de maneira aparentemente coadjuvante, foi o argumento ao qual elas se agarraram, foi o argumento que as autorizou a se dedicarem a literatura e ao jornalismo, argumento não aceito por toda sociedade, afinal várias foram as vozes e barreiras que se levantar contra as escritoras e que acabaram por comprometer a trajetória do jornal.

Durante os anos de existência do jornal, percebemos que a atuação das mulheres em favor do progresso e do desenvolvimento social, se estruturou em duas vias, a primeira, dentro do lar e uma segunda fora do ambiente doméstico, ambas as vias se aproximam, se entrecruzam e por vezes até se confundem. Segundo os discursos dominantes as mulheres auxiliariam no progresso coletivo, abraçando as funções maternas e matrimônias, mas outras possibilidades foram surgindo ao longo do século, e as mulheres vislumbram outras oportunidades de empregar sua inteligência e suas energias, despontando rumo a outras esferas da vida moderna, como a profissional e a política.

Colaborar com a nação “de dentro do lar”, significava basicamente garantir as crianças uma educação adequada fundamentada em princípios religiosos e sanitários da época, nessa empreitada a professora tal qual a mãe também era figura fundamental. As escritoras do jornal previam que colaborar com a nação “de fora do lar”, era mais complexo, mas possível. Se atentando para as ocasiões, escorregando por entre as brechas dos discursos hegemônicos e negociando com a imposição dos homens, essas mulheres partiram para o enfretamento e para a resistência, fazendo do jornal um campo dessa luta.

Michelle Perrot aponta que a imagem de “mulher pública” sempre foi associada à vergonha, a desonra e a ausência de moral; a mulher considerada “pública” era aquela considerada “de todos”, “de vida fácil”, ao contrário do “homem público” investido de virtude e respeitabilidade. Esse estigma tentou antagonizar sujeitos, separar espaços, tornando a cidade como um local de exclusão. Para os homens o calor e a agitação das ruas, da política,

para as mulheres o conforto e a segurança da casa. Contudo, a imagem negativa de “mulher pública” foi se transformando, e as mulheres encontraram vários meios diretos e indiretos de se tornarem “públicas”; estudando, escrevendo, votando, se candidatando, integrando parte do mercado de trabalho e do serviço público, ou até mesmo de dentro do lar, como mães e esposas, resistindo e negociando maneiras de influenciar nos rumos da família e da nação. Dessa forma foram sendo percebidas as imbricações e limites permeáveis entre as fronteiras do público e do privado. “As mulheres circulam pelo espaço público, aonde as chamam suas funções mundanas e domésticas. Os homens são, na verdade, os senhores do privado e, em especial da família, instância fundamental, cristal da sociedade civil, que eles governam e representam dispostos a delegar as mulheres a gestão do cotidiano” (PERROT, 1997, p. 10).

É perceptível o desvanecer do limiar, entre o mundo público e o privado, as dicotomias entre feminino e masculino se tornam cada vez mais ineficientes em cumprir sua função de demarcação de papéis sociais. A teoria feminista colaborou bastante no sentido de problematizar os conceitos de público e privado, que são categorias intimamente ligadas ao conceito de gênero. A insistência nessa separação é de ordem retórica, que delimita o local de atuação de dominadores e dominados, mas essa dicotomia liberal e burguesa entre público e privado, que construiu socialmente o privado como lugar do feminino, nem de longe nos parece óbvia ou legítima, e atualmente os estudos feministas na área da teoria política apontam que esses espaços se misturam muito mais do que se opõem²⁸².

No período circunscrito em nosso recorte temporal, compreendemos por política não só o que concerne à rua, à república, ou ao “mundo público”, mas também às práticas que permeiam os vários aspectos da vida cotidiana dos indivíduos. O fazer político no âmbito do feminismo prevê um jogo de poderes, consentimentos, acordos, concessões, resistências, no qual é praticamente impossível definir o começo e o fim, onde termina uma relação e se inicia outra. Partindo do princípio de que o pessoal também é político, a família e o lar, não foram apenas a origem da opressão sobre as mulheres, mas também recintos do poder delas, que transformam o lar em uma ponte para a rua. A construção desse lar ideal se fez simultaneamente a conquista da rua e vice e versa.

Os discursos, que reforçavam as representações femininas da mulher mãe, esposa e dona de casa recatada e exemplar, tiveram que conviver com as divergências e críticas a esses mesmos discursos. Críticas proferidas por mulheres ávidas em continuar com a conquista de direitos como direito de votar e ser eleita, ingressar no ensino superior, ocupar locais de

²⁸² Sobre o assunto consultar: OKIN, Susan Moller. *Gênero, público e privado*. Estudos Feministas, Florianópolis, v.16, n.2, p.305-332, 2008.

poder, até então exclusivamente masculinos. Mulheres que, paulatinamente, foram deixando de ser apenas objeto dos discursos, para também serem sujeitos de suas histórias.

Pouco a pouco, as mulheres foram se desvencilhando dessa necessidade constante de afirmar sua inteligência em função do bem da pátria e da família, para usarem suas potencialidades em favor de si mesmas, conquistando direitos políticos, ingressando no mercado de trabalho e alcançando a independência financeira, e nesse contexto o movimento feminista teve papel central, ainda que este tenha enfrentado dificuldade e resistências, este serviu como um mecanismo de enfrentamento, conscientização e coesão.

Da mesma forma que nossas colaboradoras reafirmaram discursos institucionais, da mesma forma que o jornal foi um lugar simbolicamente permeado por representações tradicionais da mulher maternal, por outro lado o jornal também foi um espaço onde os discursos foram manejados e subvertidos, por meio de táticas, com as quais as mulheres manipulavam essas falas a seu favor. Associando o feminismo ao progresso da nação, essas mulheres, através da imprensa e da escrita, fundaram micro-resistências, que acabaram por deslocar cada vez essas mulheres do lar, para a rua. Um deslocamento que se deu de maneira descontínua, tensa e paulatina. Aproveitando-se das brechas nos discursos normativos vigentes, elas seguiram atribuindo sentido as suas vidas, legitimando suas práticas e resignificando o “ser feminino”.

Ao nos depararmos com as considerações de nossas escritoras, traçando a maneira como elas pensaram as conquistas femininas em um mundo considerado por elas como moderno e adiantado, percebemos que a trajetória de conquistas não foi evolutiva, linear e contínua. Acreditamos, que se tratou de uma trajetória perpassada por desvios, sinuosidades e atrasos. Se fossemos esboçar uma possível trajetória das conquistas das mulheres em um desenho, tomando como base as reivindicações do movimento feminista, veríamos metaforicamente que o caminho adotado não foi uma “linha reta” e sim um “zig-zag”, desvios que na verdade significaram atalhos, calculados com intuito de tornar o trajeto possível e viável. Inegavelmente, todas as conquistas demandaram esforço, resistência e coragem, mas que não necessariamente representaram uma “revolução nos costumes” ou implicaram em rupturas profundas da estrutura patriarcal, principalmente se considerarmos que no âmbito nacional, já havia mulheres problematizando a condição feminina, algumas com ideias até mais inflamadas que atacavam diretamente o casamento e a estrutura da família burguesa²⁸³. Entretanto, se pensarmos dentro dos limites de Goiás, esse jornal apesar de não ser inédito,

²⁸³ Existia um feminismo de tendência anarquista, organizado por mulheres como Maria Lacerda de Moura (1887-1945).

significou uma proposta ousada, que fez emergir novas formas possíveis de existência social e política.

O percurso que culminou na conquista de direitos políticos ao longo do século XX, foi trilhado em consonância com reforço de discursos religiosos, médicos e jurídicos que insistiam no retorno da mulher ao lar, nesse sentido a conquista da rua foi marcado por muitos percalços, recuos e pela resignificação tática de tais discursos hegemônicos. Conquistas que não podem ser pensadas desvincilhadas do lar e das condições domésticas as quais as mulheres tiveram que se submeter. A rua é a continuação do lar, uma continuação que diluiu as fronteiras do público e do privado. A “saída” da mulher do lar foi possível a partir dele, as portas de entrada e saída são as mesmas. Foram lendo, escrevendo, debatendo sobre política sobre educação e trabalho, que os sujeitos femininos se projetaram para fora do lar. A experiência das práticas escritas e intelectuais conduziram as mulheres rumo às possibilidades de atuação na arte, na política e na imprensa, na ciência.

A data de 1932, ano da obtenção do direito de voto que coincidiu com o ano de encerramento definitivos das atividades do jornal, nem de longe significou o esmorecimento ou o arrefecimento do movimento feminista, este continuou se reformulando, englobando novas demandas, agregando outras questões sociais e se desdobrando em várias “ondas” ao longo de todo século XX. Despedimos-nos d’ *O Lar* sabendo que o seu desaparecimento não foi capaz de extinguir o desejo de mudança e emancipação que ainda ronda muitos corações e mentes, um desejo ainda tão urgente, que até hoje mobiliza e congrega as mulheres dentro, fora e muito além dos horizontes domésticos.

ANEXO I

Lista com os nomes dos títulos da coluna “Fora do lar” publicadas a cada edição, entre Agosto de 1926 e Julho de 1930.

Número do jornal	Título da coluna <i>Fora do lar</i>
1	Músicas, moças e flores
2	Sobre moços, jogos e cerveja
3	Visita, modas e penteados
4	Homens, mulheres e Crianças
5	Casamento, celibatos e casados
6	Chapéus, cabelos e miolos
7	Meninas, moços e velhos
8	Maridos, mulheres e sogras
9	Mães, pais e filhos
10	Ano novo e ano velho
11	Impostos e consumo
12	Tesouras e casacas
13	Moças bonitas e moças feias
14	Momo e mona
15	Críticos e críticas
16	Jardim e cinema
17	Sonhos e Realidades
18	Toucas e carapuças
19	A paz e a guerra
20	Afeminados e masculinizadas
21	Saias curtas, línguas longas
22	Modos e modas.
23	Almofadinhas e melindrosas
24	Flirt e noivado
25	Mademoiselle futilidade e senhor potoca
26	Gato e amigo urso
27	Elogios e galanteios
28	Ver, ouvir e calar.

29	Bailes e danças
30	Instrução e educação
31	Modernismo e costume antigo
32	Mexerico e namoro
33	Exame e enxame
34	Divórcio e voto
35	Vestido e vertidinho
36	Chic e modernismo
37	O amor e o ciúme
38	Traços e troças
39	Alfinetes e alfinetadas
40	Vaidade e orgulho
41	Bem e mal
42	Pernas e ligas
43	Botas e batons
44	Solteironas e celibatários
45	Pintar e bordar
46	Caras e carecas
47	Rufos e arrufos
48	Mãos e pés
49	Arte e manha
50	Olhos e olhares
51	Melindres e afagos
52	Colibri e mariposas
53	Fitas e fitilhos
54	Fuxicos e mexericos
55	Fingir e gostar
56	O leque e as coquetes
57	Calças e saias
58	Loira e morena
59	Botas e votos
60	O riso e a lágrima

61	Más caras e máscaras
62	Anzol e isca
63	Amor e tambor
64	Ilusão e iludidos
65	Cantar e encantar
66	Bala e balão
67	Revés e reverso
68	Lábios e lábias
69	Atração e traição
70	Homem e mulher
71	O bem e o mal
72	Presente e futuro
73 e 74	Miss gripe e miss febre amarela
75	Pinças e pincéis
76	Isca e faísca
77	Senso e incenso
78	Fins e finados
79	Berlinda e berloque
80	Joias e joios
81	Ser e parecer
82	Dor e alegria
83	Laços e laçadas
84	Casamento e mortalha
85	O presente e o passado
86	Casos e acasos
87	Razão e coração
88	Carinho e carinhas
89	Ouvir e calar
90	Fatos e boates
91	Gramática e gramático
92	Calotes e caloteiros

REFERÊNCIAS

FONTES

BRASIL. Código Civil quadro comparativo. 1916/2002. 561.f Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, 2003. Disponível em < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/70309> > Acesso em : mar.2017.

JORNAL O LAR, Cidade de Goiás: n.1 ao 110, Agosto de 1926 até Março de 1932.

LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

ARRAIS, Cristiano Alencar. *Mobilidade discursiva: O periodismo político em Goiás*. Goiânia: UFG, 2013.

_____. et al. *O século XX em Goiás: O advento da modernização*. Trilogia goiana. Goiânia: Cânone, 2016. v.1.

ALBUQUERQUE JR, Durval. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: EDUSC, 2007.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Tradução de Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti e Marcelo Macca. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. 1.

BRETAS, Genesco Ferreira. *História da instrução pública em Goiás*. (Coleção documentos goianos, n.21). Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

BRITTO, Célia Coutinho Seixo de. *A mulher, a história e Goiás*. 2. ed. Goiânia: Cultura Goiana, 1982.

BUITONI, Dulcilia. *Mulher de papel: representações de mulheres pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: longo caminho*. 11. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2008.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. v.1.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1987.

_____. *À beira da falésia: História entre certezas e inquietudes*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHAUL, Nars Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: UFG, 2015.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Org.). *Dicionário Crítico de gênero*. Dourados: UFGD, 2015.

CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria Pedro (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

DE LUCA, Tania Regina. Fontes impressas, história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica, para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. Tradução de Vera Portocarreno, Gilda Gomes Carneiro e Antonio Cavalcanti. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

DONZELOT, Jacques. *A Polícia das famílias*. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução de Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v.1.

FERREIRA, Gracy Tadeu da Silva. O coronelismo no Estado de Goiás (1889-1930): as construções feitas do fenômeno pela história e literatura. In: CHAUL, Nars Fayad (coord.). *Coronelismo em Goiás: Estudo de casos e famílias*. Goiânia: Mestrado em História/UFG, 1998.

FERREIRA, Joaquim Carvalho. *Presidentes e governadores de Goiás*. (Coleção documentos goianos). Goiânia: UFG, 1980.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Tecnologia e estética do racismo na ciência e arte na política da beleza*. Chapecó: Argos, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução e organização Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos*. Tradução de Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. Tradução de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HAHNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria Pedro (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

HERSCHMANN, Micael M; PERREIRA, Carlos Alberto M. O imaginário moderno no Brasil. In: _____. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HIRATA, Helena. et al. *Dicionário Crítico de feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher a moral e o imaginário (1889-1930)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

KARAWCZYK, Mônica. Voto Feminino. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. *Dicionário Crítico de gênero*. Dourados: UFGD, 2015.

KOFES, Maria Suely. *Uma trajetória em narrativas*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LAURETIS, Teresa de. Tecnologia de Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). *Tendências e Impasses: O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres em sala de aula. In: PRIORE, Mary Del.(Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LUCA, Tania de. Mulher em Revista. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria Pedro (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

MALUF, Mariana; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil República: da belle époque a era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação Feminina 1859-1919*. São Paulo: UNESP, 1996.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Âncora de Emoções: Corpos, subjetividades e sensibilidades*. Bauru: EDUSC, 2005.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NOVAES, Joana de V. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. In: PRIORE, Mary Del; AMAMANTINO, Márcia (Org.). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2011.

PEDRO, Joana Maria Pedro. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. UFSC, 1994.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. *Minha história das mulheres*. Tradução de Ângela M. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. (Coleção História & Reflexões). Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: _____.; PEDRO, Joana Maria Pedro (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013

PINTO, Célia Regina J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu abramo, 2003.

PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. Participação feminina no debate público brasileiro. In: PEDRO, Joana Maria Pedro; PINSKY, Carla. (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

PRIORE, Mary Del. *Corpo a corpo com a mulher*: Pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: SENAC, 2000.

_____. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

QUADROS, Eduardo Gusmão de; SILVA, Maria da conceição. et al.(Org.). *Cristianismos no Brasil central*: História e historiografia. Goiânia: UCG, 2008.

RABELO, Danilo. *A normalização dos comportamentos na cidade de Goiás (1822-1889)*. Programa de Pós Graduação em História, Goiânia: CEGRAF-UFG, 2010.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A cidade e a moda*: novas pretensões, novas distinções – Rio de Janeiro, Século 19. Brasília: UNB, 2002.

RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. Memória, família e poder: história de uma permanência política: Os caiado em Goiás. In: CHAUL, Nars Fayad (coord.). *Coronelismo em Goiás*: Estudo de casos e famílias. Goiânia: Mestrado em História/UFG, 1998.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e educação das mulheres. In: PEDRO, Joana Maria Pedro; PINSKY, Carla. (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

SANDES, Noé Freire. *Nação, Política de saúde e identidade (1920-1960)*. Coleção Quíron, Série Clio, n.1. Goiânia: UFG, 2002.

_____. *A invenção da nação*: entre a monarquia e a república. Goiânia: UFG, 2011.

SANT'ANNA. Denise Bernuzzi. (Org.). *Políticas do Corpo*: Elementos para uma história das práticas corporais. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

_____. *História da beleza no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Higiene e higienismo entre o império e a República. In: PRIORE, Mary Del. (Org). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: ENESP, 2011.

SANT'ANNA, Thiago Fernando. O cristianismo das mulheres em Goiás: Histórias plurais, histórias possíveis. In: QUADROS, Eduardo Gusmão de; SILVA, Maria da conceição; MAGALHÃES, Sonia Maria (Org.). *Cristianismos no Brasil central: História e historiografia*. Goiânia: UCG, 2008.

SANTOS, Leila Borges Dias. *Ética da súplica: Catolicismo em Goiás no final do século XIX*. Goiânia: UCG, 2008.

SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. *Foucault e os domínios da linguagem: Discurso, poder e subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.

SCOTT, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. *A cidadã paradoxal: As feministas francesas e os direitos dos homens*. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SILVA, Maria da Conceição. *Catolicismo e casamento civil em Goiás, 1860-1920*. Goiânia: UCG, 2009.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. *Moça educada, mulher civilizada, esposa feliz: Relações de gênero e História em José de Alencar*. Bauru: EDUSC, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOIHET, Raquel. A conquista do espaço público. In: PEDRO, Joana Maria Pedro; PINSKY, Carla. (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

SOUZA, Rildo Bento de. *Pobreza, doenças e caridade em Goiás: uma análise do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1935)*. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

SPINK, Mary Jane. *Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

TAYSSU, Catitu. Escrita feminina. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. *Dicionário Crítico de gênero*. Dourados: UFGD, 2015.

TEDESCHI, Losandro. *História das Mulheres e as Representações do feminino na História*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2008.

TELES, Gilberto Mendonça. *Estudos goianos II: a crítica e o princípio do prazer*. (Coleção documentos goianos, 27). Goiânia: UFG, 1995.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1990.

VALDEZ, Diane. (Org.). *Dicionário de educadores e educadoras em Goiás: séculos XVIII – XXI*. Goiânia: Imprensa Universitária, 2017.

VEIGA, Ana Maria; PEDRO, Joana Maria. Gênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. *Dicionário Crítico de gênero*. Dourados: UFGD, 2015.

ZIMERMANN, Tânia Regina; MEDEIROS, Márcia Maria de. Virgem Maria. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. *Dicionário Crítico de gênero*. Dourados: UFGD, 2015.

TESES E DISSERTAÇÕES

ABRANTES, Elizabeth. *O dote é uma moça educada: mulher, dote e instrução em São Luís na primeira república*. 2010. 320 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de História, Niterói, 2010.

BITTAR, Maria José Goulart. *As três faces de Eva na Cidade de Goiás*. 2002. 237 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, 1997.

CURADO, Bento Alves Araújo Jayme Fleury. *Sopro em brasas Dormentes: Inventário das precursoras da Literatura em Goiás*. 2003. 136f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de letras, 2003.

DE PAULA, Pollyana Nascimento. *(Des)Construções históricas do que é “ser mulher”*: um olhar sobre as goianas e sobre os momentos iniciais da presença delas no esporte. 2014. 110f. Dissertação (Mestrado em direitos humanos) – Universidade Federal de Goiás, Programa Interdisciplina de Pós-Graduação em Direitos Humanos, 2014.

DINIZ, Sávia Barros. *Mulheres na imprensa: Representações femininas no Correio Oficial, Cidade de Goiás (1930-1936)*. 2013. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em História, 2013.

FREIRE, Isabela Barbosa. *Jornal o lar e a escrita de mulheres em Goiás: O Entre -lugar das negociações e reiteraões com o poder patriarcal*. 2016. 201f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Goiás, Pós-graduação em Antropologia Social, 2016.

KARAWCZYK, Mônica. *O voto da costela: o sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934)*. 2008. 292f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

LISBOA, Andreia Silva. *O “Brazil- Central” e suas potencialidades na revista a informação goyana (1917-1935)*. 2009. 103. f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

SANT'ANNA, Thiago Fernando. *Mulheres goianas em ação: Práticas Abolicionistas, Práticas Políticas (1870-1888)*. 2005. 204f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2005.

_____. *Gênero, História e Educação: a experiência de escolarização de meninas e meninos na província de Goiás (1827-1889)*. 2010. 240f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2010.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. *Receitas de felicidade e espectros da infelicidade: O código civil de 1916 e as lições de comportamento na revista feminina no início do século XX*. 2009. 151 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de filosofia e ciências humanas, 2009.

SOUZA, Talita Michelle de. *História de mulheres escritoras em Goiás: atravessando trajetórias e produções literárias*. Dissertação de mestrado. 2017. 208 f. (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em História, 2017.

TAMASO, Izabella Maria. *Em nome do patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás*. 2007. 787 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

VIEIRA, Míriam Steffen. *Atuação literária de escritoras no rio grande do sul: um estudo do periódico corimbo, 1885-1925*. 188f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Rio Grande do Sul, 1997.

ARTIGOS

BORGES, Maria de Lourdes. O corpo: o lugar contraditório do feminino. In: BORGES, Maria de Lourdes; TIBURI, Márcia. (Org.). *Filosofia: Machismos e feminismos*. Florianópolis: USFC, 2014.

CAPEL, Heloisa Selma Fernandes. *Literatura memorialista e vida privada no interior do Brasil*. Textos de História, Brasília, v. 13, n. 1-2, p.161- 173, 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/8brHhW>> Acesso em: ago.2017.

CARVALHO, Maria Meire; SANT'ANNA. Thiago Fernando. *O Gabinete Literário e a Federação Goiana para o Progresso Feminino*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Goiânia, n. 20, p. 103-113, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/fRnkuj>> Acesso em: fev.2018.

CATROGA, Fernando. *Pátria e Nação*. Jornada setecentista, Coimbra, n.7, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/3KNZSa>> Acesso em: jan.2018.

CHARTIER, Roger. *Diferenças entre os sexos e dominação simbólica* (nota crítica). Cadernos Pagu, Campinas, n.4, p. 37-47, 1995. Disponível em: <<https://goo.gl/Myiocw>> Acesso em: dez.2017.

JINZENJI, Mônica Yumi. *Leitura e escrita femininas no século XIX*. Cadernos Pagu, Campinas, n.38, p. 367-394. Jan- jun, 2012. Disponível em :< <https://goo.gl/UgJie2> > Acesso em : nov. 2017.

KARAWAJCZYK, Monica. *Mulheres, modernidade e sufrágio: uma aproximação possível*. Fênix, Revista de história e estudos culturais. v. 4, Ano IV, n. 4, p.1-16, out.nov.dez., 2007. Disponível em: < <https://goo.gl/2pD3Jh>> Acesso em: dez.2017.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Sobre as professoras de "antigamente" que eram "feias" e "usavam óculos"*. Labrys, estudos feministas, Brasília. n. 1-2, jul.dez., 2002. n.p. Disponível em: <<https://goo.gl/nQs1RR>> Acesso em: jan.2018.

NICHOLSON, Linda. *Interpretando o gênero*. Estudos feministas, v.8, n.2, p. 9-41, 2000. Disponível em: <<https://goo.gl/wePi78>> Acesso em: mar.2018.

OKIN, Susan Moller. *Gênero, público e privado*. Estudos Feministas, Florianópolis, v.16, n.2, p.305-332, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/ZjwTJA>> Acesso em: maio.2017.

PIRES, Cândida da Silva Antunes. *Família, parentesco e casamento*. Assimetrias espaciais e temporais, Revista Administração. v. 13, n. 48, p. 617-639, 2000. Disponível em: <<https://goo.gl/i7Ydrj> > Acesso em: maio.2017.

RAGO, Margareth. *Redescobrimo historicamente o gênero*. Cadernos Pagu, Campinas, v.11. p. 89-98, 1998. Disponível em: <<https://goo.gl/XbjHDg>> Acesso em: jun.2016.

_____. *Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil*. Cadernos Ael, v. 2, n. 3/4, p. 11-43, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/UPUFJv>> Acesso em: mar.2018.

RIBEIRO, Paulo Rodrigues. *A romanização na Igreja católica e a moral feminina*. Caminhos, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 151-169, jul/dez 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/ZvxCJP>> Acesso em: ago.2016.

RIBEIRO, Silvana Mota. *Ser Eva e dever ser Maria: paradigmas do feminino no Cristianismo*. In: Anais do IV Congresso Português de Sociologia, Universidade de Coimbra, abr, 2000. Disponível em: <<https://goo.gl/Cnk7xP>> Acesso em: jan.2018.

SANDES, Noé Freire. *Marcos de fundação: identidade regional e historiografia*. Educação & Mudança, Anápolis, v. 11/12, p. 23-40, 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/WpR3jX>> Acesso em: jan.2018.

SANT'ANNA. Thiago Fernando. Mulheres que não eram sombras “sombras no silêncio da noite”: práticas abolicionistas femininas na Cidade de Goiás- século XIX. In: CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo (org.). *Vidas Faladas: Mulheres em perspectiva*. Goiânia: Kelps, 2012.

_____. *Construindo escolas para meninas, construindo meninas nas escolas: experiências femininas na educação em Goiás (1870-1930)*. Revista Em Tempo de Histórias, n. 7, p.1-14, 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/Wg3VV6>> Acesso em: maio.2017.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul/dez 1995. Disponível em: <<https://goo.gl/bKw71E>> Acesso em: fev.2017.

_____. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da. et al. (org.). *Falas de Gênero: Teorias, Análises e Leituras*. Florianópolis: Mulheres, 1999..

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. *Olhares de gênero na perspectiva escolar*. OPSIS, Catalão, v. 15, n. 2, p. 344-355, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/dTViWg>> Acesso em: jun.2017.

_____. “O menu de meu marido”: narrativas visuais, história e práticas de gênero na revista feminina (1914-1936). *História Revista*, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 7-10, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/HjuUaP>> Acesso em: jan.2018.

SOIHET, Raquel. *A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz*. *Revista Brasileira. Educ.* n.15, p.97-117, 2000. Disponível em: <<https://goo.gl/Ycxogy>> Acesso em: dez.2017.

STANCIK, Marco A. *De corpo quase inteiro: retratos fotográficos e representação feminina no Brasil (1890-1910)*. Iberoamericana, Madrid, v. 11, n. 44, p. 7-24, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/bLnZnS>> Acesso em: mar.2018.

TEDESCHI, Losandro. *Os desafios da escrita feminina na historia das mulheres*. Raído, Dourados, v.10, n.21, p.153-164, jan/jun. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/L84oVn>> Acesso em: fev.2018.

TELLES, Norma. Autor + A. In: JOBIM, José Luis. (org.). *Palavras da Crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

VIEIRA, Martha Victor. *O perfil da elite dirigente goiana na primeira metade do século XIX*. *Revista OPSIS*, Catalão, v. 16, n. 2, p. 445-460, jul/dez 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/DbYXab>> Acesso em: set.2017.